

**Denise Fernandes Nascimento  
Maria Regina da Silva Lima  
Edna Perpétua dos Santos  
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa  
(Organizadores)**

**Estudos Contemporâneos  
Eixo: Contabilidade e Governança**

**CONSELHO EDITORIAL**

Maria Regina da Silva Lima  
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa  
Flávia Silveira de Melo  
Edna Perpétua dos Santos  
Nívea dos Reis Bernardes  
Jussara de Paula Souza

**Endereço para Correspondência**

Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz - Goiânia-GO CEP: 74445-190  
Fones: (62) 3272 5000  
Site: [www.alfa.br](http://www.alfa.br)

**Denise Fernandes Nascimento  
Maria Regina da Silva Lima  
Edna Perpétua dos Santos  
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa  
(Organizadores)**

**Estudos Contemporâneos  
Eixo: Contabilidade e Governança**

**Apoio: CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA  
Escola de Negócios UNIALFA**

Copyright by ©  
Vários autores

Projeto Editorial:  
Maria Regina da Silva Lima  
Pedro Henrique Rodrigues de Sousa  
Flávia Silveira de Melo  
Edna Perpétua dos Santos  
Nívea dos Reis Bernardes  
Jussara de Paula Souza

Escola de Negócios UNIALFA

Revisão:  
Maria Regina da Silva Lima  
Jussara de Paula Souza

1º Edição 2022

Apoio:  
Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA – Goiânia-GO

Dados para Catalogação:

---

Nascimento, Denise Fernandes et al.

Estudos Contemporâneos - Eixo: Contabilidade e Governança  
/ Nascimento, Denise Fernandes et al. – Goiânia - GO, 2022. 193 p.

ISBN: 978-65-00-59877-3

1. Contabilidade. 2. Finanças. 3. Governança  
I. Título. II. Nascimento, Denise Fernandes et al.

---

## SUMÁRIO

1. PERITO-CONTADOR: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NA PERÍCIA CONTÁBIL NO ESTADO DE GOIÁS .....	6
2. CPC 29: ANÁLISE DO <i>DISCLOSURE</i> DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS .....	23
3. ATUAÇÃO DO PERITO CONTÁBIL NA 18ª REGIÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESTADO DE GOIÁS .....	46
4. ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL(IFDM): ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA .....	66
5. AVALIAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO APLICADO ÀS <i>SMALL CAPS</i> DO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL .....	91
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA E CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO NOVO MERCADO .....	124
7. A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO DAS DEZ MAIORES UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	160

## **PERITO-CONTADOR: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NA PERÍCIA CONTÁBIL NO ESTADO DE GOIÁS**

Marcilene Tavares Rodrigues  
Mariana Neres Ribeiro  
Rosemary Cleria Morais Silva  
Thais Gomes Da Silva Rodrigues  
Wellida Thais Da Rocha De Oliveira Queiroz  
Denise Fernandes Nascimento

### **1. INTRODUÇÃO**

A Perícia Contábil, é a inspeção de fatos ligados ao patrimônio, seu sentido próprio significa conhecimento, objetivando oferecer opinião concreta sobre a verdade de suas alegações, na condução de discussões entre duas ou mais partes comprometidas, mediante questão proposta a qual é requerida por uma das partes envolvidas. Deste modo realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramento sendo executado todo e qualquer procedimento necessário a opinião (Sá, 2011).

O exercício da função é uma competência do bacharel em Ciências Contábeis e daqueles que estejam devidamente registrados no Conselho Federal de Contabilidade. As atribuições dos profissionais da contabilidade, em especial a competência legal foi instituída por meio do Decreto-lei nº 9.285/46 a qual estipula trabalhos contábeis e atribuição exclusiva de função do perito contador (Ornelas, 2011).

Há algumas características que são desejáveis ao profissional que pretende atuar na perícia contábil, o profissional deve ter competência para dominar e compreender as normas e procedimentos fisco contábeis, ter aptidão para desenvolver seu conhecimento no assunto a ser tratado, ser estudioso, buscar sempre o progresso de suas experiências, reciclando seus estudos através de participação em cursos, treinamentos e palestras, deve ter modéstia para recusar trabalhos ao qual não possua capacidade e autoridade sobre o assunto, ou seja, não sendo de sua especialidade (Hoog, 2008).

Os utilizadores essenciais das informações elaboradas pelo perito são: magistrados, advogados e as partes. O magistrado requisita informações técnicas de estipulada área para concretizar sua decisão, indicando quem de fato dispõe o direito dentro de um litígio. Os advogados comprometidos no litígio usarão os resultados

obtidos no laudo pericial para descobrir a verdade oculta sobre os fatos conforme os interesses das partes (V. R. Wakim & E.

A. M. Wakim, 2012).

Diante deste cenário tem-se a seguinte problemática: Em relação ao mercado de trabalho, qual tem sido a percepção dos profissionais contadores atuantes na área de perícia contábil no Estado de Goiás?

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar a percepção dos profissionais contadores atuantes na área da Perícia contábil no Estado de Goiás.

O desenvolvimento desta pesquisa se justifica devido a importância da atuação do perito-contador, profissional que deve possuir conhecimentos de várias disciplinas, e manter seus conhecimentos atualizados conforme as normas legais e técnicas que regem a função, como profissional de perícia (França & Barbosa, 2015).

A pesquisa possui um diferencial em relação aos demais estudos mencionados, e pesquisas utilizadas como incentivo deste, abordando a percepção do profissional devidamente atuante e registrado na ASPECON. Conforme pesquisas de trabalhos através do Spell – *Scientific Periodicals Electronic Library*, trabalhos que abordem a visão do profissional sobre o mercado de perícia contábil são escassos.

Para atingir os objetivos almejados a metodologia consiste em uma pesquisa de campo, de aspecto descritivo aplicando como método de abordagem os aspectos qualitativos. Como ferramenta para coleta de dados, foi realizada através de aplicação de questionário via site *survey monkey* e *WhatsApp*, direcionados a Peritos contadores atuantes no mercado de trabalho devidamente cadastrados na Aspecon.

A estrutura desta pesquisa consiste em cinco seções, sendo a primeira a fase Introdutória, mencionando o objetivo, a contextualização do assunto a ser tratado, a justificativa, o objetivo, a metodologia e a divisão desta pesquisa. Segue a seção 2, onde consta a base teórica que direcionaram os estudos, a seção 3 a metodologia adotada para alcançar o objetivo, a 4 e a 5 apresentam as análises dos resultados obtidos através do método e os resultados alcançados, por fim aponta-se as referências.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta Seção, abordam-se os seguintes tópicos: Perícia Contábil; O Mercado de Trabalho da Perícia e Estudos anteriores sobre a perícia contábil. A plataforma teórica concentra-se na Perícia Contábil e no Mercado de trabalho do profissional perito, com

foco em fundamentar a questão da presente pesquisa e subsidiar os resultados da mesma a respeito da temática estudada.

## **2.1 Perícia contábil**

Entre as especialidades da ciência da contabilidade está a perícia contábil, que tem sido indispensável para esclarecer e assegurar a real representatividade das ocorrências contábeis em litígios judiciais e extrajudiciais, levando em conta os efeitos sociais resultantes de seu Trabalho (G. C. Silva & Matias, 2011).

A perícia pode ser realizada em vários âmbitos, com propósito de examinar fatos que abrangem causas que necessitam de opinião técnica. Já a perícia contábil tem seu objetivo as atividades que envolvem o patrimônio, fornecendo opinião técnica sobre fatos que o relaciona (Schmitz, Santos, Dallabona, Truppel, & Truppel, 2013).

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC, TP 01 (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2015) diz que a perícia contábil é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos com objetivo de levar à instância decisória elementos de prova que devem auxiliar na solução do litígio, por meio do laudo pericial contábil em acordo com as normas jurídicas e a legislação em que for cabível.

Deste modo o principal objetivo de uma perícia é expor uma prova, a autenticidade dos fatos que se correlatam com a ação, com o propósito de conceder ao árbitro ou juiz o laudo pericial, para contribuir na tomada de decisões pela instância julgadora (Aquino & Imoniana, 2017).

A esfera judicial, extrajudicial e arbitrário é alcançado pela perícia contábil, quando solicitada. A judicial refere-se a questões que carecem ser debatidas dentro do Poder Judiciário, a extrajudicial é realizada fora do poder judiciário e de modo não conflituosa. E a arbitrária ocorre quando as partes concordam em escolher livremente um mediador para julgar o objeto da questão (J. D. M. Martins, A. M. Martins, & Araújo, 2017).

O desempenho da atividade de perícia contábil requisita um conjunto de compreensão por parte do contador que a executará. O perito deve ter conhecimentos que sejam eficazes em sua função como auxiliar a justiça, pois ele concederá ao magistrado, os elementos técnicos contábeis fundamentais para a solução de uma determinada demanda proposta. E o laudo pericial contábil é o intermediário na qual



o perito faz chegar às mãos do juiz tais elementos fáticos (Cestare, Peleias, & Ornelas, 2007).

O laudo pericial contábil é o principal instrumento do perito nomeado pelo juiz. Pode ser preparado em cumprimento à determinação judicial, arbitral, ou por contratação, através de consentimento, de duas ou mais partes. Na primeira situação surge o laudo pericial contábil judicial. Nas demais, surge o laudo pericial contábil extrajudicial, onde um é por solicitação do Tribunal Arbitral e o outro em virtude de contrato (Ornelas, 2003).

Segundo o artigo 145 do Código Processo Civil (CPC), o juiz será acompanhado por um perito quando a prova da ocorrência necessitar de entendimento técnico. Os art. 420 e 421 falam que a prova pericial consiste em exame, vistoria e avaliação de fatos, dados e documentos e que o juiz indicará um perito, fixando um prazo de entrega do laudo.

O artigo 25, alínea “c”, estabelece que o laudo pericial contábil seja elaborado, apenas, por contador que estejam adequadamente registrados e habilitados pelo Conselho Regional de Contabilidade (Decreto-Lei n.º 9.295/46).

Quanto a forma de apresentação do laudo pericial contábil, a NBC TP 01 destaca que deve ser conduzido pelo perito nomeado respeitando a estrutura descrita na própria norma, a linguagem tem que ser clara, de forma objetiva e completa. Na ocorrência de termos técnicos inerentes a profissão, deve se colocar esclarecimentos adicionais de forma que contenha lógica para os usuários da informação que não estão habituados as rotinas contábeis.

Ainda conforme a NBC TP 01 a estrutura deve conter no mínimo, a identificação do processo e das partes, síntese do objeto da perícia, resumo dos autos, metodologia adotada e esclarecimentos, relato das diligências realizadas, transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil, termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices, assinatura do perito com a categoria profissional de contador e número de registro no CFC.

A partir das interpretações e definições citadas, o conceito de Perícia Contábil pode ser substanciado como sendo um trabalho efetuado por um profissional da área contábil, que por meio da execução de conhecimento científico e especialização, apresenta fatos ou atos, apresentando sua comprovação, diante do magistrado ou das outras autoridades, com a conclusão do laudo pericial (Cestare, Peleias, & Ornelas, 2007).

## **2.2 O mercado de trabalho da perícia**

O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor (executivo ou não executivo), gerente-proprietário ou voluntário de organização empregadora.

A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao profissional da contabilidade. Quanto mais alto o cargo do profissional da contabilidade, maior será a capacidade e a oportunidade de obter as informações, de influenciar as políticas e ações tomadas pelos outros envolvidos com a organização empregadora (NBC PG 200).

A área de Perícia Contábil é de grande relevância sendo a base de prova para uma decisão e a demanda por profissionais capacitados tem aumentado nos últimos anos. E para atender o mercado da perícia contábil não basta apenas optar por atuar na área, é de suma importância que se tenha uma educação de qualidade para que o perito contador desenvolva atributos mínimos de competência e aptidão para o exercício da profissão. A dificuldade de inserção no mercado, impossibilita que surja profissionais de vasta experiência nessa atuação, apesar da expansão do mercado de trabalho em Perícia Contábil. (Rodrigues, Moreira, Firmino, & Silva, 2016).

A pesquisa feita por Rodrigues et al. (2016) aponta que boa parte dos possíveis profissionais da área de contabilidade, não se interessam pela Perícia Contábil. E esses resultados podem interferir futuramente na resolução de discussões judiciais por falta de profissionais técnicos que auxiliem o magistrado em suas decisões entre a verdade oculta dos fatos e a busca por sanar os litígios.

As modificações no ambiente empresarial e nos modelos gerenciais estão entrepostas na vida dos colaboradores tanto dentro como fora das entidades, ao certo que a grande concorrência por um lugar no mercado de trabalho requer dos mesmos mais esforço pessoal, que requisita tempo e energia para atingir o progresso profissional (Silva & Rossetto, 2007).

Com as imposições do mercado de trabalho, cada vez mais esses profissionais devem se aprimorar e atestar dominação de conhecimentos sobre os conteúdos que afetam a especificidade escolhida, visando prestar um serviço de qualidade aos seus usuários. Acredita-se que quanto mais capacitado o contador se apresentar ao

mercado de trabalho, maior será a demanda por este profissional (G. C. Silva & Matias, 2011).

Algumas áreas que devem ser de compreensão e prática do profissional atuante na perícia, é o conhecimento na economia, com as finanças, com os tributos, e aqueles conhecimentos pertencentes às relações de trabalho (Zanna, 2011).

No que se diz contribuir com a atuação do perito, cabe ressaltar os conhecimentos inerentes ao exercício da função segundo Neves Júnior, Ferreira, Vilma, & Barreto (2013), confirmam que deve possuir boa aparência, ser bem escrito, por intermédio de uma utilização de linguagem clara e objetiva, capacitado a comprovar o conhecimento, e como habilidades necessárias ao perito contador, o português instrumental, a legislação, a elaboração de relatórios e a aparência pessoal, dominação no objeto a ser examinado, além de demonstrar as partes envolvidas no processo de que todas as indagações foram sanadas.

O contador e o perito-contador em sua função tem que manter apropriado grau de qualificação, tanto pelo conhecimento em contabilidade, quanto nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente as aplicáveis a legislação relativa a profissão contábil e das normas jurídicas, buscando sempre conhecimento mediante a programas de capacitação, educação continuada e especialização, para que assim seja realizado um trabalho com a observância da equidade (Normas Profissionais do Perito NBC – P2.1, 2005).

O desenvolvimento de uma carreira profissional é individual, também uma relação dinâmica entre o indivíduo e o trabalho ao longo de sua trajetória, podendo sofrer transformações na medida em que as demandas sociais e os papéis da vida vão mudando e exigindo do mesmo novas ações, competências e comportamentos.

Diante disso, muitos concluintes se deparam com diversas variáveis que podem influenciar no planejamento profissional futuro, como o número de ofertas, a economia e a competitividade do mercado de trabalho na profissão a qual se graduou (Bardagi & Boff, 2010).

Quadro 1 - Perfil do Perito Contador e Perito Assistente

<b>Perito Contador</b>	O perito deve ter conhecimento as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais as quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.	Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PP-01 2015, p3)
------------------------	--	--

<b>Perito Assistent e</b>	O perito contador assistente ou assistente técnico é o contratado pelas partes litigantes. Tal contratação pode ocorrer a qualquer momento da discussão judicial ou até antes do início da demanda, pensando-se na assessoria técnica das partes.	(Zannon, Peleias, Weffort, & Couto, 2018)
---------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

### **2.3 Estudos anteriores sobre a perícia contábil**

Pesquisas já executadas que demonstram certos resultados em relação ao assunto objeto desta pesquisa, de acordo com Soares et al. (2012) em sua pesquisa a qual foram analisadas as características do ensino de perícia no curso de ciências contábeis das universidades federais brasileiras, os principais assuntos mencionados nesta disciplina são o laudo pericial e a legislação a respeito da perícia e da atuação do perito, concluiu-se também que a disciplina é ministrada sempre entre o quinto e sétimo período do curso, sendo a mesma praticamente obrigatória em todas as universidades analisadas.

Como base para incentivo desta pesquisa, alguns estudos serão analisados, sendo um deles o realizado por França e Barbosa (2015) onde se teve como objetivo identificar se as instituições de ensino superior que ofertam o curso de ciências contábeis na região de Brasília, no Distrito Federal motivavam seus alunos quanto ao interesse pela perícia contábil e verificar se os conteúdos disponibilizados eram o suficiente para os alunos terem conhecimento dos desafios e oportunidades que a área possa oferecer para o profissional de contabilidade.

Os autores desta pesquisa concluíram que há um alto grau de desinformação no tocante a desafios e oportunidades que o mercado pericial pode oferecer aos seus profissionais, identificaram então a necessidade de que seja informado pelas instituições a carência que esta área possui de profissionais que conheçam as normas desta profissão, a legislação e práticas periciais.

Para o desenvolver sua pesquisa, foi utilizado o modelo descritivo, sendo de natureza bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos entre outros documentos que tratam deste assunto. Sua aplicabilidade foi através de questionário, aplicado em campo, de característica quantitativa, através da utilização da Escala Likert, em cinco níveis (sem importância; pouco importante; indiferente; importante; muito importante) no qual foi dividido em duas partes sendo uma com foco em definição do perfil dos alunos e a segunda parte em perguntas voltadas a percepção dos participantes sobre o aprendizado e mercado de trabalho.

Outro assunto analisado por J. D. M. Martins et al. (2017) de bastante relevância, e a abordagem da matéria em sala de aula, os alunos apresentaram uma visão de que os docentes não estão apresentando oficinas práticas e processos reais da área, com isso a falta de oportunidade para executar o que se aprende, acaba afastando os estudantes da intenção de exercer a função de perito contador.

Para enfatizar o resultado desta pesquisa, J. D. M. Martins et al. (2017) menciona Júnior, Amaral, Dias, & Barreto, (2015) que ressalta que a formação acadêmica não é o suficiente e para que o profissional consiga êxito na função de perito, se faz necessário a experiência. Todos os trabalhos apresentados teve como respondentes os discentes, devido à falta de pesquisas que analisassem o profissional, sendo o diferencial deste trabalho, a visão do profissional quanto a realidade da profissão, frente a demanda, oportunidades, remunerações, entre outros assuntos.

### **3. METODOLOGIA**

Nesta seção é apresentada a caracterização da Pesquisa, os métodos e os procedimentos utilizados na realização da pesquisa. Inicialmente é relatado o processo de seleção da amostra e da coleta de dados, seguidos pela abordagem de aplicação de questionários e o tratamento utilizado.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

A pesquisa é caracterizada do ponto de vista de seus objetivos como descritiva, tal classificação se faz jus, pois os fatos são analisados e registrados uma vez que descreve a relação encontrada através de variáveis.

A abordagem do problema é de característica quantitativa, tendo como finalidade aplicar técnicas estatísticas com os dados coletados. O procedimento de pesquisa será executado através de pesquisa de campo por intermédio da aplicação de questionários (Cooper & Schindler, 2003; Hair, Babin, Money & Samuel, 2005).

#### **3.2 Procedimentos, Amostra e Coleta de Dados**

Foi elaborado um questionário ao qual será voltado aos profissionais atuantes na área de perícia contábil, baseado e adaptado, aos questionários aplicados por Rodrigues et al. (2016) e Vasconcelos (2009).

O método a ser utilizado no questionário foi o da escala *Likert* que contém cinco níveis, é um tipo de resultado na qual se busca avaliar a percepção dos participantes. A escala *Likert* se caracteriza por uma série de afirmações onde se pede a percepção

do participante mediante uma escala de percepção numérica (Martins & Theóphilo, 2009).

O Âmbito da pesquisa são profissionais da área cadastrados na Associação dos Peritos Contadores do Estado de Goiás (ASPECON-GO), constam 30 profissionais registrados junto à Associação.

### 3.3 Análise de frequência – Escala *Likert*

Após o levantamento das respostas dos participantes, foi realizada a análise da frequência de cada resposta de acordo com a quantidade dos respondentes, usando como base as perguntas dos questionários as quais identificarão a forma de atuação, a visão quanto ao mercado, a expectativa de oportunidades e dificuldades da área, entre outras visões apresentadas conforme as respostas dos participantes.

Essa análise foi apresentada através da Escala *Likert* dentro das categorias de concordância, frequência, importância e probabilidade, segue as opções disponíveis para cada categoria, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Opções de respostas disponíveis por categoria

Concordância	Frequência	Satisfação
Concordo Totalmente	Muito frequente	Totalmente Satisfatório
Concordo	Frequentemente	Totalmente Satisfatório
Não estou decidido	Ocasionalmente	Totalmente Satisfatório
Discordo	Raramente	Totalmente Satisfatório
Discordo Totalmente	Nunca	Totalmente Satisfatório

Fonte: Elaboração própria.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados na pesquisa foram apresentados através de tabelas, as quais mencionaram a frequência obtida para cada uma das questões, que foram elaboradas e organizadas por critérios de relevância do assunto, sendo estruturada da seguinte forma: preceitos, relevância, órgão regulamentador, atuação, amplitude de atuação, inserção no mercado, aptidão, educação continuada, nomeação e rendimentos.

A pesquisa foi aplicada para todos os peritos cadastrados na ASPECON, que neste anode aplicação constam 30 profissionais registrados, entretanto obtivemos 17 respondentes, a forma utilizada para disponibilizar o questionário foi através de formulário criado por meio do site *SurveyMoney*, pelo qual criamos o link de acesso, enviado via e-mail e *WhatsApp*.

#### 4.1 Percepções dos respondentes

Em relação à primeira categoria, concordância, classificou-se a questão de número 08 do questionário. Esta questão abordou o assunto Educação continuada, a qual foi apresentada com respostas em escala *likert*, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Educação continuada

Opções de Resposta	Concordo		Não estou decidido		Discordo	
	Totalmente	Concordo	Discordo	Totalmente		
O contador, na função de perito, deve manter adequado nível de competência profissional, atualizando-se sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade. Qual seu grau de satisfação quanto aos cursos disponíveis no mercado para sua especialização.	41,18%	52,94%	0,00%	0,00%	5,88%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quando questionado se o contador no exercício da função possui disponíveis recursos, sendo eles cursos de especialização, a maioria dos respondentes, um total de 94,12%, concordou que dispõe de recursos para a sua qualificação na área.

A segunda classificação foi quanto a frequência, nesse âmbito se identificou as questões: 02,03,06 e 09 das quais abordaram os seguintes assuntos, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Relevância, assunto da questão 02, Aspecon, abordada na questão 03, inserção no mercado, temática da questão 06 e nomeação tópico levantado na questão 09.

Questão	Opções de Resposta				
	Muito Freqüente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
De acordo com a NBC PP 01, relevância é entendida como a importância da perícia no contexto social e sua essencialidade para dirimir as dúvidas de caráter técnico-científico contábil, sendo assim a área de atuação tem sido reconhecida com relevância.	35,29%	35,29%	17,65%	11,76%	0,00%
Segundo o estatuto da Associação dos Peritos Contadores do Estado de Goiás, o mesmo tem como objetivo unir os profissionais da perícia contábil para aprimorar seus conhecimentos na área. Diante disso, qual seu nível de satisfação quanto ao suporte oferecido pela ASPECON.	17,65%	35,29%	17,65%	11,76%	17,65%
Algumas profissões possuem a dificuldade de inserção no mercado pelo excesso de profissionais ou por pouca demanda. No seu ponto de vista, qual o nível de oportunidades, no mercado de trabalho da perícia contábil.	23,53%	17,65%	52,94%	5,88%	0,00%
Conforme NBC PP 01 a nomeação se dá em processo judicial, avalie sua satisfação com a frequência de sua nomeação em processos para o exercício da função perícia contábil.	17,65%	23,53%	52,94%	5,88%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



Na tabela a cima, observou-se que os respondentes concordam quanto a importância da perícia, sendo uma área respeitada e de grande magnitude para avaliar e garantir a autenticidade dos fatos em que haja litígio entre duas partes.

Em relação a ASPECON, os respondentes, em sua maioria, concordam que há suporte por parte da associação e estão satisfeitos com a função executada pelo estatuto. Quanto as oportunidades na área de perícia e a frequência de nomeação, 52,94% ficaram neutros quanto ao assunto.

Tabela 3 - Satisfação (questões: 1,4 , 5, 7, 10)

Questão	Opções de Resposta				
	Totalmente Satisfatório	Muito Satisfatório	Atitude Neutra	Muito Insatisfatório	Totalmente Insatisfatório
Conforme itens 7 e 14 da NBC PP 01 que diz ser necessária Declaração de Habilitação Profissional, comprovando a regularidade do contabilista perante Conselho Regional de Contabilidade, classifique seu nível de satisfação com os preceitos (legais e técnicos).	76,47%	11,76%	0,00%	11,76%	0,00%
Pela definição da Norma Brasileira de Contabilidade, a perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinada à solução de litígio, mediante laudo pericial contábil. A julgar pelo nível de satisfação, você indicaria mais profissionais para atuar na área.	47,06%	23,53%	29,41%	0,00%	0,00%
A ciência contábil se destaca pela amplitude das áreas de atuação (Judicial, extrajudicial, arbitral), envolvendo vários cenários, legislações e execução de normas. Avalie a amplitude das opções de atuação na perícia contábil.	41,18%	47,06%	11,76%	0,00%	0,00%

---

Devido à competitividade da área, os profissionais buscam conhecimentos que agreguem ao seu marketing pessoal para se destacarem no mercado profissional. Quanto na área de perícia contábil avalie o nível de peritos aptos a atuar.	47,06%	41,18 %	11,76%	0,00%	0,00%
---	--------	------------	--------	-------	-------

---

Seguido as orientações do item 49 da NBC PP 01, sendo considerado em sua proposta de honorários, a relevância, o risco, a complexidade, entre outros elementos, qual é seu nível de satisfação com o retorno financeiro que a área lhe tem proporcionado.	35,29%	17,65 %	47,06%	0,00%	0,00%
---	--------	------------	--------	-------	-------

---

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto aos preceitos legais e técnicos, o resultado desta questão foi unânime, todos os respondentes concordam e se sentem satisfeitos com os regulamentos e normativas regentes para a perícia contábil e ao perito contador.

No que diz respeito a aptidão dos profissionais da área, os respondentes concordam que há apropriado entendimento e experiência.

Em relação ao retorno financeiro, 47,06% são neutros frente ao assunto e 35,29% consideram muito importante o cálculo dos honorários, conforme a carência do trabalho que será executado.

Acerca da atuação, 70,59% dos profissionais indicariam mais pessoas para trabalhar na área da perícia, o que justifica as respostas obtidas quanto a satisfação pela profissão, no que diz respeito a amplitude da área, para desempenhar seus conhecimentos, 88,24% acreditam ser satisfatório.

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados retratados em estudos anteriores, foram estimulantes para a elaboração deste estudo, alguns artigos foram utilizados como norteadores, visto que alguns dos seus resultados contribuíram para o impulso do objeto desta pesquisa.

Sendo um deles o realizado por França e Barbosa (2015) do qual se destaca certos resultados mencionados em sua conclusão, como o fato que 71% dos respondentes não acreditam que a remuneração do perito contador seja satisfatório. Este resultado se assemelha ao encontrado em nossa pesquisa, na questão 10, onde 47,06% consideram o retorno financeiro da profissão moderado.

A pesquisa de Rodrigues, Moreira, & Silva (2016) aponta baixa pretensão de atuação na área por futuros profissionais, já esta pesquisa aponta que 47% dos profissionais da área estão quase sempre satisfeitos e indicariam para outros profissionais ingressarem, os outros 53% se dividem, em geral e as vezes é verdade, que indicariam e se sentem satisfeitos, de modo que nenhum afirmou não estar satisfeito ou não indicar a atuação no ramo de perícia contábil.

Percebe-se então, uma diferença sugerindo assim, que a baixa pretensão de atuação por parte dos discentes seja pela falta de contato com pessoas atuantes na perícia contábil.

Neves Júnior (2013) ressalta que a formação superior e até mesmo o registro no órgão de classe não são suficientes ao perito, fazendo-se necessária ainda a experiência profissional na área de atuação. Já em nossa pesquisa, constatou-se que 88,24% (sendo 47,06% Concordo totalmente e 41,18% Concordo) dos peritos que responderam ao questionário acreditam que estão aptos a atuar na área.

O resultado da pesquisa revela que em comparação com os estudos anteriores, a presente se diferencia pela captação de dados diretamente ligados ao mercado de trabalho com foco no reconhecimento da relevância da profissão.

Não discutiram o nível de satisfação dos profissionais quanto ao suporte oferecido pela ASPECON, buscamos trazer a percepção dos peritos. O resultado apresentado neste estudo mostra que 52,94% dos respondentes se dizem satisfeitos ou totalmente satisfeitos e os outros 47,06% não estão satisfeitos com o suporte da ASPECON, ou não tem uma opinião formada.

## **6. CONCLUSÕES**

O objetivo inicial da pesquisa era analisar a percepção dos profissionais contadores atuantes na área da pesquisa contábil no Estado de Goiás. É possível afirmar que o mesmo foi atingido, visto que, mesmo com um percentual pequeno de respondentes, foi possível coletar as opiniões dos peritos contadores.

Através de questionário aplicado aos profissionais registrados na ASPECON, foram realizadas pesquisas sobre a percepção dos profissionais peritos contadores, nelas foram constatadas os níveis de satisfação dos mesmos com a profissão e oportunidades que à eles são dadas.

Em análise das questões constatou-se que 76,47% dos respondentes concordam totalmente com os preceitos legais e técnicos que regem a profissão do perito contador. Outro dado relevante foi que 52,94% dos profissionais possuem a dificuldade de inserção no mercado, e que, os peritos contadores respondentes mostraram-se satisfeitos quanto ao retorno financeiro proporcionado pela profissão, obtendo um resultado percentual de 47,06 % com opinião neutra e os demais sendo satisfeitos.

A questão 05, a qual abordou o contentamento quanto as opções de atuação, obteve-se um resultado bastante positivo, sendo 88,24% concordam que há amplitude na área de atuação. Talvez uma explicação para tais fatos de satisfação seja a pouca competitividade no mercado, por causa da falta de muitas demandas e o alto nível de desinteresse dos graduandos pela área, conforme demonstrado nos estudos anteriores, citados em nosso referencial teórico.

O resultado encontrado evidencia que a área é abrangente porém de difícil acesso para iniciantes e de poucas oportunidades.

Embora o presente estudo possa contribuir para a avaliação da percepção dos profissionais peritos no Estado de Goiás, no ano de 2020, uma limitação da pesquisa consiste na quantidade de respostas, uma vez que o retorno por parte dos respondentes não corresponde a 100% dos profissionais atuantes no Estado.

Além disso, o momento atual, em razão da pandemia da COVID-19, não possibilitou a visita a outros profissionais, a fim de aplicar o questionário para um número maior de profissionais.

Como contribuição, o presente estudo apresentou a percepção dos profissionais peritos no Estado de Goiás, contexto ainda não utilizado para pesquisas

envolvendo tal temática. Ademais, os achados da pesquisa sugerem os resultados da literatura sobre o assunto, indicando que mesmo em um contexto diferente, os resultados envolvem de forma geral, dificuldade de acesso do profissional ao mercado no início da carreira e a pouca participação de novos entrantes à carreira de perito, no Estado de Goiás.

Como sugestão para realização de novos trabalhos propõe-se a extensão na aplicação de questionários, atingindo um número maior de profissionais. Além disso, sugere-se a inclusão de novas questões e aplicação de questionários a docentes e discentes, para comparar com a percepção de profissionais já atuantes em perícia contábil, verificando assim o poder explicativo das questões aplicadas.

## **6. REFERÊNCIAS**

Andere, M. A., & Araújo, A. M. P. (2008). Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 19(48), 91-102.

Aquino, A. A., & Imoniana, J. O. (jul-dez de 2017). Contabilidade Forense e Perícia Contábil: um estudo fenômeno gráfico. *Organizações em contexto*, 13, 0.

Bardagi, M. P., & Boff, R. d. (2010). Autoconceito, Auto-Eficácia Profissional e Comportamento exploratório em Universitários Concluintes. *Avaliação*, 16.

Zannon, G., Peleias, I. R., Weffort, E. F. J., & Couto, M. B. (2018). A Percepção dos Juizes Paulistanos acerca da Atuação do Perito Contador Assistente à Luz do Código de Processo Civil. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(2), 122-149.

Brasil. (1973 de 01 de 11). Lei 5869/73. *Dos Auxiliares da Justiça*.

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5869-11-janeiro-1973-357991-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. (1946 de 05 de 27). Decreto-Lei n.º 9.295/46. *Das Atribuições profissionais*.

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cestare, T. B., Peleias, I., & Ornelas, M. G. (2007). O Laudo Contábil e sua adequação as normas do conselho federal de contabilidade e a doutrina: um estudo exploratório. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 12, 1.

Conselho Federal de Contabilidade [CFC]. (19 de 03 de 2015). CFC. Fonte: Conselho Federal de Contabilidade: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tp-de-pericia/>

Cooper, D., & Schindler, P. (2003). Métodos de Pesquisa em administração.

Neves Júnior, I. J., Ferreira, L. V., V. G., & Barreto, M. D. (2013). Conhecimentos e Habilidades Desejáveis aos Peritos e Peritos Assistentes Atuários. *Pensar Contábil*, 11.

Felix, C. A., & Junior, I. D. (2009). Proposição De Núcleo De Práticas De Perícia Contábil Na Universidade Católica De Brasília – UCB, A Partir Das Experiências em Cursos de Direitos. *Revista del Instituto Internacional de Costos*, 21.

- França, J. A., & Barbosa, A. B. (2015). O ensino da perícia contábil em Brasília: Percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Catarinense de Ciências Contábil*.
- Junior, I. J. N., Amaral, J. L., Dias, A. G., & Barreto, M. D. (2015). Perícia Contábil na Graduação: sua Contribuição para Formação de Contadores, a partir da aplicação do Modelo Contingencial de Vroom.
- Hair Jr, J., Money, A., & Samoel, P. (2005). Fundamentos de métodos de pesquisas em administração. Porto Alegre: Book-man.
- Hoog, W. A. (2008). *Prova pericial contábil: aspectos práticos & fundamentais*. São Paulo: Juruá Editora.
- Martins, G. D., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Martins, J. D., Martins, A. M., & Araújo, A. O. (2017). A Percepção dos discentes do curso de ciências contábeis quanto às habilidades e competências desenvolvidas na disciplina de perícia contábil. *REUNIR*.
- Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01. (2015).  
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/doca/NBCPP01.pdf>
- Ornelas, M. G. (2003). *Perícia Contábil*. São Paulo: Atlas. Ornelas, M. M. (2011). *Perícia contábil* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, A. C., Moreira, F. S., Firmino, J. E., & Silva, M. C. (2016). A percepção dos alunos do curso de ciências contábeis acerca do ensino e do mercado de trabalho em perícia contábil. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, 15.
- Sá, A. L. (2011). *Perícia Contábil*. São Paulo: Atlas.
- Schmitz, T., Santos, V., Dallabona, L., Truppel, E. K., & Truppel, L. (dez de 2013). Perícia Contábil: Análise Bibliométrica e socio métrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 12(Especial), 64-79.
- Silva, A. B., & Rossetto, C. R. (2007). A Busca do Equilíbrio na Relação Trabalho e Família: um Estudo com Gerentes do. 16.
- Silva, G. C., & Matias, M. A. (2011). Perícia Contábil: a visão dos contadores mineiros sobre os requisitos necessários, as atribuições e o campo de atuação da área. *Revista Mineira de Contabilidade*, 11.
- Soares, S., Nunes, G., & Limongi, B. (2012). O Ensino de Perícia Contábil em universidades federais: Alguns aspectos curriculares. XXXVI Encontro da ANPAD.
- Vasconcelos, A. F. (2009). Professores em Ciências Contábeis: : um estudo sobre as competências para o exercício da docência nos cursos presenciais no Nordeste Brasileiro.
- Wakim, V. R., & Wakim, E. A. (2012). *Perícia Contábil e Ambiental: fundamentação e prática*. São Paulo: Atlas.
- Zanna, R. D. (2011). *Prática de Perícia Contábil*. São Paulo: IOB.

## **CPC 29: ANÁLISE DO DISCLOSURE DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

Amanda Joventino De Sousa  
Loyara Lucas De Matos  
Marcial Sebastião Neto  
Thalita Alves Tenório  
Thaynara Aline Lopes Gomes  
Denise Fernandes Nascimento

### **1. INTRODUÇÃO**

O processo de convergência das Normas Brasileiras de contabilidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) se deu em função da necessidade de uma padronização das normas brasileiras em relação ao reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das informações contábeis. Como consequência, o objetivo de estudar, preparar e emitir os pronunciamentos técnicos foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), (Carvalho, 2013).

Sendo assim, foi criado o CPC 29 – Ativos Biológicos Produtos Agrícolas e Agropecuários que por sua vez está em conformidade com o *International Accounting Standard* (IAS) 41 – *Agriculture*, que é o que estabelece como será feito o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos nas companhias desse determinado ramo. Espera-se que com a adoção do CPC 29 ocorra uma melhor determinação dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação (Theiss, 2011).

Conforme este Pronunciamento estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas (carne, lã, cana-de- açúcar, soja, frutas etc.).

O Pronunciamento CPC 29 foi lançado em 2009, passando a vigorar obrigatoriamente a partir de 2010, há ainda algumas dúvidas em relação às suas aplicações e exceções de acordo com as atividades desenvolvidas pelas companhias, sendo que algumas empresas, muitas vezes do mesmo setor, tendem a mensurar seus ativos biológicos por métodos diferentes (método de custo e método do valor justo) e apresentam níveis de *Disclosure* diferentes (Barros, 2012; Scherch, Nogueira, Olak & Cruz, 2013).

Levando em considerações pesquisas feitas anteriormente sobre o CPC 29 ativos biológicos, onde foram feitas entre 2010 e 2015 (Nogueira & Pires, 2017), com vistas a complementar os resultados, a presente pesquisa expande o período de análise a partir de 2016, considerando variáveis independentes, tendo como problema qual o nível de divulgação do Ativo biológico nas Companhias Brasileiras 2017 a 2019 quais são os determinantes dos níveis encontrados?

Tendo como objetivo foi analisar o nível de divulgação do CPC 29 nas Companhias Brasileiras listadas na bolsa Brasil balcão B3 de 2017 a 2019 e identificar os determinantes dos níveis encontrados. Segundo Nogueira e Pires (2017) quatro variáveis Tamanho da Empresa, Representatividade dos Ativos Biológicos em relação ao Ativo Total, Nível de Governança Corporativa, se a empresa era auditada por *Big Four* ou não, são as que mais se relacionam com ativo biológico e por isso o estudo de pesquisa.

A pesquisa torna-se relevante a partir da significância das atividades agrícolas na economia nacional, vendo também a importância em melhorar pontos relevantes como apresentação completa das informações aos usuários externos (Figueira, Ribeiro, Oliveira, Nardi & Nakão, 2015).

Conforme o CPC 29 devido aos diferentes métodos de mensuração (custo ou valor justo) pode haver informações contábeis diversas, necessitando de um cuidado maior por parte de o analista buscar maiores informações em notas explicativas.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa baseada na análise das demonstrações contábeis, referentes aos anos de 2017 a 2019, de empresas do setor de agronegócios listada da bolsa, tendo como base os requisitos de divulgação estabelecidos no CPC 29.

## **2. ATIVOS BIOLÓGICOS**

A convergência das normas internacionais de contabilidade vem exigindo maiores níveis de informação e divulgação. Entre elas, a forma de reconhecimento e mensuração de ativos, como é o caso dos ativos biológicos, que com o CPC 29 passaram a ter tratamento diferenciado dos demais ativos das empresas (Theiss, 2014).

Conforme o Pronunciamento IAS 41, o CPC 29, que trata do ativo biológico e do produto agrícola, prescreve o tratamento contábil para as empresas que atuam na



agropecuária, além das divulgações das informações úteis aos vários usuários (Scherch, Nogueira, Olak & Cruz, 2013).

Portanto, ativo biológico é um animal e/ou uma planta viva; e produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade – atividade agrícola compreende como característica a mudança biológica gerenciável e mensurável. (Comitê de Pronunciamento Contábeis, 2009).

Foi possível verificar no Brasil, que nos últimos anos, uma mudança significativa nos procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil, refletindo sem se isentar ao setor agropecuário. Uma das mudanças mais significativas no ativo biológico, citado anteriormente, foi a contabilização dos ativos, prioritariamente com base no valor justo, conforme é exigido por ele. (Nogueira & Pires, 2015).

O pronunciamento mostra qual tratamento adequado deve ser dado à contabilização dos ativos biológicos e produtos agrícola. Sendo assim as empresas que possuam em sua composição patrimonial, ativos considerados ativos biológicos devem seguir as normatizações do CPC 29, para realizarem seu reconhecimento, mensuração e evidenciação. (Nogueira & Pires, 2015).

O Pronunciamento citado destaca que para que a empresa reconheça ativo biológico em seu balanço, deve-se atender os seguintes requisitos: a) O ativo é controlado pela entidade como resultado de eventos passados; b) É provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e c) o valor justo ou o custo do ativo pode ser mensurado confiavelmente. Atendidos a todos estes requisitos, a empresa poderá registrar o ativo. Na falta de qualquer um deles, o ativo biológico não poderá ser reconhecido (CPC, 2009).

Se for feita uma análise cautelosa, pode-se verificar que na verdade estes requisitos é resultado das exigências básicas de qualquer ativo para ser reconhecido sempre que for provável a geração benefícios econômicos futuros para a empresa por meio dele, e quando for possível determinar o seu custo ou valor em bases confiáveis. Assim caso a entidade utilize ou comprometa recursos financeiros em prol de algo que do qual não se espera a geração de um retorno em benefícios econômicos [futuros], o item não deverá ser reconhecido como Ativo no Balanço Patrimonial.

Sendo assim, se a empresa não tiver o controle do ativo e não ter claro um fato passado do qual resultou o controle do ativo, a entidade não poderá reconhecê-lo (CPC, 2009).

Desta forma, se o ativo não gerar benefício futuro, não será um ativo, e se não puder ser mensurado com confiança, também não poderá ser evidenciado nas demonstrações. Neste sentido, o CPC 29, ainda complementa que o controle pode ser evidenciado, por exemplo, pela propriedade legal do (bem) gado e a sua marcação no momento da aquisição, nascimento ou época de desmama. Os benefícios econômicos futuros são, normalmente, determinados pela mensuração dos atributos físicos significantes (CPC, 2009).

A implementação das normas internacionais para reconhecimento, mensuração e divulgação de informações contábeis chega ao encontro da necessidade de inovações, que as regras dos negócios estabelecem ao mundo atualmente. Nesse cenário, o IASB surge como importante direcionador do processo de conciliação, as discussões e revisões, os *International Accounting Standards – IAS* e os *International Financial Reporting Standards – IFRS*. Através desses modelos, o IASB busca conciliar o que não pode ser esclarecidos pelas características ambientais dos países (Schroeder, Clark, Cathey, 2009).

No cenário mundial, diversas nações estão adotando as IFRS. O Brasil como signatário com o processo de convergência dos *financial reports*, estabeleceu normas e etapas para o alinhamento das práticas de contabilidade locais às normas internacionais. A promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou diversos dispositivos da Lei 6.404/76, reforçou a obrigatoriedade de adoção de normas internacionais ao estabelecer que as normas expedidas pela CVM Comissão de valores mobiliários (Lei 11638/2007).

Mudanças de ativos por meio de (i) crescimento (aumento em quantidade ou melhoria na qualidade do animal ou planta), (ii) degeneração (redução na quantidade ou deterioração na qualidade de animal ou planta) ou (iii) procriação (geração adicional de animais ou plantas); ou Produção de produtos agrícolas, tais como soja, milho, carcaça, lã, leite (CPC, 2009).

Assim, o Pronunciamento técnico CPC 29 deve ser aplicado para a produção agrícola, sendo considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade.

Entretanto, o referido Pronunciamento não trata do processamento dos produtos agrícolas após a colheita, em que se pode citar a transformação da uva em vinho por vinícola, mesmo que ela tenha cultivado e colhido à uva. Após o momento

da colheita, deve-se aplicar o Pronunciamento técnico CPC 16 – Estoques ou outro Pronunciamento técnico mais adequado (CPC, 2009). Conforme suas contabilizações.

## **2.1 Ativos Biológicos e suas Contabilizações**

A contabilidade do agronegócio não está limitada somente ao Pronunciamento Técnico CPC 29 como será visto adiante, embora também tenha sua aplicação pela maioria das empresas que atuam no agronegócio.

O CPC 29 se aplica aos ativos biológicos, exceto planta portadora, produtos agrícolas no ponto de colheita e subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos, embora não sejam comuns em nosso país. Não podemos confundir os ativos biológicos com outros ativos que são utilizados no agronegócio (CPC 27, 2009)

As terras nas quais os ativos biológicos são cultivados, embora tenham total relação com a atividade agrícola, não devem ser classificados como ativos biológicos. São ativos imobilizados. Isso vale para as benfeitorias sobre as terras como cercas, aceiros, estradas, curral etc. Estas benfeitorias são bens do ativo imobilizado e devem ser contabilizadas separadamente dos terrenos, pois devem ser depreciadas considerando a suas vidas úteis (CPC27, 2009).

Algumas plantas possuem as seguintes características e são chamadas de plantasportadoras:

- a) é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas;
- b) é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e
- c) tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.

Quando houve a inclusão do termo *bearer plant* nas normas internacionais IAS 41 Agriculture e IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, sugeri a um dos membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a tradução do CPC 29 para planta de produção ou planta portadora de frutos.

Ao considerar a laranjeira como ativo imobilizado e a laranja como ativos biológicos, temos algumas implicações nas demonstrações financeiras das entidades:

A planta portadora é classificada no ativo imobilizado pelo custo de aquisição e/ou formação e depreciada pela sua vida útil econômica (algumas plantas são semi-perenes ou perenes). A norma antes da revisão previa que a laranjeira e os frutos (atuais e futuros) seria um único ativo biológico e eram mensurados a valor justo (Salemí, 2009).

Os ativos biológicos são representados pelos frutos em crescimento até a colheita e devem ser mensurados pelo valor justo (somente os frutos em crescimento). São classificados normalmente como ativos circulantes, considerando que a maior parte das culturas promovem colheitas anuais (IAS 41).

Algumas culturas não possuem planta portadora como lavoura de soja, milho, algodão, reflorestamento sem condução da rebrota etc. Estes ativos são tratados como ativos biológicos desde o plantio até a colheita. São as chamadas culturas temporárias ou anuais. Cada colheita exige um plantio. Enquanto para as plantas portadoras, cada plantio gera colheitas anuais e sucessivas por vários anos (CPC 29, 2009).

A divisão entre planta portadora e ativos biológicos somente existe para plantas. Portanto, animais são todos considerados ativos biológicos, desde que atendam os critérios para reconhecimento (CPC 29, 2009).

Portanto, a matriz e o touro, embora tenham capacidade de gerar novos ativos biológicos, são considerados ativos biológicos e normalmente classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa da realização dos benefícios econômicos futuros. O gado de corte também é ativo biológico e geralmente são classificados no ativo circulante em decorrência da expectativa de sua realização (CPC 29, 2009).

Há empresas que realizam melhoramento genético para desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar ou florestas. A pesquisa não pode ser reconhecida como ativo intangível. Já o desenvolvimento da variedade deve ser reconhecido como ativo intangível, mesmo que se refira ao desenvolvimento de uma variedade de ativos biológicos, que representa ativos biológicos fisicamente (CPC 29, 2009).

As variedades são normalmente registradas no Ministério da Agricultura e são protegidas por um período de anos (10 anos, por exemplo). De acordo com o CPC 38, os ativos intangíveis gerados internamente devem ser reconhecidos se atenderem os critérios estabelecidos naquela norma (CPC 38, 2009). Conforme suas evidenciações.

## **2.2 Ativos Biológicos e suas Evidenciações**

Iudicibus (2010) é demonstrado evidenciação que encontra –se ligada ao próprio objetivo da contabilidade, ao realizar informações diferenciadas aos seus

vários usuários. Segundo Nogueira, fala sobre uma evidenciação que deve ser ao mesmo tempo justa, plena e adequada no que se refere ao que se está evidenciando.

Ludícibus (2010) concorda com Hendriksen e Van Breda (1999) os autores respondem, em consonâncias com as normatizações, que a divulgação é feita pensando em acionistas, investidores e credores, visto que esses usuários têm necessidades informacionais mais claras e definidas.

Outras questões levantadas por Hendriksen e Van Breda (1999) seriam qual a finalidade da informação? E quanta informação deve ser divulgada? A finalidade é respondida pela própria definição, ou seja, fornecer informações para a tomada de decisão, já a quantidade de informação pode ser respondida considerando o conceito trazido por Ludícibus (2010), o quanto for necessário para a divulgação ser justa, plena e adequada.

O CPC 29 (2009), nos itens apresentados 40 a 57, que são divulgadas informações como: o ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo, a descrição de cada grupo de ativo biológico, divulgações sobre a forma de mensuração dos ativos, subvenções governamentais entre outros itens, devendo ser publicada em notas explicativas.

Segundo Barros, Souza, Araújo, Silva e Silva (2012), investigaram em anos anteriores que as informações divulgadas em notas explicativas ainda eram superficiais.

Segundo Pires & Nogueira (2015), ressalta que a ausência de informações sobre ativos biológicos ou informações incompletas pode comprometer a análise dos usuários externos, uma vez que estes não poderão analisar com critério e tomar as decisões com segurança. Assim, é importante a realização da presente pesquisa, visando analisar o nível de divulgação das companhias brasileiras, identificando os seus fatores determinantes, com vistas a uma melhoria na evidenciação das informações nos relatórios contábeis.

### **2.3 Fatores determinantes do Disclosure do CPC 29**

Brizolla, Pletsch, Fasolin, Silva e Rosa (2014) investigaram a influência dos indicadores financeiros (Tamanho, Rentabilidade do ativo, Retorno sobre Patrimônio Líquido e Percentual dos Ativos biológicos em relação ao ativo total).

Sobre o índice de divulgação da empresa de acordo com o CPC 29. Os autores investigaram 16 Companhias brasileiras listadas na B3 no período de 2009 a

2012. Os resultados indicaram que as variáveis independentes significativas foram o Tamanho e a ROA. Mostrou que as variáveis influenciaram em sentidos diferentes. Onde o Tamanho tem uma relação positiva, quanto maior o Tamanho, maior o índice de divulgação. Já o ROA demonstrou uma relação negativa, sendo que conforme o ROA aumenta diminui o índice de divulgação.

Sherer et al. (2014) também investigaram os fatores determinantes do Disclosure do ativo biológico. Seus estudos indicaram que as três variáveis independentes demonstram uma variação de 20% no indicador de divulgação. A relação com variáveis Capital Aberto/Fechado foi negativa, concluindo que empresas de capital fechado tem um indicador de divulgação acima das de capital aberto; Tamanho e Representatividade dos Ativos Biológicos evidenciam uma relação positiva com a variável dependente. Reforçando os resultados Macedo et al. (2015).

Outros estudos realizados no período de 2010 e 2011, Oliveira et al. (2015), inseriu empresas que tinham saldo de ativos biológicos e empresas de auditoria (ser Big Four ou não), Os resultados demonstram que, independentemente da empresa de auditoria, nenhuma das companhias apresentou uma divulgação exata do exigido pelo CPC 29. Porém as empresas auditadas por Big Four têm uma maior aderência às exigências de divulgação do CPC 29.

Como se pode observar, a fundamentação teórica demonstra que as variáveis onde apresenta de algum modo relevância são: Tamanho (ln do total do ativo), Empresa de Auditoria (big Four ou não), ser companhia Aberta ou Fechada, ROA e Representatividade dos Ativos Biológicos. Na presente pesquisa realizou-se uma investigação utilizando algumas destas variáveis, visando assim contribuir com o conhecimento acumulado sobre o tema. No próximo tópico, intitulado Aspectos Metodológicos, busca-se esclarecer o proceder científico utilizado na resolução da questão de pesquisa.

### **3. METODOLOGIA**

A referida pesquisa classifica-se como descritiva, pois segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), este tipo de pesquisa tem como enfoque especificar propriedades, características e traços importantes de um determinado fenômeno, sendo neste caso os fatores determinantes do *Disclosure* do CPC 29 nas companhias brasileiras.

Conforme Cooper e Schindler (2003) podem-se classificá-la também como quantitativa uma vez que o período pesquisado é de 2017 a 2019 para a coleta dos dados, selecionaram-se as Companhias brasileiras de capital aberto que tinham saldo de Ativos biológicos conforme dados divulgados na Bovespa.

A partir da lista, encontrada na B3 procedeu-se a coleta das demonstrações contábeis (BP, DRE e DFC), notas explicativas, nível de governança corporativa e empresa de auditoria independente para os 3 anos (2017 a 2019). Da amostra inicial foram excluídas as empresas que não apresentaram saldo de ativos biológicos (no ano analisado), assim, a quantidade foide 20 empresas, conforme Quadro 01.

Quadro 1- Empresas que fazem parte da amostra

Biosev	Ferbasa	Marfrig	Suzano Holding
Brasilagro	Fibra	Minerva	Terreos
BRF	Itausa	Rasp-Agro	Trevisa
Ceeed	JBS	São Martinho	V-Agro
Celulose Irani	Klabin	SLC Agrícola	WLM

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na Bovespa (2020).

A partir das informações coletadas, ocorreu a verificação da variável dependente, que é o nível de *Disclosure* do CPC 29. Para isso, foi realizada a Análise de Conteúdo das Notas Explicativas, verificando o nível de Divulgação da Companhia em relação ao exigido pelo CPC 29 itens 40 ao 57.

Para cada item que foi analisado a empresa receberá 1, caso atenda o item, e 0 caso não atenda ou 'não se aplica' (NA), caso o item não seja aplicado àquela organização.

Após a análise do *Disclosure*, foram coletadas as variáveis independentes de cada ano (empresa de auditoria; nível de governança corporativa; total do ativo; e representatividade dos ativos biológicos).

Quadro 2 - Itens do CPC 29 Analisados na pesquisa

40	Divulgou ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?
41	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?
42.1	Dissertativa?
42.2	Quantitativa?
43.1	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos?

43.2	A entidade divulgou a base para realizar tais distinções?
46	Foram divulgadas nas demonstrações contábeis caso isso não tenha sido feito de outra forma:
46.1	A natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?
46.2	Mensurações ou estimativas não financeiras de quantidades físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e/ou da produção agrícola durante o período?
49	A entidade divulgou:
49.1	A inexistência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidade?
49.2	O montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?
49.3	As estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?
50	A entidade apresentou a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?
50.1	Ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda;
50.2	Aumentos devido às compras;
50.3	Reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
50.4	Reduções devidas às colheitas;
50.5	Aumento resultante de combinação de negócios;
50.6	Diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moedade apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade;
50.7	Outras mudanças.
51	A entidade divulgou separadamente as mudanças físicas e de preços no mercado que alteraram o valor justo, menos a despesa de venda de um ativo biológico?
53	A entidade divulgou se ocorreu um item material de receita ou despesas decorrentes de eventos climáticos, de doenças e outros riscos naturais dos quais a atividade agrícola está frequentemente exposta?
4	Caso a entidade tenha mensurado seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumulada, no final do período divulgou:
54.1	Uma descrição dos ativos biológicos?
54.2	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?
54.3	Uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo (se possível)?
54.4	O método de depreciação utilizado?
54.5	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?
54.6	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecoverabilidade acumulada) no início e no final do período?



56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumulada se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade, divulgou uma descrição dos ativos biológicos, uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável, e o efeito da mudança?
57	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis, condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental, e as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?
57.1	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?
57.2	Condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental
57.3	E as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?

Fonte: Adaptado de CPC 29 (2009).

Os resultados dos níveis de conformidade relativo ao CPC-29, das empresas pesquisadas, para os exercícios de 2017 a 2019, são expostos na tabela 01:

**Tabela 1 - Nível de Conformidade das empresas – 2017 a 2019**

Empresa	2017	Empresa	2018	Empresa	2019
	Percentual da Empresa		Percentual da Empresa		Percentual da Empresa
Biosev	62%	Biosev	81,25%	Biosev	84,38%
Brasilagro	75%	Brasilagro	81,25%	Brasilagro	87,50%
SLC Agrícola	78,13%	SLC Agrícola	84,38%	SLC Agrícola	87,50%
V-Agro	90,63%	V-Agro	96,88%	V-Agro	96,88%
BRF AS	68,75%	BRF SA	81,25%	BRF SA	75%
JBS	100%	JBS	100%	JBS	100%
Marfrig	100%	Marfrig	100%	Marfrig	100%
Minerva	81,25%	Minerva	93,75%	Minerva	78,13%
São Martinho	90,63%	São Martinho	90,63%	São Martinho	90,63%
Tereos	0%	Tereos	0%	Tereos	0%
Wlm Ind Com	96,88%	Wlm Ind Com	96,88%	Wlm Ind Com	96,88%
Cceed	0%	Cceed	0%	Cceed	0%
Celulose Irani	87,50%	Celulose Irani	87,50%	Celulose Irani	87,50%
Eucatex	53,13%	Eucatex	75%	Eucatex	62,50%
Fibria	84,38%	Fibria	84,38%	Fibria	90,63%
Klabin S/A	84,38%	Klabin S/A	84,38%	Klabin S/A	84,38%
Suzano Papel	84,38%	Suzano Papel	84,38%	Suzano Papel	84,38%
Itaúsa	68,75%	Itaúsa	71,88%	Itaúsa	75%
Trevisa	65,63%	Trevisa	78,13%	Trevisa	68,75%
Ferbasa	81,25%	Ferbasa	84,38%	Ferbasa	84,38%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para a coleta do nível de conformidade foram analisadas as notas explicativa encontradas na B3 e os sites das empresas, para cada item que foi coletado, a empresa recebeu 1, quando atendeu o item, e 0 caso não tenha atendido ou 'não se aplica' (NA), caso o item não fosse aplicado àquela organização.

Após a coleta foi realizado o cálculo para a verificação do nível de conformidade onde apresentou apenas duas empresas que tiveram maior percentual de divulgação que foi de 100% estas empresas foram Jbs e Minerva e a empresa Eucatex teve o menor percentual de 63,54% de divulgação dos itens. Já as empresas Terreos e Ceed não divulgaram as informações e não utilizadas para gerar a regressão linear múltipla.

Após a essa análise do *Disclosure*, se coletou as variáveis independentes de cada ano (empresa de auditoria; nível de governança corporativa; total do ativo; e representatividade dos ativos biológicos).

Além disso, o período analisado foi de 2017 a 2019, devido à pesquisas referente ao mesmo assunto já terem sido feitas de anos anteriores e para dar continuidade que também foi sugerido por de Nogueira e Pires (2016), analisar o nível de conformidade e se houve mudanças em seus resultados nesses anos.

### 3.1 Seleção Das Variáveis Da Pesquisa

A variável dependente, apesar de ser originada de uma variável binária (0 ou 1), após a comparação com o número de indicadores totais que deveria atender, torna-se uma variável contínua (0 a 1).

As variáveis independentes foram selecionadas de acordo com a literatura e são apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Variáveis da pesquisa

Variáveis	Fórmula	Autores	Sinal esperado
Variável dependente			
Nconf	<i>Dummy</i> (0 ou 1), sendo 0, para as empresas que não atenderam ao CPC-29, e 1 para as que atenderam.	Assaf Neto (2010)	+
Variáveis independentes			
TAM	Total do Ativo como proxy para o tamanho da Companhia.	Assaf Neto (2010)	+
Bfour	<i>Dummy</i> 0 = não auditada por Bigfour; 1 = auditada por Bigfour.	Assaf Neto (2010)	+

Ratb	Representatividade do Ativo Biológico: $\frac{\text{Ativo Biológico}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	Assaf Neto (2010)	+
ROA	Rentabilidade do Ativo $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo total}}$	Assaf Neto (2010)	+
NG	Dummy, 0 = Outros níveis de governança corporativa diferentes do Novo Mercado e 1 = Novo Mercado.	Assaf Neto (2010)	+

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Assaf Neto (2010)

### 3.2 Modelo Econométrico

Após a exposição das variáveis da pesquisa, se deu início a análise dos dados, utilizando-se a Regressão Linear Múltipla no *Software Stata®*.

A opção pela Regressão Linear Múltipla, por Fávero (2015), como a mais adequada, por se tratar de poucas companhias e de poucos anos, pois os dados feitos em painel são para um nível de informação mais elevado e uma quantidade grande de empresas. Analogamente a regressão linear múltipla também será fundamental para melhorar os principais aspectos dos resultados. Ela permite que seja realizada comparações entre a combinação de diversos fatores para o resultado ser mais eficiente.

A análise da regressão tem por objetivo desvendar o comportamento entre uma variável dependente e as independentes. Modelos econométricos são capazes de explicar essa relação por meio de uma equação que correlaciona a variável dependente com as independentes.

Dessa maneira, decidiu-se pela utilização do modelo de regressão linear múltipla, conforme modelo a seguir:

$$\text{DisclosureABit} = \alpha + \beta_1 \cdot \text{TAM1it} + \beta_2 \cdot \text{BfourB2it} + \beta_3 \cdot \text{Ratbit} + \beta_4 \cdot \text{ROAit} + \beta_5 \cdot \text{NG} + \varepsilon_i$$

Sendo que:

- Nconf = é a variável dependente que representa o percentual de divulgação de cada companhia de acordo com o CPC 29.
- Tam = Total do Ativo como proxy para o tamanho da Companhia.
- Bfour = Variável Dummy para auditoria realizada por empresa Big Four (1) ou não Big Four(0).
- Ratb = Variável independente que evidencia a Representatividade do saldo de ativo biológico em relação ao ativo total (ativo biológico ÷ ativo total).
- ROA = Rentabilidade do Ativo é calculada sobre o lucro líquido dividido pelo ativo total
- NG = Dummy para os níveis diferenciados de Governança Corporativa. Sendo

atribuído 1 para as companhias listadas nos níveis de Governança da Bovespa (Novo Mercado) e 0 para as empresas que não participam deste nível.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção são exibidos os resultados encontrados no estudo e suas análises. A seção foi subdividida em cinco seções que tratam separadamente das estatísticas descritivas das variáveis estudadas, dos testes preliminares efetuados para a realização da regressão linear múltipla. Em seguida é apresentada a análise de cada um dos anos estudados. Posteriormente é feita a análise de significância das variáveis para o modelo analisado e finalmente a discussão dos resultados encontrados com base na literatura.

##### **4.1 Análise Estatística**

Este estudo utilizou como amostra as instituições de capital aberto brasileiras, com evidenciação do Ativo Biológico, e que tiveram ações negociadas na BMF&Bovespa no período de 2017 a 2019.

Foram feitas análises dos níveis de conformidade, quanto aos itens do CPC-29 e os resultados para cada modelo analisado são apresentados nas seções a seguir.

O estudo do nível de conformidade teve a participação de 20 das instituições não financeiras brasileiras com ativos biológicos evidenciados.

A partir da tabela 01, verifica-se que na maior parte das variáveis analisadas neste estudo os valores das medidas de tendência central (média) são distantes, sendo o menor valor 0.7058824 e o maior de 8.278824.

Inicialmente, se procedeu a análise descritiva dos dados, conforme exposto na tabela 2:

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis da pesquisa - 2017

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Ratb	17	8.278824	5.663963	.56	16.38
Tam	17	6.845882	.7977238	5.27	8.04
Roa	17	.2423529	1.668059	-2.4	6.3

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Observa-se que há uma grande variação entre os valores mínimos e máximos das variáveis que mensuram a variação do tamanho das empresas (TAM) e rentabilidade do ativo biológico (ratb), e ROA, apresentando desvio padrão elevados.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis da pesquisa - 2018

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Ratb	17	6.954706	4.755237	.06	15.46
Tam	17	6.882353	.9275204	5	8
Roa	17	.0129412	.0951817	-.25	.15

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Durante a análise do ano de 2018, nota-se que ainda há uma grande variação entre os valores mínimos e máximos das variáveis que mensuram a variação do tamanho das empresas (TAM) e rentabilidade do ativo biológico (ratb), elencando um distanciamento maior que o ano anterior, e ROA, apresentando desvio padrão elevados.

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis da pesquisa - 2019

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Ratb	17	5.607647	4.069735	0	13.58
Tam	17	6.941176	.9663455	5	8
Roa	17	.0211765	.0883093	-.23	.16

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Não obstante aos anos anteriores, percebe-se que entre os valores mínimo e máximo das variáveis que mensuram a variação do tamanho das empresas (TAM) há uma diferença de 3 pontos, quantitativo considerável; a rentabilidade do ativo biológico (ratb), por sua vez, salta do mínimo 0 para o máximo 13.58, evidenciando, com isso, uma larga margem entre os polos; e ROA, qual, também, apresenta um desvio padrão elevado.

#### **4.2 Testes preliminares**

Com o objetivo de assegurar a robustez nos resultados do estudo, antes da estimação do modelo foram analisados os riscos de multicolinearidade das variáveis, de modo a evitar a ocorrência de regressões espúrias.

Os resultados do risco de multicolinearidade podem ser observados através da matriz de correlação de Pearson para o modelo composto por nível de conformidade, conforme tabela 5:

Tabela 5 - Teste de correlação das variáveis da pesquisa - 2017

	nconf	bfour	ratb	Tam	roa	ng
nconf	1.0000					
bfour	-0.0487	1.0000				
ratb	-0.2116	0.4103	1.0000			
att	0.1452	-0.2170	-0.2585	1.0000		
roa	0.1350	0.0871	0.3963	0.0929	1.0000	
ng	0.0795	-0.0154	-0.4341	0.2705	0.1076	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Pelos resultados da tabela 5, verifica-se que há baixa correlação entre as variáveis da pesquisa no ano de 2017. A ausência de alta correlação é um dos pressupostos para a utilização da regressão linear múltipla. As correlações das variáveis explicativas apresentaram baixo grau (abaixo de 50%), mostrando assim que tais variáveis dificilmente poderão ter algum efeito sobre os coeficientes da regressão.

Tabela 6 - Teste de correlação das variáveis da pesquisa - 2018

	nconf	bfour	ratb	Tam	roa	ng
nconf	1.0000					
bfour	-0.1813	1.0000				
ratb	-0.3383	0.3596	1.0000			
att	-0.0652	0.1770	-0.3499	1.0000		
roa	-0.0478	0.2901	0.1119	-0.1728	1.0000	
Ng	0.3388	-0.3678	-0.3784	0.2891	-0.3358	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O ano de 2018, evidenciado acima, demonstra que não há uma variação convergente de alto índice, implicando assim na utilização da regressão linear múltipla, adequada à análise desse tipo de variação que se encontra inferior a 50%, o que não vem a causar efeito nos coeficientes regressivos.

Tabela 7 - Teste de correlação das variáveis da pesquisa - 2019

	nconf	bfour	ratb	Tam	roa	ng
--	-------	-------	------	-----	-----	----

nconf	1.0000					
Bfour	0.0124	1.0000				
Ratb	0.1315	0.5218	1.0000			
Att	0.0262	0.2163	0.2422	1.0000		
Roa	-0.0599	0.0820	-0.3004	-0.1090	1.0000	
Ng	0.2533	-0.3678	-0.1879	0.2025	-0.2815	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Assim como nos demais anos, a análise realizada com as informações de 2019 denota que a correspondência nos níveis de variação é inferior a 50%, não influenciando nos coeficientes regressivos de maneira considerável.

Além das correlações bivariadas, outro teste utilizado para identificar o efeito da multicolinearidade entre as variáveis explicativas foi o VIF (*Variance Inflation Factor*), ou Fator de Inflação da Variância, para medir o quanto a variância de cada coeficiente da regressão aumenta devido à multicolinearidade. O resultado do teste é apresentado na tabela 8:

Tabela 8 - Teste VIF - 2017

Variável	VIF	1/VIF
Ratb	2.13	0.470392
Ng	1.51	0.661062
Roa	1.41	0.709294
Bfour	1.32	0.759995
Tam	1.17	0.857900
Média VIF	1.51	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Verifica-se que nenhuma das variáveis apresentou fato de inflação de variância – VIF acima de 5, valor considerado para existência de maior relação linear entre as variáveis explicativas Fávero (2010).

Tabela 9 - Teste VIF - 2018

Variável	VIF	1/VIF
Ratb	1.50	0.668105
Ng	1.44	0.692505
Roa	1.22	0.817685
Bfour	1.61	0.620729
Tam	1.48	0.673971
Média VIF	1.45	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A observação dos dados de 2018 demonstra que não houve inflação de variância – VIF acima de 5, o que implica na inexistência de maior relação linear entre as variáveis explicativas, conforme Fávero (2010).

Tabela 10 - Teste VIF - 2019

Variável	VIF	1/VIF
Ratb	1.71	0.586214
Ng	1.40	0.715896
Roa	1.32	0.759244
Bfour	1.67	0.600299
Tam	1.19	0.838420
Média VIF	1.46	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O resultado da coleta de dados do ano de 2019, pontua-se tal como os demais anos avaliados, ou seja, nenhum quantitativo atingiu a marca de 5, portanto não possui valoração considerável na relação linear entre as variáveis explicativas, conforme Fávero (2010).

Após aplicação dos testes, foram estimados os modelos para cada um dos anos da pesquisa, conforme se apresenta a seguir.

### 4.3 Análise por períodos

A seguir são apresentados os resultados da regressão linear para o ano de 2017, conforme tabela 11:

Tabela 11 - Regressão linear - 2017

	Coef.	Std. Err.	T	P> t	[95% Conf. Interval]	
Nconf	.8192808	.2608273	3.14	0.009	.2452038	1.393358
Bfour	.0281164	.0713503	0.39	0.701	-.1289245	.1851574
Ratb	-.0087579	.0078507	-1.12	0.288	-.0260371	.0085213
Att	.0106498	.0410802	0.26	0.800	-.0797672	.1010668
Roa	.0211579	.0182271	1.16	0.270	-.0189597	.0612755
Ng	-.035918	.0919591	-0.39	0.704	-.2383186	.1664826

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Da tabela 11, percebe-se que nenhuma variável foi significativa a um p-valor considerável, de 0,05, indicando que tais variáveis, possivelmente não possuem relação com a variável dependente Nconf. Depreende-se da análise, porém, que as variáveis que representam auditoria, tamanho da empresa e rentabilidade, possuem relação positiva com o nível de conformidade, confirmando a perspectiva dos sinais esperados. Contrariamente, as variáveis relativas à representatividade do ativo



biológico e nível de governança, parecem não apresentar relação direta com o nível de conformidade, uma vez que os sinais para os coeficientes das variáveis são negativos.

**Tabela 12 - Regressão linear - 2018**

	Coef.	Std. Err.	T	P> t	[95% Conf. Interval]	
Nconf	1.05609	.1969983	5.36	0.000	.6225001	1.489681
Bfour	.0208214	.0553433	0.38	0.714	-.1009884	.1426313
Ratb	-.0062492	.005526	-1.13	0.282	-.0184118	.0059134
Att	-.0273355	.0282072	-0.97	0.353	-.0894191	.0347481
Roa	.0153722	.2495498	0.06	0.952	-.5338833	.5646277
Ng	.0551135	.0508777	1.08	0.302	-.0568676	.1670947

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A análise do ano de 2018, novamente confirma a ausência de relação das variáveis utilizadas na pesquisa com o nível de conformidade ao CPC-29, pelas empresas da amostra.

Porém, para esse ano, em que o nível de conformidade foi maior que o ano de 2017, percebe-se uma diferente associação das variáveis com a variável dependente (nconf). Verifica-se que a variável referente ao tamanho da empresa passou a ter uma relação negativa com nível de conformidade e a variável nível de governança (ng), apresentou relação positiva com o nível de conformidade, provavelmente em razão das modificações nas normas para as empresas inseridas no Novo Mercado.

**Tabela 13 - Regressão linear - 2019**

	Coef.	Std. Err.	T	P> t	[95% Conf. Interval]	
Nconf	.8584732	.1876517	4.57	0.001	.4454545	1.271492
Bfour	.0065797	.0670497	0.10	0.924	-.1409956	.154155
Ratb	.0051694	.0082125	0.63	0.542	-.0129061	.0232449
Att	-.0093294	.0289204	-0.32	0.753	-.0729828	.0543241
Roa	.0991143	.3325607	0.30	0.771	-.6328469	.8310755
Ng	.0635967	.0596181	1.07	0.309	-.067622	.1948153

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em 2019, o atendimento ao CPC 29, foram superiores aos anos anteriores, e indica a perseverança dos resultados apresentados em 2018. Novamente destaca-se que a variável que representa o tamanho da empresa (att), cujo coeficiente apresenta sinal negativo, passou a não apresentar relação no nível de conformidade.

A seguir far-se-á a discussão dos dados ora apresentados.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise da presente pesquisa recai sobre empresas que compõem a B3 e que deveriam estar seguindo em sua totalidade e conformidade as instruções do CPC 29, todavia, há de se verificar, a partir da análise acima denotada, que há uma progressão onde a conformidade das normativas em comento fica cada vez mais latente, principalmente, no ano de 2019, distanciando-se do que foi avaliado por Barros, Souza, Araújo, Silva e Silva (2012), os quais apontaram que havia muita superficialidade na produção das notas explicativas.

Assim, pode-se observar que a análise estatística das variáveis da pesquisa pontuam valores significativos para o tamanho, a Representatividade do saldo de ativo biológico em relação ao ativo total e ROA, demonstrando que o tamanho prevalece o mesmo nos anos de 2018 e 2019, tendo um decréscimo de 0,4 de 2017 a 2018; enquanto o *ratb* diminuiu consideravelmente de 2017 a 2019; por sua vez, o ROA, diferente do que se verificou no estudo realizado por Brizolla, Pletsch, Fasolin, Silva e Rosa (2014), manteve negativo ou sempre próximo disso, demonstrando que há uma maior divulgação e, por consequência, conformidade com o CPC 29 na análise ora realizada.

Identificou-se, ainda, que as empresas que mantiveram em 100% seu índice de conformidade com os itens avaliados não foram objeto de auditoria, ou seja, o fator de ser ou não auditada por uma BigFour, não influenciou no nível de conformidade ora demonstrando, indo de encontro com o que pontuou Oliveira et al (2015), já que esse defendeu que tais empresas têm maior efetividade no cumprimento das exigências do CPC 29.

Nesse sentido, observou-se que o nível de divulgação dos resultados e quantificações dos ativos biológico das empresas ora pesquisadas se resumem no compromisso da administração em fornecer as informações aos seus auditores e realizar a divulgação de forma concreta, denotando que não há uma regular auditoria, de modo que as informações são prestadas a partir da gestão de cada empresa, o que pode se dar pela inserção dessas ao Novo Mercado, deixando mais publicitadas as informações ao público externo conforme salientam Pires e Nogueira (2015).

Em observância aos determinantes do nível de conformidade, o modelo utilizado não apresentou níveis de significância desejados, porém pelo estudo dos coeficientes das variáveis, verifica-se que o tamanho das empresas não tem relação com o nível de conformidade ao CPC-29, e que as demais variáveis utilizadas na pesquisa, tendem a apresentar algum tipo de relação com a variável dependente,

aproximando-se dos estudos realizados por Sherer et al. (2014), bem como os resultados alcançados por Macedo et al. (2015), principalmente, no tocante à governança, posto que se identificou que as empresas com conformidade alta têm relação intrínseca com o Novo Mercado.

Ante o exposto, vislumbra-se que as empresas objeto de análise desse estudo, apesar de estarem sob à égide das normativas do CPC 29, em vigor a partir do ano de 2010, conforme já citado, ainda não possuem uma cultura de publicização das informações contábeis, ao passo que se observam os índices demonstrados acima, principalmente por não alcançarem, em sua maioria, o quantitativo mínimo de 1, embora se tenha alcançado uma maior publicidade dos ativos em 2019.

Sugere-se para pesquisas futuras que sejam pesquisados outros períodos, inserindo outras variáveis contábeis e macroeconômicas, a fim de se verificar a existência de determinantes para os níveis de evidenciação apresentados no CPC-29.

## **6. CONCLUSÕES**

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o nível de divulgação do CPC 29 nas Companhias Brasileiras listadas na bolsa Brasil Balcão B3 de 2017 a 2018 e identificar os determinantes dos níveis encontrados. Para tanto, realizou-se a análise do item conforme o Pronunciamento CPC 29, onde observou-se as variáveis significativas: Tamanho da Empresa, Representatividade dos Ativos Biológicos em relação ao Ativo Total, Nível de Governança Corporativa, se a empresa era auditada por *Big Four* ou não.

Portanto, diante das informações coletadas conclui-se que as empresas têm relação individual e não relação direta as variáveis significativas para a conformidade do CPC 29, Sendo assim não impacta no nível de divulgação, tendo em vista que as empresas se mantiveram com o compromisso de fornecer e realizar as divulgações de acordo com a norma.

Em pesquisas anteriores, observou-se que variáveis como o Tamanho e a Representatividade dos Ativos Biológicos teve significância positiva em relação as variáveis independentes. Onde houve um crescimento de suas divulgações entre os anos de 2010 a 2015. Na presente pesquisa as características para nível de conformidade diferem as descritas em outros estudos.

Sendo assim sugere que empresas sejam incentivadas a adotarem o compromisso de melhorar a publicitação de suas informações contábeis, pois os índices demonstraram queda, observando ainda que o CPC 29 está vigente desde 2010 e em anos anteriores foram relativamente melhores.

Sugere que em investigações futuras de pesquisas haja a inclusão de outras variáveis para identificar a relação com o nível de conformidade, pesquisar períodos mais recentes afim de analisar se o nível de conformidade se alterou positivamente.

## **7. REFERÊNCIAS**

- Almeida, J. E. F. de., & Almeida, J. C. G. de. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*.
- Argilés, J. M., Garcia-Blandon, J., & Monllau, T. (2011). Fair value versus historical cost- based valuation for biological assets: predictability of financial information. *Revista de ContabilidadSpanish Accounting Review*.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças Corporativa e Valor*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ASSAF NETO Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. *Administração do capital de giro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Argilés Bosch, J. M., Aliberch, A. S., & Garcia-Blandon, J. (2012). A comparative study of difficulties in accounting preparation and judgement in agriculture using fair value and historical cost for biological assets valuation. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*
- Barros, C. C., Souza, F. J. V., Araújo, A. O., Silva, J. D. G., & Silva, M. C. (2012). O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*.
- Braunbeck, G. O. (2010). Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo.
- Brito, S. S., & Ambrozini, M. A. (2013). Impactos da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade sobre indicadores financeiros: um estudo das empresas brasileiras com ativos biológicos. *Contabilidade Vista & Revista*.
- Brizolla, M. M. B., Pletsch, C. S., Fasolin, L. B., Silva, A., & Rosa, F. S. da. (2014). Determinantes da Avaliação dos Ativos Biológicos a Valor Justo, em empresas listadas na Bm&FBovespa. *Revista Ambiente Contábil*.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2014). Deliberação CVM nº 727 – Aprova a orientação OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Brasília: CVM. Recuperado em 25 de Outubro de 2016, de <http://www.cvm.gov.br>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). Pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. Brasília: CPC. Recuperado em 12 de Abril de 2015, de <http://static.cpc.mediagroup.com.br>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2014). Orientação Técnica o CPC 07 Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral. Brasília: CPC. Recuperado em 22 de Outubro de 2016.
- Daniel Ramos Nogueira, Paulo Alexandre da Silva Pires Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração* (7th ed.).Porto Alegre.
- Elad, C., & Herbohn, K. (2011). *Implementing fair value accounting in the agricultural sector*. Edinburgh: The Institute of Chartered Accountants of Scotland.
- Fávero, L. P. (2015) *Análise de Dados: Modelos de Regressão com EXCEL®, STATA® eSPSS®*. Rio de Janeiro.
- Figueira, L. M., & Ribeiro, M. S. (2015). Análise da Evidenciação sobre a mensuração deativos biológicos: Antes e Depois do CPC 29. *Revista Contemporânea de Contabilidade*.
- Gonçalves, R., & Lopes, P. (2014). Firm-specific determinants of agricultural financialreporting. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*.

- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas. Ludícibus, S. de. (2010). Teoria da Contabilidade (11th ed.). São Paulo: Atlas.
- Lefter, V., & Roman, A. G. (2007). IAS 41 Agriculture: Fair Value Accounting. Theoretical and Applied Economics.
- Macedo, V. M., Campagnoni, M., & Rover, S. (2015). Ativos biológicos nas companhias abertas no Brasil: Conformidade com o CPC 29 e associação com características empresariais. Sociedade, Contabilidade e Gestão.
- Moura, P. J. P. de, Carmo, C. H. S. do, Ribeiro, A. M., & Pereira, E. M. (2016). Fatores Explicativos do Nível de Conformidade da Divulgação Contábil Requerida dos Ativos Biológicos das Empresas Listadas na BM&Fbovespa. In 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade Fortaleza-CE: Conselho Federal de Contabilidade.
- Oliveira, N. C. de, Nardi, P. C. C., & Nakao, S. H. (2015). Influência das Empresas de Auditoria na Divulgação de Informações referentes aos Ativos Biológicos. In IX Congresso Anpcont Curitiba-PR
- Pires, P. A. da S., Tortoli, J. P., Botelho, D. R., & Rech, I. J. (2016). Estudo da Associação Entre o Nível de Evidenciação e o Grau de Concentração da Propriedade nas Empresas Brasileiras que Exploram Ativos Biológicos. In 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza-CE: Conselho Federal de Contabilidade.
- Rech, I. J., & Oliveira, K. G. (2011). Análise da aplicação do CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. In V Congresso Anpcont Vitória-ES.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. Revista de Administração.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). Metodologia da Pesquisa Porto Alegre: Penso.
- Nível de Disclosure do CPC 29 Ativos Biológicos: Análise dos fatores determinantes nas companhias brasileiras.
- Scherch, C. P., Nogueira, D. R., Olak, P.A., & Cruz, C. V. O. A. (2013). Nível de Conformidade do CPC 29 Nas Empresas Brasileiras: Uma Análise Com as Empresas de Capital Aberto.
- Scherer, L. M., Munhoz, T. R., & Roth, T. C. (2014). Fatores Explicativos da Divulgação de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas em Empresas de Capital Aberto e Fechado. In VIII Congresso Anpcont. Rio de Janeiro.

## **ATUAÇÃO DO PERITO CONTÁBIL NA 18ª REGIÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESTADO DE GOIÁS**

Jefferson Pereira Lopes  
Karita Adelayne Di Lourenço e Sousa  
Samuel Neiva Neves  
Weslaine Gabriela de Oliveira Gomes  
Denise Fernandes do Nascimento  
Guilherme Domiciano Ferreira

### **1. INTRODUÇÃO**

A perícia contábil se destaca por ser um apoio aos juízes das diversas áreas em que se divide a Justiça Brasileira (Cruz, Santos, Carmo & Teixeira, 2016). A utilização da perícia contábil, ocorrem em processos envolvendo cálculos trabalhistas, avaliações de empresas, auditorias, fraudes nas entidades, e cálculos em demandas envolvendo os Planos Econômicos. Conforme dispositivo de lei, o perito é o profissional com conhecimento técnico-científico específico do qual o juiz, quando na tomada de decisão auxilia-se, para dar a prova do fato, a devida credibilidade (Lei n. 13.105, 2015).

Neste sentido o magistrado, tem a prerrogativa de nomear um profissional que irá auxiliá-lo nas demandas litigiosas, o qual deve estar apto a esclarecer as divergências encontradas nos litígios que lhe for demandado.

Embora não esteja explícito na legislação que o perito contábil deva ser um contador inscrito junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), mas está claro que a atividade de perícia contábil deve ser exercida por um profissional que conheça com sapiência contábil, que possua grande experiência no assunto, logo, um contador (Cruz, Santos, Carmo & Teixeira, 2016).

Tratando-se de litígios oriundos da relação de trabalho compete à Justiça do Trabalho processar e julgar conforme Constituição Federal de 1988. Logo a Perícia na esfera trabalhista, desenvolve-se como um campo de atuação bastante importante para os contadores, visto que este apresenta melhor aptidão para esta demanda, embora outros profissionais também pudessem atuar neste tipo de demanda conforme Código Processual Civil (CPC) art. 156 (Lei n. 13.105, 2015).

Sendo assim está claro que a justiça e a sociedade têm melhor contribuição quando auxiliado pelo profissional perito-contador (Neves, Moreira, Ribeiro & Silva, 2013). Neste caso tratando-se de litígios da esfera trabalhista, o contador atua como um instrumento mediador, em conflitos entre empregado e empregador, isso por estar

apto a realizar o esclarecimento da real situação quanto à relação de trabalho questionada.

Este esclarecimento dar-se-á por meio de prova documental, ou seja, laudo pericial produzido pelo contador o qual norteará o magistrado a mais justa e transparente decisão (Lei n. 13.105, 2015). Esse documento tem o objetivo de dar condições para o juiz decidir de forma clara e imparcial em questões controversas de ordem patrimonial (Cruz, Santos, Carmo Filho & Teixeira, 2016).

Portanto o perito-contador atua de forma relevante por destacar a qualidade inerente ao trabalho feito e oferecido ao magistrado, isso porque é a partir dos laudos periciais que a tomada de decisão se baseia (Neves, Moreira, Ribeiro & Silva, 2013).

Neste sentido há uma expectativa das partes envolvidas em um processo trabalhista quanto a atuação do perito contador, pois espera-se que por este haja um melhor esclarecimento, do litígio demandado há esta esfera judicial.

Frente ao exposto, apresenta-se a seguinte questão problema: Qual a forma de atuação do perito contador na 18ª Região do Tribunal do Trabalho do estado de Goiás?

Assim, com base na problemática da pesquisa, o objetivo da pesquisa foi identificar qual a forma de atuação do perito contador na 18ª Região do Tribunal do Trabalho do estado de Goiás.

A pesquisa justificou-se, uma vez que é um tema raramente difundido no âmbito acadêmico e que se tem pouco conhecimento sobre a atuação do perito contador no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª região do estado de Goiás, sendo assim relevante ampliar o acesso ao tema.

Além disso, pretende-se que ela possa acrescentar material referente ao tema, servir de embasamento a pesquisas futuras e contribuir de forma relevante com o avanço de produções científicas sobre perícia contábil que é ainda bastante escassa. Sendo assim se fez importante para os profissionais contábeis, a fim de estimulá-los a atuar na perícia contábil (Silva & Matias, 2011).

A estratégia para análise do problema será a pesquisa exploratória e qualitativa para identificar quais as formas de atuação do perito contador no âmbito da justiça do trabalho do TRT da 18ª Região (Diehl, 2004).

Por fim este estudo foi organizado com a seguinte estruturação: a primeira seção introdutória apresentando o tema de pesquisa, a exposição do problema de

pesquisa, dos objetivos (geral e específico), da justificativa e da estruturação do trabalho.

Uma segunda seção apresenta-se o referencial teórico, o capítulo está subdividido em tópicos que tratam da Perícia Contábil de Forma Geral, da Perícia Trabalhista, com um tópico da Teoria da Agência, e um tópico apresentando os Estudos Anteriores.

Uma seção expondo os procedimentos metodológicos, uma seção de análise de resultados, uma seção para a discussão dos resultados, e finalmente conclusão expondo as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, tem-se o referencial teórico que retrata a estrutura que fundamenta a discussão sobre a atuação do perito contador em face do TRT da 18ª região do estado de Goiás. Serão abordados os seguintes tópicos: Perícia contábil, os procedimentos periciais aplicados ao objeto que está sendo investigada, perícia trabalhista tendo como tópico teoria da agência e relatos de estudos anteriores.

### **2.1 Perícia contábil**

A terminologia de perícia vem do latim *peritia*, que em seu sentido próprio significa conhecimento (adquirido pela experiência), bem como experiência (Silva & Matias, 2011). Segundo Benício e Sousa (2017) pode-se entender que a perícia é caracterizada por uma aptidão identificada em alguém com exímio conhecimento técnico a respeito de um assunto ou determinado tema. Pode-se também ser entendida como um exame técnico para corroborar uma manifestação, a respeito de um discurso acerca de um determinado assunto (Pires, 2005).

Já Gonçalves, Machado, Machado e Zanolla (2014) definem perícia contábil como um ramo da Contabilidade que serve a justiça de forma significativa e vem tendo uma demanda crescente concernente à solução de litígios, visto que esta é um instrumento de produção de evidências que está arraigada no contexto das provas permitidas na legislação.

De acordo com Rausch & Santos (2009) o objeto da perícia contábil está atrelado ao aspecto patrimonial, que devem ser auferidos e verificados após apreciação técnica especializada. Por ser uma ramificação da profissão contábil, a



perícia contábil tem como objeto a escrituração societária, contábil, fiscal e trabalhista, de acordo com a delimitação de cada caso a ser averiguado.

Em se tratando do seu objetivo a perícia contábil almeja provar a verdade sobre seu objeto, através da materialização técnica. Em uma ótica mais específica e mais atrelada a ciência contábil também visa constatar, provar e prestar aos seus usuários uma informação concisa, clara, precisa, fidedigna, objetiva e de plena satisfação da sua finalidade. Para isso se respalda em uma fundamentação de informações, trazendo à luz da legislação a veracidade dos fatos de modo imparcial, produzindo assim aos magistrados as respostas em relação às questões levantadas durante o processo (Ornelas, 2003).

Para se chegar à verdade dos fatos sobre aquele objeto que está sendo investigado, de acordo com a NBC TP 01 são aplicados alguns procedimentos periciais conforme apresentado no quadro 1:

**Quadro 1 - Procedimentos periciais**

Procedimento	Definição
Exame	É a análise de livros, registros das transações e documentos.
Vistoria	É a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
Indagação	É a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fatos relacionados à perícia.
Investigação	É a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto ou quaisquer circunstâncias.
Arbitramento	É a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
Mensuração	É o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
Avaliação	É o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
Certificação	É o ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.

Fonte: ABC TP 01

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade TP 01 (NBC TP 01), perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. Esse laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.

Para Alberto (2012) as características da perícia, serão definidas de acordo com seus ambientes de atuação, podendo ser uma visão mais abrangente. Desse

modo, são quatro as espécies de perícias detectáveis: Perícia judicial realizada dentro dos procedimentos processuais do Poder Judiciário, perícia semijudicial – aquela realizada dentro do aparato institucional do Estado, mas fora do Poder Judiciário, perícia extrajudicial realizada fora do Estado, por escolha de pessoas físicas e jurídicas e perícia arbitral aquela realizada no juízo arbitral, de caráter extrajudicial, pela vontade das partes.

De acordo com a NBC PP 01, o perito deve manter adequado nível de conhecimento da ciência contábil, das Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, das técnicas contábeis, da legislação relativa à profissão contábil e aquelas aplicáveis à atividade pericial, atualizando-se, permanentemente, mediante programas de capacitação, treinamento, educação continuada e especialização.

Além disso, ainda segunda a mesma norma, o perito contábil deve ter capacidade para. Pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil, deve também realizar seus trabalhos com a observância da equidade, atuando com igualdade de direitos, adotando os preceitos legais e técnicos inerentes à sua profissão.

Vale a pena mencionar que em uma pesquisa realizada por Gonçalves et al. (2014) direcionada aos Juízes da Justiça Federal e advogados da União e os próprios peritos contadores, sobre as qualidades e habilidades fundamentais dispensadas a este profissional: caráter ético-profissional, analítico, investigador, criterioso, trabalha sob pressão, sigiloso, eficiência na comunicação escrita, capacidade investigativa, habilidade de pesquisa, habilidade de planejamento e compreensão do caso.

Este profissional, portanto, deve ter conhecimentos práticos e teóricos em contabilidade e áreas afins, isso somado a atributos pessoais como perspicácia, perseverança, sagacidade e índole criativa e intuitiva, independentemente da sua área de atuação.

## **2.2 Legislação Trabalhista**

Em 1º de maio de 1943 por meio do Decreto-Lei nº 5.452, o presidente Getúlio Vargas aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criando assim um marco na legislação brasileira a fim de regular e normatizar as relações de trabalho. Esta foi a legislação que norteou por vários anos as relações de emprego, conferindo aos trabalhadores direitos e deveres com relação a seus empregadores (Oliveira, 2017).

De acordo com a CLT (BRASIL, 1943, art.3º), “[...] considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”. O Direito do Trabalho é formado por leis, decretos, acordos coletivos, instruções normativas, convenções coletivas de trabalho, dentre outras, que são encontradas na Consolidação das Leis do Trabalho. O Direito do Trabalho ampara os trabalhadores, defendendo seus direitos, pois ele é a parte mais frágil na relação capital-trabalho.

Cabe ressaltar que todo trabalho de igual valor corresponde a salário igual, não havendo distinção de raça, cor e sexo. Em seus artigos 10º e 11º, a CLT é bem concisa no que diz respeito à alteração na estrutura jurídica da empresa, pois essas alterações não afetam os direitos adquiridos por seus empregados e que o direito do funcionário de entrar com uma ação judicial depois de sua rescisão prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Fagundes, Possamai, Ferreira e Lavarda, 2008).

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) “[...] são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”. Os parágrafos VI, XI, XIII, XXXII, XXXIII mencionam respectivamente que, conforme apresentado no quadro 2:

Quadro 2 - Direito dos trabalhadores

Direito	Definições dos direitos
O salário	É indecomponível, a não ser que seja combinado em convenção ou acordo coletivo.
A participação nos lucros da empresa	É desvinculada da remuneração mensal, com exceção quando tiver participação na gestão da empresa, mas sempre de acordo com a lei.
Não é permitida a distinção	Entre trabalho manual, técnico e intelectual entre os profissionais respectivamente.
Trabalho Noturno, perigoso ou insalubre.	É proibido também o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, e a partir de 14 anos.
A duração do horário de trabalho	É de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, mediante acordos coletivos ou nas convenções.

Fonte: CF (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

A CLT ampara em seus artigos 117, 118, 129, 157 direitos adquiridos pelos empregados de que o salário não pode ser inferior ao salário-mínimo vigente, caso isso

ocorra o empregador poderá ser multado se comprovado. É direito de o empregado gozar de férias anualmente, sem ter sua remuneração prejudicada, direitos esses demonstrado no quadro 3:

**Quadro 3 - Leis que regem os direitos trabalhistas**

Leis	Disposições legais
Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.	Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados, civis e religiosos;
Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Lei nº 5.889, de junho de 1973.	Normas reguladoras do trabalho rural;
Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998.	Alteram os artigos 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940;
Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000.	Altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre as Comissões de Conciliação Prévia.

Fonte: CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)

Ainda sobre a CLT, cabe ressaltar que houve atualizações no ano de 2017, conforme apresentado no quadro 4:

**Quadro 4 - Direito dos trabalhadores**

Lei	Definições dos direitos
LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Art. 134, § 1º (Férias)	Trabalhador de qualquer idade poderá tirar até três férias por ano, desde que um dos períodos seja maior que 14 dias e os outros dois tenham, no mínimo, 5 dias cada um. As férias não poderão mais começar nos dois dias que antecedem um feriado ou nos dias de descanso semanal, geralmente aos sábados e domingos.
Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Art. 578. Art. 579. Art. 582. Art. 583. (contribuição sindical)	O pagamento da contribuição sindical, que equivale a um dia de trabalho, não será mais obrigatório. O desconto dessa contribuição se dava no salário de março e era paga em abril.
Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Art. 477-b. Art. 484-a. (demissão consensual)	Haverá a possibilidade de acordo na rescisão de contrato, com pagamento de metade do aviso prévio e da multa de 40% sobre o FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado na conta do FGTS. No entanto, não terá direito ao seguro-desemprego.
Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Art. 789. (ações na justiça)	O trabalhador que faltar a audiências ou perder ação na Justiça terá de pagar custas processuais e honorárias da parte contrária. Haverá multa e pagamento de indenização se o juiz entender que ele agiu de má-fé. No caso de ações por danos morais, a indenização por ofensas graves cometidas pelo empregador deverá ser de no máximo 50 vezes o último salário contratual do trabalhador. Será obrigatório ainda especificar os valores pedidos nas ações na petição inicial.

Fonte: CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)

Este estudo corrobora para a pesquisa de Estudos Anteriores, identificar se houve alguma limitação para os autores, verificar quais são os objetivos utilizados, quais as metodologias adotadas e quais os resultados.

### **2.3 Perícia Trabalhista na Literatura**

Já Fagundes, Possamai, Ferreira e Lavarda (2008) objetivaram-se em conhecer a perícia contábil no âmbito da Justiça do Trabalho; apresentar a onerosidade do processo judicial; e destacar as causas que motivaram empregados a demandar contra seus empregadores. Constatou-se que os fatores que levam o empregado a acionar seu empregador na ação trabalhista são os mais variados, destacando-se a falta de registro na carteira nacional do trabalhador, falta de pagamento nos dias preestabelecidos entre as partes, falta de pagamento das horas extras e seus reflexos, adicional noturno, entre outros.

O estudo de Neves, Moreira, Ribeiro e Silva (2013) objetivou conhecer a opinião dos juízes que atuam na Primeira Instância da Justiça do Trabalho acerca da qualidade e relevância do trabalho desenvolvido pelo perito contábil. Os resultados obtidos nesta pesquisa revelaram que os magistrados consideram o trabalho do perito relevante para auxiliar sua decisão, além disso, verificou-se a influência e a eficácia do laudo na decisão do magistrado.

Gonçalves et al. (2014) buscou identificar as qualidades e habilidades fundamentais e essenciais do perito contábil na opinião dos peritos contadores e usuários da perícia contábil, sendo estes, magistrados da Justiça Federal e advogados da União que atuam no contexto goiano. Pode-se concluir que, para os Juízes da Justiça Federal, Advogados da União de Goiás e para os peritos que atuam no contexto goiano, o perito contábil deve ser ético, ser eficiente na comunicação escrita, além de possuir a capacidade de interpretação e análise das demonstrações financeiras, possuindo ainda o conhecimento das normas profissionais e legislação processual para assim, desenvolver um trabalho pericial de qualidade.

### **2.4 Teoria da agência**

A teoria da agência deriva dos trabalhos de Alchian & Demsetz (1972) e Jensen & Meckling (1976) apud Heloisa Bedicks (2009). De acordo com essa teoria, os

contratos que devem nortear a relação estabelecida entre o principal e o agente. Esses contratos devem considerar que as partes podem vir a buscar a satisfação dos interesses pessoais. Caso o agente não haja no interesse do principal, configura-se um conflito de agência. (Bedicks, 2009).

Assim, se percebe que os conflitos existentes na esfera estudada, decorrem na maior parte, da necessidade dos agentes requerem direitos contratuais, não observados durante a gestão dos contratos e no encerramento deles.

Jensen e Meckling (2008) definem a teoria de agência como uma revisão dos conflitos originados pela desavença de interesses dos diversos agentes que de forma direta nela participam.

Portanto, enquanto o principal utiliza incentivo, por possuir autoridade ou poder que possa induzir os atos do agente de acordo com seu interesse; por outro lado, este outro possui informações que contribui nas ações, condições dos cursos de ações e resultados razoáveis de acordo com a escolha de cada um (Machado, 2018).

Na relação entre o juiz e o perito contábil (principal e agente), existem interesses em comum, que se traduzem na busca pelas provas necessárias à solução dos litígios. Observa-se porém, que dada a discricionariedade concedida aos magistrados na nomeação dos peritos, muitos profissionais não conseguem acesso à tais nomeações.

Para Rocha, Pereira, Bezerra & Nascimento (2012) as ações serão dos agentes, deste modo, a partir do sistema de informação é feita a escolha destes que, levando em consideração a utilidade do agente, por conseguinte as decisões deste favoreçam também o principal.

Essencialmente, a motivação de cada um dos membros da organização é por interesses próprios e a busca da Teoria da Agência é esclarecer a relação contratual dentre eles (Rocha et.al, 2012). Assim, a presente teoria servirá como embasamento na discussão da atuação do profissional perito.

### **3. METODOLOGIA**

Nesta seção é apresentada a metodologia aplicada à pesquisa realizada, quanto à forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados. Além disso, a definição da população do estudo e os respectivos procedimentos de coleta e análise de dados.

### **3.1 População, amostra e coleta de dados.**

A população da pesquisa é composta pelos peritos cadastrados no TRT 18ª Região Varas do Município de Goiânia, onde se concentram a maior parte dos processos trabalhistas.

Neste sentido os peritos foram selecionados segundo suas especialidades e processosem que atuam conforme apresentado no quadro 5:

**Quadro 5 - Profissionais Qualificados Para Atuarem Como Peritos**

Profissional	Discriminação das Atividades
Administrador	Atividades exclusivas do Administrador
Agrônomo Biólogo	Atividades da área Ambiental
Arquiteto	Atividades com foco em Construção Civil
Contador	Atividades da área Contábil
Corretor de Imóveis	Atividades Imobiliárias
Economista	Atividades no Campo Financeiro
Engenheiro	Atividades de Engenharia
Fisioterapeuta	Atividades que trata da avaliação funcional das partes envolvidas
Medico do trabalho	Atividade na área medica
Odontólogo	Atividade especifica da área
Profissional ligado ao Meio ambiente	Atividades da área Ambiental
Profissional da área de Informática	Atividades na área da Informática
Químico	Atividade especifica da área

Fonte: NBC PP 01(NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE)

### **3.2 Seleção da Amostra e Coleta de Dados**

Foi realizada uma abordagem qualitativa utilizando-se das informações processuais para avaliar a conduta do perito quanto às perícias a ele demandadas, verificando se ele atua conforme as exigências contidas em dispositivos de lei e normas que regulam a sua atuação conforme apresentado no quadro 6:



Quadro 6 - Dispositivos de lei e normas que regulam a atuação do perito

Procedimento	Discriminação	Base Legal	Análise
Nomeação	O juiz nomeará o perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo	Art. 465 Lei nº 13.105/2015	Identificar quais peritos estão sendo nomeados e suas especialidades
Aceitação do encargo	Ciente da nomeação, o perito apresentará em 05 (cinco) dias: proposta de honorários; currículo, com comprovação de especialização; contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.	Art. 465	Identificar se o cumprimento dos prazos e exigências fixados para aceitação do encargo.
Impedimento e Suspeição	No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.	Art. 144 ao Art. 148	Identificar se houve impedimento ou suspeição
Substituição do Perito	O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência.	Art. 477	Identificar se houve Substituição do Perito
Quesitos suplementares	As partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a diligência, que poderão ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento.	Art. 469	Identificar se houve Quesitos suplementares
Termo de diligência	Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil.	NBC TP 01 Item 41 ao 46	Identificar se houve uso do termo de diligência
Perito Assistente	Perito contábil	Art. 477	Identificar participação do perito assistente
Entrega do Laudo pericial	O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.	Art. 477	Identificar se o cumprimento dos prazos e exigências fixados para o Laudo (s) pericial (s).
Sentença do Juiz	O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.	Art. 479	Identificar se o Juiz se utilizou da prova pericial para proferir Sentença
Segunda Perícia	O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida.	Art. 480	Identificar se houve necessidade de segunda perícia no processo
Inspeção do Juiz	Ao realizar a inspeção, o juiz poderá ser assistido por um ou mais peritos.	Art. 482	Identificar se houve inspeção do juiz

Fonte: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 e NBC-PP-01.



Na abordagem quantitativa utilizaram-se informações processuais para quantificar em percentual a quantidade de processos por perito no TRT 18ª Região Varas do Município de Goiânia, classificados por gênero e especialidade, além disso, a quantidade de peritos que aceitaram seus encargos e cumpriram os prazos conforme os dispositivos de lei e normas que regulam a atuação do perito, além das competências e habilidades constantes das Normas Periciais e dos estudos relacionados.

### 3.2.1 Coleta de dados

A coletada dos dados foi realizada através de relatório dos peritos designados em processos por especialidade e órgão julgador, relatório esse disponibilizado pelo TRT 18ª Região, entre os anos de 2017 a 2019. Por meio desse relatório, foram analisados individualmente os processos nele contido, de competência das varas municipais de Goiânia, por meio do link: <http://www.trt18.jus.br/portal/servicos/> Serviços - Consultas processuais - disponibilizados no Site do TRT 18ª Região.

Neste sentido a análise dos dados fundamentou-se, em conhecer a atuação do Perito Contador no universo de pesquisa. Os quais foram classificados por gênero, quantidade de processos, quantidade de profissionais graduados em contabilidade (Ciências Contábeis).

Sendo assim foram coletadas, informações concernentes à atuação do perito contábil, quanto ao cumprimento das normas e dispositivos de leis vinculadas a sua atividade profissional, de acordo com as variáveis apresentada no quadro 7:

Quadro 7 - Seleção das Variáveis

Variáveis	Definições dos direitos
Número do Processo	Número do processo no TRT/18ª Região.
Nome do Perito	Nome do órgão responsável pelo julgamento do processo
Estado da perícia	UF na qual consta o processo.
Status da Perícia	Status da perícia ativa/cancelada/remarcada/em andamento.
Data da nomeação	Data da nomeação e a posse.
Especialidade	Identifica formação profissional do perito.
Assunto	Assunto de que trata o processo.
Aceitou o encargo Data do aceite	Verifica se o perito aceitou o encargo.

Tempo para aceite	Data em que o perito aceitou o encargo.
Aceitou o encargo dentro do prazo	Verifica a quantidade de dias em o perito levou para informar o aceite do encargo.
Gênero	Verifica quantidade de peritos atuando, classificados quanto ao gênero masculino ou feminino
Quantidade de Processos	Quantidade de processos analisados no TRT18ª região, varas municipais município de Goiânia.
Quantidade de profissionais graduados em contabilidade (Ciências Contábeis)	Verifica quantidade de peritos cadastrados para atuar em processos com especialidade perícia contábil.
Quesitos	Verifica se houve solicitação de quesitos.
Substituição do Perito	Verifica se houve substituição de peritos.
Quesitos Suplementares Termo de Diligência	Verifica se houve honorários complementares. Verifica se houve solicitação do termo de diligência.
Perito Assistente	Verifica se houve indicação do perito assistente.
Adiantamento de Honorários	Verifica se houve solicitação de adiantamento de honorários por parte do perito.
Pedido de adiantamento de Honorários foi aceito	Verifica se o pedido de adiantamento de Honorários foi aceito.
Data de início dos trabalhos	Verifica quando se deu o início dos trabalhos.
Entrega do Laudo	Verifica se o perito entregou o laudo.
Houve dilação do prazo de entrega do Laudo Pericial	Verifica se o perito solicitou dilação do prazo.
Cumpriu entrega dos Laudos Periciais	Verifica se o laudo foi entregue dentro prazo estipulado.
Data de entrega do Laudo	Identifica data da entrega do laudo.
Tempo para a entrega do Laudo	Verifica quanto tempo levou para o perito entregar o laudo pericial
Laudo norteou a Sentença do Juiz	Verifica se o Magistrado se usou do laudo pericial para a sentença.

**Fonte:** Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

#### **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

Nesta seção são exibidos os resultados encontrados no estudo e suas análises. A seção foi subdividida em duas seções que tratam separadamente das estatísticas descritivas das variáveis estudadas. Em seguida são apresentadas as análises de cada um dos dados estudados. Posteriormente são feitas as análises de significância das variáveis conforme a legislação aplicável a cada caso, e finalmente a discussão dos resultados encontrados com base na literatura.

##### **4.1 Análise da quantidade de processos**

Analisados os dados coletados verificou-se que em 2017, 856 processos tramitaram no TRT 18ª região, Varas Municipais, município de Goiânia – GO, destes 8,76% precisaram do auxílio de um perito Contador.

Já em 2018 eram 629 processos, no qual 34,50% contavam com o auxílio do perito Contábil. E no ano de 2019 esse número era de 296 processos, nos quais 24,32% necessitavam de laudo emitido por um perito contador.

Sendo assim verificou-se que no período da pesquisa, o ano de 2018, foi o que apresentou maior participação do perito contador, e em comparação com 2019, houve uma diminuição de 66,82% dos processos que necessitavam do auxílio do perito contador, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de Processos com atuação do perito contador

Ano	2017	2018	2019
Quantidade de Processos	75	217	72

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

#### **4.2 Atuação do Perito Contador**

Quanto ao número de profissionais que atuam em perícia trabalhista TRT 18ª região, Varas Municipais, município de Goiânia, Goiás, havia em 2017, 47 peritos cadastrados, dos quais 26% atuaram na perícia contábil. Quanto ao gênero, dos peritos contadores atuantes, 7 são Mulheres e 5 Homens.

Em 2018, foram 56 peritos atuantes, dos quais 30% atuam na perícia contábil, sendo 8 mulheres e 9 homens. Em 2019 foram 45 peritos, sendo 36% profissionais que atuam na especialidade perícia contábil, dos quais 7 eram mulheres e 9 eram Homens.

Percebe-se um crescimento de 8,8% na demanda pelo profissional Perito contábil, em relação ao número total de processos.

Observado as normas e dispositivos de lei que regulam a atuação do perito contábil, buscou-se investigar o cumprimento dos procedimentos incumbido ao perito quando da atuação deste em processos no qual este foi nomeado.

Nesse sentido a tabela 2 evidências, os percentuais de aceite da nomeação e o prazo de cumprimento do aceite, a necessidade de substituição do perito contador:

Tabela 2 - Atuação do Perito Contador

Ano	2017	2018	2019
Aceitação do Encargo	78%	47%	83%
Aceitaram dentro do prazo	14%	24%	68%
Substituição do Perito	37%	24%	39%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

Quanto à aceitação do encargo da nomeação se percebe uma oscilação no período de 2017 a 2019, sendo que em 2019, ocorre uma elevação no número de aceitações, em relação à quantidade demanda ao perito contador.

Outro fato a ser destacado, diz respeito ao aceite da nomeação dentro do prazo, conforme prevê a norma pericial contábil, e a legislação vigente. Da análise dos processos, evidencia-se certa irresponsabilidade do perito contador, quanto ao cumprimento dos prazos para o aceite, uma vez que os percentuais estão abaixo do desejado, ou seja, apresenta-se grande oscilação em relação ao cumprimento das datas para o aceite da nomeação, principalmente no ano de 2017. Embora tenha havido um acréscimo significativo de um ano para outro, alterando-se de 14% para 68%, o percentual ainda é baixo, principalmente no que se refere ao cumprimento integral da lei.

Quanto às substituições de peritos contadores, o resultado da pesquisa, apresenta um alto percentual, no ano de 2019, ou seja, 39% dos peritos foram substituídos, o que demonstra a necessidade de melhorar a atuação por parte desse profissional, no meio pesquisado, bem como o aperfeiçoamento profissional.

Os resultados oscilam entre os anos pesquisados, porém mantem-se em alta tratando-se das variáveis que testam o cumprimento por parte do perito das normas e dos dispositivos que regulam a atuação nos processos selecionados.

Em relação aos quesitos suplementares, termos de diligência e ao laudo para subsídio da decisão dos magistrados, não foi possível observar tais fatores, quanto à atuação do perito contador, uma vez que os dados são restritos aos profissionais atuantes nos autos, clientes, magistrados, ficando portanto, inacessíveis ao público em geral, conforme apresentado na tabela 3:

Tabela 3 - Documentos restritos

Ano	2017	2018	2019
Quesitos suplementares	Restrito	Restrito	Restrito
Termo de Diligência	Restrito	Restrito	Restrito
Laudo Norteou a Sentença do Juiz	Restrito	Restrito	Restrito

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

Quanto a atuação do perito assistente, se percebe um acréscimo da participação deste ao longo dos anos, principalmente no ano de 2019, tendo o

percentual dobrado, quando comparado ao ano de 2017, o que provavelmente vem ocorrendo em decorrência de um crescimento na participação destes profissionais no meio pesquisado. Tal fato, pode indicar situação favorável, quanto a atuação do perito, principalmente para os profissionais contábeis que desejam atuar como peritos assistentes, conforme apresentado na tabela 4:

**Tabela 4 - Atuação do perito assistente**

Ano	2017	2018	2019
Perito Assistente	9%	5%	18%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

Em relação aos pedidos de adiantamento de honorários e aceites dos mesmos por parte das varas pesquisadas, se percebe uma diminuição significativa do fato analisado, principalmente quando se compara o exercício de 2017 com 2019, tendo os percentuais diminuído em mais de 50%, conforme tabela 5:

**Tabela 5 - Honorários do perito contador**

Ano	2017	2018	2019
Pedido de Adiantamento de Honorários	59%	8%	25%
Adiantamento de Honorários Aceito	40%	4%	19%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

Tanto em relação aos pedidos de adiantamentos, quanto em relação ao aceite da liberação por parte da justiça trabalhista, a situação pode ser considerada negativa para os peritos contadores, uma vez que a tramitação dos processos é lenta, e mais ainda, se a análise implicar em liberação dos honorários somente no final da demanda judicial, o que pode impactar diretamente nos ganhos destes profissionais.

Quanto ao cumprimento e solicitação de dilação dos prazos, bem como na entrega do laudo pericial, se percebe estagnação dos resultados no período pesquisado, quando se compara o primeiro ano pesquisado, em relação ao ano de 2019, conforme tabela 6:

**Tabela 6 - Prazos na entrega do laudo pericial**

Ano	2017	2018	2019
Dilação do Prazo	33%	7%	39%
Entrega de laudo pericial no prazo	16%	1%	18%
Entrega do Laudo Pericial	37%	45%	44%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2017 a 2019).

A dilação do prazo apresentou um comportamento similar ao longo da pesquisa, mantendo-se praticamente nos mesmos percentuais, nos anos de 2017 e 2019, sendo que em 2018, se percebe o menor percentual na solicitação de dilação de prazo, o que implica dizer uma melhor atuação do perito contador, no ano de 2018, uma vez que os laudos foram entregues na data proposta pelos magistrados.

Em 2019, tem-se o maior percentual de solicitação de dilação do prazo, indicando possivelmente, atrasos nos procedimentos realizados e ainda, falhas no planejamento dos profissionais envolvidos.

Quanto à entrega dos laudos periciais, a pesquisa revela uma leve elevação dos percentuais no período pesquisado, saindo de 37% em 2017, para 44% em 2019.

Neste sentido, fica claro que a atuação do perito contador ainda carece de importantes e necessários ajustes, principalmente quando se percebe que o baixo percentual, pode estar relacionado com mal planejamento ou ausência deste, e mais ainda, com a responsabilidade do profissional em relação ao cumprimento dos prazos.

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os achados deste estudo, de forma geral, se relacionam com os estudos anteriores. Os resultados encontrados na pesquisa de Fagundes et al. (2008) quanto aos fatores que levam os empregados a acionar seus empregadores em ações trabalhistas, são reafirmados no presente estudo, de onde se extrai a existência de vários motivos resultantes em ações trabalhistas, indicando a necessidade de peritos contadores para melhor compreensão dos cálculos das verbas trabalhista.

Além disso, em conformidade com Gonçalves et al. (2014), se percebe a discricionariedade por parte dos magistrados para a nomeação desses profissionais, o que provavelmente está relacionado com a qualidade e habilidades do perito contador. Assim, reforça-se a literatura sobre o assunto, principalmente quanto às habilidades envolvidas no trabalho pericial: capacidade investigativa, habilidade de pesquisa, habilidade de planejamento e compreensão do caso, caráter ético-profissional, analítico, investigador, criterioso, trabalha sob pressão, sigiloso, eficiência na comunicação escrita.

Neste sentido destaca-se os resultados da presente pesquisa, quanto necessidade de atuação do perito contador em atividades específicas, principalmente no que se refere aos conhecimentos prático e teórico na área contábil.

Percebe-se ainda, que os profissionais das Ciências Contábeis necessitam de atualização constante e aperfeiçoamento regular, para desempenhar a função, uma vez que o profissional utilizará de conhecimentos e experiências para obtenção de provas, análises, entrega dos laudos periciais objetivando a verdade, devendo estar sempre atento as suas responsabilidades na execução da atividade pericial.

Ao contrário do estudo de Gonçalves et al. (2014), que norteia a expectativa dos magistrados e advogados da União, na presente pesquisa, para os peritos que atuam no contexto goiano, e mais especificamente, quanto a atuação do perito contábil, os resultados revelam realidade oposta ao esperado, principalmente em relação ao não cumprimento das normas e dispositivos legais que regulam a atuação deste profissional.

Os resultados reforçam a importância da perícia contábil, em se tratando de trabalho especializado, com bases científicas, que são utilizadas como elemento de prova, a fim de levar a verdade de forma imparcial, aos interessados no processo, podendo auxiliar o magistrado a tomar a melhor decisão no julgamento de processos.

Com base nas pesquisas de Neves et al. (2013) no que se refere a influência e eficácia do laudo na decisão do magistrado, não foi possível testar tal informação, uma vez que as informações sobre as decisões dos magistrados, quanto ao laudo pericial, permanecem restritas ao público geral.

## **6. CONCLUSÃO**

O presente estudo teve por objetivo identificar quais as formas de atuação e demandas do perito contador no TRT 18ª Região Varas do Município de Goiânia. Atualmente, várias ações judiciais requerem a Perícia Contábil, no sentido de auxiliar os magistrados na tomada de decisão, com a entrega de laudo pericial, como prova.

Além disso, apresentada a importância da atuação do perito contábil nas varas da justiça do trabalho do município de Goiânia-Go no TRT da 18ª Região, a pesquisa ao identificar quais as formas de atuação e demandas do perito contábil em relação à realização dos trabalhos de acordo com as normas e leis, constatou que a perícia



enquanto prova, deve se traduzir em informação fidedigna, precisa, clara, objetiva e concisa, com a finalidade de trazer verdade dos fatos de forma imparcial.

O perito contador, deve sempre atuar, conforme reforça a literatura, nos fatos que envolvem o patrimônio de pessoas, instituições, e sempre que restarem dúvidas sobre tais fatores.

Os resultados encontrados por meio desta pesquisa para os fatores demonstrados evidenciam que nos anos de 2017, 2018 e 2019 houve crescimento de 10,0% na procura pelo perito contábil, reafirmando um leve acréscimo na aceitação dos trabalhos entregues aos magistrados. Percebe-se ainda, que a atuação do perito contador, no meio pesquisado, ainda ocorre de forma tímida, quando comparado ao total de processos onde se requer a atuação de perito.

Faz-se lembrar de que a escolha por profissional especializado em Ciências Contábeis, se dá devido à necessidade de se utilizar peça de embasamento para os juízes, conforme exposta na revisão de literatura da presente pesquisa.

Quanto ao gênero, os resultados apresentam equilíbrio na participação de peritos contadores, de ambos os sexos, demonstrando não haver preferência por parte dos juízes quanto à participação de homens ou de mulheres nos processos que demandam por perícia.

Dentre os questionamentos relativos à atuação do perito contábil, os resultados mostraram pouca responsabilidade no cumprimento de prazos, tempo para aceite do encargo e entrega dos laudos periciais, refletindo ao magistrado a necessidade de novas nomeações de peritos, em substituição aos primeiros nomeados.

A literatura apresentada reforça que o perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que a lei determina, demonstrando toda sua diligência, todavia, pode o profissional escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

Como limitação ao presente estudo, reforça-se a dificuldade de acesso às informações necessárias para análise mais robusta quanto a atuação do perito contador.

Sugere-se para pesquisas futuras, o estudo sobre as dificuldades existentes na atuação desses profissionais na esfera trabalhista, entender a percepção do perito contábil quanto a motivação na aceitação do encargo para a realização dos trabalhos periciais, posicionando seus interesses por tal área de atuação.

## **7. REFERÊNCIAS**



- Alberto, V. L. P. (2012). Perícia Contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. (s.d.). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Cruz, A. P., Xavier, R. F., Santos, L. B. A. D., Carmo Filho, M. M., & Teixeira, A. A. (2016). A Qualidade dos Laudos Periciais Contábeis: um Estudo de Caso Múltiplo no Estado do Amazonas. Caderno Profissional de Administração da UNIMEP, 6(2), 60-78.
- Decreto n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/lei5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/lei5452.htm)
- Fagundes, J. A., Possamai, A. K., Ferreira, C. C., & Lavarda, C. E. F. (2008). Perícia contábil trabalhista: um estudo multi-caso em processos lotados no tribunal de justiça do trabalho da comarca de sorriso (MT). Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS, 8(14), 1-23.
- Gonçalves, P. C., Machado, M. R. R., Machado, L. S., & Zanolla, E. (2014). Características do perito-contador: perspectiva segundo juízes da Justiça Federal, advogados da União e peritos-contadores no contexto goiano. Revista Contemporânea de Contabilidade, 11(22), 0-0.
- Jensen, M., & Meckling, W. (2008). Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. Revista de Administração de Empresas, 48(2), 87-125.
- Lima, J. L. O., & Manini, M. P. (2016). Metodologia Para Análise De Conteúdo Qualitativa Integrada À Técnica De Mapas Mentais Com O Uso Dos Softwares Nvivo E Freemind. Inf. Inf., Londrina, v. 21, n. 3, p. 63 – 100, set./dez., 2016. [www.uel.br/revistas/informacao/](http://www.uel.br/revistas/informacao/)
- Machado, J. A. (2018). Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da Teoria da Agência. Rev. Serv. Público Brasília 69 (1) 57-84 jan./mar 2018.
- Lei n. 13.105. (16 de MAR de 2015). Código de Processo Civil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)
- Lei n. 13.420, de 13 de março de 2017. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13420.htm)
- Neves Júnior, I. J. D., Moreira, S. A., Ribeiro, E. B., & Silva, M. C. (2013). Perícia Contábil: estudo da percepção de juízes de Primeira Instância na Justiça do Trabalho sobre a qualidade e a relevância do trabalho do perito. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 15(47), 300-320.
- Resolução CFC n. 1.243, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC TP 01 – Perícia Contábil. Recuperado de [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1243.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1243.doc)
- Resolução CFC n. 1.244, de 10 de dezembro de 2009. Aprova a NBC PP 01 – Perito Contábil. Recuperado de [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1244.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1244.doc)
- Richardson, R. J. (1999) Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rocha, I., Pereira, A. M., Bezerra, F. A., & Nascimento, S. (2012). Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. Revista de Gestão, 19(2), 227-340.
- Silva, G. C., & Matias, M. A. (2011). Perícia Contábil: a visão dos contadores mineiros sobre os requisitos necessários, as atribuições e o campo de atuação da área. Revista Mineira de Contabilidade, 2(42), 28-35.
- Silva, E. L., Menezes, E. M. (2000) Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.
- Wrubel, F., Fernandes, F. C. (2014). A teoria agência como base para a análise da influência dos controles rígidos e da assimetria da informação na folga orçamentária: estudo em uma agroindústria. XXI Congresso Brasileiro de Custos.

## **ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL(IFDM): ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Beatriz Rodrigues Silva  
Frederico Oliveira Da Silva  
Larissa Santos Lima  
Denise Fernandes Nascimento  
Guilherme Domiciano Ferreira

### **1. INTRODUÇÃO**

Segundo Dowbor (2008) a Constituição Brasileira de 1988 tornou os municípios obrigados a prestarem serviços básicos como educação e saúde, por meio de transferência de parte das obrigações sociais previstas, e tal prestação de serviços exige disponibilidade de recursos financeiros. Neste ponto, é realizada arrecadação de tributos, resultante da contribuição compulsória do cidadão (Cruz, Ferreira, Silva, & Macedo, 2010).

Sendo assim, por meio de gestão pública, o Governo é o responsável por administrar recursos públicos e assim, garantir ao cidadão acesso aos seus direitos constitucionais. Quando se prioriza a melhoria da qualidade de vida populacional, aplicando corretamente os recursos públicos em políticas e serviços que incentivam o desenvolvimento socioeconômico, atinge-se a finalidade maior da gestão pública (Souza, Lima, Nascimento, Peter, Machado & Gomes, 2012).

Observando-se o âmbito econômico, tradicionalmente sempre foram utilizados fatores quantitativos, como Produto Interno Bruto (PIB), renda e investimentos, para se medir o desenvolvimento de uma sociedade. Em relação a tais indicadores, eficientes para se demonstrar o crescimento econômico, nem sempre refletiam o desenvolvimento social (Filho, 2010). Diante deste cenário de insatisfação com os variados métodos quantitativos para se medir a qualidade de vida, surgem-se então, métodos mais voltados para a área social, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Scarpin (2006) dá ênfase à ideia de que para se mensurar o crescimento de um país ou município devem ser consideradas a disponibilidade e a qualidade dos serviços médicos, saúde e educação, e não apenas pelos recursos financeiros que os cidadãos dispõem ou necessitam. Salientando que tais recursos são oriundos de contribuição dos próprios cidadãos, estes têm por objetivo garantir que seus governantes e gestores empreguem com eficiência esses tributos (Júnior, Libonati, Vasconcelos & Slomski, 2008).

Apesar de não existir, consideram-se proprietários do município os seus próprioshabitantes, que selecionam através de eleições seu prefeito, para atuar por tempo determinado como administrador do município. Mas, nem sempre os interesses de tal administrador são condizentes com os interesses da sociedade, surgindo então um conflito de agência (Scarpin, 2006).

Mediante tal conflito, surge a carência de se estimar se o gestor público sempre tomará decisões que priorizem as necessidades dos cidadãos (Slomski, Mello, Filho & Macêdo, 2008). Potencializar o desenvolvimento coletivo é um dos maiores interesses dos cidadãos segundo Scarpin (2006), e esse desenvolvimento pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), e de modo análogo pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Quando se fala em desenvolvimento humano, os estudos mais comuns são os que analisam o IDH e estabelecem relações entre o mesmo e aspectos contábeis e/ou financeiros. Dentre essas pesquisas destacaram-se Anand e Sem (2000) que fizeram análise do elemento “Renda” do IDH, expondo incoerências e incertezas específicas na utilização da referida variável no modelo proposto pelo Índice de Desenvolvimento Humano. Diante disso, os autores sugeriram algumas correções na metodologia, destacando-se a necessidade de se utilizar precisamente variáveis relacionadas à renda e considerar seus diferentes cenários de distribuição.

Scarpin (2006) apontou um modelo matemático para se chegar ao valor futuro do IDH-M, baseando-se em dados contábeis atuais e outras variáveis. O autor também analisou a correlação entre os indicadores que compõem o IDH-M, investigou a relevância das informações contábeis no propósito do índice, detectou as variáveis relacionadas ao IDH-M e mensurou o atraso temporal entre estas variáveis e o índice em questão.

Com o propósito de representar a sustentabilidade adequadamente, Ray (2012) propôs uma redefinição do IDH, acrescentando ao índice informações relacionada ao meio ambiente, desenvolvendo então um novo índice denominado Environmentally Stressed Human Development Index (ESHDI), que indica o nível de estresse que um país em processo de desenvolvimento econômico atribui ao meio ambiente.

Em seu estudo, Cruz et al., (2010) objetivou verificar a transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais digitais dos grandes municípios do Brasil, e assim detectar as características que podem estar

relacionadas à transparência e a divulgação de tais informações. Para testar essa hipótese, utilizou como variáveis explicativas o IFDM eo IDH-M.

Com o intuito de se maximizar o desenvolvimento, sendo esse o maior interesse da sociedade, é dever do administrador do município gerir de forma eficiente os recursos financeiros disponíveis (Scarpin, 2006). Diante desse contexto, a pesquisa apresenta a seguinte problemática: Quais aspectos contábeis influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nos municípios da região metropolitana de Goiânia?

Buscando responder à questão acima apresentada, tem-se como objetivo geral analisar os aspectos contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nos municípios da região metropolitana de Goiânia.

A relevância deste estudo consiste em mensurar a eficiência da alocação dos recursos financeiros arrecadados mediante a contribuição obrigatória da sociedade (Scarpin, 2006). Sendo assim, analisam-se todos os municípios que compõem a conurbação de cidades que rodeiam Goiânia, já que essa é a área mais expressiva do estado de Goiás contendo 35% da população do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019), e por não terem sido encontrados estudos anteriores ao tema, que englobam tais municípios, pretendendo assim, agregar dados importantes para a administração pública e aos cidadãos em geral.

Espera-se também fomentar novas pesquisas relacionadas aos impactos dos gastos públicos na composição do IFDM, diante da existência de um maior número de pesquisas relacionadas ao IDH.

Este estudo é dividido em cinco tópicos: O primeiro denomina-se introdução, obtendo de forma concisa a visão geral da pesquisa; o segundo fornece a base teórica utilizada na pesquisa. Já o terceiro tópico expressa o desenvolvimento da metodologia a ser aplicado no estudo; o quarto tópico apresenta os resultados encontrados e o quinto tópico traz as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Apresenta-se neste tópico, a base teórica da pesquisa, sendo expostos os aspectos contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

(IFDM) nos municípios da região metropolitana de Goiânia. Sua divisão se dá em: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Prestação de Contas em Entidades Governamentais, Gastos Públicos e Desenvolvimento nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia e Estudos Anteriores.

## 2.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado em 2008 para atender a necessidade de se monitorar o desenvolvimento não só econômico, mas também social do Brasil, levando em consideração as diversas realidades da menor divisão federativa: o município. Sendo assim, desde seu surgimento, o IFDM tem acompanhado a evolução de todos os municípios brasileiros (FIRJAN, 2018).

São monitoradas pelo IFDM, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde, utilizando-se estatísticas públicas oficiais. As variáveis que compõem o cálculo do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal serão expostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas no Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN.

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Atendimento à educação infantil	Número de consultas pré-natal
Geração de Renda	Taxa de abandono	Óbitos por causas mal definidas
Estoque de emprego formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbito infantil por causas inevitáveis
Salários médios do emprego formal	Percentual dos docentes com ensino superior	
Índice do Gini de desigualdade de renda no trabalho informal	Resultado de INDEB no ensino fundamental	

Fonte: Disponível em IFDM 2019 "<https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>".

A classificação do índice varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento local (FIRJAN, 2018). Com o intuito de simplificar a leitura dos resultados, foram estabelecidos quatro conceitos para o IFDM, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Níveis de classificação de desenvolvimento do IFDM

Municípios com IFDM	
Valor	Resultados
0,0 a 0,4	Baixo estágio de desenvolvimento

0,4 a 0,6	Desenvolvimento regular
0,6 a 0,8	Desenvolvimento moderado
0,8 a 1,0	Alto estágio de desenvolvimento

Fonte: FIRJAN (2018).

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018), o índice tem periodicidade anual, porém, tem em média defasagem de dois anos, em função das publicações das estatísticas públicas dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, que possuem períodos e defasagens diferentes para divulgação de seus resultados.

O IFDM Emprego & Renda é a primeira área de atuação do índice, segundo a FIRJAN(2018), e acompanha o mercado formal de trabalho, utilizando como base de dados a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho. A análise é feita com base em dois subgrupos: emprego formal (postos gerados) e renda (remuneração média mensal do trabalhador formal).

A segunda área analisada pelo IFDM é a Educação, os dados que compõem esse índice são relativos à educação infantil e ao ensino fundamental. Conforme a FIRJAN (2018), no que se refere ao ensino infantil, leva-se em consideração o número de matrículas em creches e pré-escolas registradas, comparando-os aos números de crianças que pertencem à faixa etária adequada a esta modalidade educacional e em relação ao ensino fundamental, considera-se indicadores como: taxa de abandono escolar, percentual de docentes graduados, taxa de distorção idade-série, resultado médio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre outros. Os dados são extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação.

A última área que compõe o cálculo do IFDM é a saúde, que tem como objetivo avaliar o Sistema de Saúde Municipal no que tange à Atenção Básica. Os indicadores utilizados são: atendimentos pré-natais, que mede a qualidade do atendimento à gestante, óbitos por causas mal definidas, relacionado ao acesso aos serviços de saúde, e óbitos infantis por causas evitáveis. Os bancos de dados utilizados são: Sistema de Informação sobre Mortalidade (IFM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Internações Hospitalares (SIH), todos do DATASUS do Ministério da Saúde.

## **2.2 Prestação de Contas em Entidades Governamentais**

O Governo Federal passa por um processo de preparação para cada novo ano civil. Ele planeja suas receitas e fixa suas possíveis despesas do período; acompanhando sempre o andamento da realidade do país, com o de seu orçamento estabelecido. Todo esse processo utiliza-se de uma série de atividades e ações diversificadas, que são apoiadas por uma ampla cadeia de sistemas, capazes de administrar todas as informações e de conceder aos responsáveis à possibilidade da tomada de decisões. (Silva, Silva, Adriano & Galazzi, 2007).

Por isso, a Contabilidade Governamental surge como meio de garantir que os usuários, que buscam a prestação de contas dos investimentos e gastos do poder público, consigam notar o controle do patrimônio público com transparência e confiabilidade por parte dos governantes (Avelino, Bressan & Cunha, 2013).

Em conformidade com a Contabilidade Gerencial, a Contabilidade Governamental também possui usuários que buscam informações específicas para seus objetivos, seja a população desejando obter mais participação política ou entidades financeiras, desejando saber se podem liberar mais crédito para o governo (Platt, Cruz, Ensslin & Ensslin, 2005). Tendo cada usuário seu interesse, o Quadro 3 traz uma síntese de cada um.

Quadro 3 - Usuários externos das contas públicas e síntese de seus interesses presumíveis.

<b>Tipologia de usuários da Contabilidade</b>	<b>Interesses dos usuários</b>
<b>Cidadãos, Contribuintes ou Eleitores</b>	Exercer a participação política e o controle social, auxiliando a escolha e a atuação de governantes que atendam aos seus anseios.
<b>Fornecedores</b>	Decidir as vendas ao Estado, por meio do conhecimento da demanda e da capacidade de pagamento. Acompanhamento de licitações e de pagamentos pelos órgãos públicos.
<b>Sindicatos</b>	Negociar remunerações, condições de trabalho e benefícios de servidores públicos, de aposentados e pensionistas.
<b>Empresários</b>	Decidir a continuidade dos negócios, considerando alterações da carga tributária e do incentivo à atividade econômica pelo estado, bem como oportunidades de captação de empregados e dirigentes para os seus quadros de recursos humanos.
<b>Investidores (pessoas ou instituições)</b>	Analisar o risco quanto à compra de títulos da dívida pública, entre alternativas de investimentos afetadas pelo estado.
<b>ONGs e Associações</b>	Acompanhar e fiscalizar a ação governamental, de acordo com suas finalidades e identificar áreas ou núcleos de cooperação ou suporte para as suas

	atividades.
<b>Partidos Políticos</b>	Embasar suas críticas e propostas governamentais (planos de governo), inclusive através da alocação dos recursos públicos em ensino, pesquisa e extensão.
<b>Governos em outras Esferas ou Poderes</b>	Fiscalizar o uso de recursos, decisão de auxílio técnico e financeiro, instituição ou alteração das normas vigentes.
<b>Governos Estrangeiros</b>	Decidir sobre cooperação e auxílio financeiro, na forma de empréstimos ou doações (transferências).
<b>Tipologia de Usuários da Contabilidade</b>	Interesses dos usuários
<b>Pesquisadores e Estudantes</b>	Desenvolver estudos acadêmico-científicos sobre o estado, sua gestão e as finanças públicas. Localizar oportunidades e ou concentração dos recursos potenciais ou reais destacados para a entidade.
<b>Instituições de Crédito</b>	Embasar suas decisões de concessão de crédito ao estado.
<b>Mídia (Rádio, TV e Jornais)</b>	Divulgar notícias e matérias investigativas.

Fonte: Recuperado de "Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira" de Platt Neto *et al.*, 2005, p. 87.

De acordo com Avelino et al (2013) a Contabilidade Governamental possui o desafio de que as decisões do governo estejam tanto de acordo com as leis e normas, mas que também estejam passíveis de garantir a resolução dos problemas e que produzam resultados satisfatórios para o país.

Acrescentam Pablos, Figueroa e Camou (2007) que é necessário o desenvolvimento de uma relação bem estruturada entre os discursos e as decisões dos governantes, pois isso é necessário para uma correta prestação das contas públicas aos usuários. As informações disponibilizadas devem transmitir clareza, permitindo ao usuário, o julgamento das ações e resultados do governo (Pablos, Figueroa & Camou, 2007).

Devido a isso, o Governo se vê responsável por prestar contas de suas ações para a sociedade, pois isso é de extrema relevância para a diminuição da assimetria funcional existente entre a população e seus representantes no Governo, garantindo assim tanto o mantimento da significância do poder público instaurado quanto à evidenciação de seu desempenho (Avelino et al 2013).

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018) o IFDM tem a possibilidade de permitir uma visão dos impactos dos gastos públicos a nível municipal, garantindo uma melhor orientação das atuações públicas e representando uma importante ferramenta de gestão pública.



### **2.3 Gastos Públicos e Desenvolvimento nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia**

Segundo Riani (2014), os gastos públicos podem ser conceituados como uma escolha política dos governos, no que se refere aos diversos serviços que prestam à sociedade, que representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo. Eles são peças de atuação do governo que Riani (2014) estabelecem uma série de prioridades, no que se refere à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a serem realizados.

A população espera que os agentes governamentais cumpram com sua função de administrar, que para Kohama (2014) é gerir os serviços públicos, não só executando-os, como também, dirigindo, governando e exercendo ações com o objetivo de obter resultados almejados. Assim, os gastos públicos e, por consequência, a receita pública, não devem ser analisados como números isolados e fora de um contexto político. Tendo em vista que estes afetam o desenvolvimento de um município e controlam o conflito de interesses entre os agentes do governo e a população, os cidadãos desejam saber se os seus valores que foram pagos em formas de tributos, estão sendo investidos de forma eficiente; maximizando os interesses esperados por eles, porém nem sempre os interesses dos gestores são convergentes com o da população (Scarpin, 2006).

Para ter acesso a esses dados foram utilizados como base de análise a contabilidade que para Araújo (2007) é a ciência que estuda e exerce as funções de orientar e controlar em relação aos atos e fatos da administração econômica. Segundo Avelino (2013) as informações contábeis em órgãos governamentais têm o intuito de prestar informações financeiras que sejam úteis para a tomada de decisão políticas, econômicas e sociais, demonstrando responsabilidade e fornecer informações que possam ser úteis para avaliar o desempenho e as ações e a gestão dessas organizações. Com as elas podem-se verificar a quantidade de recursos alocados em cada área específica tais como administração, educação, saúde etc.

### **2.4 Estudos Anteriores**

Existem diversos métodos para se medir o desenvolvimento de um município, o que incentivou os estudos relacionados aos referidos procedimentos. A partir de estudos já realizados sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) percebe-se que ele é de suma importância quando se fala em verificar a eficiência da

gestão pública, por esse motivo diversas pesquisas são realizadas abordando esse tema. Serão expostos no Quadro 4 os estudos sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Quadro 4 - Estudos Anteriores.

<b>Autor (Ano)</b>	<b>Objetivo Principal</b>	<b>Método</b>	<b>Principais Resultados</b>
Avelino, Bressan & Cunha (2013)	O objetivo deste estudo consistiu-se em identificar as variáveis contábeis condicionantes do IFDM das capitais brasileiras para avaliar a relevância da informação contábil no índice em questão.	Realizou-se estudo de caráter descritivo, utilizando-se análise documental, e a abordagem do problema classifica-se como quantitativa.	Os resultados mostraram que as variáveis Juros e Encargos da Dívida, Despesa de Capital, Investimentos, gastos com Cultura e Assistência Social e Transferências Correntes apresentaram uma associação estatisticamente significativa com o IFDM total dos entes públicos selecionados, permitindo constatar que informações contábeis possuem relevância na determinação do IFDM das capitais analisadas.
Bortolotti, Paluch & Clazer (2013)	O objetivo da pesquisa foi descrever os investimentos públicos em saúde e o IFDM da AMCESPAR, no período de 2005 a 2010.	A pesquisa se caracteriza como descritiva bibliográfica e documental. Os dados utilizados foram de fontes secundárias, disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.	Ao final do estudo pode-se verificar que não existe uma relação entre os investimentos em saúde e o desenvolvimento municipal, pois Fernandes Pinheiro, Guamiranga e Inácio Martins apresentaram o maior investimento público per capita e não foram os mesmos que apresentaram o maior IFDM Saúde (Mallet, Rio Azul e Rebouças) em 2010.
Bezerra, Libonati, Macedo & Ribeiro (2017)	Este trabalho se propôs a mensurar a relação existente entre receitas e despesas públicas, representativas da execução orçamentária municipal publicada, e a qualidade da educação dos municípios brasileiros, no período de 2008 a 2011, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, na vertente educacional (IFDMed).	Foi utilizado um modelo de regressão com dados em painel, para 4.376 municípios entre os anos de 2008 a 2011, contemplando como variável dependente o IFDMed e, como explicadores variáveis representativas da arrecadação e de gasto público e outras utilizadas para controle dos resultados.	Os resultados demonstram, por fim, que há relação (parcial) entre as receitas e despesas públicas e a qualidade da educação dos municípios brasileiros para o período analisado.
<b>Autor (Ano)</b>	<b>Objetivo Principal</b>	<b>Método</b>	<b>Principais Resultados</b>
Dalchiavon (2017)	Este estudo tem por objetivo geral analisar o desenvolvimento econômico, medido por meio do IFDM, dos municípios paranaenses no período de 2005 a 2013.	Para atender aos objetivos propostos utiliza-se a análise descritiva dos dados em relação ao IFDM, a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), buscando visualizar como está distribuído espacialmente o desenvolvimento do Paraná, e o método de análise estrutural-diferencial para verificar o comportamento do emprego nas regiões e setores de atividades econômicas.	Os resultados encontrados pela análise descritiva mostram que o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses ocorreu de forma diversa entre as regiões, destacando-se as mesorregiões Norte Central e Oeste, as quais tiveram o maior número de municípios classificados com alto desenvolvimento (IFDM geral) em 2013. Por outro lado, a mesorregião Centro-Sul não apresentou municípios com IFDM geral alto, em ambos os anos.

<p>Azevedo (2016)</p>	<p>Esta pesquisa teve como objetivo verificar a relação existente entre o IFDM e os indicadores contábeis de desempenho orçamentário da saúde e educação para o ano de 2013.</p>	<p>Apresentou como classificação metodológica quanto aos objetivos, uma pesquisa descritiva; quanto à abordagem do problema, a pesquisa coloca-se como qualitativa e quantitativa; quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, experimental e documental. Em relação ao levantamento de dados para o estudo, este foi realizado nos endereços eletrônicos do Portal de Transparência dos municípios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Sistema FIRJAN, do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.</p>	<p>Realizada a análise, os dados revelaram que, de acordo com a amostra desta pesquisa, apenas tem relação significativa com o IFDM da saúde o indicador que mede a capacidade de investimentos próprios em saúde e o indicador que mensura o investimento por habitante. Em relação ao IFDM da educação apenas a despesa por aluno apresentou significância. Nesse sentido, fica evidente que os gestores públicos podem utilizar da relação existente entre indicadores contábeis da saúde e educação com o IFDM para gerir os recursos públicos, enxergar oportunidades e possíveis dificuldades no orçamentação pública.</p>
<p>Medeiros, Santos &amp; Andre (2017)</p>	<p>Este artigo tem como analisar o desenvolvimento municipal das microrregiões do Estado do Tocantins e toma como marco temporal os anos de 2000 e 2010, e parte, para tanto, do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).</p>	<p>Foram analisados 139 municípios tocaninenses, onde os dados foram calculados o quanto cada componente contribuiu para o IFDM, a janela temporal compreende os anos de 2007 e 2010.</p>	<p>O principal achado do trabalho mostra que, ao longo dos dez Anos, houve crescimento no indicador de desenvolvimento nos municípios do Tocantins e as dimensões saúde e educação tiveram a maior participação no IFDM.</p>

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Em relação às pesquisas correlatas citadas, subentende-se que mensurar o nível de desenvolvimento de um município é algo que incorpora valor tanto para os cidadãos como para a gestão pública (Bortolotti, Paluch & Clazer, 2013).

Ao final do estudo de Bortolotti, Paluch e Clazer (2013), descobriu-se que investimentos em saúde não exercem influência no desenvolvimento municipal, pois os municípios que apresentaram maiores investimentos na área em questão não foram os mesmos com o maior IFDM Saúde no ano de 2010.

Entretanto, Avelino, Bressan e Cunha (2013) ressaltam que as variáveis “Juros e Encargos da Dívida, Despesa de Capital, Investimentos, gastos com Cultura e Assistência Social e Transferências Correntes” impactam de forma significativa o IFDM total dos entes governamentais selecionados constatando que informações contábeis possuem relevância na determinação do IFDM das capitais analisadas.

### 3. METODOLOGIA

Quanto à classificação, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem por objetivo descrever os aspectos contábeis que exercem influência significativa no índice FIRJAN de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros (Gil, 2002).

De acordo com Gil (2002) em relação aos procedimentos, utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica, embora ambas sejam semelhantes em alguns aspectos, diferem-se em: a pesquisa documental consiste no desenvolvimento com base em materiais que ainda podem ser reelaborados e a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituindo-se principalmente de artigos científicos e livros.

A abordagem da pesquisa refere-se à quantitativa, pois, traduz opiniões e informações em números para classificá-las e analisá-las através de métodos estatísticos (Prodanov & Freitas, 2013; Gil, 2002).

### **3.1 Amostra e Coleta de Dados**

A amostra a ser utilizada é constituída por 20 municípios que fazem parte da conurbação de cidades ao redor de Goiânia, conhecidos como Grande Goiânia ou Região metropolitana de Goiânia, por essa área ser mais expressiva do estado de Goiás contendo 35% da população do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019), e também, devido à inexistência de estudos consistentes que abrangem tais municípios, pretendendo assim agregar dados importantes para a administração pública e para a população em geral, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Amostra da Pesquisa.

<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>
1	Abadia de Goiás
2	Aparecida de Goiânia
3	Aragoiânia
4	Bela Vista de Goiás
5	Bonfinópolis
6	Brazabrantes
7	Caldazinha
8	Caturai
<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>
9	Goianápolis
10	Goiânia
11	Goianira
12	Guapó
13	Hidrolândia
14	Inhumas
15	Nerópolis
16	Nova Veneza
17	Santo Antônio de Goiás
18	Senador Canedo
19	Terezópolis de Goiás

<b>20</b>	Trindade
-----------	----------

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Os dados do IFDM foram extraídos do portal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e os dados das variáveis contábeis dos municípios foram coletados no site do Tesouro Nacional através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

### 3.2 Variáveis da Pesquisa

O estudo traz o próprio IFDM como variável dependente e conforme expostas abaixo, apresentam-se as dezessete variáveis contábeis que foram selecionadas para mensuração com base o estudo de Avelino, Bressan e Cunha (2013).

Assim como cada variável, seus conceitos também foram extraídos do estudo de Avelino, Bressan e Cunha (2013) e do glossário do software Situação Fiscal do seu Município, desenvolvido pela Secretaria Nacional do Tesouro (STN), conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Variáveis Independentes da Pesquisa.

Nome	Definição
<b>Despesa com Pessoal</b>	Montante encontrado nas despesas de qualquer natureza relacionada à Pessoal, com exceção a indenizações trabalhistas; referentes a processos judiciais; e referentes a períodos anteriores.
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	Montante referente às despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
<b>Despesa de Capital</b>	Bens de Capital que contribuem para a aquisição de bens que incrementam a capacidade produtiva.
<b>Investimentos</b>	Todas as despesas que estão relacionadas ao planejamento e execução de obras; aquisição de imóveis e instalações; equipamentos e material permanente; constituição ou aumento de capital de empresas que não estejam relacionados ao caráter comercial ou financeiro.
<b>Administração e Planejamento</b>	Totalidade de despesas com o Administrativo, ciência e tecnologia e encargos especiais.
<b>Educação</b>	Despesas com Educação. Será evidenciada na função de número 12 e de nomenclatura "Educação".
<b>Cultura</b>	Gastos com Cultura. Será evidenciada na função de número 13 e de nomenclatura "Cultura".
Nome	Definição
<b>Urbanismo</b>	Gastos do município com Urbanismo. Será evidenciada na função de número 15 e de nomenclatura "Urbanismo".
<b>Habitação</b>	Gastos do município com Habitação. Será evidenciada na função de número 16 e de nomenclatura "Habitação".
<b>Saúde</b>	Gastos do município com Saúde. Será evidenciada na função de número 10 e de nomenclatura "Saúde".
<b>Saneamento</b>	Gastos do município com Saneamento. Será evidenciada na função de número 17 e de nomenclatura "Saneamento".
<b>Assistência Social</b>	Gastos do município com Assistência Social. Será evidenciada na função de número 08 e de nomenclatura "Assistência Social".

<b>Previdência</b>	Gastos do município com Previdência Social. Será evidenciada na função de número 09 e de nomenclatura "Previdência Social".
<b>Transporte</b>	Gastos do município com Transporte. Será evidenciada na função de número 26 e de nomenclatura "Transporte".
<b>Receita Corrente</b>	Total de receitas que são arrecadas e empregadas dentro do período da LOA. Composta pelos grupos de receitas Tributárias, de Contribuição, Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais, de Serviços, Transferências Correntes e outras receitas correntes.
<b>Receita Tributária</b>	Refere-se aos impostos, taxas e contribuições adquiridos pelo município.
<b>Transferências Correntes</b>	Correspondem às transferências intergovernamentais do Estado e da União, referentes a impostos estaduais e federais, bem como ao fundo de participação dos municípios.

Fonte: Adaptado de "Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras" de Avelino, Bressan e Cunha, 2013, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, p.282.

### **3.3 Modelo Econométrico**

Para a análise das variáveis e seus impactos na elaboração do IFDM, utilizou-se a análise de dados em painel que aborda de forma integrada observações de corte transversal e série temporal, ou seja, analisando os dados ano a ano, que facilitará o estudo de forma horizontal da janela temporal que inclui o período de 2005 a 2016.

Serão utilizados dados de 2005 a 2016, pois estes foram os anos base considerados para o cálculo do IFDM, não sendo disponibilizadas no site da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) as informações referentes aos exercícios anteriores ou posteriores.

Como apresentado por Gonçalves e Castellane (2018), existem três tipos de dados em painel: Modelos Agrupados, em que existe a consideração de que todas as unidades são iguais; Modelos com Efeitos Fixos, em que estima que a diversidade presente no todo seja percebida pela constante da equação; e os Modelos com Efeitos Aleatórios, em que essa diversidade que será considerada incorreta, possibilitando dessa forma que a constante do cálculo não seja um parâmetro fixo e sim um parâmetro aleatório não observável.

A análise por dados em painel se mostra vantajosa devido à viabilidade do controle dessa heterogeneidade presente nos indivíduos, além de possibilitar o uso de mais observações, aumentando o número de graus de liberdade e diminuindo a multicolinearidade entre as variáveis explicativas.

No entanto, ao utilizar esse processo analítico depara-se com certos empecilhos que podem ser cruciais para a elaboração do estudo, como problemas

com a coleta de dados, distorções referentes a erros de medidas, problemas de seletividade, devido à possibilidade de existirem dados faltantes que gerarão painéis não balanceados e mal dimensionados, em consequência de uma série temporal curta (Avelino, Bressan e Cunha, 2013).

O modelo geral de Dados em Painel para as análises econométricas pode ser apresentado de forma simplificada por Fávero, Belfiore, Takamatsu e Suzart (2014) dessa forma:

$$y_{it} = \alpha + x_{it}\beta + v_i + \varepsilon_{it}$$

A definição de cada ponto é apontada no quadro 7:

Quadro 7 - Definição da Fórmula para Análise Econométrica.

Símbolo	Definições
<b>s</b>	
<b>i</b>	1, ..., N (representa as unidades <i>cross-section</i> );
<b>t</b>	1, ..., N (indica a série temporal);
<b>y<sub>it</sub></b>	Indica a variável dependente;
<b>α</b>	Intercepto do modelo;
<b>x<sub>it</sub></b>	Indica as variáveis independentes do modelo (existem k regressores em <i>x<sub>it</sub></i> );
<b>β</b>	Representa os coeficientes angulares estimados para cada variável independente;
<b>v<sub>i</sub> + ε<sub>it</sub></b>	São os erros do modelo <sup>a</sup> .

Nota. Fonte: Recuperado de “Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras” de Avelino, Bressan e Cunha, 2013, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, p.283.

<sup>a</sup> *v<sub>i</sub>* é o componente que indica o efeito individual específico não observável, que difere entre as unidades e é invariante no tempo; enquanto *ε<sub>it</sub>* consiste no componente que varia com as unidades e com o tempo, denominado erro “usual” da regressão. Ressalta-se que, neste estudo, como cada entidade “i” dispõe do mesmo número de dados temporais, tem-se um painel balanceado (ou equilibrado). Baltagi (2005) como citado em Avelino, Bressan e Cunha (2013).

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

São exibidos nesta seção os resultados encontrados através das análises realizadas. É dividido em cinco subtópicos, sendo eles: Estatística Descritiva, Estrutura do Modelo, Testes Preliminares, Correlação entre as Variáveis e Resultados do Modelo de Efeitos Aleatórios.

### 4.1 Estatística Descritiva

A amostra do estudo é composta por 20 municípios integrantes da região metropolitana de Goiânia, também conhecida como Grande Goiânia, entre o período de 2005a 2016.

Foram feitas análises de dados em painel em relação às variáveis contábeis apresentadas no quadro 5 da presente pesquisa, disponíveis nas demonstrações contábeis de cada município em questão, tendo esses resultados demonstrados nos tópicos a seguir.

Tabela 1 - Estatística Descritiva

Variável	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
<i>IFDM</i>	240	.688958	.0649828	.47	.84
<i>DPES</i>	240	9.57e+0	3.18e+08	0	2.10e+0
<i>JEDIV</i>	240	264149.	1098739	0	1.07e+0
<i>DC</i>	240	1.62e+0	4.10e+07	0	2.23e+0
<i>INV</i>	240	1.32e+0	3.34e+07	0	1.84e+0
<i>RC</i>	240	1.77e+0	5.63e+08	3951653	4.19e+0
<i>RECT</i>	240	4.93e+0	1.85e+08	91666.2	1.24e+0
<i>TRANSFCOR</i>	240	1.08e+0	2.99e+08	722789.	2.02e+0
<i>ADMPLAN</i>	240	3.21e+0	1.03e+08	0	6.61e+0
<i>EDUC</i>	240	3.83e+0	1.16e+08	0	7.92e+0
<i>CULT</i>	240	680483.	2455600	0	2.03e+0
<i>URB</i>	240	1.06e+0	2.22e+07	0	1.30e+0
<i>HAB</i>	240	736310.	7092233	0	1.07e+0
<i>SAU</i>	240	5.39e+0	1.83e+08	0	1.19e+0
<i>SAN</i>	237	1.18e+0	5.55e+07	0	4.22e+0
<i>ASSITSOC</i>	240	2683120	7054712	0	4.21e+0
<i>PREV</i>	240	1.49e+0	7.12e+07	0	5.95e+0
<i>TRANSP</i>	240	5014818	2.14e+07	0	1.80e+0

Fonte. Dados da pesquisa (2020).

A partir da tabela 1, verifica-se que em relação a maior parte das variáveis analisadas, os valores das medidas de tendência central (média) estão distantes, haja vista a diferença da variável IFDM, que apresenta média de 0,68 aproximadamente e a variável Despesa com Pessoal que apresenta média de 9,57 aproximadamente.

Da mesma forma, observa-se também variação significativa entre os valores mínimos e máximos das variáveis, sendo que muitas das variáveis obtiveram valor zero para a classificação mínima, como por exemplo, Juros de Capital Próprio, Educação e Assistência Social, e outras tiveram valores na classificação máxima e



se destacaram como, Educação com aproximadamente 7,92 e Administração e Planejamento com aproximadamente 6,61.

## **4.2 Estrutura do Modelo**

A equação a seguir representa a estrutura básica de modelos em painel para explicar a relação das variáveis contábeis independentes em referência ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, variável dependente da pesquisa entre o período de 2005 a 2016.

$$\begin{aligned} \text{IFDM}_{it} = & \alpha + \beta \text{DPES}_{it} + \beta \text{JEDIV}_{it} + \beta \text{DC}_{it} + \beta \text{INV}_{it} + \beta \text{ADMPLAN}_{it} + \\ & + \beta \text{EDUC}_{it} + \beta \text{CULT}_{it} + \beta \text{HAB}_{it} + \beta \text{URB}_{it} + \beta \text{SAU}_{it} + \beta \text{SAN}_{it} + \\ & \beta \text{ASSITSOC}_{it} + \\ & + \beta \text{PREV}_{it} + \beta \text{TRANSP}_{it} + \beta \text{RC}_{it} + \beta \text{RECT}_{it} + \beta \text{TRANSFCOR}_{it} + v_i + \epsilon_{it} \end{aligned}$$

Em que:

$i = 1, \dots, 26$  (representa as entidades públicas

analisadas);  $t = 1, \dots, 4$  (indica os períodos

analisados: 2005 a 2010);

IFDM = Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal total (constitui a variável dependente do modelo);

$\alpha$  = é o intercepto do modelo;

$\beta$  = representa os coeficientes angulares estimados para cada variável independente;

As variáveis descritas a seguir consistem nas variáveis

independentes do modelo: DPES = Despesa com Pessoal;

JEDIV = Juros e encargos da

dívida; DC = Despesa de

Capital;

INV = Investimentos;

ADMPLAN = gastos com Administração e

Planejamento; EDUC = gastos com Educação;

CULT = gastos com

Cultura; HAB = gastos

com Habitação;

URB = gastos com  
Urbanismo; SAU =  
gastos com Saúde;  
SAN = gastos com  
Saneamento; ASSISTSOC =  
gastos com Assistência; PREV  
= gastos com Previdência;  
TRANSP = gastos com  
Transporte;  
RC = Receitas  
Correntes; RECT =  
Receita Tributária;  
TRANSFCOR = Transferências Correntes, e;  
 $v_i + \varepsilon_{it}$  representando os erros do modelo.

### **4.3 Testes Preliminares**

Diante das possibilidades de estimação com dados em painel, alguns passos foram seguidos para a decisão de qual modelo deveria ser utilizado. Inicialmente, foram estimados os modelos *pooled* e com efeitos fixos. Foi empregado o teste de Chow para identificar a conveniência da utilização do modelo de *pooled* ou do modelo de painel com efeitos fixos. Considerando-se  $\alpha = 0,05$ , rejeitou-se  $H_0$  ( $p < \alpha$ ), pois o valor-p encontrado no teste citado foi de 0,0000, o que denota estatística significativa para o Efeito Fixo.

Para detectar a conveniência da utilização do modelo *pooled* em detrimento do modelo de painel com efeitos aleatórios, realizou-se o teste de Breusch-Pagan. Foi encontrado no teste o valor-p de 0,0000, desse modo, considerando-se  $\alpha = 0,05$ , rejeitou-se  $H_0$  ( $p < \alpha$ ), o que implica conveniente a utilização do modelo de efeitos aleatórios.

Tendo em vista a rejeição da hipótese nula dos testes de Chow e Breusch-Pagan, verificando a inadequabilidade da utilização do modelo *pooled*, aplicou-se o teste de Hausman para identificar qual dos modelos seria o mais apropriado: o modelo de efeitos aleatórios ( $H_0$ ) ou o modelo de efeitos fixos ( $H_A$ ). O valor-p encontrado no teste foi 1,0000, considerando-se  $\alpha = 0,05$  não se rejeitou  $H_0$  ( $p > \alpha$ ), implicando a conveniência da utilização do modelo de efeitos aleatórios.

A tabela 9 a seguir demonstrará a comparação dos resultados encontrados nos três modelos que foram aplicados, validando a confirmação do modelo de efeitos aleatórios como o mais eficaz para análise dos dados.

Tabela 2 - Comparativo dos modelos Pooled, Efeitos fixos e Efeitos aleatórios.

Modelos de Estimação	R-Sq Overall (%)	Variáveis Significativas				
		DC	INV	ADMPLAN	URB	SAU
<b>Pooled</b>	22,74%	-	-	0.099	0.032	-
<b>Efeitos Fixos</b>	25,82%	-	0.078	0.029	0.027	-
<b>Efeitos Aleatórios</b>	25,87%	0.084	0.059	0.047	0.033	0.031

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

#### 4.4 Correlação entre as Variáveis

Em relação à correlação linear, identificou-se que existe baixa correlação entre as variáveis estudadas, no entanto, algumas se destacam por não se enquadrarem a essa regra. Em algumas variáveis, identifica-se uma correlação linear forte, indicando ligação entre estas, o que pode implicar numa possível alteração do coeficiente da regressão.

Conforme a tabela 3, a variável “Receita Corrente”, possui uma correlação forte com quase todas as outras variáveis. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que a Receita Corrente é o recurso utilizado para custear o restante das variáveis.

Outra que se destaca como variável com correlação forte é a variável “Despesas de Capital”, o que também pode ser explicado, por essa representar os investimentos que podem garantir maior produtividade em diversas áreas do serviço público.

Tabela 3 - Correlação entre as Variáveis

Variáveis	IFDM	DPES	JEDIV	DC	INV	RC	RECT	TRANSF-R	ADM PLAN	EDUC	CULT	URB	HAB	SAU	SAN	ASSIT SOC	PREV	TRAN SP
IFDM	1.0000																	
DPES	0.4495	1.0000																
JEDIV	0.1768	0.4266	1.0000															
DC	0.4340	0.7722	0.5190	1.0000														
INV	0.4032	0.6763	0.5162	0.9889	1.0000													
RC	0.4342	0.9531	0.4399	0.7962	0.7125	1.0000												
RECT	0.4411	0.9897	0.4352	0.7867	0.6924	0.9596	1.0000											
TRANSF-R	0.4553	0.9134	0.4296	0.8121	0.7422	0.8623	0.9066	1.0000										
ADM PLAN	0.4652	0.9702	0.4481	0.8122	0.7263	0.9309	0.9676	0.8998	1.0000									
EDUC	0.4535	0.9930	0.4339	0.8043	0.7122	0.9685	0.9933	0.9146	0.9683	1.0000								
CULT	0.3259	0.6090	0.4441	0.7904	0.7661	0.6661	0.6639	0.6766	0.6082	0.6660	1.0000							
URB	0.3539	0.4068	0.4060	0.7379	0.7812	0.4452	0.3760	0.4781	0.4741	0.4336	0.3432	1.0000						
HAB	0.1452	0.2199	0.1163	0.4140	0.4100	0.2792	0.2539	0.2957	0.2117	0.2598	0.6366	0.1121	1.0000					
SAU	0.4493	0.9951	0.4365	0.7964	0.7027	0.9588	0.9943	0.9191	0.9735	0.9962	0.6606	0.4107	0.2842	1.0000				
SAN	0.3746	0.9121	0.3615	0.6613	0.5610	0.8921	0.9288	0.7956	0.8650	0.9232	0.5814	0.2638	0.2024	0.9126	1.0000			
ASSIT SOC	0.3813	0.8089	0.4882	0.8115	0.7575	0.8646	0.8580	0.7799	0.7625	0.8521	0.8530	0.3893	0.4293	0.8364	0.8264	1.0000		
PREV	0.3863	0.9570	0.3086	0.6031	0.4903	0.8954	0.9515	0.8485	0.8935	0.9433	0.4738	0.2082	0.1421	0.9459	0.9239	0.7416	1.0000	
TRAN SP	0.2896	0.5931	0.4292	0.7437	0.7168	0.6520	0.6660	0.6614	0.5893	0.6540	0.9446	0.2829	0.4668	0.6388	0.6373	0.8752	0.4890	1.0000

Nota. Fonte. Elaborado pelos autores a partir de dados retirados do software STATA.

#### 4.5 Resultados do modelo de efeitos aleatórios

Visto que os testes realizados apontaram o modelo de efeitos aleatórios como o mais adequado para a estimação dos dados coletados, identificou-se que o mesmo obteve o  $R^2$  de 25,87% referente ao ajustamento do modelo com a pesquisa e levando em consideração do  $P > |z|$

das variáveis, foi possível identificar a relação estatisticamente significativa do índice FIRJAN com 5 das variáveis contábeis selecionadas, sendo elas: Despesa de Capital, Investimentos, Administração e Planejamento, Urbanismo e Saúde.

Os resultados encontrados pelo modelo de efeitos aleatórios estão demonstrados na tabela 4, destacando as variáveis que foram identificadas como relevantes para o Índice FIRJAN.

Tabela 4 - Resultado do modelo econométrico de efeitos aleatórios

IFDM	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
DPES	1.53e-10	1.43e-10	1.07	0.285	-1.27e-10	4.32e-10
JEDIV	3.34e-10	3.25e-09	0.10	0.918	-6.04e-09	6.71e-09
DC	4.26e-09	2.46e-09	1.73	0.084**	-5.65e-10	9.08e-09
INV	-4.90e-09	2.59e-09	-1.89	0.059*	-9.98e-09	1.84e-10
RC	-2.48e-11	2.45e-11	-1.01	0.311	-7.27e-11	2.32e-11
RECT	-2.88e-10	3.79e-10	-0.76	0.448	-1.03e-09	4.55e-10
TRANSFCOR	4.36e-11	3.68e-11	1.19	0.235	-2.84e-11	1.16e-10
ADMPLAN	5.38e-10	2.71e-10	1.99	0.047*	6.84e-12	1.07e-09
EDUC	7.04e-10	7.22e-10	0.97	0.330	-7.11e-10	2.12e-09
CULT	7.22e-09	7.64e-09	0.95	0.345	-7.75e-09	2.22e-08
URB	1.08e-09	5.08e-10	2.13	0.033*	8.69e-11	2.08e-09
HAB	6.43e-10	9.32e-10	0.69	0.490	-1.18e-09	2.47e-09
SAU	-9.23e-10	4.28e-10	-2.16	0.031*	-1.76e-09	-8.55e-11
SAN	-1.68e-10	2.14e-10	-0.79	0.431	-5.87e-10	2.51e-10
ASSITSOC	2.82e-09	2.37e-09	1.19	0.234	-1.82e-09	7.46e-09
PREV	3.84e-10	4.84e-10	0.79	0.428	-5.65e-10	1.33e-09
TRANSP	-5.72e-10	8.81e-10	-0.65	0.517	-2.30e-09	1.16e-09
CONS	.663161	.0130924	50.65	0.000	.6375004	.6888216

(\*) significância a 0,05; (\*\*) significância a 0,10. Fonte. Dados da Pesquisa (2020).

Analisando os resultados encontrados, evidenciados na tabela 4, identificou-se que a primeira variável contábil significativa para o estudo é Despesas de Capital, que como explicado anteriormente por Avelino, Bressan e Cunha (2013), tem por propósito formar ou adquirir um bem de capital, de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva.

Nesta variável encontra-se uma relação positiva ao IFDM, pois espera-se que, com o aumento do estoque físico do capital, também se eleve a produtividade dos

outros bens e serviços, sendo assim uma boa incrementação para a capacidade produtiva dos municípios.

A segunda variável contábil relevante é o Investimento, obtendo influência negativa em relação ao índice FIRJAN, o que vai contra o esperado, já que presume-se que a alocação de recursos para o planejamento e execução de obras e serviços relacionados ou não ao mercado financeiro ou comercial indique melhoras para o município. A informação pode sinalizar que tais municípios estão com falhas na gestão desses investimentos, com possibilidade de estarem sendo destinados para o melhor aproveitamento.

Como disse Medeiros, Santos & Andre (2017), os investimentos públicos não são lineares, e a gestão desses investimentos precisam ser bem direcionadas, ou o impacto dessas ações não será bom em relação aos indicadores de desenvolvimento.

A terceira variável a ser considerada são os gastos com Administração e Planejamento, que demonstrou impacto positivo em relação ao índice estudado, significando que alocação de recursos em planejamento do governo permite maior controle de sua gestão, e assim permite melhorar tanto a responsabilidade quanto o desempenho dos municípios (Araújo & Pereira, 2012).

Em relação à variável Urbanismo, esta também demonstrou impacto positivo em relação ao índice, pois o direcionamento de recursos para melhorar o planejamento, controle e regulamentação das cidades garante melhores condições de desenvolvimento para o município.

A quinta e última variável considerada significativa para o IFDM é Saúde, que apontou impacto negativo. Esta informação também se difere do esperado, já que se sabe que o investimento em Saúde contribui para o desenvolvimento dos municípios (Medeiros, Santos & Andre, 2017).

Essa variável pode estar impactando de forma negativa, tanto pelas limitações da observação dos dados em painel, quanto em falhas na alocação de recursos pelos municípios, por conta de planejamento mal executado.

## **5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Como explanado anteriormente, foram identificadas as variáveis que têm relação com o IFDM total dos municípios analisados, e dependendo do direcionamento dos investimentos e gastos do governo, isso afetará positivamente ou negativamente o índice em questão.

Como relatado por Avelino, Bressan e Cunha (2013) a alocação de recursos públicos, de forma errônea, privilegiando gastos incoerentes aos gastos correntes que poderiam ser mais efetivos, dificulta o desenvolvimento do município, e por consequência, o progresso daquela população.

Em sua pesquisa, encontraram-se variáveis, como Despesas de capital, que em sua essência, faria acreditar que quanto mais aplicações direcionadas a ela, mais desenvolvimento seria conquistado pelo município. E assim como a variável Investimento nesta pesquisa, apresentaram influências negativas em relação ao índice em questão. Isso provavelmente se dá a alocação incorreta de recursos públicos, que se torna improdutivo para o desenvolvimento dos municípios.

Nos estudos de Bortolotti, Paluch & Clazer (2013), foi possível identificar que os investimentos em Saúde não garantiam aos municípios uma posição de destaque no índice FIRJAN, o que se casa com este estudo. A variável Saúde apresentou também uma relação negativa, mesmo com o índice FIRJAN tendo uma vertente específica para análise da Saúde. Isso pode ocorrer tanto pelas possíveis distorções nas demonstrações contábeis dos municípios, quanto ao investimento mal direcionado.

Para Dalchiavon (2017) foi possível notar um crescimento nos municípios paranaenses em que a pesquisa foi aplicada, e que esse crescimento se deu de diversas formas pela região. Foi possível identificar em quais regiões os dados do índice FIRJAN indicavam que havia um maior desenvolvimento e que isso se devia a melhor alocação dos recursos dos municípios.

Assim como desenvolvido nos comentários a respeito das informações encontradas sobre a variável “Despesas de Capital”, ter investimento corretamente direcionado, com foco em incrementar e contribuir para o desenvolvimento dos municípios influenciará positivamente os registros do IFDM.

Da mesma maneira que Bezerra, Libonati, Macedo & Ribeiro (2017) afirmaram em sua pesquisa, que as receitas e despesas públicas afetavam diretamente os índices de desenvolvimento dos municípios por eles estudados e notar a relação

desses investimentos com a vertente da educação do índice FIRJAN, o IFDMed também se pode identificar tal efeito em Medeiros, Santos & Andre (2017), em que foi evidenciado a elevação do desenvolvimento municipal pelo período estudado e sua forte influência nos dados gerados pelo IFDM.

Nesse caso, assim como esclarece Azevedo (2016) fica claro que o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal dispõe de indicadores que conseguem auxiliar na gestão dos recursos públicos, colaborando para clarear as oportunidades e possíveis dificuldades no orçamento público dos municípios.

## **6. CONCLUSÃO**

Quando se fala em desenvolvimento econômico, o impacto dos gastos públicos pode ser considerado uma preocupação constante por parte dos governantes. Outros fatores do desenvolvimento humano encontram-se associados ao crescimento econômico, como saúde e educação. De maneira muito similar ao IDH, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) procura perceber essas três dimensões do avanço socioeconômico de uma população.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo geral identificar as variáveis contábeis que exercem influência significativa na formação do IFDM dos municípios da região metropolitana de Goiânia, de modo a permitir a conclusão sobre a relevância da informação contábil no índice em questão. Para isso, realizou-se um estudo descritivo, empregando-se análise documental e abordagem quantitativa, a partir do cruzamento dos dados do IFDM total, alusivos aos exercícios de 2005 a 2016, com os dados das variáveis contábeis dos municípios da região metropolitana de Goiânia, disponíveis no *site* do Tesouro Nacional.

Através do modelo de dados em painel com efeitos aleatórios, estabeleceu-se, entre as variáveis selecionadas as que influenciam de forma significativa o IFDM dos municípios analisados da Grande Goiânia. Dessa forma, certificou-se que as variáveis Despesas de Capital, Administração e Planejamento e Urbanismo apresentaram relação positiva e estatisticamente significativa com o IFDM total dos municípios selecionados, concluindo-se que, quanto mais elevado o gasto com tais funções, maior tende a ser o desenvolvimento humano do município em questão.

Já as variáveis Investimento e Saúde, apresentaram impacto negativo em relação ao índice em questão. Desse modo, conclui-se que quanto mais se gasta com tais funções, menor tende a ser o desenvolvimento do município.



Por fim, nota-se que as informações contábeis, mais especificamente Despesas de Capital, Administração e Planejamento, Urbanismo, Investimento e Saúde, possuem relevância na determinação do IFDM dos municípios analisados, confirmando a teoria de que os gastos públicos, escriturados pela contabilidade, afetam o desenvolvimento de um município. Sendo assim, é de suma importância um bom gerenciamento dessas contas para elevar o nível de desenvolvimento humano dos municípios estudados ao longo dos anos.

Ressalta-se que foi realizado um diagnóstico sobre a situação dos municípios da região metropolitana de Goiânia por conveniência, de modo que os resultados não puderam ser extrapolados para os demais municípios do Estado, sendo esta a limitação da pesquisa. Para novas pesquisas, sugere-se: realizar análises expandindo o estudo para outras unidades da federação; realizar estudos posteriores com o intuito de averiguar se o impacto das variáveis contábeis no IFDM total dos municípios da região metropolitana de Goiânia mantém-se como mesmo comportamento.

## **7. REFERÊNCIAS**

- Anand, S., Sen, A. (2000). The Income Component of the Human Development Index. *Journal of Human Development*, Vol. 1, Nº 1.
- Araújo, I. P. S. (2007). *Introdução à contabilidade*. (3ª ed.) São Paulo: Saraiva.
- Avelino, B. C.; Bressan, V. G. F., & Cunha, J. V. A. (2013). *Estudo sobre os fatores que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras*. (Artigo). Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC, Brasília, GO, Brasil.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2010). *Transparência da Gestão Pública Municipal: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Dowbor, L.; Pochmann, M (Org.) (2008). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Takamatsu, R. T., Suzart, J. (2014) *Métodos Quantitativos com Stata* (Manual) 1. ed. Elsevier - Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Filho, M. R. S. (2010). *Desenvolvimento Humano dos Municípios Baianos: Uma Avaliação a partir de Indicadores Sociais e das Demonstrações Contábeis* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- FIRJAN. (2018). Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro: IFDM 2018. Recuperado em 06 de novembro de 2019, de <http://www.firjan.org.br>.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas S.A.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Estatística por cidade e estado. Goiânia. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidadeestado/estatisticas.html?t=destaques&c=52>
- Júnior, J. J. B. S., Libonati, J. J., Vasconcelos, M. T. C., & Slomski, V. (2009). *Transparência Fiscal Eletrônica: Uma Análise dos Níveis de Transparência Apresentados nos Sites dos Poderes e Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil* (Dissertação de Mestrado). Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Recife, PE, Brasil.
- Medeiros, A. L., Santos, L. B. D., & Andre, C. M. G. (2018). *Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: Uma Análise a Partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*. *Desenvolvimento em Questão*, 16(45), 44-62.

- Platt Neto, O. A., Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2007). *Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira*. (Artigo). Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Prodanov, C. C. & De Freitas, E. C. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas de Pesquisa e do trabalho Acadêmicos (2a ed.). Rio Grande do Sul: Freevale. 277 p.
- Ray, M. (2012). Accounting for Sustainability – Greening the Human Development Index. Anais do Annual International Conference on Micro and Macro Economics (MME 2012),2.
- Riani, F. (2014). *Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória* (5ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Scarpin, J. E, & Slomski, V. (2006). *Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, R, A.; Silva, E. P. L. S., Adriano, N. A. & Galazzi, G. A. (2007). *A Contabilidade Governamental e os Sistemas de informações gerenciais do governo federal brasileiro como instrumentos de controle social: A disponibilização das informações orçamentárias financeiras pela internet*. (Artigo). Revista Universitário Contábil, Blumenal, SC, Brasil.
- Slomski, V., Mello, G. R., Filho, F. T., & Macêdo, F. Q. (2008). *Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas.
- Souza, P. F., Lima, A. O, Nascimento, C. P., Peter, M. G., Machado, M. V., & Gomes, A. O. (2012). *Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise dos Municípios Brasileiros Utilizando Dados em Painel*. XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro.

## **AVALIAÇÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO APLICADO ÀS *SMALL CAPS* DO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL**

Causiran Martins Miranda Monteiro  
Daniel Victor Feitosa Carvalho  
Paulo Roberto Lopes Borges  
Denise Fernandes Nascimento

### **1. INTRODUÇÃO**

O constante crescimento da economia, tem gerado aos investidores a necessidade de melhor avaliar seus investimentos. A globalização demonstrou que as empresas devem apresentar capacidade de gerar valor econômico para atrair investimentos e justificar sua existência (Assaf Neto, 2017).

A partir desse ponto de vista necessita-se compreender e analisar as avaliações de investimentos e seus potenciais retornos, analistas de mercado e investidores têm buscado métodos e indicadores suficientes, capazes de medir o desempenho das organizações, sua saúde financeira e a capacidade de gerar caixa, num cenário de incertezas econômicas (Fernández, 2008). E pela premissa afirmada por Póvoa (2012) o objetivo de uma empresa é, primordialmente, maximizar a riqueza dos acionistas em forma de lucros e caixa.

Como método de identificar empresas que cumpram com este objetivo, o *Valuation* (Avaliação de Empresas) tem se tornado uma opção, por proporcionar aos investidores análises menos “subjetivas” no que tange ao valor da empresa e seus possíveis retornos.

No processo de *Valuation* as medidas de criação de valor, têm por objetivo identificar os retornos que a empresa pode gerar por meio dos seus ativos. Porém, uma questão antes de se iniciar todo este processo, é a decisão do investidor em escolher a qual categoria de ativos irá aplicar seus investimentos, já que no mercado acionário, todas as opções de compra ou venda de ações serão compostas por um risco, que não poderá ser ignorado durante a avaliação (Assaf Neto, 2019).

O risco envolvido no mercado de ações, tem levado vários investidores a aplicarem seus aportes em empresas consolidadas no mercado, com alta liquidez e que apresentem dados históricos em relação aos lucros e suas eventuais distribuições em forma de dividendos. Apesar de ser esta uma escolha de investimento mais segura, outra categoria de ativos na bolsa de valores tem se mostrado capaz de proporcionar bons resultados, sendo identificadas como *SmallCaps* (Desbastiani & Russo, 2008).

Segundo Rojo e de Sousa (2012) as *Small Caps* são as empresas de pequena capitalização, de alta volatilidade e com teor mais arriscado que das maiores e mais conhecidas, por isso tem-se uma expectativa de maior prêmio de risco. Ainda segundo Rojo e de Sousa (2012) mesmo que o mercado considere as *Small Caps* como mais arriscadas ao se comparar com as *Mid e Large Caps*, a longo prazo o risco tende a ser minimizado.

O segmento financeiro tem chamado a atenção de investidores e analistas de mercado, pelas empresas que tem buscado inovações nos serviços financeiros, conhecidas como *fintechs*, como por exemplo o Banco Inter, que abriu seu capital em abril de 2018, sendo umas das empresas que compõe o índice das *Small Caps* na B3, e que apresentou crescimento expressivo em 2019 com lucro líquido de 16,8% maior do que o período anterior, conforme as demonstrações divulgadas (Banco Inter, 2019).

Segundo Orlovas, Serra e Carrete (2018) com o aumento de IPO's (*Initial Public Offering*) seguido dos reflexos da conjuntura do mercado atual e pelo aumento nas buscas por captação de recursos externos, os filtros de seleção dos investidores devem ser mais apurados e seletivos no momento de escolher o segmento e a empresa para aplicar seus investimentos.

O crescimento positivo no resultado das *Small Caps*, como citado o Banco Inter, é a justificativa para se estudar o processo de avaliação de empresas, em identificar os principais fatores de desempenho e se estes permaneceram contínuos durante a análise de médio prazo. Portanto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais os principais indicadores do processo de avaliação de empresas que refletem crescimento no mercado financeiro?

O objetivo principal do trabalho realizado foi identificar e avaliar os principais indicadores no processo de *Valuation* das *Small Caps* do setor financeiro, comparando e analisando fatores que apontem crescimento e criação de valor aos acionistas.

Segundo Damodaran (2011) os bancos têm sido ao longo dos anos considerados como boas opções de investimento devido sua estabilidade financeira e divulgação de lucros chamativos. Confirmado por Bergmann, Savoia, Souza e Mariz (2015) e Pessanha, Lopes, Colegario, Safadi e Bernardo (2019) o crescimento do setor bancário proporcionado por inovação tecnológica, desempenho econômico,

fusões e aquisições entre as instituições e resultados financeiros que atraem atenção dos investidores, justifica os aportes nos grandes bancos brasileiros.

Para tanto, a pesquisa busca verificar se os adjetivos impostos aos investimentos em grandes bancos se estendem aos menores com a mesma intensificação em seus indicadores de valor.

Este trabalho contará com 7 seções: 1 introdução. 2 referencial teórico que discorrerá sobre os bancos, *Valuation* e coeficientes na criação de valor. Na seção 3 apresentará a metodologia utilizada. Na seção 4 análises de dados. 5 Discursão dos resultados. 6 Conclusão da pesquisa. Na seção 7 a lista das referências.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Dado o objetivo desta pesquisa, este tópico referencial abordará assuntos que darão sustentação ao desenvolvimento, apresentando discussões sobre: Bancos enquanto instituições financeiras, conceitualização do *Valuation* e coeficientes na criação de valor.

### **2.1 Bancos enquanto instituições financeiras**

Os bancos detêm sua importância na promoção da liquidez no mercado econômico por exercerem seu papel de intermediação entre agentes superavitários e deficitários (Andrezo & Lima, 2007).

Ao longo de décadas os bancos foram considerados como importantes fontes de investimentos, encorajados por ditos populares “invista num banco renomado e seu capital estará seguro”, mas tal comportamento após a crise de 2008 revelou que estas empresas também se mostraram passíveis aos riscos do mercado e que bons investidores devem avaliar sua sustentabilidade (Damodaran, 2011).

Em consequência das mudanças trazidas pela tecnologia os bancos também vêm se adaptando ao longo dos últimos anos, as aquisições e desenvolvimentos de softwares tem sido expressivo a partir de 2014 conforme a Febraban (2018) sendo responsável por 50% dos R\$ 19,5 bilhões investidos em 2017 em novas tecnologias e em Computação Cognitiva e *Analytics*, buscando melhorar sua interação digital com seus clientes. Ainda segundo a (Febraban, 2018) o perfil de investimento dos bancos brasileiros está numa crescente priorização das transações com movimentação financeira para os canais mobile (77%) e internet (82%).

Para Arnold e Ewijk (2011) tais mudanças têm levado a chegada das chamadas *fintechs*, empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros, concorrendo diretamente com os bancos tradicionais e se caracterizam na definição de *pure-play internet*.

Estas instituições financeiras são regulamentadas em todo mundo e com normas contábeis diferentes das aplicadas as demais empresas comerciais, seus ativos tendem a ser instrumentos financeiros com seus valores direcionados para uso a valor de mercado (Damodaran, 2011).

Para Darós e Borba (2005) nos últimos anos devido ao desenvolvimento e volatilidade do sistema financeiro tem se tornado cada vez mais complexo as demonstrações das operações financeiras com instrumentos que se desenvolveram rapidamente e criaram dificuldade nos seus reconhecimentos na contabilidade.

E segundo Tiozo e Leismann (2019) tais instituições não devem considerar estas mudanças como uma criadora de dificuldades para a sua sustentabilidade, mas sim como fator de geração de valor, sendo importante tratá-la como estratégia se adequando as exigências do mercado das quais podem trazer vantagem competitiva.

Ao se tratar da avaliação das instituições financeiras, para Damodaran (2011) existe alguns desafios básicos, as dívidas possuem conceitos diferentes e são itens a serem moldadas em seus produtos com finalidade de venda a preços mais altos a fim de gerarem lucro, assim a definição de dívida pode parecer embaralhada, uma vez que depósitos de clientes em contas correntes se enquadrariam na caracterização de dívida do banco contra o seu cliente.

Para Yokoyama, Baioco, Sobrinho e Neto (2015) o tamanho das empresas na maioria das vezes é fator decisivo na escolha desta ou daquela a ser investida e influencia diretamente na quantidade das informações disponíveis sobre a mesma, podendo interferir significativamente na relevância das informações contábeis divulgadas. Sendo como boas opções de investimentos as *Small Caps* do setor financeiro, empresas de baixa liquidez e que possuem um número inferior de negociações em seus papéis ao se comparar com as empresas de alta capitalização.

As *Small Caps* do setor bancário que são a base de estudo desta pesquisa formam uma carteira de 4 empresas listadas na B3, que podem ser melhor entendidas abaixo.

### 2.1.1 Banco ABC

Segundo Banco ABC (2020) o Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central, iniciou sua atividade em 1989, através de uma *joint-venture* do Arab Banking Corporation com o Grupo Roberto Marinho. Em 1991 houve a transição da diretoria, tomando posse a atual administração, gerida por brasileiros. Em 2007 realizou IPO, sendo listado no nível 2 da B3. Ao longo dos anos construiu uma sólida base de clientes, ofertando produtos financeiros de maior valor agregado.

Ainda segundo Banco ABC (2020) utilizam a intermediação financeira como principal linha de negócios, adotando postura conservadora com baixa propensão aos riscos de crédito.

#### 2.1.2 Banco Banrisul

Constituído em 1928 como banco público de crédito rural, com principal atividade empréstimos hipotecários. Em 1990 passou a ser banco múltiplo, passando a ofertar serviços variados. Em 2007 concluiu processo de distribuição pública de ações preferenciais classe B, aderindo as exigências da B3, sendo classificada como nível 1 no mercado de capitais (Banco Banrisul, 2020).

#### 2.1.3 Banco Inter

Fundado em 1994 na cidade de Belo Horizonte-MG com nome de Intermedium Financeira, pertencente a MRV Engenharia S.A. A partir de 1999 inicia com operações de crédito consignado. Em 2008 passa a operar como banco múltiplo, e iniciando as ofertas de seguros. Em 2015 lança conta digital sendo um marco importante no processo de digitalização do banco. Em 2018 ocorre a migração dos servidores para a nuvem da *Amazon*, neste mesmo ano realiza o IPO na B3 resultando num crescimento expressivo (Banco Inter, 2020).

#### 2.1.4 Banco Pan

Segundo Banco Pan (2020) em maio de 2011 o BTG Pactual adquiriu a totalidade das ações do Banco Pan até então de titularidade do Grupo Sílvio Santos, a partir realiza redirecionamento estratégico nas linhas de negócios para fins de melhorias internas. Tais alterações resulta na consolidação da marca, sendo fortalecida com revisão dos processos de concessão de créditos. Em 2014 teve IPO, estando listado na B3 com nível 1 nas suas ações preferencias, onde realizou aumentos de capital em 2012, 2014 e 2018, nos respectivos valores R\$ 1,8 bilhões, 1,3 bilhões e 400 milhões.

## **2.2 Valuation**

*Valuation*, segundo Ham, Costa e Soares (2017) o define como o processo organizado de avaliação ou valoração de uma empresa baseada em técnicas que podem ser usadas para mensurar: empresas, imóveis, projetos, títulos de renda, ações, etc.

O principal objetivo em um processo de *Valuation* é alcançar o valor justo de uma empresa, sendo o resultado desta avaliação o valor real que a companhia possui diante do mercado, de modo que os investidores possam por meio desta informação reconhecer os possíveis retornos econômicos relacionados (Santos e Cunha, 2015).

Segundo Cunha, Martins e Neto (2014) avaliação de empresas é um processo que exigido avaliador mais de uma base ou direcionador de valor, principalmente em países emergentes como o Brasil, onde o cenário econômico se vê moldado por diversas variáveis como, influência governamental, oscilação da taxa de juros, incertezas políticas e alta competitividade.

Conforme Damodaran (2011) e Assaf Neto (2019) as empresas aumentam seu valor de mercado quando demonstram maior capacidade de gerar riqueza aos acionistas, porém devido à forte concorrência no mercado global, são necessárias capacidades diferenciadoras que torne o negócio “singular” em vantagem as demais, como a busca por inovação tecnológica, aumentando a qualidade e velocidade na entrega de produtos e serviços.

Na avaliação de empresas conhecer as estratégias financeiras e capacidades diferenciadoras são desafios mútuos para qualquer segmento ou natureza de mercado, e que para um entendimento claro e preciso, são necessários *drivers* ou coeficientes de valor, que transponha aos tomadores de decisões as medidas que devem ou não ser adotadas em determinado período na busca de crescimento ou apenas continuidade do negócio (Assaf Neto, 2019).

Alguns estudos dos coeficientes de valor, sendo citados por analistas no processo de avaliação de empresas, estes permitem não somente uma visão estruturada da empresa, mas também comparação com concorrentes principalmente nas empresas listadas na Bolsa de Valores, que são obrigadas a divulgar suas informações financeiras, possibilitando diversas análises, como a “Análise da Eficiência e Retorno das Estratégias Digitais das *fintechs*” (Marcelino, 2018).



Avaliar uma empresa para investimento, com o tempo deixou de ser um processo feitosamente nas grandes empresas, sendo movidos pela expectativa de bons resultados das *Small Caps*, estas tem chamado a atenção dos investidores, exigindo-lhes que apresentem capacidade diferenciadora em seu formato de negócio e com chances de desempenho contínuo, se atentam observando seus indicadores de balanço e indicadores de mercado (Debastiani & Russo, 2008). No processo de avaliação das *Small Caps*, Debastiani e Russo (2008) afirma que tais empresas assim como as demais, são analisadas pelo seu risco e retorno sobre as ações, juntamente com seus indicadores, como exemplo: o Preço sobre Lucro, EBTIDA, Liquidez, Grau de Endividamento, itens comumente utilizados na avaliação.

Para melhor análise dos coeficientes de valores alguns desafios na compreensão de seus conceitos, serão abordados no tópico seguinte.

### **2.3 Coeficientes na criação de valor**

Os acionistas e investidores são incentivados pela aplicação de recursos quando os investimentos superam o custo de oportunidade envolvido na operação. Na avaliação de empresas o custo de oportunidade é entendido como o quanto o investidor deixou de ganhar por escolher uma outra opção de ativo, necessitando então avaliar o investimento feito por meio de indicadores e medidas de criação de valor, maximizando a rentabilidade da empresa (Assaf Neto, 2014).

Ainda conforme Assaf Neto (2014) as medidas ou coeficientes de criação de valor são as variáveis que atuam diretamente ou indiretamente sobre o valor da empresa, podendo agregar de forma positiva dependendo das estratégias e políticas adotadas.

As instituições financeiras também são avaliadas através destas medidas de criação de valor, sendo abordadas a seguir.

#### **2.3.1 Índice de solvência**

As empresas em geral necessitam além do capital próprio para reinvestimento nas operações, o capital de terceiros, sendo que na avaliação de instituições financeiras a separação de ambos os capitais é um desafio pela complexidade da identificação no patrimônio total (Damodaran, 2011).

O capital de terceiros além de ser analisado constantemente pela empresa, é medido pelos credores junto ao índice de insolvência da empresa, que conforme Janot (2001) um banco se torna insolvente quando o patrimônio líquido se torna negativo ou

quando a continuidade das operações torna a gerar perdas que resultem em patrimônio líquido negativo.

Os fundamentos deste indicador são utilizados pelos credores para avaliar o risco de crédito concedido por empréstimos a empresas que não estejam em capacidade de liquidação de dívidas, direcionando pontos de atenção à gestão de pagamentos e fluxo de caixa (Bezerra, 2018).

$$\text{Fórmula} = \frac{(\text{lucro ou prejuízo do período} + \text{depreciação, amortização e exaustão})}{(\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo})}$$

### 2.3.2. Participação de empréstimo

Para Assaf Neto (2019) os empréstimos financeiros são operações que não exigem uma destinação específica dos recursos. Tendo um alto índice dessa operação pode revelar que a instituição tem baixa liquidez. Porém eleva os resultados operacionais.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{operação de crédito}}{\text{ativo total}}$$

### 2.3.3 Leverage

Para Albuquerque (2013) as empresas podem captar recursos de terceiros, visando como oportunidade de investimento e obter ganhos maiores sem utilizar-se de capital próprio. Assim estariam se beneficiando da alavancagem financeira, seja para alcançar aquelas oportunidades que não conseguiriam por falta recursos internos ou próprios, tendo um rendimento maior que o custo desses recursos captados.

Alavancagem financeira representa o ato de tomar recursos de terceiros a determinado custo, aplicando-os nos ativos com outra taxa de retorno, ou seja, aumentar o lucro líquido por meio da estrutura de financiamento (Magalhães-Timotio, Eça & Leite Filho, 2018).

Magalhães-Timotio, Eça e Leite Filho (2018) sugere que níveis mais elevados de alavancagem ocasionam um impacto positivo na rentabilidade dos bancos. Minsky (1986) argumenta que os bancos buscam a elevação da relação entre capital próprio e ativo do banco, aumentando a alavancagem e, conseqüentemente, aumentando o seu *spread* bancário.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{retorno sobre o patrimônio líquido (RPL)}}{\text{retorno sobre o ativo total (RAP)}}$$

### 2.3.4 Índice de basiléia

O contrato de Basiléia visa regular o funcionamento dos bancos e instituições financeiras, criado na cidade de Basiléia na Suíça de onde originou seu nome, consiste na compatibilização de capital com os riscos incorridos nas operações bancárias, possui foco regulatório na liquidez e solvência com base na percepção da importância de se criar mecanismos a fim de evitar crises (Sobreira & Martins, 2011).

O índice foi criado em 1988, denominado de Basiléia I, em 2004 sofreu revisão passando a ser chamada de Basiléia II, com objetivo de buscar medidas mais precisas aos riscos incorridos pelas instituições. E em 2008 após a crise teve uma nova revisão passando a ser chamada de Basiléia III visando aperfeiçoamento da capacidade das instituições absorverem impactos na ocorrência de novas crises na economia (Sobreira & Martins, 2011).

A Basiléia III tem trazido importantes alterações nas definições na estrutura de capital, priorizando os de melhor qualidade e estabelecendo restrições aos de menor qualidade, protegendo o capital principal contra efeito cíclico que é composto por ações ordinárias, reservas de lucros e outras reservas, separando estas do capital complementar que é composto por instrumentos de perpetuidade e resgatáveis apenas por iniciativa do credor ou com autorização dos bancos centrais (Pinheiro, Savóia & Securato, 2015).

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{patrimônio líquido ajustado}}{\text{ativo permanente ajustado}}$$

### 2.3.5 Imobilização do capital próprio

Mede o quanto do capital próprio está comprometido em ativos fixos, normalmente de menor liquidez. É um indicador importante, pois dá sinais sobre a redução ou ampliação do financiamento à necessidade de capital de giro da empresa, seu crescimento excessivo pode trazer preocupações em termos de solvência (Póvoa, 2012).

Para Marcelino (2018) com a migração dos recursos próprios com enorme grau de liquidez para o financiamento do ativo permanente da empresa, quanto mais a empresas investirem seu ativo permanente menos recursos sobrarão para o ativo circulante, ficando dependente de capitais de terceiro para financiar suas atividades.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{imobilizado de uso}}{\text{patrimônio líquido}}$$

### 2.3.6 Provisão para crédito com liquidação duvidosa - PCLD

O resultado de uma empresa vai além dos resultados divulgados, podem ser observados nas demonstrações contábeis, um gerenciamento subjetivo que só pode ser entendido quando se tem um conhecimento da estratégia do negócio, sendo a Provisão para Crédito com Liquidação Duvidosa (PCLD), um indicador usado pelas empresas, incluindo bancos, para gerenciar resultados (Carvalho, Pereira & Dantas, 2018).

Segundo Parente (2000) a contabilização das Provisões com Crédito de Liquidação Duvidosas tem gerado um nível de eficiência satisfatório nas empresas, pois o seu correto gerenciamento, permite uma evolução contínua do negócio em mitigar riscos de inadimplência, desde que no caso de instituições financeiras, sejam seguidas corretamente as regulamentações do Banco Central do Brasil.

As instituições financeiras devem contabilizar a PCLD de acordo com classificações crescentes de risco e aplicar sobre estes um percentual predeterminado e diretamente sintonizado ao risco (Resolução Bacen nº 2682, 1999).

A seguir como exposto no parágrafo anterior, demonstra-se as classificações de risco e seus percentuais a serem aplicados aos montantes de créditos duvidosos (Banco Central do Brasil, 1999), conforme quadro 1.

Quadro 1 - Classificações de risco

Risco (%)
AA 0,0%
A 0,5%
B 1,0%
C 3,0%
D 10,0%
E 30,0%
F 50,0%
G 70,0%
H 100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil (1999).

### 2.3.7 Spread

No mercado financeiro a diferença entre o preço praticado na compra e venda de ações, assim como nas taxas de empréstimo e captação dos bancos, é chamada de *spread*. Em resumo conforme explicado em regulamentação bancária, o *spread* é a diferença entre as taxas de juros nas operações de crédito (Bacen, 2015).

De acordo com Assaf Neto (2018) os bancos são os principais intermediadores do mercado financeiro, configurando nesta função as transições de operações de crédito entre agentes deficitários e superavitários, sendo que o objetivo final é ter um resultado positivo por intermédio da remuneração de capital absorvida da captação com os superavitários e empréstimo com os deficitários.

Fórmula = receitas da intermediação financeira – despesas da intermediação financeira

### 2.3.8 Margem de lucro – bruta e líquida

Na seleção de empresas para aplicação de investimentos, os investidores, necessitam de mais que um valor positivo na última linha da demonstração de resultados, é necessário que a empresa apresente performance no seu processo produtivo.

Segundo Debastiani e Russo (2008) um dos indicadores principais para análise da performance da empresa é a margem de lucro, que pode ser dividida em Bruta e Líquida, sendo uma representação percentual do lucro nas operações sobre o faturamento obtido.

O conceito de margem pode apresentar diferentes níveis de análise do balanço de uma empresa, na margem bruta é avaliado o quanto de eficiência o nível de produção consegue retornar em forma de lucro para a empresa, em outro cenário, a margem líquida analisa o retorno do processo em geral da empresa, subtraindo os tributos sobre o lucro, para que o acionista e o investidor tenham uma visão percentual do que foi gerado pela empresa e assim tomar decisões de investimento e distribuição de dividendos (Póvoa, 2012).

Margem Bruta:

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{resultado bruto da intermediação financeira}}{\text{receitas da intermediação financeira}}$$

Margem Líquida:

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{lucro ou prejuízo do período}}{\text{receitas da intermediação financeira}}$$

### 2.3.9 ROE

No processo de *Valuation* de uma empresa precisa ser analisado diversos indicadores evariáveis que envolvem a empresa e o mercado ao qual está inserida, sendo uma análise fundamental para os acionistas o quanto o capital próprio investido gera de retorno, resposta que será quantificada pelo ROE (*Return on Equity*) examinando a lucratividade atingida sobre o capital próprio (Damodaran, 2011).

Conforme afirmado por Assaf Neto (2019) o ROE é um indicador financeiro que mede a rentabilidade do capital próprio aos acionistas, permitindo uma avaliação sobre o quanto dos recursos próprios investido na empresa gera um retorno auferido pelo acionista.

Ainda conforme Assaf Neto (2019) o ROE não pode ser equivocado com o ROI (*Return on Investment*) sendo este um indicador que mede a relação entre o resultado líquido operacional e o capital investido, incluindo o capital de terceiros. Uma avaliação com base nestes dois indicadores aponta que se o ROE apresentar um retorno superior ao ROI significa uma alavancagem financeira favorável, sendo o custo da dívida inferior ao retorno de aplicação dos recursos.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{lucro ou prejuízo do período}}{\text{patrimônio líquido médio}}$$

### 2.3.10 Liquidez

Empresas em geral para atrair investimentos devem ser capazes de honrar seus compromissos e obrigações com o capital de terceiros, sendo que essa capacidade é uma referência alocada aos índices de liquidez conforme Póvoa (2012). A liquidez de uma empresa pode ser analisada sobre quatro vertentes, sendo cada uma específica a um fundamento dos ativos que geram caixa, sendo explicados abaixo conforme Debastiani e Russo (2008) e Póvoa (2012).

Liquidez Corrente (LC) representa de forma resumida o quanto a empresa possui em relação a cada R\$ 1,00 de dívida para honrar estas obrigações, sendo o ideal para esta análise que o indicador seja superior a 1.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

Liquidez Geral (LG) de certa forma compartilha da mesma análise da Liquidez Corrente, porém tem um foco no longo prazo, considerando o Ativo e Passivo não Circulante em sua base de cálculo.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{ativo circulante} + \text{ativo realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$$

Liquidez Imediata (LI) busca a relação entre a capacidade de pagamento e as dívidas, porém considerando apenas os ativos de maior liquidez concentrados nas disponibilidades da empresa, como o caixa, banco e aplicações financeiras que possam ser resgatadas a qualquer momento.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{disponibilidades}}{\text{passivo circulante}}$$

### 3. METODOLOGIA

Na continuidade do apresentado na seção introdutória, esta pesquisa classificou-se como descritiva qualitativa visando detalhar os procedimentos metodológicos para a elaboração do estudo quanto aos objetivos e respostas ao problema. Buscou-se avaliar os principais indicadores que apontam para o crescimento das organizações financeiras, restringindo àquelas listadas na bolsa brasileira as *Smalls Caps* da B3.

#### 3.1 Amostragem e procedimentos

A análise foi realizada pelo uso de dados obtido do *IF.Data* do Banco Central do Brasil, da B3 e dos sítios eletrônicos da relação com os investidores de cada banco, propondo analisar os demonstrativos contábeis, econômico-financeiros divulgados entre os períodos de 2015 a 2019, totalizando 5 anos.

Pelas fortes mudanças econômicas recentes em busca de captação de recursos no mercado acionário, alguns indicadores macroeconômicos demonstraram fortes variações nestes últimos anos, como apresentado pelo Banco Central do Brasil que esboçaram valores de 40.405 pontos no início de 2016 para 100.967 em 2019, representando uma elevação de 149% (Bernardelli & de Castro, 2020).

Além dos crescentes resultados apresentados pelo Bernardelli e de Castro (2020) levou-se também em consideração a disponibilização no mercado da conta digital criada pelo Banco Inter em 2015, este ano a base inicial da pesquisa, sendo possível contextualizar as decisões tomadas por cada instituição ao longo dos 5 próximos anos.

O crescimento do segmento financeiro nesse período alinhou-se simetricamente com o foco em analisar e comparar os principais indicadores de crescimento de valor de mercado das empresas que compõem o índice SMLL, que até o final de 2019 formavam um montante de 78 companhias registradas, identificadas e agrupadas por setor de atuação, sendo o objetivo desta pesquisa apenas as companhias do setor financeiro, resultando em 4 empresas, Banco Inter, Banco Pan, Banrisul e Banco ABC, ressaltando os aportes realizados no Banco Inter, que no 2º semestre de 2019 passou a compor o índice de *Mid/Large Caps*.

A partir da amostra das instituições selecionadas, apresenta-se as ações de cada instituição no mercado brasileiro, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Ações Ordinárias E Preferenciais:

Banco ABC	ABC4
Banco Banrisul	BRSE3, BRSR5 e BRSR6
Banco Inter	BIDI11, BIDI3 e BIDI4
Banco Pan	BPAN4

Fonte: B3 (2020).

Mediante busca na bibliografia pela identificação dos indicadores que melhor se aplicam a mensuração do desempenho dos bancos, tendo estes como atividade operacional a intermediação financeira, convencionou-se que nem todos os indicadores de mercados são aplicáveis, onde segundo Modro e Santos, (2015) mesmo pela relevância do setor bancário, poucos estudos têm sido desenvolvidos no sentido de compreender seus resultados e indicadores.

Ainda segundo Modro e Santos, (2015) este estudo apresentou fatores relevantes por possibilitar uma possível compreensão aos usuários externos a significância dos resultados das empresas pesquisadas.

E levou em consideração o histórico financeiro destas instituições, buscou-se identificar os efeitos dos principais indicadores e na compreensão do desempenho individual de cada uma, e quais indicadores mensuram com representatividade seus resultados, como apresentado na Tabela 1 a seguir.



Tabela 1 - Indicadores de criação de valor

	Indicador	Fórmula	Embasamento	Interpretação
Mercado	Índice de Basileia	PLA/APA	Bacen (2001)	Maior melhor
	Particip.de Empréstimos	OPC/AT	Assaf Neto (2019)	Menor melhor
Estrutura de Capital	Leverage	RPL/RAT	Debast. e Russo (2008)	Menor melhor
	Índice de Solvência	LL+DEP/PC+PNC	Assaf Neto (2018)	Maior melhor
Estrutura de Capital	Imob. Capital Próprio	IMB/PL	Marion (2002)	Menor melhor
	Prov. Cré. Liq. Duvidosa	Riscos AA até H	Bacen (1999)	Menor melhor
	Spread	RI-DI	Assaf Neto (2019)	Maior melhor
Rentabilidade	Margem Lucro Bruta	RL/LB	Damodaran (2012)	Maior melhor
	Margem Lucro Líquida	RL/LL	Damodaran (2012)	Maior melhor
	ROE	LL/PLM	Póvoa (2012)	Maior melhor
Liquidez	Liquidez Geral	AC+ARLP/PC+PNC	Debast. e Russo (2008)	Maior melhor
	Liquidez Corrente	AC/PC	Debast. e Russo (2008)	Maior melhor
	Liquidez Imediata	DIS/PC	Debast. e Russo (2008)	Maior melhor
	Liquidez Seca	AC-E/PC	Debast. e Russo (2008)	Maior melhor

onde: LL(Lucro Líquido); DEP(Depreciação); PNC(Passivo Não Circulante); OPC(Operações de Crédito); AT(Ativo Total); RPL(Retorno sobre o Patrimônio Líquido); RAT(Retorno sobre o Ativo Total); PLA(Patrimônio Líquido Ajustado); APA(Ativo Permanente Ajustado); IMB(Imobilizado); PL(Patrimônio Líquido); Riscos (AA=0%; A=0,5%; B=1%; C=3%; D=10%; E=30%; F=50%; G=70%; H=100%); RI(Receitas de Intermediação); DI(Despesas com Intermediação); RL(Receita Líquida); PLM(Patrimônio Líquido Médio); AC(Ativo Circulante); ARLP(Ativo Realizável Longo Prazo); PC(Passivo Circulante); DIS(Disponibilidades); E(Estoques).

Fonte: Adaptado pelos autores.

### 3.2 Organização e coleta dos dados

Após a definição das instituições e dos indicadores a serem trabalhados chegou-se na organização dos dados para a realização do estudo, onde foram classificados pela natureza contábil e econômico-financeira em períodos trimestrais bem como em planilhas de série histórica.

Os dados extraídos do *IF.Data* não possuem o detalhamento necessário para se calcular todos os indicadores, onde necessitou buscar os dados faltantes nos respectivos demonstrativos nos sítios eletrônicos da relação com o investidor de cada banco e na B3, também extraídos em períodos trimestrais.

Os dados coletados da B3 apresentaram coerência em 100% ao serem comparados com os resultados divulgados da controladora dos próprios bancos em seus portais de relação com o investidor, havendo necessidade de tabulação e agrupamento de algumas informações, sendo analisados e apresentados em períodos anuais conforme a seguir.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico foi realizado a análise e comparação dos indicadores relacionados aos bancos em estudo, com a finalidade de detalhar o desempenho destas instituições ao longo do período em análise.

Cada banco possui sua própria estratégia e modelo de negócio para captação de recursos, este comportamento é externo as demonstrações econômicas-financeiras, portanto não serão levadas em consideração, sendo considerado apenas os resultados divulgados.

Depois da organização e seguindo os objetivos da pesquisa os dados foram relacionados por cada indicador, onde foram comparados e analisados bem como apresentados nos tópicos seguintes.

##### 4.1 Índice de solvência

As instituições analisadas apresentaram solvência com variações significativas ao longo de todo período, neste indicador o Banco Banrisul é o que melhor se destaca.

Os fundamentos deste índice referem-se na avaliação dos riscos de crédito, estando relacionado com a presença de capital de terceiros, sendo um desafio a identificação e a separação do patrimônio (Damodaran, 2011) para tanto é caracterizado com interpretação maior melhor. Os índices de solvência dos quatro bancos pesquisados, são apresentados na tabela 2.

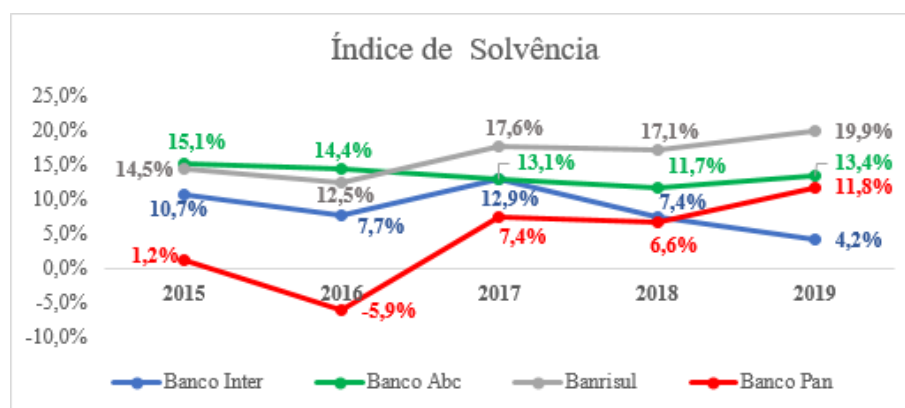
Tabela 2 – Índice de Solvência

<b>Índice de Solvência</b>									
<b>Bancos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Δ%</b>	<b>2017</b>	<b>Δ%</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Banco Inter	10,7%	7,7%	-28,0%	12,9%	67,1%	7,4%	-42,7%	4,2%	-43,2%
Banco Abc	15,1%	14,4%	-4,9%	13,1%	-9,0%	11,7%	-10,3%	13,4%	14,4%
Banrisul	14,5%	12,5%	-13,8%	17,6%	41,0%	17,1%	-2,8%	19,9%	16,2%
Banco Pan	1,2%	-5,9%	-580,0%	7,4%	-225,3%	6,6%	-10,4%	11,8%	77,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco Inter iniciou em 2015 na terceira colocação se mantendo até 2018, mas fechando o ano de 2019 na quarta posição com decréscimos de 60,7% ao estado inicial. Onde segundo Banco Inter (2019) em suas demonstrações financeiras do 4º trimestre apresenta uma redução no índice devido ao crescimento na base de clientes e novos produtos e serviços ofertados. A figura 1, evidencia os índices de solvência das instituições financeiras.

Figura 1 – Índice de Solvência



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 1 evidencia que o Banco ABC, se mostra equilibrado, mas fechando o ano de 2019 com 11,3% menor do que 2015, enquanto o Banco Banrisul finaliza o ano de 2019 com melhor resultado de solvência com crescimento de 37,2%, e o Banco PAN ocorre uma forte variação com aumento da solvência em 883,3%, encerrando o ano de 2019 na terceiracolocação.

#### 4.2 Participação de empréstimo

O Banco Inter apresentou uma variação 64,5% de 2015 a 2019, saindo do terceiro para primeiro lugar, onde segundo Banco Inter (2019) houve um aumento representativo na captação de recursos que mantidos sob sua custódia, diminui a participação de empréstimos de terceiros. A tabela 3, evidencia a participação de empréstimo das instituições financeiras.

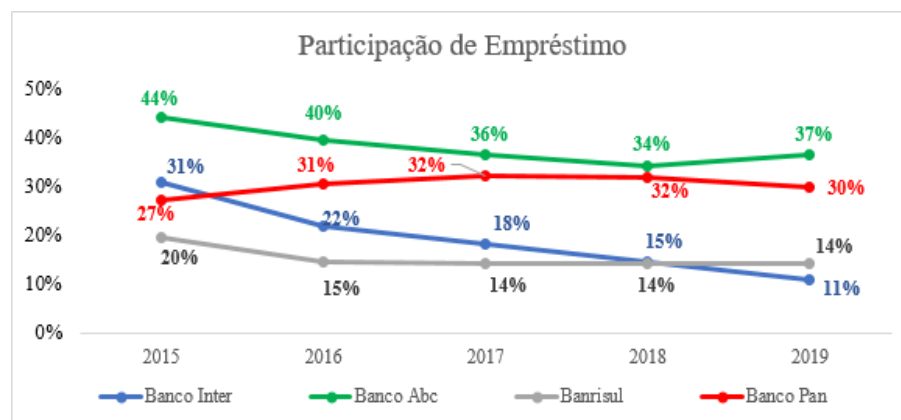
Tabela 3

Participação de Empréstimo									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	31%	22%	-29,3%	18%	-15,7%	15%	-20,6%	11%	-25,6%
Banco Abc	44%	40%	-10,7%	36%	-7,9%	34%	-6,1%	37%	7,2%
Banrisul	20%	15%	-25,0%	14%	-1,6%	14%	-0,5%	14%	-0,1%
Banco Pan	27%	31%	12,5%	32%	5,5%	32%	-1,1%	30%	-6,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Um crescimento deste indicador reflete que a instituição tem baixa liquidez mesmo que apresente elevação dos resultados operacionais Assaf Neto (2019). Caracteriza-se com interpretação quanto menor melhor.

Figura 2 - Participação de Empréstimo



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Da figura 2, depreende-se que o Banco ABC apresenta uma diminuição de 15,9%, enquanto o Bannisul apresenta uma diminuição de 30%, ficando apenas o Banco PAN com aumento da participação de empréstimos em 11,1%.

### 4.3 Leverage

O Banco Inter apresentou queda na alavancagem de 35,4% ao longo de todo período estudado, se tornando o primeiro dentre os analisados, reflexo dos resultados do aumento de seus ativos e patrimônio líquido, fazendo o grau de alavancagem diminuir.

Este indicador mede o desempenho pelo montante de recursos de terceiros, levando em consideração como oportunidade de alavancagem e obter ganhos, sendo aplicado nos ativos a determinado custo visando aumento da margem de lucro.

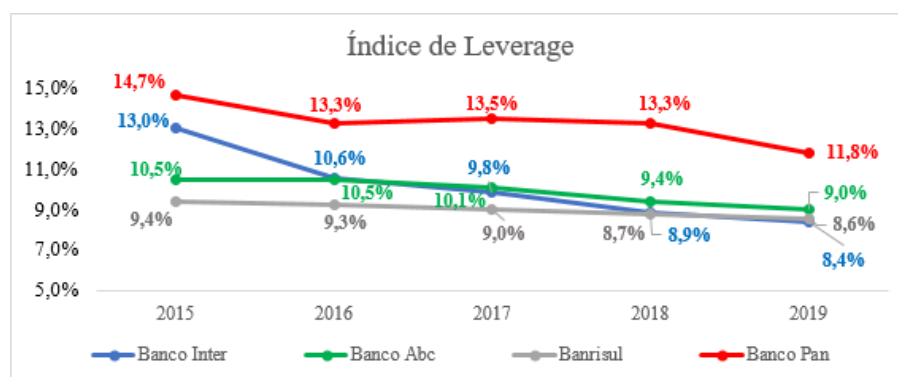
Este indicador apresenta um viés, onde para alguns o capital de terceiros deve ser entendido como oportunidade de alavancagem sem utilizar os recursos próprios e obter *spread* de lucros maiores como afirma Magalhães-Timotio, Eça e Leite Filho (2018). Ao ponto desse aumento pode deixar a entidade mais endividada reduzindo sua taxa de solvência. Caracteriza-se como menor melhor. A tabela 4, evidencia os percentuais deste indicador, para as instituições estudadas.

Tabela 4 – Leverage

<b>Leverage</b>									
<b>Bancos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Δ%</b>	<b>2017</b>	<b>Δ%</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Banco Inter	13,0%	10,6%	-18,7%	9,8%	-7,0%	8,9%	-9,7%	8,4%	-5,9%
Banco Abc	10,5%	10,5%	0,5%	10,1%	-4,3%	9,4%	-6,3%	9,0%	-4,2%
Bannisul	9,4%	9,3%	-1,8%	9,0%	-2,4%	8,7%	-3,2%	8,6%	-1,9%
Banco Pan	14,7%	13,3%	-9,7%	13,5%	1,9%	13,3%	-1,6%	11,8%	-11,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 3 - Índice de Leverage



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 3, demonstra que todos os demais bancos apresentaram reduções em todo período, sendo Banco ABC com redução de 14,3%, Banco Banrisul com 8,5% e Banco PAN com 19,7% este último encerrando o ano de 2019 com a segunda melhor redução neste indicador.

#### 4.4 Índice de Basileia

O Banco Inter apresentou o melhor resultado neste indicador em 2019. Indicador este que é exclusivo na avaliação de bancos e instituições financeiras. Para o Banco Central (2013). O índice de Basileia é considerado atrativo para uma instituição quando este se apresenta superior a 11%, sendo quanto maior o percentual mais confiável se torna a instituição. A tabela 5, evidencia os percentuais do índice de Basileia.

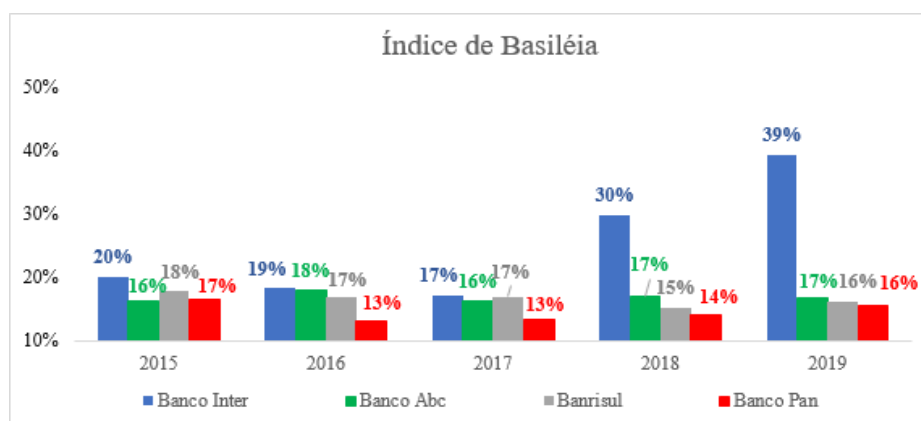
Tabela 5 – Índice de Basileia

<b>Índice de Basileia</b>									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	20%	19%	-8,0%	17%	-7,0%	30%	73,8%	39%	31,8%
Banco Abc	16%	18%	10,5%	16%	-8,8%	17%	5,1%	17%	-1,5%
Banrisul	18%	17%	-5,1%	17%	0,6%	15%	-10,6%	16%	6,6%
Banco Pan	17%	13%	-20,0%	13%	0,8%	14%	6,0%	16%	10,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que os demais bancos se mostraram acima do mínimo recomendado ao longode todo período, o Banco ABC com crescimento de 6,3%, e o Banco Banrisul e Banco PAN apresentaram decréscimo de 11,1% e 5,9% respectivamente.

Figura 4 - Índice de Basileia



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A evidenciação na figura 4, reforça claramente que o Banco Inter apresentou um maior índice de Basileia nos períodos pesquisados, sendo que o maior resultado, foi em 2019, enquanto os demais bancos se mantiveram praticamente no patamar.

#### 4.5 Imobilização do capital próprio

O Banco Inter apresentou uma redução na imobilização de 34,6% em todo período estudado, onde segundo Marcelino (2018) ocorreu fechamento de 658 agências no período, levando a diminuição na imobilização do capital próprio.

Este indicador relaciona o comprometimento do capital próprio com os ativos fixos, sendo importante, pois fornece sinais na redução ou na ampliação de financiamentos no capital de giro da entidade, seu crescimento tende a diminuir a solvência. Caracteriza-se com interpretação menor melhor.

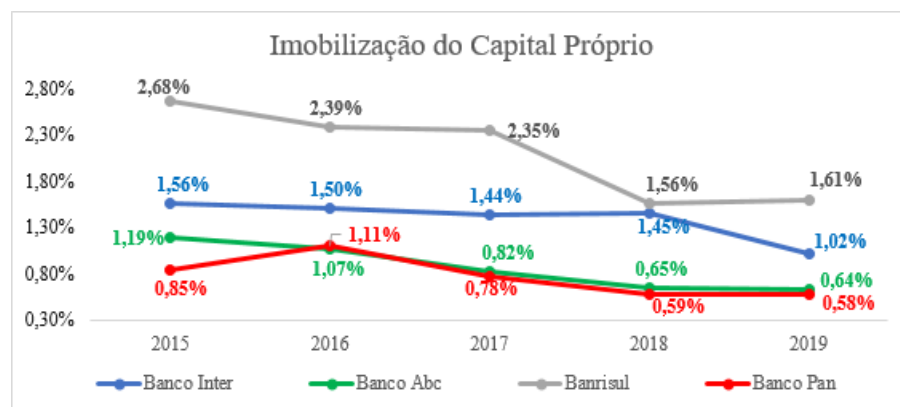
Tabela 6 – Imobilização de Capital de Giro

Imobilização de Capital Próprio									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	1,56%	1,50%	-3,7%	1,44%	-4,3%	1,45%	1,0%	1,02%	-29,9%
Banco Abc	1,19%	1,07%	-10,0%	0,82%	-23,0%	0,65%	-21,1%	0,64%	-2,2%
Banrisul	2,68%	2,39%	-10,8%	2,35%	-1,6%	1,56%	-33,8%	1,61%	3,2%
Banco Pan	0,85%	1,11%	30,7%	0,78%	-29,8%	0,59%	-24,5%	0,58%	-1,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco ABC apresentou redução 46,2%, enquanto o Banco Banrisul redução 39,9% e o Banco PAN sendo o único a apresentar uma elevação em 2016, fechando o ano de 2019 com redução de 31,7%.

Figura 5 - Imobilização do Capital Próprio



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 5 deixa claro que a Imobilização do Capital Próprio sofreu queda significativas nos Bancos ABC, Banrisul e Banco Pan, evidenciando que a menor queda ao longo do período, ocorreu no Banco Inter. Porém, em 2019, a instituição apresentou a maior queda na Imobilização do Capital Próprio.

#### 4.6 Provisão para créditos com liquidação duvidosa - PCLD

Conforme Parente (2000) a PCLD permite o acompanhamento contínuo estabelece melhores controles dos riscos de inadimplência, caracterizando-se com interpretação do risco menor melhor.

Os demais bancos apresentaram pequenas variações, onde o Banco ABC apresentou aumento em 2016, mas encerrou o ano de 2019 com mesmo percentual de 2015 em 3,2%, o Banco Banrisul apresentou um aumento de 14,3% e o Banco PAN registrou um aumento de 13,6%, significando uma piora em seus controles da inadimplência. A tabela 7, apresenta a Provisão para créditos com liquidação duvidosa – PCLD, das instituições estudadas.

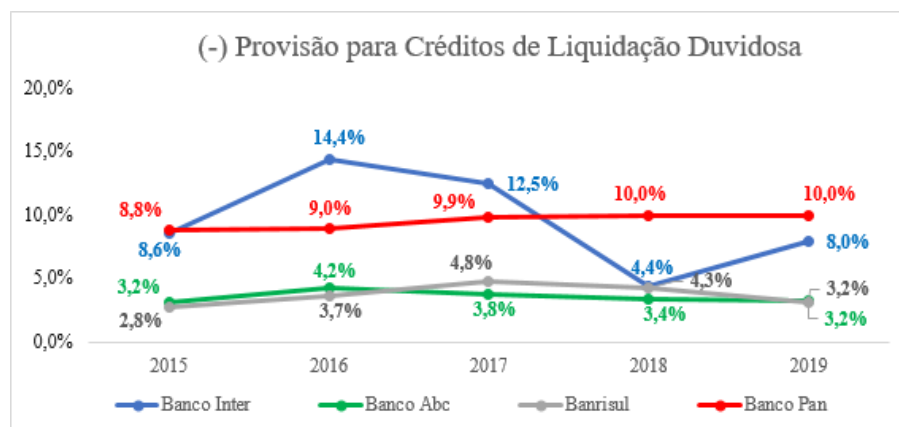
Tabela 7 – PCLD

PCLD									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	8,6%	14,4%	67,9%	12,5%	-13,6%	4,4%	-64,9%	8,0%	81,4%
Banco Abc	3,2%	4,2%	32,8%	3,8%	-11,0%	3,4%	-10,1%	3,2%	-5,0%
Banrisul	2,8%	3,7%	33,3%	4,8%	30,1%	4,3%	-10,2%	3,2%	-26,6%
Banco Pan	8,8%	9,0%	2,4%	9,9%	10,0%	10,0%	1,5%	10,0%	-0,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Figura 6 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa





Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 6, reforça a situação do Banco Inter, que ao longo do período estudado, apresentou fortes variações, encerrando em 2019 com redução de 6,9%, demonstrando controlada inadimplência, onde segundo Banco Inter (2019). A carteira de cliente apresentou uma maior concentração no rating A com 73,4%.

#### 4.7 Spread

Todos bancos apresentaram crescimento neste indicador, apontando um retorno considerável no *spread* das suas operações, sobre efeito dos juros envolvidos nas operações de crédito que é um fator importante na análise e desempenho das instituições financeiras, se resumindo na diferença entre os juros aplicado aos investimentos com os empréstimos concedidos e tem por característica com interpretação maior melhor.

Tabela 8 - Spread Bancário

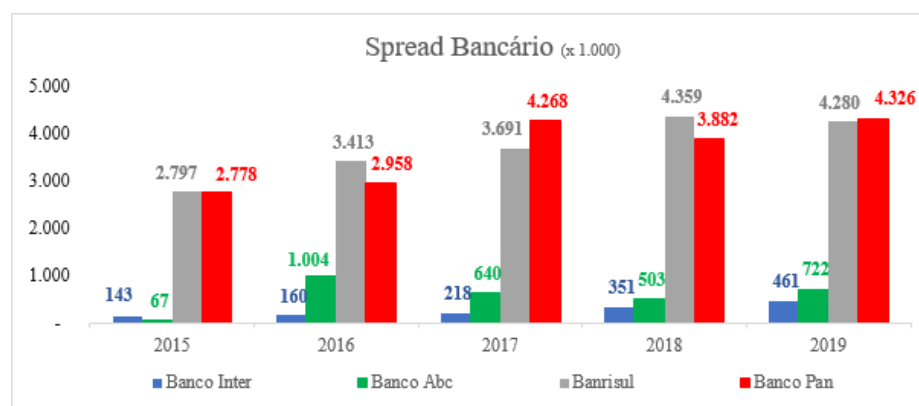
Spread Bancário									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	143	160	12,2%	218	36,2%	351	60,9%	461	31,2%
Banco Abc	67	1.004	1400,2%	640	-36,3%	503	-21,4%	722	43,7%
Banrisul	2.797	3.413	22,0%	3.691	8,2%	4.359	18,1%	4.280	-1,8%
Banco Pan	2.778	2.958	6,5%	4.268	44,3%	3.882	-9,0%	4.326	11,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Da tabela 8 depreende-se a informação que o Banco Inter apesar de monetariamente constituir um *spread* inferior aos demais, apresentou baixas oscilações indicando crescimento moderado nas operações de juros.



Figura 7 – Spread Bancário



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 7, evidencia o Spread Bancário ao longo do período estudado. Verifica-se que o Banco Inter tem o menor Spread Bancário, seguido do Banco ABC, em seguida o Banrisul e por último o Banco Pan.

#### 4.8 Margem de Lucro – bruta e líquida

Conforme Damodaran (2012) as margens de lucro de uma empresa expressam sua rentabilidade e eficiência, tanto no nível operacional como na visão geral da empresa, pois evidenciam aos acionistas o quanto do faturamento está sendo convertido em lucro para reinvestimento e distribuição de dividendos, caracterizando-se com interpretação maior melhor. A tabela 9, demonstra a margem bruta dos quatro bancos estudados.

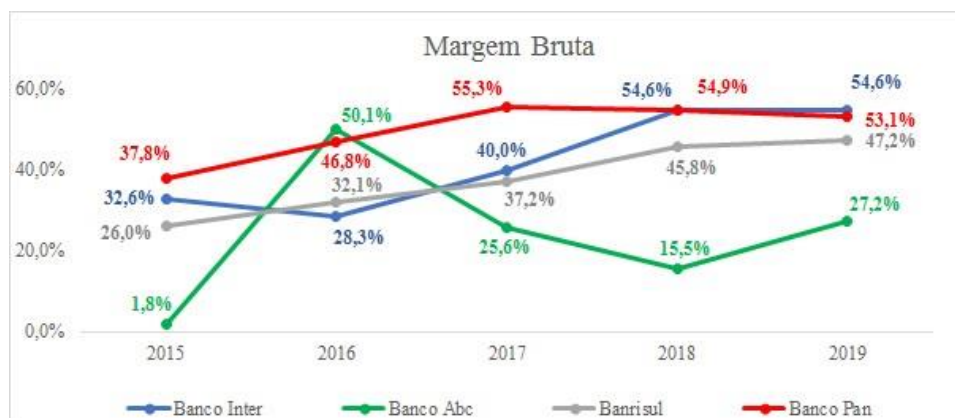
Tabela 9 – Margem Bruta

<b>Margem Bruta</b>									
<b>Bancos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Δ%</b>	<b>2017</b>	<b>Δ%</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Banco Inter	32,6%	28,3%	-13,3%	40,0%	41,5%	54,6%	36,5%	54,6%	-0,1%
Banco Abc	1,8%	50,1%	2694,5%	25,6%	-48,9%	15,5%	-39,4%	27,2%	75,3%
Banrisul	26,0%	32,1%	23,8%	37,2%	15,7%	45,8%	23,2%	47,2%	3,0%
Banco Pan	37,8%	46,8%	23,9%	55,3%	18,2%	54,9%	-0,8%	53,1%	-3,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco Inter em 2019 foi o detentor do maior percentual da margem bruta, demonstrou uma eficiência contínua neste indicador nos últimos períodos e um crescimento relevante nos anos de 2017 e 2018 com oscilações positivas e negativas nos períodos analisados.

Figura 8 – Margem Bruta



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Em comparação com as demais instituições, com exceção ao Banco ABC, mantiveram uma média na margem bruta, com pequenas elevações no percentual durante os períodos, mantendo uma linha de evolução paralela entre as instituições, sendo o Banco ABC o único a apresentar quedas significativas.

Em contrapartida a margem líquida difere das tendências da margem bruta, o Banco Inter apresentou uma margem mais equilibrada, com uma conversão em lucro líquido de seu faturamento de 9,3% em 2019 contra 10,5% no ano de 2018 com uma queda de 11,4%, se mantendo na média em comparação as demais instituições, conforme tabela 10.

Tabela 10 – Margem Líquida

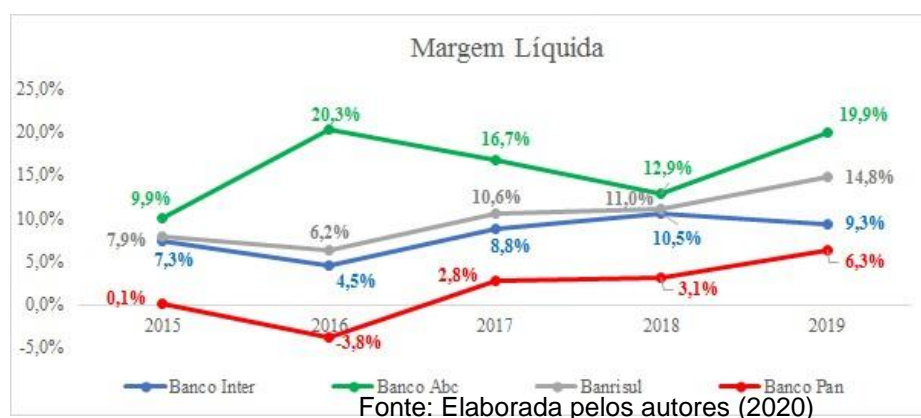
**Margem Líquida**

Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	7,3%	4,5%	-38,4%	8,8%	96,5%	10,5%	19,4%	9,3%	-11,4%
Banco Abc	9,9%	20,3%	104,2%	16,7%	-17,4%	12,9%	-23,0%	19,9%	54,2%
Banrisul	7,9%	6,2%	-21,2%	10,6%	70,7%	11,0%	3,8%	14,8%	34,5%
Banco Pan	0,1%	-3,8%	-3529,7%	2,8%	-173,4%	3,1%	13,7%	6,3%	102,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco ABC apesar de apresentar quedas consideráveis em sua margem bruta, ainda consegue escalar uma margem líquida em crescimento na comparação de 2018 com 2019, sendo o maior percentual entre as instituições no mesmo período, conforme figura 9.

Figura 9 – Margem Líquida



#### 4.9 ROE

A rentabilidade do capital próprio investido pelos acionistas deve exceder ao custo da dívida com alavancagem financeira, para tanto um crescimento percentual potencializa a riqueza dos sócios.

Assim, observa-se nas instituições durante a evolução dos períodos, com exceção ao Banco PAN, que no período de 2016 apresentou perda de rentabilidade em seu capital investido, logo após este período demonstrou recuperação, conforme tabela 11.

Tabela 11 - ROE

ROE (Return on Equity)									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	9,7%	7,6%	-22,4%	13,7%	80,9%	13,5%	-1,2%	9,4%	-30,6%
Banco Abc	14,8%	15,0%	1,8%	14,5%	-3,9%	13,5%	-6,4%	16,1%	19,0%
Banrisul	13,7%	10,4%	-23,7%	16,1%	53,9%	15,6%	-3,1%	19,3%	24,3%
Banco Pan	0,2%	-6,7%	-3143,0%	6,0%	-189,4%	6,0%	0,2%	13,1%	118,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco Inter se manteve na média junto as demais instituições, mesmo apresentando no balanço patrimonial o menor patrimônio líquido, sendo que o indicador mensura a rentabilidade do capital próprio.

#### 4.10 Liquidez

Na avaliação de empresas medir o grau de liquidez em seus diferentes aspectos é de suma importância para o investidor, pois evidencia a capacidade que a empresa tem de honrar seus compromissos, convertendo seus ativos em fluxos de caixa disponíveis para momentos que se faça necessário giro de capital, pagamento

de dívidas ou compra de matéria-prima Debastiani & Russo (2008). A tabela 12, apresenta os índices de liquidez corrente, dos bancos estudados.

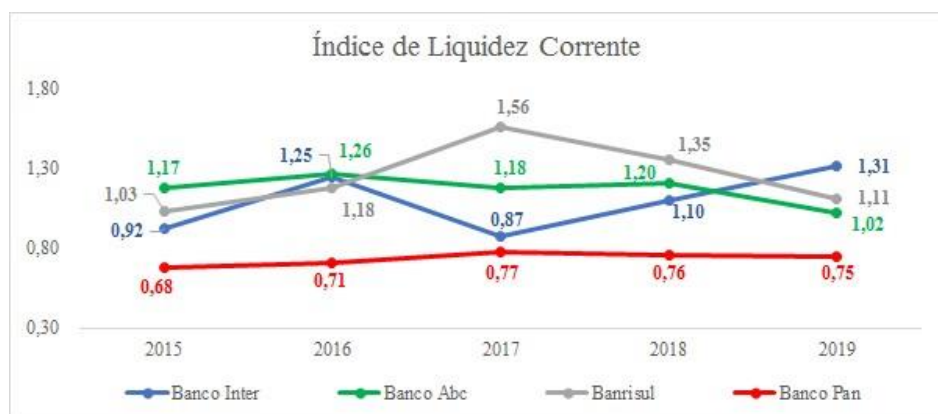
Tabela 12 – liquidez Corrente

Liquidez Corrente									
Bancos	2015	2016	Δ%	2017	Δ%	2018	Δ%	2019	Δ%
Banco Inter	0,92	1,25	35,7%	0,87	-30,0%	1,10	26,0%	1,31	18,9%
Banco Abc	1,17	1,26	7,6%	1,18	-6,6%	1,20	2,0%	1,02	-15,5%
Banrisul	1,03	1,18	14,0%	1,56	32,7%	1,35	-13,5%	1,11	-17,6%
Banco Pan	0,68	0,71	5,3%	0,77	8,3%	0,76	-1,7%	0,75	-1,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco Inter apresentou oscilação na liquidez com variação total no crescimento de 42,4%. Em 2017 com uma forte queda, se recuperando nos anos subsequentes, fechando 2019 com melhor crescimento entre todos os demais.

Figura 11 – Índice de Liquidez Corrente



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Conforme a figura 11 o Banco ABC decresceu em 12,8%, enquanto o Banco Banrisul apresentou um bom crescimento até 2017, mas em seguida apresentou diminuições, mesmo assim encerrou o ano de 2019 com crescimento de 7,8% ao longo de todo o período. O Banco PAN se mostrou mais equilibrado sem altas variações, encerrando 2019 com crescimento de 10,3%.

Quanto a análise da liquidez geral o Banco Inter se destaca na liquidez geral, onde apresentou o maior índice em 2019, seguido de um crescimento nos últimos 3 anos, indicando uma posição financeira saudável em relação à liquidez de seus ativos no curto e médio prazo, conforme tabela 13.

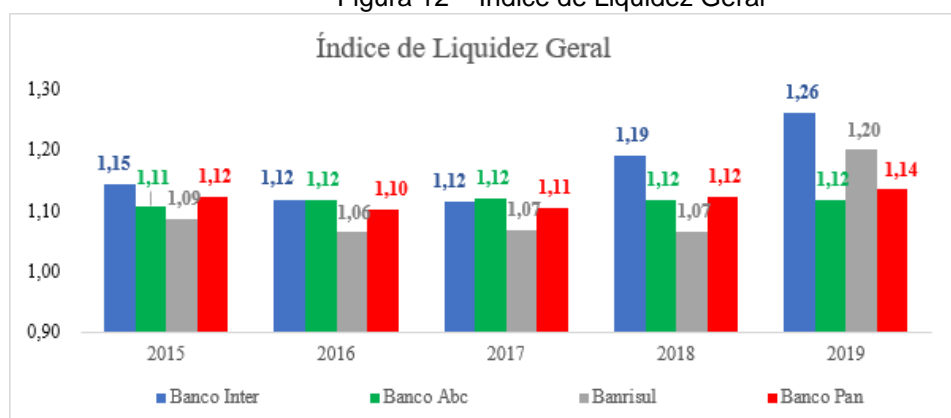
Tabela 13 – Liquidez geral

<b>Liquidez Geral</b>									
<b>Bancos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Δ%</b>	<b>2017</b>	<b>Δ%</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Banco Inter	1,15	1,12	-2,3%	1,12	-0,2%	1,19	6,8%	1,26	5,8%
Banco Abc	1,11	1,12	0,9%	1,12	0,2%	1,12	-0,2%	1,12	-0,1%
Barrisul	1,09	1,06	-2,1%	1,07	0,3%	1,07	-0,2%	1,20	12,7%
Banco Pan	1,12	1,10	-1,9%	1,11	0,3%	1,12	1,5%	1,14	1,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que as demais instituições em geral não apresentaram deficiência neste indicador atendendo o requisito exigido pela análise de cobrir todas as dívidas com a execução de seus ativos.

Figura 12 – Índice de Liquidez Geral



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 12 evidencia que na análise da liquidez geral, as instituições estudadas apresentam índices bem próximos, sendo que o Banco Inter em 2019, apresentou o melhor índice de liquidez geral, seguido do Banco Barrisul, Banco Pan e por último o Banco ABC. A liquidez corrente e a liquidez geral têm por objetivo avaliar a capacidade da conversão de ativos em dinheiro, porém, considera-se o longo prazo na análise para uma visão geral da empresa.

Quanto a análise da liquidez imediata o Banco Inter apresentou uma boa elevação em 2017, mas em seguida ocorreu quedas, mesmo assim encerra o ano de 2019 com crescimento expressivo, sendo o que mais sofreu variação ao longo de todo período, conforme tabela 14.

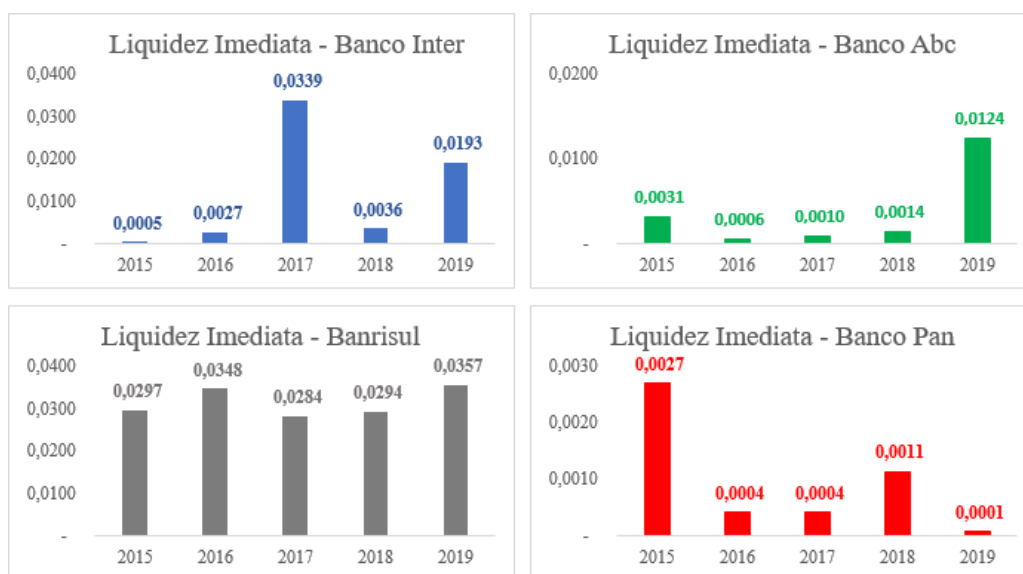
Tabela 14 – Liquidez Imediata

<b>Liquidez Imediata</b>									
<b>Bancos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Δ%</b>	<b>2017</b>	<b>Δ%</b>	<b>2018</b>	<b>Δ%</b>	<b>2019</b>	<b>Δ%</b>
Banco Inter	0,0005	0,0027	454,0%	0,0339	1141,6%	0,0036	-89,3%	0,0193	431,2%
Banco Abc	0,0031	0,0006	-81,8%	0,0010	66,9%	0,0014	49,6%	0,0124	770,6%
Banrisul	0,0297	0,0348	17,2%	0,0284	-18,4%	0,0294	3,8%	0,0357	21,2%
Banco Pan	0,0027	0,0004	-84,6%	0,0004	2,4%	0,0011	168,3%	0,0001	-93,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Banco ABC apresentou um bom crescimento, enquanto o Banco Banrisul se mantém mais equilibrado encerrando o ano de 2019 com melhor resultado e o Banco PAN é o único a apresentar decréscimo elevado, tendendo a zero na sua liquidez.

Figura 13 – Índice Liquidez Imediata



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

A figura 13 permite uma melhor visualização dos resultados da análise da liquidez imediata dos quatro bancos, ao longo do período estudado. Se percebe uma maior oscilação nos índices do Banco Pan, sendo a análise decrescente, para esta instituição. O Banco Banrisul, apresentou melhor índice de liquidez imediata, mesmo tendo apresentado queda nos anos de 2017 e 2018.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises apresentadas anteriormente fornecem embasamentos significativos para a avaliação geral, sob as premissas citadas na seção introdutória.

Nota-se que os indicadores trabalhados apresentaram variações econômicas importantes para a fundamentação da análise, retratando o comportamento individual de cada entidade.

Os resultados são justificados pelo fato da ocorrência da elevação econômica no período, em função da constante busca por melhores margens de lucros sobre a influência e alterações do mercado acionário, como afirmado por (Bernardelli & de Castro, 2020).

As instituições financeiras demonstraram em seus resultados através do *spread* que são os juros pagos aos investidores e credores, e os que tomam de seus devedores, diversificando seus serviços com esta mesma finalidade.

Ao se analisar a evolução do *spread* bancário das *Small Caps*, o Banco Inter foi singular na sustentação positiva deste indicador, que conforme Damodaran (2012) é a principal fonte de recursos de um banco, levando em consideração a elevada taxa de crescimento da carteira de crédito do banco, conforme divulgado em seu relatório gerencial (Banco Inter, 2019).

Após analisada a captação de recursos, a atenção direcionou-se para o gerenciamento destes, e como foram dissolvidos entre os custos desta captação, resultando na margem de lucro bruta e após a dedução das despesas e tributos.

Foram observadas na margem de lucro líquida variações percentuais de queda e alta em todas as instituições, mantendo-se a margem bruta positiva ao longo de todo período, com o Banco Inter apresentando o maior percentual em 2019, e a margem líquida com uma oscilação negativa apenas no Banco ABC em 2016, evidenciando nos demais períodos a eficiência da conversão de receita em lucro, em concordância com (Damodaran, 2012).

O lucro obtido pelas instituições ao longo dos períodos analisados nos indicadores de margem, foram avaliados pelo retorno que geraram aos acionistas pelo capital próprio investido na empresa, sendo este retorno analisado pelo ROE, apresentaram oscilações relevantes e variações entre ganhos e perdas de rentabilidade do capital investido, justificado pelo custo elevado da dívida atraída por alavancagem financeira, em conformidade com Assaf Neto (2019) quando o retorno do capital próprio investido supera o custo da dívida, a empresa indica rentabilidade sobre o seu patrimônio.

O Índice de Basileia sendo um indicador exclusivo das instituições financeiras, apresentou durante as análises um comportamento médio dos percentuais, indicando

estabilidade com pequenas oscilações em exceção ao Banco Inter, que evidenciou uma curva de crescimento acentuada em relação aos demais bancos, fechando o 4º trimestre de 2019 com 39% no indicador, que conforme Sobreira e Martins (2011) o crescimento percentual deste indicador aponta melhor qualidade de liquidez e solvência da instituição.

## **6. CONCLUSÃO**

Este estudo teve por objetivo analisar os indicadores de mercado de forma complementar na identificação da criação de valor das empresas do seguimento financeiro no Brasil. Sendo utilizado dados do *IFData* do Banco Central do Brasil, da B3 e dos sítios eletrônicos da relação com o investidor de cada banco analisado.

O crescimento de algumas instituições do seguimento financeiro molda determinantes consideráveis na categorização dos bancos com variações associadas a importância da qualidade da informação contábil, sendo relevante para se chegar ao cálculo dos indicadores com qualidade.

A discussão aqui posicionada contribui empiricamente com a literatura, com referência aos indicadores de mercados do setor bancário, bem como sujeitos às incertezas políticas- econômicas, como é notável no Brasil. Tal feito estar associado ao fato de que no Brasil possuem volume bem menor de aplicações no mercado de ações do que em outros países mais desenvolvidos.

Os resultados demonstraram um crescimento considerado no Banco Inter, sendo bem posicionado diante dos bancos com estrutura tradicional e com mais tempo de operação no mercado. Como demonstrado, apresentou melhor colocação na solvência, com redução na participação de empréstimos e baixa alavancagem, apresentou melhor pontuação no índice de Basileia, demonstrou variação significativas na PCLD, reflexo do aumento de clientes nos últimos anos e menor *spread* bancário entre os demais bancos analisados, também com melhor índice de liquidez corrente e margem bruta.

O Banco Bradesco apresentou o melhor retorno sobre o patrimônio líquido, embora houve uma redução na imobilização do capital próprio, se manteve com maior valor neste indicador, sinalizando uma alta diminuição no capital de giro. Por ser um banco consolidado apresentou PCLD estável com baixo índice de oscilação, com maior indicador de solvência e em crescimento nos últimos anos, demonstrou baixa participação de empréstimos e alavancagem, com índice de Basileia menor do que



Banco Inter, mas se mantendo equilibrado entre os demais analisados e com significativa *spread* bancário, sendo o segundo melhor, apresenta margem bruta e líquida em crescimento nos últimos anos, com liquidez corrente somente abaixo do Banco Inter.

O Banco ABC demonstrou a maior participação de empréstimos, alta alavancagem e solvência, com retorno sobre o patrimônio estável entre os demais, apenas abaixo do Banco Banrisul em 2019, mas com favorável imobilização do capital próprio e Basiléia, com melhor PCLD entre os demais, mas com baixo *spread* bancário, margem bruta e liquidez corrente.

O Banco PAN apresentou a segunda maior participação de empréstimos, com elevaçãoda solvência nos últimos anos e maior índice de alavancagem, menor índice de Basiléia, maiorPCLD, também com maior *spread* bancário. A margem bruta se apresentou alta, mas com liquidez corrente e margem líquida menor entre os demais. No ano de 2016 teve retorno sobre o patrimônio negativo e vem se recuperando nos últimos anos.

Dentre as particularidades de cada entidade estudada, verificou-se que os indicadores demonstraram um subsídio importante na mensuração de valor de médio prazo, podendo-os também serem aplicados a longo prazo com incremento de mais algumas variáveis, não levadas em consideração nesta pesquisa.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados com a utilização dos principais indicadores de mercado que esboçassem os valores das empresas do grupo *Small Caps* da B3, onde apresentaram um comportamento singular em cada empresa analisada, sendo inferida uma análise sobre os valores encontrados.

Esta pesquisa apresentou limitações por não aplicar todos os indicadores existentes na literatura, não que isto seja uma regra, como também pelo curto intervalo de cinco anos não sendo possível a aplicação de um modelo econométrico, este último ficando como sugestão a pesquisas futuras.

Este estudo apresenta contribuições para a sociedade, na disseminação do conhecimento e no incentivo a novas pesquisas. Aos investidores e aos analistas de mercados traz-se um conjunto dos indicadores consolidados na metodologia e utilizados no seguimento financeiro, antecipando informações e principais conceitos que possam auxiliar no desenvolvimento de suas próprias análises e decisões. Tal importância se dar por apresentar indicadores que demonstrem os riscos e a saúde financeira das entidades aqui estudadas.

Fica o entendimento dos riscos suscetíveis a aplicação no mercado de ações, bem como no seguimento financeiro, ambos sob a influência das constantes alterações por parte do mercado e dos governos.

## **7. REFERÊNCIAS**

- Albuquerque, A. A. D., & Matias, A. B. (2013). Identificando a relação entre alavancagem financeira e investimento nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto.
- Andrezo, A. F., & Lima, I. S. (2007). Mercado financeiro: aspectos conceituais e históricos. Arnold, I. J., & van Ewijk, S. E. (2011). Can pure play internet banking survive the credit crisis? *Journal of Banking & Finance*, 35(4), 783-793.
- Assaf Neto, A. A. Estrutura e Análise de Balanços. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- Assaf Neto, A. (2017). *Valuation: métricas de valor e avaliação de empresas. São Paulo: Atlas, 20.*
- Banco ABC. (2020). Nossa História. Recuperado de <https://ri.abcbrazil.com.br/nossa-historia/>.
- Banco Banrisul. (2020). Histórico. Recuperado de [http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8224](http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8224).
- Banco Central do Brasil (BACEN). (1999). Resolução n. 2082, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito. Recuperado de [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf).
- Banco Central do Brasil (BACEN). (2012). Resolução n. 4.090, de 24 de maio de 2012. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez. Recuperado de [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res\\_4090\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4090_v1_O.pdf).
- Banco Central do Brasil (BACEN). (2015). Informações do Banco Central do Brasil. Recuperado de [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). 2015.
- Banco Central do Brasil (BACEN). (2019). Informações do Banco Central do Brasil. Recuperado de <https://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/focus/B20010611-%C3%8Dndice%20da%20Basileia.pdf>.
- Banco Inter. (2019). Relatório Gerencial e Demonstração Financeira 4T2019. Recuperado de <https://ri.bancointer.com.br/Download.aspx?Arquivo=qvHFcXkGKmL68ine4bBew==&linguagem=pt>.
- Banco Inter. (2020). Central de Resultados. Recuperado de <https://ri.bancointer.com.br/listresultados.aspx?idCanal=HWOCSLoCBoj4PHeuGvRlqg=&linguagem=pt>.
- Banco Inter. (2020). Nossa História. Recuperado de <https://ri.bancointer.com.br/show.aspx?idCanal=5JKP+QW4+/i+IIHSjE2sxxg==&linguagem=pt>.
- Banco PAN. (2020) Nossa História. Recuperado de <https://ri.bancopan.com.br/o-banco/nossa-historia/>.
- Bernardelli, L. V., & de Castro, G. H. L. (2020). Mercado acionário e variáveis macroeconômicas: evidências para o Brasil. *REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL*, 19, 2892.
- Bergmann, D. R., Savoia, J. R. F., Souza, B. D. M., & Mariz, F. D. (2015). Avaliação dos Processos de Fusões e Aquisições no setor Bancário Brasileiro por meio de Estudo de Eventos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 17(56), 1105-1115.
- Bezerra, E. S. (2018). Efeito de indicadores financeiros, macroeconômicos e de governança corporativa na previsão de insolvência em empresas da B3 (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Carvalho, J. A., Pereira, J. V., & Dantas, J. A. (2018). As instituições financeiras brasileiras usam a PCLD para gerenciamento de capital?. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 127- 140.
- da Cunha, M. F., Martins, E., & Neto, A. A. (2014). Avaliação de empresas no Brasil pelo fluxo de caixa descontado: evidências empíricas sob o ponto de vista dos direcionadores de valores ofertas públicas de aquisição de ações. *Revista de Administração*, 49(2), 251-266.
- da Cunha, M. F., Neto, A. A., & Martins, E. (2018). Evidências empíricas das taxas de desconto na avaliação de empresas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(34), 21-41.
- Damodaran, A. (2011). *The little book of valuation: how to value a company, pick a stock and profit*. John Wiley & Sons.
- Darós, L. L., & Borba, J. A. (2005). Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(39), 68-80.
- Debastiani, C. A., & Russo, F. A. (2008). *Avaliando empresas, investindo em ações: aplicação prática da análise fundamentalista na avaliação de empresas*. Novatec Editora.

- Febraban (2018). Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2018: ano base 2017. Recuperado de <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Pesquisa%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%20FEBRABAN%202018.pdf>.
- Fernández, P. (2008). *Metodos de Valoracion de Empresas*. Madrid: IESE Business School. Disponível em: <<https://media.iese.edu/research/pdfs/DI-0771.pdf>>. Recuperado em: 20 out, 2019.
- Ham, E. A., Costa, A. R. R., & Soares, L. A. D. C. F. (2017). Valuation segundo Damodaran ea vantagem competitiva das Empresas da Zona Franca de Manaus de acordo com Buffett. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3), 159-176.
- Janot, M. M. (2001). Modelos de previsão de insolvência bancária no Brasil (No. 13).
- Magalhães-Timotio, J. G., Eça, J. P. A., & Leite Filho, G. A. (2018). Relação entre Indicadores Contábeis e o Spread Ex-Post dos Bancos Brasileiros. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 9(2).
- Marcelino, J. P. (2018). Análise da eficiência e retorno das estratégias digitais das fintechs: uma comparação entre o Banco Inter e instituições tradicionais.
- Minsky, H. P. (1986). Stabilizing an unstable economy.
- Modro, W. M., & dos Santos, J. O. (2015). A relação entre o retorno das ações ordinárias, métricas de desempenho e fatores econômicos: um estudo dos três principais bancos brasileiros entre 2001 e 2010. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, 17(3), 33-58.
- Orlovas, A. D., Serra, R. G., & Carrete, L. S. (2018). A Utilização do múltiplo EV/EBITDA na precificação de IPO's no mercado brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(37), 34-51.
- Parente, G. G. (2000). As novas normas de classificação de crédito e o disclosure das provisões: uma abordagem introdutória. *Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil*, 9.
- Pessanha, G. R. G., Lopes, L. P., Calegario, C. L. L., Safadi, T., & dos Reis Bernardo, D. C. (2019). Previsão do Perfil das Instituições Envolvidas em Estratégias de Fusões e Aquisições (F&A) do Setor Bancário Brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, 30(3), 73-105.
- Pinheiro, F. A. P., Savóia, J. R. F., & Securato, J. R. (2015). Basileia III: impacto para os bancos no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 345-361
- Povoa, A. (2012). *Valuation*. Elsevier Brasil.
- Resolução n. 2682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf)
- Rojo, C. A., & de Sousa, A. F. (2012). O mercado brasileiro de *small caps*: perspectivas de stakeholders institucionais. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 11.
- Sobreira, R., & Martins, N. M. (2011). Os Acordos de Basileia e bancos de desenvolvimento no Brasil: uma avaliação do BNDES e do BNB. *Revista de Administração Pública*, 45(2), 349-376.
- Santos, T. B. D. (2014). Avaliação de empresas: uma análise sob a ótica do “viés de avaliação” nos laudos de oferta pública de aquisição ações.
- Tiozo, E., & Leismann, E. L. (2019). Análise de Risco das Empresas Listadas no ISE 2018 da B3. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 27-40.
- Yokoyama, K. Y., Baioco, V. G., Sobrinho, W. B. R., & Neto, A. S. (2015). A influência do tamanho da empresa na informação contábil: evidências em empresas large caps e *small caps* listadas na BM&FBovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(3).

## GOVERNANÇA CORPORATIVA E CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO NOVO MERCADO

Heidy Loren Estevam De Sousa  
Marcela Lima Martins  
Denise Fernandes Nascimento  
Nívea dos Reis Bernardes

### 1. INTRODUÇÃO

A definição de Governança Corporativa já existe há alguns anos, mas somente nos últimos anos tem sido discutida com mais atenção no Brasil e no mundo todo. Segundo Silva (2010), foram realizadas várias pesquisas, a partir dos anos 1980, nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e em mercados emergentes, para examinar os modelos de governança corporativa e suas consequências sobre o desempenho, à estrutura de capital e a política de dividendos das empresas.

De acordo com Silveira, Perobelli e Barros (2008), Silva (2010), Macedo e Corrar (2012) e Marques, Amaral, Alves & Souza (2015) Governança Corporativa é um conjunto de valores e normas que visa diminuir os conflitos de agência, aumentando a regulamentação e diminuindo a ocorrência de casos de fraudes, como os casos de *Eron* (2001), *Wordcom* (2002) e outros; melhorar o processo de auditoria a fim de que se detectem mais facilmente essas fraudes ou as falhas no processo; maximizar a riqueza dos acionistas, buscando sempre levar em conta os interesses das minorias, mas preocupando-se em aprimorar o desempenho de uma companhia, promovendo o desenvolvimento e o crescimento econômico, é a dissociação entre propriedade e controle.

De acordo com o Código de Boas Práticas de Governança Corporativa criado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2005) são princípios da governança corporativa: transparência; equidade no tratamento dos *stakeholders* (acionistas, fornecedores, gestores, clientes funcionários entre outros) e obediência às leis (*compliance*), prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

Em dezembro de 2000 a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) criou os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa: Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e o Novo Mercado (NM). De acordo com Silva, Nardi, Martins e Barossi Filho (2016) esses níveis são destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de Governança

Corporativa adicionais, principalmente em relação ao que é usualmente exigido pela legislação.

Segundo Carvalho (2002) e Marques et al. (2015), com a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, apesar de incorrerem maiores gastos com custo de agência, observaram-se a potencialização do valor da firma, isso ocorre devido ao alinhamento entre os gestores (agentes) e os principais (acionistas). Segundo os autores, além disso, outros indicadores de desempenho, os controles internos e o sistema de compensação também estimulam o maior controle dos ativos e a obtenção dos resultados operacionais considerando os objetivos definidos.

De acordo com a Bovespa (2002) especificamente, o Novo Mercado é um segmento destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, as práticas de Governança Corporativa adicionais as que são exigidas pela legislação brasileira. O Novo Mercado foi um grande avanço para melhorar a Governança Corporativa no Brasil, pois as empresas que aderiram essas práticas adotam um conjunto de regras que ampliam os direitos dos acionistas, além de terem que divulgar suas políticas e suas estruturas de fiscalização e controle.

Segundo Silva (2004), os fatores como as privatizações das empresas, o investimento estrangeiro no país, a abertura da economia para o capital estrangeiro e a reestruturação societária são fatores que aumentam a discussão e o interesse no aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa.

Para Macedo e Corrar (2012) foi por meio de regulamentação, da criação do NMe dos NDGC deram maior transparência e segurança ao mercado de modo a atrair mais investidores, aumentando o volume e melhorando os preços das suas ações, aumentando assim seu patrimônio líquido.

Segundo Aguiar, Corrar e Batistella (2004) ela visou contribuir com o desenvolvimento de capitais brasileiro que, em longo prazo, pode contribuir para o desenvolvimento financeiro e de capitais e para o crescimento econômico do País.

Para que a empresa possa manter ou ampliar suas operações de crescimento, o endividamento é uma fonte importante de recursos. Segundo Assaf Neto (2010) através dos indicadores de endividamento é possível avaliar as dívidas da empresa, o grau de comprometimento financeiro dela diante os seus credores e a sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros a longo prazo.

Diante destas considerações, esta pesquisa visa obter a resposta da seguinte pergunta: Indicadores contábeis de análise de balanços são significativos na explicação do endividamento das empresas brasileiras no Novo Mercado da B3?

O Objetivo da presente pesquisa é verificar se os indicadores contábeis são significativos na explicação do endividamento de empresas brasileiras no Novo Mercado da B3. Os indicadores verificados foram: o tamanho do ativo, o endividamento da empresa, a liquidez, ROA e ROE.

De acordo com Camargo e Barbosa (2010), este tema vem recebendo atenção de várias entidades operadoras e reguladoras do mercado com a finalidade de melhorar as práticas de Governança Corporativa e a transparência das empresas.

Vários autores como Santos, Araújo, Medeiros e Lucena (2004), Silveira, Perobelli e Barros (2008), Camargo e Barbosa (2010) e Silva et al. (2016) estudaram a influência da adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e tratam também da relação da Governança Corporativa com a volatilidade e o desempenho econômico-financeiro das empresas, a valorização das suas ações, o aumento da liquidez e também o aumento do endividamento total.

Embora os efeitos da Governança Corporativa sobre o desempenho das empresas seja um assunto com poucos estudos conclusivos, este tema está em constante desenvolvimento, se fortalecendo no campo do mercado e também no meio acadêmico. Diante disso, a presente pesquisa visa contribuir para trazer maior clareza quanto ao efeito da estrutura de Governança Corporativa sobre os indicadores de desempenho das empresas.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: na primeira seção corresponde a introdução da pesquisa, onde foi realizada a contextualização, foram expostos o problema, o objetivo, a justificativa e a estrutura da pesquisa. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico que discute os seguintes aspectos: Governança Corporativa, os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, as Motivações e Características do Novo Mercado e as Evidências Empíricas. Na terceira seção, explica-se a sua metodologia. Na quarta, são apresentados os resultados obtidos, os quais são discutidos na seção seguinte. E finalmente, são apresentadas as conclusões a que se chegou.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

No referencial teórico serão apresentados estudos de vários autores que fundamentam a pesquisa, conceitos e explicações acerca de Governança Corporativa, Teoria das Agências, sobre os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, dando uma maior ênfase ao Novo Mercado, e, finalmente os indicadores contábeis, para assim, se chegar à base de sustentação da hipótese tratada nesta pesquisa.

### **1.1 Governança Corporativa**

Existem várias definições acerca do termo Governança Corporativa, de acordo com Carvalho (2002) e Souza e Borba (2007), ela pode ser compreendida a partir de princípios ou mecanismos que orientam as tomadas de decisões nas empresas, fazendo com que o controle atue em benefício das partes com direitos legais sobre a companhia. É capaz de proporcionar maior transparência aos *stakeholders* (acionistas, fornecedores, gestores, clientes funcionários entre outros) com a empresa.

Segundo o IBGC (2002), Governança Corporativa é um conjunto de práticas e relacionamentos entre os acionistas, diretoria, conselho fiscal e administrativo e auditoria independente, com o objetivo de elevar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital.

Segundo Silveira, Perobelli e Barros (2008) e Macedo e Corrar (2012) Governança Corporativa pode ser entendida como um sistema de práticas, valores e normas que visam diminuir o conflito de interesses entre os agentes da companhia, maximizando a riqueza dos acionistas, reduzindo o custo de capital, promovendo o desenvolvimento e crescimento econômico. A Governança Corporativa concede aos seus acionistas minoritários direitos e garantias em relação aos seus controladores, reduzindo assim o conflito de agências.

Carvalho (2002) e Neves, Silva, Almeida e Almeida (2007) descreve o problema de agência quando a relação de uma parte principal (acionistas) depende das decisões tomadas por outra, o agente (gestores). Embora o agente deva tomar decisões em benefício do principal, muitas vezes eles tomam decisões em que os interesses dos dois sejam conflitantes, pois, segundo Jensen e Meckling (1976), em sua Teoria da Agência,

a natureza humana leva as pessoas a maximizar uma função de utilidade direcionada aos seus próprios interesses e, cada qual, possui interesses diferenciados.

Segundo Jensen e Meckling (1976) e Marques et al. (2015), a Teoria da Agência, recomenda a utilização de monitoramento e controle como forma de reduzir a incompatibilidade nas informações e evitar as tomadas de decisões que beneficiam o agente principal. Segundo eles, é difícil mensurar a real contribuição dos gestores ao desempenho, além disso, a possibilidade de ocorrência do conflito de agência potencializa eventos como o gerenciamento de resultados, o que demanda uma estrutura de controle que estimule a busca de uma real eficácia nos resultados.

Para Marques et al. (2015), o gerenciamento de resultados visa atender um objetivo específico do agente econômico afetando nos indicadores de desempenho das empresas e prejudicando a qualidade dos números contábeis. Já Lopes e Martins (2005) levanta três hipóteses que sustentam a ocorrência do gerenciamento de resultados, são elas: oportunismo dos agentes, onde maximizam suas compensações utilizando a flexibilização das normas contábeis; nível de endividamento, onde os gestores manipulam as informações a fim de se melhorarem os resultados e atender às expectativas do mercado; e custos políticos, onde os gestores gerenciam os resultados com intuito de não se chamar a atenção de outros como governo, concorrentes, sindicatos.

O modelo da firma inicialmente era considerado fora dos parâmetros estabelecidos, por isso, o conflito de agência não era tratado pela literatura, segundo Lopes e Martins (2005). Esses conflitos se estendem entre acionistas majoritários e minoritários; gestores e os acionistas; e também entre os próprios níveis hierárquicos das empresas. Segundo Neves et al. (2007) o conflito de agência pode existir pela forma que as empresas se posicionam dentro de suas escolhas estratégicas. Silveira, Perobelli e Barros (2008) cita que uma forma de reduzir o conflito é apresentar estruturas de governança condizentes com as necessidades das empresas que minimizem tal possibilidade.

Rabelo, Rogers, Ribeiro e Silva (2007) apresentam que um sistema de Governança Corporativa eficaz é capaz de fortalecer as empresas, reforçando sua capacidade para enfrentar novos níveis de complexidade, ampliam as bases estratégicas da criação de valor, que ao mesmo tempo em que se torna um fator de harmonização



dos interesses, contribuindo para que os resultados corporativos sejam menos voláteis, assim, aumentam a confiança dos investidores fortalecendo o mercado de capitais.

Macedo e Corrar (2012) diz que, além de ser um fator coadjuvante no crescimento econômico a Governança Corporativa, valoriza as ações, aumentando a liquidez e o volume de negociações, isso ocorre devido as principais práticas de conduta que são: a transparência, a prestação de contas (*accountability*), equidade no tratamento *stakeholders* e obediência às leis (*compliance*) e a e responsabilidade corporativa.

Em seus estudos, Silveira (2004) constatou que empresas dentro de um mesmo ambiente contratual podem apresentar níveis diferentes de qualidade da Governança Corporativa em razão de suas características observáveis. Já Silveira e Barros (2008) observa que é possível que as empresas de um mesmo país ofereçam níveis de proteção diferenciados aos seus investidores devido às suas especificidades operacionais e aos diferentes interesses das companhias pela governança corporativa. Assim sendo, Silveira, Perobelli e Barros (2008) em seus estudos apontam alguns fatores determinantes da Governança Corporativa, são eles: a expectativa de crescimento, o desempenho, a estrutura dos ativos e tangibilidade, o tamanho, o fluxo de caixa livre e a concentração acionária do controlador.

A expectativa de crescimento descrita em Silveira, Perobelli e Barros (2008) aponta que para facilitar a captação de mais recursos, a empresa deverá apresentar um melhor nível de Governança Corporativa, assim ela terá maior oportunidade de crescimento futuro, tendo assim mais expectativa de crescimento. Assim como o desempenho, segundo estes mesmos autores, esses indicadores estão ligados à necessidade futura de financiamentos externos, influenciando assim a adoção ou não das práticas de Governança Corporativa.

Segundo Silveira (2004) a tangibilidade está relacionada ao monitoramento dos ativos intangíveis da empresa, pois quanto mais intangível for a atividade, maior é o risco de desvio dos recursos.

O tamanho da empresa e o fluxo de caixa estão interligados, mas são fatores importantes, mas também ambíguos. Silveira (2004) mostra que as empresas maiores apresentam um maior fluxo de caixa livre, necessitando assim das práticas de Governança Corporativa para resolver os problemas de conflitos de interesses. Essas

empresas possuem mais recursos para adotar tais práticas. Por outro lado, as empresas menores tendem a crescer mais, necessitando de mais capital e de melhorar a Governança Corporativa.

Em relação à concentração acionária do controlador, Silveira, Perobelli e Barros (2008) apontam que quanto maior a quantidade de ações ordinárias em posse do controlador, maior é a possibilidade de expropriação dos acionistas minoritários. Como também, quanto maior for a quantidade de ações ordinárias em posse do controlador, maior será seu investimento e menor a probabilidade de desvios.

Lameira, Ness Júnior e Soares (2007), Silveira e Barros (2008), Silveira, Perobelli e Barros (2008) descrevem que outros dois determinantes importantes, o primeiro é o a emissão de ADRs (*American Depositary Receceipts*), onde as empresas que emitem esses títulos devem apresentar padrões mais rígidos de Governança Corporativa; já o segundo é a adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, onde estas empresas devem apresentar padrões mais rígidos de transparência.

Neves et al. (2007) diz que o mercado brasileiro apresentou critérios específicos para reduzir o problema do conflito de interesses. Houve a criação do Novo Mercado (NM) da Bolsa de Valores, dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NMGC); a criação do Código de Boas Práticas de Governança Corporativa pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) começou a atuar no mercado de capitais; a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) fez suas recomendações; os fundos de pensão foram regulamentados pela Resolução número 2.829/2001 do Conselho Monetário Nacional (CMN); e, finalmente, a criação da nova Lei das Sociedades Anônimas (Lei 10.303/01).

## **1.2 Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC)**

De acordo com Lameira, Ness Júnior e Soares (2007), com o objetivo de aumentar a proteção dos acionistas minoritários, a BM&FBOVESPA, que atualmente é denominada de B3, criou os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC), que incluem os Níveis 1 e 2 de Governança e o Novo Mercado (NM), onde as empresas somente podem ter em seu capital social ações com direito a voto.

Silva et al. (2016) relata que o interesse das empresas na adesão dos NDGC transmite maior segurança aos seus investidores. Essa adesão a esses níveis é voluntária visto que os níveis possuem regras de adesão que as empresas devem observar e, espera-se que as empresas apresentem benefícios adicionais se comparadas as empresas do segmento tradicional.

De acordo com Bovespa (2002), as empresas listadas no Nível 1 de Governança Corporativa se comprometem com: a manutenção das ações em circulação no mercado a, pelo menos 25% de todo o capital social (*free float*); a realização de ofertas públicas de colocação de ações usando mecanismos que facilitem a dispersão do capital; melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e revisão especial; cumprimento de regras de *disclosure* em operações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa; da divulgação de todos os acordos de acionistas existentes, e programas de opções de compras; e disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos.

Aguiar, Corrar e Batistella (2004) afirma que as empresas enquadradas nesse nível devem permitir uma dispersão acionária, buscando assim reduzir o impacto sobre investidores decorrente da assimetria informacional. Outro ponto importante está presente na Lei nº 10.303/2001, que proíbe as às Sociedades Anônimas de capital aberta a emissão de partes beneficiárias em circulação.

As empresas para serem enquadradas no Nível 2, além de aceitarem cumprir as normas exigidas no Nível 1, se comprometem também com as seguintes normas apresentadas pela Bovespa (2002): mandato unificado de um ano para todo o Conselho de Administração; disponibilização de balanço anual seguindo as normas do *Generally Accepted Accounting Principles* (US-GAAP) ou *International Accounting Standards* (IAS); extensão, para todos os acionistas detentores de ações ordinárias, das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia e de 70% desse valor para os detentores de ações preferenciais; direito de voto às ações preferenciais em algumas matérias como transformação, incorporação, cisão e fusão da companhia, aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo e outros assuntos em que possa haver conflito de interesse entre o controlador e a companhia; obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas

hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro nesse Nível 2; adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos societários.

Segundo Assaf Neto (2003) a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) foi criada em 2.001 com o objetivo de solucionar os conflitos societários entre os participantes do Nível 2 de Governança Corporativa e o Novo Mercado, esses conflitos são selecionados através do Regulamento de Arbitragem.

Assaf Neto (2003) também descreve que a CAM deve proporcionar aos investidores uma maior agilidade na resolução dos seus conflitos, de forma sigilosa e com um menor custo. Outra vantagem é o alto nível de qualificação técnica dos seus de árbitros.

Aguiar, Corrar e Batistella (2004) descreve que, como uma forma de incentivar uma maior participação de novos pequenos investidores, é por meio dessas práticas, que se busca oferecer ao acionista minoritário direitos adicionais, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

De acordo com a Bovespa (2002), as empresas enquadradas no Novo Mercado, além de cumprirem todas as normas exigidas pelo Nível 2, devem também apresentar seu capital social dividido exclusivamente em ações ordinárias, ou seja, ações com direito a voto.

O Quadro 1 resume as principais exigências entre o Mercado Tradicional, o Nível 1, Nível 2 e o Novo Mercado, segundo o informado pela Bovespa (2002). Há um aumento de exigências, conforme passa do Mercado Tradicional, para o Nível 1, Nível 2, até chegar ao Novo Mercado.

Quadro 1 - Comparativo do mercado tradicional e dos níveis de governança corporativa

	TRADICIONAL	NÍVEL 1 (N1)	NÍVEL 2 (N2)	NOVO MERCADO (NM)
Percentual mínimo de ações em <i>Free Float</i>	Não há regra		25%	
Características das ações emitidas		ON e PN*	ON e PN (com direitos adicionais)	Somente ON
Conselho de administração	Mínimo 3 membros (conforme legislação)		Mínimo de 5 membros	
Demonstrações financeiras anuais em padrão		Facultativo	US GAAP ou IFRS**	

internacional			
Concessão de <i>Tag Along</i>	80% ações ON (conforme legislação)	100% ações ON, 80% ações PN	100% ações ON
Adoção da câmara de arbitragem do mercado	Facultativo		Obrigatório

(\*) Ordinária Nominativa e Preferencial Nominativa

(\*\*) *United States Generally Accepted Accounting Principles International Financial Reporting Standards*

Fonte: BMFBOVESPA 2002 (adaptado)

### 1.3 Motivação e características do Novo Mercado

O Novo Mercado foi criado pela Bovespa Mais, baseado no *Neuer Markt* alemão, conduzindo regras de listagem diferenciadas. De acordo com Carvalho (2002) e Antonelli, Clemente, Silva e Longhi (2016), no contexto alemão, as empresas que aderiram ao *Neuer Markt*, em decorrência de aceitarem voluntariamente as regras mais restritivas, tiveram um aumento no preço das suas ações, sem a necessidade de reformular a legislação e a situação das regras de governança empresarial.

De acordo com Donaggio (2012) o *Neuer Markt* de Frankfurt, administrado pela *Deutsche Börse*, era o mais exigente em relação à transparência na divulgação das informações e prestação de contas. Ele foi um segmento especial de listagem baseada na proteção ao investidor e direcionado a companhias inovadoras, mas em 2003 foi extinto devido a vários fatores, entre eles estão fraudes e irregularidades das companhias.

A iniciativa da Bovespa, diferentemente da *Neuer Markt*, permite que as empresas de capital aberto migrem para algum dos novos níveis. Nos seus estudos, Carvalho (2002) verificou que o comprometimento com as melhores práticas por meio dessa migração tem impacto sobre a valoração das ações, aumenta o volume de negociação, aumenta a liquidez e reduz a sensibilidade do preço das ações a fatores macroeconômicos.

Conforme a Bovespa (2002) o Novo Mercado é um segmento de listagem composto por empresas que aderiram voluntariamente as práticas de Governança Corporativa e *disclosure* adicionais ao que é exigido pela legislação, conduzindo assim, as empresas a um nível mais elevado de Governança Corporativa, trazendo maior

credibilidade ao mercado acionário, aumentando a confiança dos investidores e reduzindo seu custo de captação.

Segundo Neves et al. (2007) o Novo Mercado chegou com o intuito de enfatizar as empresas mais comprometidas com as práticas de Governança Corporativa, com a premissa básica em relação ao seu valor e liquidez de mercado, que está relacionado ao grau de segurança concedido aos acionistas minoritários e à qualidade das informações apresentadas.

Nos estudos de Procianoy e Verdi (2009) e Antonelli et al. (2016) pesquisaram os determinantes e as consequências da adesão das empresas aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Em relação aos determinantes, afirmam que essas empresasse caracterizam por terem maior tamanho, lucratividade, maior dispersão acionária e emitirem ADRs. Em relação às consequências, essas empresas apresentam maior liquidez que as empresas transacionadas no mercado tradicional.

Outro estudo relacionado à adesão às práticas de governança corporativa é o de Silva *et al.* (2011), que teve como objetivo investigar se existem diferenças entre as empresas que aderiram às práticas de governança corporativa antes e após a efetiva adesão aos níveis diferenciados. Os autores concluíram que as empresas, ao aceitarem os regulamentos de acesso previsto pelos NDGC, passaram a ser percebidas pelo mercado como empresas com maior transparência, e os investidores, passando a valorizá-las, tornam-se mais dispostos a investir seu capital e pagar um valor maior pelas ações.

Os benefícios da implementação do Novo Mercado e dos Níveis Diferenciados citados nos estudos de Carvalho (2003), Aguiar, Corrar e Batistella (2004), Camargo e Barbosa (2010) e Donaggio (2012) estão apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2 - Comparativo entre benefícios do NDGC para as empresas e investidores**

<b>Empresas</b>	<b>Investidores</b>
Melhorar a imagem da instituição; Maior visibilidade; Maior demanda e valorização das ações; Menor o custo de capital.	Melhora a precificação das ações; Melhoria no acompanhamento e fiscalização; Maior segurança quanto aos direitos societários; Investimentos mais seguros e diversificados; Empresas mais fortes e competitivas Redução de risco para o país Dinamização da economia

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Além dos objetivos como maior transparência nas informações e menor custo decapital, Aguiar, Corrar e Batistella (2004) descrevem que essas práticas permitem um melhor desenvolvimento do mercado de capitais, promovendo assim um maior crescimento econômico.

#### **1.4 Análise das demonstrações financeiras**

A análise das demonstrações financeiras segundo Assaf Neto (2010) tem como finalidade informar desenvolvimento econômico-financeiro de uma empresa a fim de mostrar sua posição atual e avaliar quais são os reflexos que as decisões tomadas refletem na liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade da empresa.

As demonstrações financeiras também fornecem, de acordo com Dalmolin, Boligon, Medeiros e Denardin (2012), informações sobre o lucro, fluxo de caixa e condições da empresa a fim de ajudar nas previsões, nas tomadas de decisão relativas à situação financeira futura para os potenciais credores e investidores; fornecem informações sobre a capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa; além de serem compreensíveis para os usuários.

#### **1.5 Governança Corporativa e níveis de endividamento**

Ao que se refere sobre a questão do conflito de agências, segundo Marques et al.(2015), os gestores têm o objetivo de administrar alcançando um desempenho igual ou superior ao esperado pelos investidores, utilizando a Governança Corporativa como mecanismo de monitoramento, pois visam possibilitar que as diversas partes interessadas ajustem suas expectativas acerca dos títulos e operações realizadas com as empresas, confrontando o desempenho esperado com o alcançado.

No que se diz sobre dívida, segundo Nóbrega e Apolinário (2014) está relacionada com a estrutura de capital de uma empresa, que é o resultado da forma como esta financia suas atividades, podendo recorrer a fontes internas (recursos próprios) e/ou a fontes externas (recursos de terceiros). Os recursos de terceiros podem ser considerados empréstimos bancários, financiamentos, negociações com fornecedores, entre outros.

Carvalho (2002) e Neves et al. (2007) verificou-se que empresas que não utilizam as práticas de Governança Corporativa, como baixa proteção dos investidores minoritários e pouca transparência, assimetria de informação as ações ofertadas pelas empresas poderiam ser desvalorizadas de forma generalizada. Nóbrega e Apolinário (2014) e Marques et al. (2015) verifica que as empresas com boas práticas de Governança Corporativa, com uma menor assimetria de informação, poderiam reduzir a busca por recursos externos, por reduzir a possibilidade de seleção adversa, havendo uma relação negativa entre a boa governança e o endividamento. Mas segundo os autores, as empresas com poucas práticas de Governança Corporativa, seriam direcionadas a busca por outras fontes de financiamento, como forma de desvio da possível desvalorização dos seus papéis, gerando uma relação positiva entre a Governança e o grau de endividamento.

Segundo Silveira, Perobelli e Barros (2008), a qualidade da Governança Corporativa pode influenciar as decisões de financiamento visto que as empresas com melhor governança possuem condições mais vantajosas para captar recursos externos. Assim, segundo os autores, com a adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa, espera-se que a empresa obtenha diversos benefícios, inclusive aos associados à possibilidade de formação de reputação. Esses benefícios poderiam interferir até mesmo na estrutura de capital das empresas de diversas formas, como aumentando a possibilidade de captação de capital de terceiros.

#### 1.5.1 Indicadores contábeis e financeiros

Para Backes, Silva, Adão e Corso (2009), através de uma apuração quantitativa de quocientes ou índices pode-se obter uma visão abrangente acerca da situação econômica, financeira e patrimonial em que a empresa se encontra. E, através da associação entre as contas que compõem as demonstrações contábeis é feita essa análise por meio de uma construção de índices.

Segundo Lagioia (2011) esses indicadores tem a finalidade de transformar a participação dos valores em grupos representativos do balanço patrimonial em percentuais e, também, mensurar sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido.



De acordo com Lagioia (2011), Assaf Neto (2010) e Marques et al. (2015), os indicadores de desempenho utilizados possibilitam que os interessados avaliem a capacidade de pagamento das obrigações assumidas; analisem a relação entre as dívidas assumidas e o volume de investimentos realizados possibilitando uma avaliação de risco por parte dos credores, bem como potencial de ganhos; verifiquem a capacidade de geração de lucro por parte dos investimentos, capital ou lucro; e ainda o potencial de crescimento e/ou geração de benefícios econômicos futuros do mercado financeiro e de capitais.

Assaf Neto (2010) sugere que os dados essenciais para essa análise por indicadores são a demonstração de resultado (DRE) e o balanço patrimonial dos períodos a serem explorados e, classifica os índices básicos de análise em quatro grupos: liquidez e atividade, endividamento e estrutura, rentabilidade, e análise de ações. Esses indicadores possibilitam que as diversas fontes de financiamento (provedores de capital) avaliem o desempenho geral da companhia (e gestores) no que tange aos benefícios econômicos esperados pelos mesmos.

#### 1.5.2 Principais índices e sua aplicabilidade Ativo Total ( $AT_T$ )

O ativo é a origem dos recursos, pode ser financiado por capitais alheios (passivo circulante e passivo não circulante) ou capitais próprios (patrimônio líquido). Santos (2017) considera a variação dos ativos totais como uma forma de mensurar o crescimento da instituição, onde se tem uma relação significativa e positiva entre a variação do tamanho e o retorno acionário das instituições financeiras.

Para Santos e Almeida (2019) o tamanho da empresa está relacionado com a adoção das práticas de Governança Corporativa, mas é um fator incerto, pois empresas menores também podem apresentar grande capacidade de crescimento, aumentando a necessidade de capital externo. Assim como as empresas de grande porte podem apresentar maiores problemas de agência, demandando mecanismos de governança corporativa mais rígidos. Além desses pontos, Silveira *et al.* (2009) diz que quanto maior os recursos financeiros, fica mais fácil a implantação de práticas de Governança Corporativa. O Ativo total é obtido da seguinte forma:

$$AT_T = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total-1}} - 1 \quad (1)$$

### 1.5.3 Rentabilidade do Ativo (ROA)

O Índice de Rentabilidade do Ativo ou *Return On Assets* (ROA) é um indicador que fornece as informações sobre a eficiência da administração da empresa, indicando os lucros gerados. Segundo Dalmolin et al. (2012), a gestão da empresa pode ser considerada eficaz quando o gerenciamento dos seus ativos gera um retorno satisfatório a seus investimentos. É obtido da seguinte forma:

(2)

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

### 1.5.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)

O Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido ou *Return On Equity* (ROE) é um indicador muito utilizado para a análise da rentabilidade, segundo Assaf Neto (2003), ele representa o retorno alcançado pelos acionistas em certo período, apresentando os resultados obtidos na gestão de recursos próprios e de terceiros em benefícios dos acionistas. É obtido da seguinte forma:

(3)

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

### 1.5.5 Lucro por Ação (LPA)

De acordo com Matarazzo (2010), o lucro por ação indica o lucro da empresa a cada ação distribuída para negociação de mercado. É calculado ao se dividir o lucro líquido pelo número de ações emitidas e, quanto maior esse índice melhor, pois indica que a empresa conseguiu diminuir o custo da produção, aumentando sua lucratividade.

$$LPA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Nº de ações}}$$

(4)

### 1.5.6 Liquidez Geral (LG)

A liquidez é a capacidade com que um ativo pode ser convertido em meio de troca a baixos custos. Para Assaf Neto (2010), o índice de liquidez geral revela a situação financeira de curto e de longo prazo da empresa, e a sua capacidade da empresa em saldar suas dívidas de longo prazo. É obtido da seguinte forma:

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo})}$$

(5)

### 1.5.7 Liquidez Corrente (LC)

A liquidez corrente está relacionada com o os recursos disponíveis da empresa que possa ser convertido em dinheiro a curto prazo de acordo com Assaf Neto (2010). Esse é o melhor indicador de liquidez da organização, sendo por isso o mais divulgado. Dalmolin et al. (2012) complementa que através desse índice pode-se analisar a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de longo prazo. É obtido da seguinte forma:

(6)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### 1.5.8 Composição do endividamento (DIVt)

Para Assaf Neto (2010) os indicadores de endividamento são utilizados para analisar a estrutura dos passivos da empresa. Avalia o grau de comprometimento do capital próprio de uma empresa para com os seus credores e a sua capacidade de cumprir as suas obrigações de longo prazo.

De acordo com Dalmolin et al. (2012) quanto maior for o quociente, mais endividada estará à empresa e maior será o risco de ela não pagar seus compromissos. Segundo Assaf Neto (2010), quanto maior for essa relação, mais elevada a dependência financeira da empresa, revelando uma participação maior de passivos financiando seus investimentos. É obtido da seguinte forma:

$$DIVt = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \quad (7)$$

Neste estudo utilizou-se como variável independente ou explicativas o endividamento. E, o ativo total, a rentabilidade, a liquidez e o lucro por ações como variáveis dependentes, conforme descrito no Quadro 3:

Quadro 3 - Indicadores aplicados à pesquisa.

Tipo	Grupo	Variável
Independente	Quantidade de Ativos	Ativo Total (AT <sub>T</sub> )
	Rentabilidade	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) Rentabilidade do Ativo (ROA)
	Liquidez	Liquidez Geral (LG)
	Mercado ou de Ações	Liquidez Corrente LC Lucro por Ação (LPA)
Dependente	Endividamento	Composição do endividamento DIVt

Fonte: Elaborada pelas autoras.

### 1.6 Estudos Relacionados

Os estudos mais recentes se concentram na busca de relação entre Governança Corporativa, o desempenho da empresa, o valor das suas ações e endividamento. E também nos efeitos da migração para os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, como demonstram os trabalhos de Carvalho (2003), Silveira, Perobelli e Barros (2008), Black et al (2009), Camargos e Barbosa (2010), Carvalho et al (2010), Garcia, Monte Mor e Tardin (2018), Heller e Noveli (2019), Santos e Almeida (2019) e Santos et al (2019).

Segundo Camargo e Barbosa (2010) as pesquisas que tem a Governança Corporativa como objeto de estudo têm se intensificado, pelo Brasil e pelo mundo após a década de 2000, mostrando sua atualidade e relevância e a necessidade de mais estudos e evidências empíricas. Evidenciamos no Quadro 4, alguns dos principais estudos empíricos realizados no Brasil e suas conclusões.

Quadro 4 - Estudos relacionados do Impacto da Governança Corporativa no Mercado Brasileiro

Autor	Objetivo(s)	Metodologia	Conclusões
Back et al. (2009)	Analisar os indicadores mais apropriados para mensurar o desempenho financeiro das empresas listadas na Bovespa.	Os autores utilizaram uma pesquisa descritiva estabelecendo relação entre variáveis por meio da descrição de características selecionando as empresas de consumo não cíclico do ramo de alimentação.	Concluíram que os índices de rentabilidade, liquidez e grau de alavancagem financeira foram o mais significativo para avaliação de desempenho das empresas pesquisadas.
Camargos e Barbosa (2010)	Analisar o impacto da adesão aos NDGC sobre o comportamento das ações no mercado	Os autores utilizaram nos testes das hipóteses o "teste t", com nível de significância de 5%.	Concluíram que não houve criação de riqueza para os acionistas; mas aumento de liquidez em longo prazo.

Autor	Objetivo(s)	Metodologia	Conclusões
Carvalho (2003)	Analisar o impacto de adesão aos NDGC sobre o comportamento das ações da Bovespa.	Os autores utilizaram abordagem de estudo de evento. Este método consiste em projetar os retornos que deveriam ser observados quando da migração e compará-los com os retornos de fato observados.	Concluíram que houve impacto significativo sobre a valorização das ações, além do aumento do volume de negociação e na liquidez.
Carvalho et al. (2010)	Analisar indicadores contábeis relevantes para previsão e projeção de rentabilidade futura.	Os autores utilizaram o método de regressão linear múltipla para medir o desempenho da rentabilidade a ser utilizado na avaliação dos indicadores de forma integrada.	Concluíram que por meio dos índices contábeis as empresas conseguem detectar problemas futuros com tempo hábil para adoção de medidas corretivas e preservando assim sua rentabilidade futura.
Garcia, Monte-More Tardin (2018)	Analisar os indicadores de mercado que tem a capacidade de antecipar as avaliações de classificação de risco dos bancos no Brasil.	Os autores utilizaram regressão linear a partir da fusão de duas bases de dados selecionando os indicadores de qualidade dos ativos, liquidez, capital, rentabilidade e risco.	Concluíram que os indicadores analisados somente podem ser utilizados como sinalizadores de risco em um mercado volátil tendo apenas poder preditivo e não assertivo sobre a grande incerteza do mercado.
Heller e Noveli (2019)	Analisar se a migração para o Novo Mercado influencia sobre os valores das ações de uma empresa com consumo cíclico da BM&FBOVESPA.	Os autores utilizaram uma pesquisa quantitativa e qualitativa com objetivo de analisar essa migração e classificá-la como um estudo formal pela hipótese inicial de haver relação entre a migração do setor de consumo cíclico para o NM.	Concluíram que o comportamento geral do valor das ações não é afetado diretamente pela migração para o NM. Demonstrando que os comportamentos de valorização dos preços apenas acompanham o setor.
Marques et al. (2015)	Analisar a relação entre os níveis de governança e apolítica de dividendos, nível de endividamento e valor de mercado.	Os autores utilizaram uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa, utilizando os testes Q de Tobin e índice <i>payou</i> coerentemente com as teorias vigentes	Concluíram que a estrutura de governança corporativa, afetando de forma mais significativa os resultados, mas reforça a importância de características específicas da empresa na determinação do desempenho.
Nascimento, Angotti, & Bortolon, (2018).	Analisar as relações entre Governança Corporativa, Risco e Endividamento e seus impactos no desempenho financeiro e no Valor das firmas.	Os autores utilizaram uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva e explicativa, como técnica de análise de dados foi utilizada a Modelagem de Equações Estruturais ( <i>Structural Equation Models - SEM</i> ).	Concluíram que os relacionamentos entre Risco e Valor de mercado, Governança e Desempenho Financeiro e entre Governança e Risco se mostraram coerentes, para empresas de menor tamanho, logo, o porte mostrou-se uma variável relevante para as teorizações analisadas.
Nóbrega e Apolinário (2014)	Analisar a possível diferença no nível de endividamento entre as empresas listadas nos níveis diferenciados de Governança Corporativa e as listadas no Mercado Tradicional da BM&F Bovespa no período de 2008 a 2012.	Os autores utilizaram o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis e o teste de Mann-Whitney.	Concluíram que a adesão aos níveis diferenciados de Governança Corporativa provoca mudanças nos níveis de endividamento das empresas ao aderir a algum dos níveis diferenciados.
Santos Almeida (2019)	Caracterizar a de GC nas maiores empresas de capital aberto do Brasil.	Os autores utilizaram a regressão linear múltipla, estimada pelos métodos dos mínimos quadrados ordinários, com o IGOV sendo a variável independente. E também se recorreu à análise de correlação não paramétrica de Spearman.	Concluíram que a participação nos níveis diferenciados de GC afeta positivamente a qualidade dos mecanismos de alinhamento entre os agentes e proprietários.
Santos et al. (2019)	Verificar o impacto que a mudança de uma empresa de um NDGC para outro, provoca no seu desempenho econômico-financeiro e no seu valor de mercado.	Foi utilizado o teste de médias T de <i>student</i> com amostras interdependentes, para analisar se o efeito que causa umas das variáveis exercia nas empresas.	Concluíram que a mudança de uma empresa de um nível para outro provoca alterações na média do retorno sobre o ativo no nível de endividamento, no lucro por ação e valor de mercado.

<b>Autor</b>	<b>Objetivo(s)</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Conclusões</b>
Silveira, Perobelli e Barros (2008)	Analisar a influência das práticas de GC das empresas sobre sua estrutura de capital.	Para verificar a estabilidade dos resultados, os autores utilizaram os modelos Tobit e versões alternativas de IGOV.	Constataram que as práticas de GC podem ser determinantes na estrutura de capital.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como pode se observar, algumas pesquisas sobre o tema mostram mudanças significativas, mas algumas ainda apresentam resultados inconclusivos quanto as variáveis propostas. Em seus estudos Carvalho (2003) e Santos et al. (2019) recomendam que sejam testadas essas mesmas hipóteses, mas com uma amplitude maior de tempo e incluindo também outras variáveis além das analisadas. Desta forma, este estudo irá analisar as empresas do Novo Mercado, entre os anos de 2016 a 2019, e alguns indicadores econômico financeiros.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1 Tipologia de estudo**

Segundo Gil (2002) uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados como livros, jornais, revistas, artigos científicos, dissertações e teses, de uma forma geral, um material acessível a todos. Uma pesquisa bibliográfica é relevando pois visa reunir informações e conhecimentos de vários autores sobre o temaa ser tratado.

No que se refere à pesquisa documental, o mesmo autor a descreve como sendo uma pesquisa onde se tem materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que pode ser reelaborado de acordo com os objetos da pesquisa. Portanto, concluímos que, esta pesquisa é definida como uma pesquisa bibliográfica e documental. Após definidos os objetivos, pode-se classificar a pesquisa como descritiva, pois conforme Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos.

Com o objetivo de se obter uma solução para os problemas de pesquisa apresentados e se alcançar os objetivos propostos, foi utilizada, por meio de um estudo empírico, uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa, onde Richardson (1999) caracteriza esse tipo de pesquisa pela coleta e tratamento de informações por meio de técnicas estatísticas.

Depois de delimitada a problemática e as questões presentes na pesquisa, serão apresentados os métodos e procedimentos utilizados na sua execução. A

princípio, será relatado todo o processo de seleção da amostra e da coleta de dados, subsequente à seleção das variáveis da pesquisa e avaliação dos resultados e do modelo utilizado.

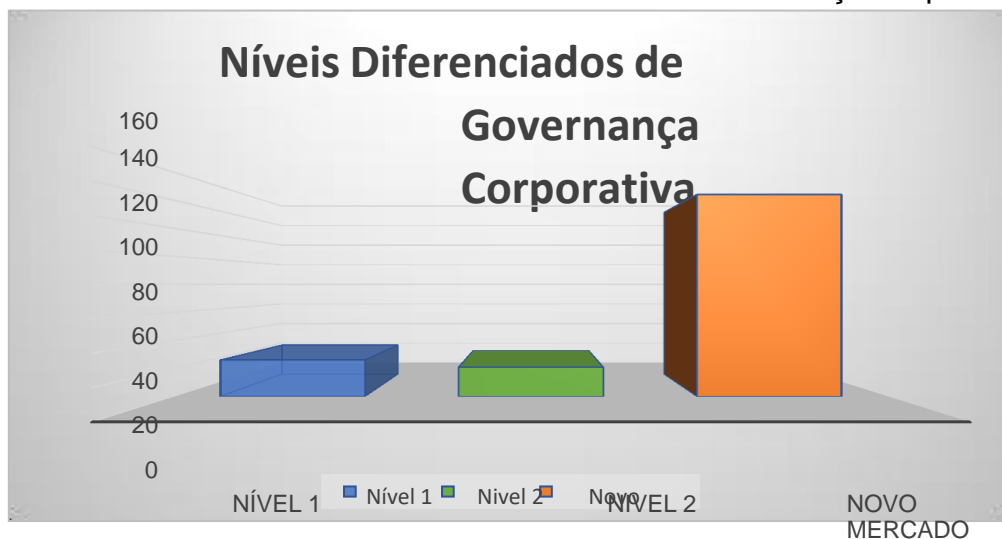
## **2.2 População e amostra**

Por se tratar de uma pesquisa aplicada não se utiliza procedimento amostral. Foram pesquisadas todas as empresas de capital aberto listadas na B3 que hoje se encontram no Novo Mercado de Governança Corporativa.

Em relação ao período da pesquisa, utilizaram-se os anos de 2016 a 2019, sendo que o ano de 2018 foi escolhido, em razão das novas mudanças no regulamento do Novo Mercado, o ano de 2019, por ser o ano imediatamente posterior à data das novas mudanças e o mais recente com dados completos para análise e dois anos anteriores a essa mudança.

Segundo a Bovespa (2020), atualmente no Brasil existem 191 empresas aderidas aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Onde 26 empresas estão no Nível 1, 21 empresas estão no Nível 2 e 144 empresas estão aderidas ao Novo Mercado, conforme mostra o Gráfico 1. Assim, a Quadro 5, evidencia a amostra do presente estudo, conforme dados coletados no site da B3.

Gráfico 1 - Níveis Diferenciados de Governança Corporativa



Fonte: Elaborada pelas autoras.

**Quadro 5 - Empresas listadas no Novo Mercado de Governança Corporativa**

1	BR Pharma	37	Positivo Tec	72	Duratex	108	Neoenergia
2	Ccx Carvão	38	Priner	73	Enauta Part	109	Odontoprev
3	Cvc Brasil	39	Rossi Resid	74	Energias BR	110	Ômega Ger
4	Arezzo Co	40	Rumo S.A.	75	Eneva	111	OSX Brasil
5	Atmasa	41	São Martinho	76	Even	112	Ouro fino S/A
6	Biosev	42	Springs	77	Eztec	113	P.Acucar-Cbd
7	Bk Brasil	43	Technos	78	Fleury	114	PDG Realt
8	BR Brokers	44	Triunfo Part	79	Gafisa	115	Petrorio
9	BRMallsPar	45	Tupy	80	Generalshopp	116	Porto Seguro
10	Cea Moas	46	Unicasa	81	Grendene	117	Profarma
11	Centouro	47	Viver	82	Grupo Natura	118	Qualicorp
12	Cia Hering	48	Vulcabras	83	Hapvida	119	Raia Drogasil
13	Cosan	49	Camil	84	Hypera	120	Rni
14	Cosan Log	50	Alianscsonae	85	Ihpardini	121	Sabesp
15	Ecorodovias	51	Alliar	86	Inds Romi	122	Santos Brp
16	Embraer	52	Alper S.A.	87	Intermédica	123	São Carlos
17	Engie Brasil	53	Anima	88	lochp-Maxion	124	Ser Educa
18	Equatorial	54	B2W Digital	89	JBS	125	Sinqia
19	Estapar	55	B3	90	JHSF Part	126	SLC Agrícola
20	Eternit	56	BBSeguridade	91	JSL	127	Smiles
21	FerHeringer	57	BR Propert	92	Light S/A	128	Suzano S.A.
22	Helbor	58	Brasil	93	Localiza	129	Tecnisa
23	Iguatemi	59	Brasilagro	94	Locamerica	130	Tegma
24	Imc S/A	60	BRF AS	95	Locaweb	131	Tenda
25	Irbbrasil Re	61	Carrefour BR	96	Log Com Prop	132	Terra Santa
26	LeLis Blanc	62	CCR AS	97	Log-In	133	Tim Part S/A
27	Linx	63	Cielo	98	Lojas Renner	134	Time For Fun
28	Lojas Marisa	64	Cogna ON	99	Lupatech	135	Totvs
29	Lopes Brasil	65	Copasa	100	M.Diasbranco	136	Trisul
30	Magaz. Luiza	66	CPFL Energia	101	Marfrig	137	Ultrapar
31	Metalfrio	67	CPFLRenovav	102	Metal Leve	138	Vale
32	MMXMiner	68	Csu Cardsyst	103	Mills	139	Valid
33	MRV	69	CyreCom-Ccp	104	Minerva	140	Viavarejo
34	Petrobras BR	70	Cyrela Realt	105	Mitre	141	Vivara S.A.
35	Pomifrutas	71	Direcional	106	Moura Dubeux	142	Weg
36	Portobello	70	Cyrela Realt	107	Movida	143	Wiz S.A
37	Positivo Tec	71	Direcional	108	Neoenergia	144	Yduqs Part

**Fonte: Elaborada pelas autoras.**

Após a identificação das 144 empresas pertencentes ao Novo Mercado, elas foram organizadas por setores, de forma a permitir a análise do setor mais representativo, conforme é evidenciado no Quadro 6.



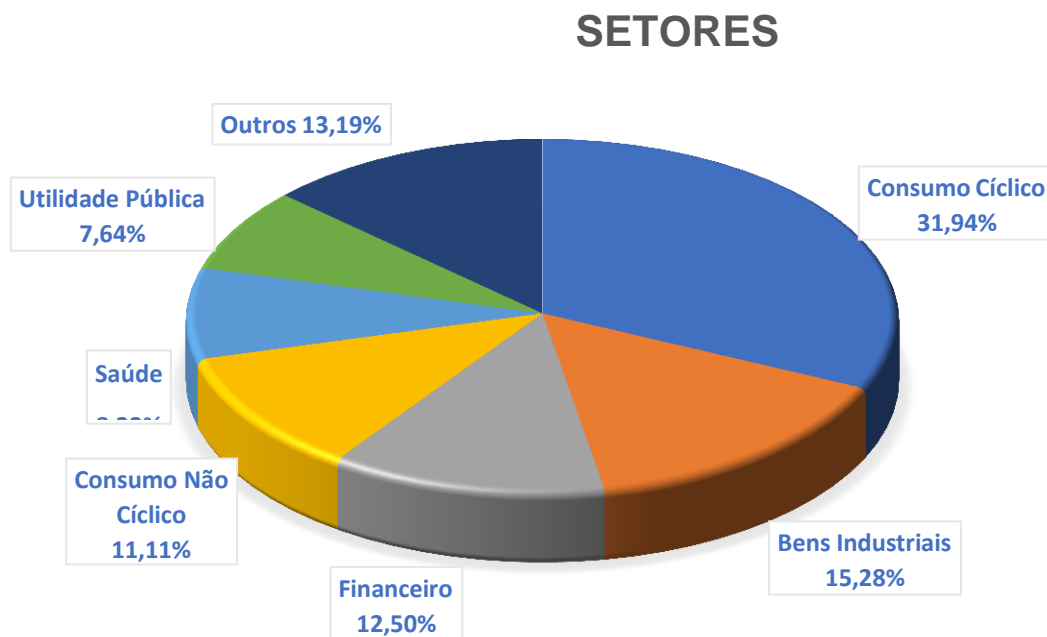
Quadro 6 - Quantidade de empresas por Setor

Setor	Quantidade
Consumo Cíclico	46
Bens Industriais	22
Financeiro	18
Consumo Não Cíclico	16
Saúde	12
Utilidade Pública	11
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7
Materiais Básicos	5
Tecnologia da Informação	5
Comunicação	1
Outros	1
TOTAL	144

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Com essa setorização das empresas, verificou-se que o setor de Consumo Cíclico representa 31,94% da amostra, e dessa forma, representa a maior parte das empresas da amostra, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Setorização do Novo Mercado



Fonte: Elaborado pelas autoras.

### 2.3 Seleção das variáveis de pesquisa

As variáveis de pesquisa foram divididas em grupos: indicadores de tamanho dos ativos, que verifica o tamanho total dos ativos; indicadores de rentabilidade, que evidencia a rentabilidade do capital investido na empresa; indicadores de mercado, que analisa as ações da empresa; os indicadores de liquidez, que por sua vez medem

a capacidade da empresa de saldar suas dívidas a partir dos seus ativos; e, finalmente, os indicadores de estrutura de endividamento, que avalia a participação de capital de terceiros em relação ao capital próprio da empresa.

O Quadro 7 descreve as variáveis aplicadas nesta pesquisa, suas fórmulas e os sinais esperados, segundo Assaf Neto (2010), Matarazzo (2010) e Lagioia (2011).

Quadro 7 - Indicadores Econômico-Financeiros Aplicados À Análise Das Demonstrações Contábeis

Índice	Símbolo	Fórmula	Autor (es)	Sinal Esperado
<b>Indicadores de Tamanho</b>				
Ativo Total	ATT	$(AT_t / AT_{t-1}) - 1$	Assaf Neto (2010)	+
<b>Estrutura de Rentabilidade</b>				
Rentabilidade do Ativo	ROA	LL / AT	Assaf Neto (2010), Matarazzo (2010) e Lagioia (2011)	+
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	ROE	LL / PL	Assaf Neto (2010), Matarazzo (2010) e Lagioia (2011)	+
<b>Indicadores de mercado ou de análise de ações</b>				
Lucro por Ação	LPA	LL / n° de ações	Assaf Neto (2010) e Lagioia (2011)	+
<b>Indicadores de Liquidez</b>				
Liquidez Geral	LG	$(AC + ARLP) / (PC + PELP)$	Assaf Neto (2010), Matarazzo (2010) e Lagioia (2011)	+
Liquidez Corrente	LC	AC / PC	Assaf Neto (2010), Matarazzo (2010) e Lagioia (2011)	+
<b>Estrutura de Endividamento</b>				
Composição do endividamento	DIVt	PC / CT	Matarazzo (2010) e Lagioia (2011)	+

**Fonte: Elaborada pelas autoras.**

Onde: AC – Ativo Circulante; AP – Ativo Permanente; ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo; AT – Ativo Total; CT – Capital de Terceiros; LL – Lucro Líquido; PC – Passivo Circulante; PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo; PL – Patrimônio Líquido; PMA – Preço de Mercado da Ação; e VPA – Valor Patrimonial por Ação.

## 2.4 Procedimento e coleta de dados

A pesquisa inicial partiu da base de dados do site da Bovespa (2020) e, a fim de cumprir o objetivo proposto pela pesquisa, posteriormente, foram coletadas as informações da base de dados da Economática® em maio de 2020.

Estes dados foram tabulados em planilhas eletrônica do Microsoft Office Excel, com a finalidade de organizá-los de modo que possibilitasse uma melhor análise e, esses dados foram inseridos no *Stata®: Software for Statistics and Data Science* a fim de fazer um cruzamento de todas as variáveis estudadas e se alcançar o objetivo da pesquisa.

## 2.5 Modelo econométrico

Por ser extremamente vantajoso em pesquisas que envolvem temas cujas teorias não estejam fechadas, o método escolhido utilizado para testar a significância dos indicadores e das variáveis foi o de regressão com Dados em Painel, pois ele possibilita uma amplitude na utilização de variáveis independentes.

De maneira geral, um modelo para dados em painel pode ser representado por:

$$y_{it} = \alpha + \beta x_{it} + u_{it} \quad (8)$$

Onde:  $y_{it}$  é a variável dependente,  $\alpha$  é o intercepto  $\beta$  é o um vetor de  $k \times 1$  parâmetros a serem estimados nas variáveis explicativas,  $x_{it}$  e  $u_{it}$  são vetores de dimensão  $1 \times k$  contendo, respectivamente, as variáveis explicativas e os termos de erro.

Existem três tipos de modelos para a estimação dos dados em painel o modelo de regressões com efeitos fixos, modelo de regressões com efeitos aleatórios e o modelo de regressões aparentemente não relacionadas, também conhecido como *SUR (Seemingly Unrelated Regression)* ou *Pooled Data*.

O modelo conhecido como *SUR (Seemingly Unrelated Regression)* ou *Pooled Data* foi inicialmente proposto em 1962 por Zellner. Tem sido muito utilizado em finanças, pois ele propõe uma abordagem mais completa para a utilização dos dados, tratando todas as variáveis relacionadas ao longo do tempo. Neste modelo, as variáveis são explicativas e os coeficientes são constantes. Assim sendo, através da equação geral para dados em painel, equação (8), obtém-se a equação (9) para o modelo:

$$y_{it} = \alpha + \beta_{1ix}1it + \beta_{2ix}2it + \beta_{kix}kit + u_{it} \quad (9)$$

Onde:  $\beta_{1i} = \beta_{2i} = \dots = \beta_{ki}$

O modelo de efeitos fixos, também conhecido como análise de covariância ou modelo de variáveis *dummy* individuais, ele pretende controlar os efeitos das variáveis omitidas que variam entre indivíduos e permanecem constantes ao longo do tempo. Para esse modelo, a partir da equação (8), equações gerais para dados em painel têm a seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \beta_{xit} + \mu_i + \beta_{kixkit} + v_{it} \quad (10)$$

Nela é feita a decomposição do termo de erro  $u_{it}$  em um efeito constante específico individual que não varia ao longo do tempo ( $\mu_i$ ) e uma “perturbação restante” que varia ao longo do tempo ( $v_{it}$ ) de forma que  $u_{it} = \mu_i + v_{it}$ .

O modelo com efeitos aleatórios, conhecido também como modelo de componentes de variância ou componentes de erros, possui as mesmas suposições do modelo de efeitos fixos, ele varia de um indivíduo para o outro, mas não varia ao longo do tempo. Através da equação (8), equações gerais para dados em painel, temos a seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \beta_{xit} + \epsilon_i + v_{it} \quad (11)$$

Na equação (11) se dá através da decomposição do termo de erro  $u_{it}$  como uma variável aleatória  $\epsilon_i$  que varia em secção transversal, mas é constante ao longo do tempo, e um termo de erro  $v_{it}$  que varia ao longo do tempo de forma que  $u_{it} = \epsilon_i + v_{it}$ .

Neste estudo foi utilizado como modelo para a estimação dos dados em painel o modelo de regressões com efeitos aleatórios.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são demonstrados os resultados encontrados nesta pesquisa e as suas devidas análises. A seção foi subdividida em 4 seções que se referem às estatísticas descritivas das variáveis estudadas; a sua correlação; dos testes preliminares realizados; uma análise de cada um dos modelos estudados; e finalmente, é feita uma análise significativa dos modelos e variáveis utilizados e a discussão dos resultados obtidos com base na literatura.

#### 3.1 Estatística descritiva

Este estudo utilizou como amostras as empresas de capital aberto listadas na B3 que hoje se encontram no Novo Mercado de Governança Corporativa, nos anos de 2016 a 2019. A amostra selecionada para análise foi das 144 empresas pertencentes ao Novo Mercado.

Desse total, as empresas foram divididas em setores onde o setor mais representativo é o de Consumo Cíclico, que abrange 46 empresas. Seguido do de Bens Industriais com 22, Financeiro 18, Consumo Não Cíclico 16, Saúde 12, Utilidade Pública 11 e outros setores menos representativos com 19 empresas, totalizando as 144 empresas.

Foram selecionadas variáveis para este estudo de acordo com a liquidez e atividade, endividamento e estrutura, rentabilidade, e análise de ações. Os resultados para cada modelo analisado são apresentados nas seções a seguir.

A partir da tabela 1, verifica-se que há uma grande variação entre os valores mínimos e máximos das variáveis que mensuram a variação tamanho do ativo total ( $AT_T$ ), a rentabilidade do ativo (ROA), a rentabilidade do patrimônio líquido (ROE), o lucro por ação (LPA), a liquidez geral (LG), a liquidez corrente (LC) e o endividamento total ( $DIV_{TT}$ ), apresentando elevado desvio padrão. Dentre as sete variáveis selecionadas podem verificar um total de 576 observações, que é o número de empresas multiplicado pelo período.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas das Variáveis de Pesquisa

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
$DIV_{TT}$	576	2855462	7005971	0	8.17e+07
LG	576	65906.94	791557	0	1.05e+07
LC	576	1.731278	1.374271	0	9.932114
ROA	576	14.38364	84.49898	0	1453.854
ROE	576	28.25712	97.7634	0	1219.323
ATT	576	2.22e+07	1.21e+08	0	1.47e+09
LPA	576	16.2202	140.384	0	2815.168

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

Esta tabela de estatística descritiva demonstra o panorama das variáveis de pesquisa. Nota-se que a variável com menor valor é a Média de LPA e a de maior é a ROE. Verifica-se também que existe um distanciamento entre as variáveis da pesquisa, sendo a variável ROE a que apresenta um maior desvio padrão.

### **3.2 Análise da correlação das variáveis**

Essa análise é uma chance de uma variável interferir nos resultados das outras variáveis. Essa correlação varia de -1 a +1, ou seja, quanto mais próximo de -1, existe uma forte correlação negativa, próximo de 1, forte correlação positiva.

Para demonstrar uma baixa correlação entre as variáveis o ideal é que o índice de correlação entre as variáveis seja abaixo de 50%. Essa correlação é observada na tabela 2.

Tabela 2 - Análise de correlação das variáveis

	DIV <sub>TT</sub>	Setor	LG	LC	ROA	ROE	AT <sub>T</sub>	LPA
<b>Divtt</b>	1.0000							
<b>Setor</b>	0.1899	1.0000						
<b>LG</b>	0.0798	0.0571	1.0000					
<b>LC</b>	-0.0632	-0.1609	-0.0796	1.0000				
<b>ROA</b>	-0.0418	0.0504	-0.0129	-0.0930	1.0000			
<b>ROE</b>	-0.0336	0.0076	-0.0225	-0.0381	-0.0008	1.0000		
<b>ATT</b>	0.1802	0.0985	-0.0153	-0.0677	-0.0242	-0.0222	1.0000	
<b>LPA</b>	-0.0212	-0.0014	-0.0056	-0.0632	0.0582	0.0301	-0.0156	1.0000

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

Analisando a tabela 2, verificou-se que a DIV<sub>TT</sub> possui uma fraca correlação positiva de 7% com a LG. E a ROA uma correlação de 5% com o LPA. No geral, ao observar todas as variáveis verifica-se que se apresentou uma baixa correlação entre elas, isso significa que não haverá interferência de uma variável na outra neste modelo apresentado.

### 3.3 Testes Preliminares

Após a evidenciação dos modelos de regressão dos tipos de não relacionados (*Pooled*), de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, é preciso efetuar os testes para definir qual é o melhor modelo para explicar esse fenômeno e saber se as variáveis selecionadas tem relação com o endividamento total da empresa.

O primeiro teste realizado foi a comparação entre o modelo *Pooled* e o modelo de efeitos fixos. Para essa comparação utiliza-se o Teste F ou teste F de *Chow*, que no modelo apresentado indicou um valor de 19,96, onde o intervalo ideal seria de 143 a 426. Outro valor importante para análise é o R<sup>2</sup> que apresentou um valor inferior a 0,03. Com esses dados indica que o modelo de efeitos fixos não é mais explicativo que o modelo *Pooled*, pois houve uma diferença significativa entre eles.

Tabela 3 - Regressão de efeitos fixos

Grupos variáveis: var1	Num. de Obs. = 576
	Num de grupos = 144
R-sq:	Obs per group: min = 4
within = 0.0356	avg = 4.0
between = 0.0385	max = 4
overall = 0.0346	
	F(6,426) = 2.62
corr(u <sub>i</sub> , X <sub>b</sub> ) = -0.8317	Prob > F = 0.0167
F test that all u <sub>i</sub> =0: F(143:426) = 19.96	Prob > F = 0.0000

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

Seguindo os testes, o próximo teste realizado foi o de comparação do modelo *Pooled* e com o modelo de efeitos aleatórios, este teste foi desenvolvido por *Breusch*

e Pagan (1980) compara as estimativas entre os modelos. Neste teste notamos que o teste de razão de verossimilhança, apresenta o valor de  $\chi^2(01) = 571,75$  e a probabilidade zero, e significa que o modelo de efeitos aleatórios é mais indicado para explicar a relação entre as variáveis e o endividamento do que o *Pooled*.

Tabela 4 - Teste multiplicador Breusch e Pagan para efeitos aleatórios

$$\text{divtt}[\text{var1},t] = Xb + u[\text{var1}] + e[\text{var1},t]$$

Estimativa de Resultados:

	Var	sd = sqrt(Var)
<b>DIV<sub>TT</sub></b>	4.91e+13	7005971
<b>E</b>	8.22e+12	2867716
<b>U</b>	3.92e+13	6264637

Teste:  $\text{Var}(u) = 0$

$\chi^2(01) = 571.75$

Prob >  $\chi^2 = 0.0000$

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

O último teste realizado foi o de comparação do modelo de efeitos fixos e com o modelo de efeitos aleatórios, este teste conhecido como teste de *Hausman*, desenvolvido em 1978, efetua a especificação entre os dois modelos, sendo que se o teste rejeitar a hipótese nula, o modelo de efeitos fixos é o mais adequado. Nesta comparação verificou-se a omissão de uma das variáveis, o que já compromete os resultados. Neste teste notamos que o teste de razão de verossimilhança, apresenta o valor de  $\chi^2(01) = 2,05$ , significância bem menor que o teste anterior, e a probabilidade maior, isso significa que o modelo de efeitos aleatórios é mais indicado do que o modelo de efeitos fixos, para explicar a relação entre as variáveis e o endividamento total das empresas no estudo.

Tabela 5 - Teste multiplicador Hausman

	Coeficientes			sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
	(b) Fe	(B) re	(b-B) Diferença	
<b>LG</b>	1.006321	.6867294	.3195915	1.696137
<b>LC</b>	-62365.78	-57000.22	-5365.556	52244.6
<b>ROA</b>	84.53907	-298.5858	383.1249	328.8177
<b>ROE</b>	274.2276	83.82444	190.4032	210.7211
<b>ATT</b>	.0902804	.0122637	.0780167	.0227334
<b>LPA</b>	307.7831	221.4839	86.29913	196.9951

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

$\chi^2(4) = (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) = 2.05$

Prob> $\chi^2 = 0.7258$

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

Depois da realização de todos esses testes, verificou-se que o modelo de regressões de efeito aleatório é o mais indicado que os outros para explicar a relação das variáveis do endividamento total das empresas pertencentes ao Novo Mercado.

### 3.4 Dados em painel com efeitos aleatórios

A análise da relação entre as variáveis dependentes e a variável independente ou explicativa, que é a  $DIV_{TT}$  foi feita utilizando-se dados em painel. De acordo com Santos (2017) um painel de dados mantém as mesmas entidades trazendo informações ao longo do tempo, e possibilita uma resolução de problemas mais complexos, além de examinar como as variáveis ou suas relações mudam ao longo do tempo.

No modelo de regressão utilizado encontra-se o coeficiente de determinação, também chamado  $R^2$  ou *R-squared* de 7,15%. Esse coeficiente indica a probabilidade desse modelo explicar a relação das variáveis explicativas com a variável de interesse, que é a variável dependente, a Dívida Total ( $DIV_{TT}$ ).

O método escolhido foi à estatística longitudinal de dados em painel com dados anuais conforme mostra a tabela 6. De acordo com os dados coletados, observou-se o resultado de um painel balanceado, ou seja, todas as variáveis estudadas apresentaram valor de ano a ano.

Tabela 6 - Análise de regressão de efeitos aleatórios.

Grupos variáveis: var1	Num. de Obs. = 576 Num de grupos = 144					
R-sq: within = 0.0225 between = 0.0756 <b>overall = 0.0670</b>	Obs por grupo: min = 4 avg = 4.0 max = 4					
corr(u <sub>i</sub> , X <sub>b</sub> ) = 0	Wald chi2 (7) = 15.10 Prob>chi2 = 0.0347					
Divtt	Coef.	Erro Padrão	T	P >  T	[95% Conf. Intervalo]	
<b>Setor</b>	2447734	1165471	2.10	<b>0.036</b>	163453.4	4732015
<b>LG</b>	.6867294	.6416451	1.07	0.285	-.5708718	1.944331
<b>LC</b>	-57000.22	157042.9	-0.36	0.717	-364798.6	250798.2
<b>ROA</b>	-298.5858	1908.043	-0.16	0.876	-4038.282	3441.11
<b>ROE</b>	83.82444	1530.971	0.05	0.956	-2916.824	3084.473
<b>ATT</b>	.0122637	.0044118	2.78	<b>0.005</b>	.0036169	.0209106
<b>LPA</b>	221.4839	1134.974	0.20	0.845	-2003.023	2445.991
Sigma-	6264636.7					



u  
Sigma- 2867716.1  
e  
Rho .8267561 (fração de variação devido a u\_i)

---

Fonte: Dados da Pesquisa - 2020

Ainda na tabela 6 se observa os resultados de acordo com as variáveis selecionadas: a dívida Total ( $DIV_{TT}$ ), o coeficiente, o desvio padrão, o teste T, o P Valor ( $P > |T|$ ) e o intervalo de confiança. Indicando que todas as variáveis selecionadas possuem um índice de confiança de 95%, ou seja, o P Valor de todas é menor que 5%. Essa análise demonstra que as variáveis: Setor e Ativo Total ( $AT_T$ ) estão com resultados zerados, isso indica que existe uma grande possibilidade de elas explicarem a dívida total.

#### 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da amostra dos dados, por meio do modelo de regressões de efeito aleatório apontam que as variáveis Setor e o tamanho do Ativo Total são significativas quando relacionadas ao endividamento das empresas.

No que se refere às estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa, a qual demonstra o panorama total das variáveis da pesquisa, verificou-se uma grande variação entre as mínimas e máximas, o que significa que existe um distanciamento significativo entre as variáveis da pesquisa.

Em relação à correlação entre as variáveis, onde o índice de correlação ideal deve estar abaixo de 50%, verificou-se que a  $DIV_{TT}$  possui uma fraca correlação positiva de 7% com a LG e a ROA uma correlação de 5% com o LPA.

No geral, ao observar todas as variáveis verifica-se que se apresentou uma baixa correlação entre elas, isso significa que não haverá interferência de uma variável na outra neste modelo apresentado.

Depois de se evidenciar todos os modelos de regressão: não relacionados (*Pooled*), de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, realizar os testes de Teste F ou teste F de *Chow*, *Breusch e Pagan* e teste de *Hausman*, verificou-se que o que melhor explica as variáveis selecionadas e a sua relação com o endividamento total da empresa foi o modelo de regressões de efeito aleatório.

Na análise de regressão de efeitos aleatórios verificou-se a presença de um painel balanceado, onde todas as variáveis estudadas apresentaram valor de ano a ano. E, as variáveis: Setor e Ativo Total ( $AT_T$ ) apresentam um índice de confiança

menor que 5%, o que significa uma grande possibilidade de elas explicarem a dívida total.

A relação do ativo total ( $AT_T$ ) foi significativa nos estudos reforçando a conclusão de Santos et al. (2019), onde se estabelece que a mudança de uma empresa de um nível para o outro provoca alterações na média de retorno sobre o ativo no nível do endividamento.

Contrariamente aos trabalhos de Back et. al. (2009), Carvalho (2003) e Camargos e Barbosa (2010) e a presente pesquisa não apresentou relação entre a os índices de liquidez e o endividamento das empresas que aderiram ao Novo Mercado.

Conforme o resultado encontrado em Santos et al. (2019), a presente pesquisa identificou-se que empresas no Novo Mercado, sofreram alterações no nível de endividamento. Entretanto, as demais variáveis utilizadas pelos autores, não se mostraram significativas na presente pesquisa.

O resultado desta pesquisa entra em acordo no que diz Marques et al. (2015) e Nóbrega e Apolinário (2014), onde se concluíram que a estrutura de governança corporativa e os seus níveis diferenciados, afetam de forma mais significativa os resultados, mas reforça a importância de características específicas da empresa na determinação do desempenho.

Concorda também com os estudos de Nascimento, Angotti, & Bortolon, (2018), onde se concluiu que os relacionamentos entre Risco e Valor de mercado, Governança e Desempenho Financeiro e entre Governança e Risco se mostraram coerentes, para empresas de menor tamanho, logo, o porte mostrou-se uma variável relevante para as teorizações analisadas.

E ainda, em conformidade com os estudos de Silveira, Perobelli e Barros (2008), foi possível identificar que alterações no nível de governança podem ser determinantes na estrutura de capital, uma vez que na presente pesquisa, o endividamento pode estar relacionado com o tamanho das empresas e os setores em que as mesmas atuam.

## **5. CONCLUSÃO**

A presente pesquisa teve por objetivo verificar se indicadores como tamanho do ativo, a liquidez, ROA e ROE são significativos na explicação do endividamento de empresas brasileiras no Novo Mercado da B3.

A pesquisa teve como amostra 144 empresas que aderiram ao Novo mercado, eo período analisado foi de 2016 a 2019.

As informações foram coletadas da base de dados da Economática®, dispostos em planilhas do Microsoft Office Excel que posteriormente foram analisadas no software estatístico Stata®.

A análise da pesquisa foi feita através de Dados em painel, tendo sido realizados os testes necessários para se identificar o melhor modelo entre dados empilhados I- *Pooled*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. Assim, se utilizou o modelo de regressões deefeito aleatório, pois foi o mais indicado para explicar a relação das variáveis doendividamento total das empresas pertencentes ao Novo Mercado.

Os resultados encontrados evidenciam que o tamanho do ativo e o setor de consumo cíclico são significativos para a determinação do endividamento das empresas dentro no Novo Mercado, para o modelo e os dados da pesquisa, no período estudado.

Como limitação da pesquisa estudo observou-se que apenas as variáveis utilizadas, não são fundamentais para determinar o endividamento total das empresas noNovo Mercado.

Porém, verifica-se que o estudo pode contribuir para o conhecimento do comportamento das empresas no Novo Mercado em relação ao endividamento, e que o tamanho das empresas, bem como o setor de consumo cíclico, possui significância na explicação do endividamento das empresas.

Como sugestão para realização de pesquisas futuras, propõe-se que sejam incluídas outras variáveis no modelo, que sejam pesquisados outros níveis de Governança Corporativa. Além disso, sugere-se que seja feita em intervalo de tempo maior, a fim que se possa analisar o comportamento dessas empresas em períodos diferenciados.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Aguiar, A. B., Corrar, L. J., & Batistella, F. D. (2004). Adoção de práticas degovernança corporativa e o comportamento das ações na Bovespa: evidências empíricas. *Revista de Administração*, 39(4), 338-347. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16820/adocao-de-praticas-de-governanca-corporativa-e-o-comportamento-das-aco-es-na-bovespa--evidencias-empiricas/i/ptbr> Almeida, A.; Lopes, E. S. S.; Camilo, J. T. S. & Choi, V. M. P. (2016). Manual deNormalização para Trabalhos Científicos De acordo com as normas da APA.Fundação Álvares Penteado.

- Andrade, A.; Rossetti, J. P. Governança Corporativa. São Paulo: Atlas, 2004. Assaf Neto, A. Mercado financeiro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Assaf Neto, A. Finanças Corporativas e valor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Avelar, I. E., Camargo, C. & Pereira, N. A. (2016). Empresas que Ingressaram no Novo Mercado BM&FBOVESPA: uma Análise do Preço Médio das Ações. *RAGC*,4(17), 122-132. Recuperado em: [http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/r\\_agc/article/view/888](http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/r_agc/article/view/888).
- Backes, N. A., Silva, W. V., Adão, W. J., & Corso, J. M. D. (2009). Indicadores contábeis mais apropriados para mensurar o desempenho financeiro das empresas listadas na Bovespa. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 2(1), 117-135. Recuperado em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29839/indicadores-contabeis-mais-apropriados-para-mensurar-o-desempenho-financeiro-dasempresas-listadas-na-bovespa/i/pt-br>
- Beck, Franciele & Kreuzberg, Fernanda & Rodrigues Junior, Moacir & Krespi, Nayane & Cunha, Paulo. (2012). Efeitos da Migração do Nível de Governança Corporativa sobre o Valor e Estruturas de Capital e Propriedade da Empresa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. 11. 51-65. 10.16930/2237-7662/rccc.v11n33p51-65. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/280762364\\_Efeitos\\_da\\_Migracao\\_do\\_Nivel\\_de\\_Governanca\\_Corporativa\\_sobre\\_o\\_Valor\\_e\\_Estruturas\\_de\\_Capital\\_e\\_Propriedade\\_da\\_Empresa](https://www.researchgate.net/publication/280762364_Efeitos_da_Migracao_do_Nivel_de_Governanca_Corporativa_sobre_o_Valor_e_Estruturas_de_Capital_e_Propriedade_da_Empresa)
- B3 - Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Bovespa. Bovespa: São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.b3.com.br/>
- Bortoluzzi, S. C., Ensslin, S. R., Lyrio, M. V. L., & Ensslin, L. (2011). Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). *Revista Alcance*, 18(2), 200-218. Recuperado em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2744/avaliacao-de-desempenhoeconomico-financeiro--uma-proposta-de-integracao-de-indicadores-contabeis-tradicionaispor-meio-da-metodologia-multicriterio-de-apoio-a-decisao-construtivista--mcda-c-i/pt-br>
- Camargos, M. A., & Romero, J. A. R. (2006). Análise empírica da reação do mercado de capitais brasileiro a eventos corporativos: teste conjunto da hipótese de eficiência do mercado. *Revista de Gestão USP*, 13(3), 57-74. Recuperado em: <http://www.periodicos.usp.br/rege/article/view/36566>.
- Camargos, M. A., & Barbosa, F. V. (2010). A adoção de práticas diferenciadas de Governança Corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. *Revista de Gestão*, 17(2), 189-208. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5321/a-adocao-de-praticas-diferenciadas-de-governanca-corporativa-beneficia-o-acionista-e-aumenta-a-liquidez-acionaria--evidencias-empiricas-do-mercado-brasileiro/i/pt-br>
- Carvalho, A.G. (2002). Governança Corporativa no Brasil em Perspectiva. *Revista de Administração*, 17(3), 19-32. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16656/governanca-corporativa-no-brasil-em-perspectiva/i/pt-br>
- Carvalho A.G. (2003). Efeitos da migração para os níveis de governança da BOVESPA. Recuperado de: <http://www.economia.pucrio.br/pdf/seminario/2003/MIGRACAO>
- Carvalho, F. L., Albuquerque, A. A., Gonçalves, R. P., Silva, M. A., & Ribeiro, E. M. (2010). Identificação de indicadores contábeis relevantes para previsão e projeção de rentabilidade. *Revista*

- de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4(3), 94-110. Recuperado em:  
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17789/identificacao-de-indicadores-contabeis-relevantes-para-previsao-e-projecao-de-rentabilidade/i/pt-br>
- Corrar, L., Batistella, F. D., Bergmann, D. R., & Aguiar, A. B. de. (2004). Retornos de ações e governança corporativa: um estudo de eventos. In *Anais*. São Paulo: EAC/FEA/USP. Recuperado em:  
<https://bdpi.usp.br/item/001397252>
- Dalmolin, V., Boligon, J. A. R., Medeiros, F. S. B. & Denardin, E.S. (2012). Um Estudo nos Demonstrativos Financeiros Utilizando Técnicas de Análise de Balanços Realizada em uma Empresa do Setor Agroindustrial. *Anais do IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Recuperado em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/303987724352.pdf>
- Donaggio, A. R. F. Governança corporativa e novo mercado: proteção ao investidor e falhas no marco regulatório. Ed. Saraiva: 2012.
- Duarte, P. C., Lamounier, W. M. & Takamatsu, R. T. (2007). Modelos Econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. In Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade (Vol. 4, pp. 1-15). Recuperado em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod\\_resource/content/1/Artigo%20%20Modelos%20em%20Painel](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod_resource/content/1/Artigo%20%20Modelos%20em%20Painel)
- Fanti, L. D., Hrenechen, J. E., Miranda, J. M., Silva, R. N., & Reis, R. A. D. (2016). Análise dos Principais Indicadores Contábeis e Financeiros: um Estudo de Caso sobre a Vale S/A nos Anos de 2011 e 2012. *Desafio Online*, 4(1), 100-116.  
Recuperado em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40421/analise-dos-principais-indicadores-contabeis-e-financeiros--um-estudo-de-caso-sobre-a-vale-s-a-nos-anos-de-2011-e-2012/i/pt-br>
- Garcia, R. T., Monte-mor, D. S., & Tardin, N. (2019). Indicadores Contábeis e de Mercado Têm Poder Preditivo de Classificação de Risco (rating) do Bancos no Brasil? *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 21(1), 152-168. Recuperado em:  
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/52219/indicadores-contabeis-e-de-mercado-tem-poder-preditivo-de-classificacao--de-risco--rating--do-bancos-no-brasil--/i/pt-br>
- Gil, Antônio Carlos (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), 2005. Disponível em:  
<http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: 24 out. 2005.
- Lameira, V. J., Ness Júnior, W. L., & Soares, D. V. A. M. (2007). Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração*, 42(1), 64-73. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16968/governanca-corporativa--impactos-no-valor-das-companhias-abertas-brasileiras/i/pt-br>
- Jensen, M., & Meckling, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, New York, v.3, 1976.
- Lagioia, U. C. T. Fundamentos do mercado de capitais. Edição esp ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Lopes, Alexsandro B.; Martins, Eliseu. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005, 181 p.

- Macedo, M. A. da S., & Corrar, L. (2009). Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas com boas práticas de governança corporativa no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 4(1), 42-61. Recuperado em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/25258>
- Marques, V. A., Alves, R. F. C., Amaral, H. F., & Souza, A. A. de. (2015). Relação entre Níveis de Governança, Política de Dividendos, Endividamento e Valor das Empresas Brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(2), 4-26. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/24911>
- Matarazzo, D. C. Análise Financeira de Balanços. Abordagem Gerencial. 7º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- Nascimento, J. C. H. B., Angotti, M., Macedo, M. A. S., & Bortolon, P. M. (2018). As Relações entre Governança Corporativa, Risco e Endividamento e suas Influências no Desempenho Financeiro e no Valor de Mercado de Empresas Brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 166-185.
- Neves, A.J. B., Silva, V. G., Almeida, J. L. F. & Almeida, F.G. (2007). A relação entre performance e as estruturas de governança corporativa das firmas listadas na Bovespa: estudo empírico baseado no posicionamento estratégico. Anais do XXXI Encontro ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A2041.pdf>
- Nóbrega, M. B., & Apolinário, A. (2014). Governança Corporativa e Endividamento: um estudo empírico nas empresas listadas nos segmentos da BM&F Bovespa nos anos de 2008 a 2012. *Administração de Empresas em Revista*, 1(9), 28-44. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.21902/AdminRev.2316-7548.v1i9.1022>
- Procianoy, J. L.; Verdi, R. (2009). Adesão aos novos mercados da BOVESPA: Novo mercado, nível 1 e nível 2 – determinantes e consequências. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 7, n. 1, art. 81, p. 107-136, 2009 Recuperado de:[http:// www.spell.org.br/documentos/ver/44\\_87/adesao-aos-novos-mercados-da-bovespa--novo-mercado--nivel-1-e-nivel-2\\_determinantes-e-consequencias/i/pt-br](http://www.spell.org.br/documentos/ver/44_87/adesao-aos-novos-mercados-da-bovespa--novo-mercado--nivel-1-e-nivel-2_determinantes-e-consequencias/i/pt-br)
- Rabelo, S. S. T.; Rogers, P.; Ribeiro, K. C. S.; Silva, W. M. (2007). Performance das Melhores Práticas de Governança Corporativa no Brasil: Um Estudo de Carteiras. Anais do XXXI Encontro ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em: [https://www.researchgate.net/publication/281902225\\_Performance\\_das\\_Melhores\\_Praticas\\_de\\_Governanca\\_Corporativa\\_no\\_Brasil\\_Um\\_Estudo\\_de\\_Carteiras](https://www.researchgate.net/publication/281902225_Performance_das_Melhores_Praticas_de_Governanca_Corporativa_no_Brasil_Um_Estudo_de_Carteiras)
- Richardson, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas (3ed.). São Paulo: Atlas. 1999.
- Santos, V. A (2017). Um modelo de análise fundamentalista de ações de instituições financeiras brasileiras. 2017. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Recuperado em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24547>.
- Santos, J. G. C & Almeida, T. A. (2019). Características da governança corporativa e fatores determinantes nas maiores empresas abertas no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 20, n. 1, art.7 p. 88-100.
- Santos, E. A. D., Cunha, D., & Taffarel, M. (2017). Influência dos Indicadores Contábeis no Preço das Ações: Uma Análise em Empresas Brasileiras de Telecomunicações. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, 8(2), 48-60. Recuperado em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/46056/influencia-dos-indicadores-contabeis-no-preco-das-acoes--uma-analise-em-empresas-brasileiras-de-telecomunicacoes/i/pt-br>

Santos, L. M., Araújo, R. A. M., Medeiros, D. N. & Lucena, W. G. L. Níveis diferenciados de governança corporativa: impacto no valor de mercado e desempenho econômico-financeiro das empresas. *Revista Capital Científico- Eletrônica*, v. 17, n. 2. Disponível em: [revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index](http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index).

Silva, A. L. C. (2004). Governança corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. *Revista de Administração*, v. 39, n. 4, p. 348-361. Recuperado em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16821/governanca-corporativa--valor--alavancagem-e-politica-de-dividendos-das-empresas-brasileiras> Silva, A. L. C. & Leal, R. P. C. Governança corporativa: evidências empíricas no Brasil. São Paulo: Atlas. 2007.

Silva, A. M. G., Lagioia, U. C. T., Leismann, E. L., Miranda, L. C., & Maciel, C. V. (2009). Análise da relação entre o preço das ações na bolsa de valores e indicadores contábeis: um estudo aplicado a empresas do setor de energia elétrica. *Revista de Negócios*, 14(2), 52-70. Recuperado em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5643/analise-da-relacao-entre-o-preco-das-acoes-na-bolsa-de-valores-e-indicadores>

-contabeis--um-estudo-aplicado-a-empresas-do-setor-de-energia-eletrica/i/pt-br Silva, R. L. M., Nardi, P. C. C., Martins, V. A., & Barossi Filho, M. (2016). Os Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa Aumentam a Liquidez das Ações? *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 13(3), 248-263. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43128/os-niveis-de-governanca-corporativa-da-bm-fbovespa-aumentam-a-liquidez-das-acoes-/i/pt->

Silveira, A. D. M. (2004). Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Silveira, A. D. M., & Barros, L. A. B. C. (2008). Determinantes da qualidade da governança corporativa das companhias abertas brasileiras. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 14(3), 1-29. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1378/determinantes-da-qualidade-da-governanca-corporativa-das-companhias-abertas-brasileiras/i/pt-br>.

Silveira, A. D. M.; Perobelli, F. F. C. & Barros, L. A. B. C. (2008). Governança corporativa e os determinantes da estrutura de capital: evidências empíricas no Brasil. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2008, 12(3), 763-788. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000300008>.

Souza, F. C., & Borba, J. A. (2009). Governança corporativa e remuneração de executivos: uma revisão de artigos publicados no exterior. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(2), 35-48. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/artic le/view/325>.

## **A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO DAS DEZ MAIORES UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Ana Beatriz Stival dos Santos  
Brenda Lislely da Rocha Santos  
Ester Olga Primo d Silva  
Jacqueline Almeida Cordeiro Marins  
Thayane Valéria Gomes Borges  
Denise Fernandes Nascimento

### **1. INTRODUÇÃO**

Os processos de recompensar pessoas são utilizados para incentivar as pessoas e satisfazer suas necessidades individuais. Este tipo de processo abrange recompensas, remunerações e benefícios. Mas, existem diferentes formas, regimese regras de remuneração tanto na esfera pública quanto na privada (RIBAS, SALIM, 2013).

Na esfera pública os processos de recompensas são normalmente voltados aos agentes públicos. Agente público é uma pessoa que exerce alguma função pública, tais como os políticos, os servidores, os empregados públicos, agentes administrativos, agentes delegados, honoríficos e militares. Portanto, agente público é o gênero (NASCIMENTO, MENDES, MARTINS, 2017).

O servidor é um gênero de agente público que abrange várias categorias com distintas formas de remuneração e enquadramento funcional englobando o funcionário público, empregado público, cargo comissionado, pessoa contratada (NASCIMENTO, et al, 2017).

O empregado público, por exemplo, é admitido sob regime jurídico de direito privado similar a um outro trabalhador contratado pelo regime trabalhista da CLT, mas tal regime não é totalmente privado, visto que seus integrantes desfrutam de prerrogativas e subordinações distintas das de empregados de empresas privadas (BASTOS, 2016).

Reconhecendo as diferentes peculiaridades, prerrogativas, composições e características que envolvem a esfera pública, o presente estudo volta-se a análise da remuneração no setor público no sentido de discutir suas diferenças, limitações, gaps e contrastes destacando a importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As estratégias de incentivo à transparência e combate à corrupção demandada pelo setor público inevitavelmente dependem das pessoas que atuam neste setor.



Tanto para fazer as prestações de contas quanto para controlar os recursos públicos neste contexto o profissional de contabilidade exerce papel fundamental (COSTA, 2018).

A CASP é a área da Contabilidade que estuda, controla, escreve, interpreta e orienta os fatos e atos da gestão das entidades públicas. Estuda o patrimônio dos entes públicos e controla os procedimentos contábeis ocorridos na administração pública (SILVA, 2011).

Ela está voltada ao registro, controle e demonstração de todos os fatos mensuráveis que atingirem o patrimônio da União em âmbito federal, estadual, municipal, das autarquias e das fundações (ARAÚJO, ARRUDA e BARRETO, 2009).

De acordo com pesquisa baseada em dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) um contador atuante no mercado de trabalho brasileiro tem ganhos médios na faixa de R\$ 4.528,19 com uma jornada de trabalho de 43 horas semanais. A faixa salarial situa-se entre R\$ 3.268 e o teto salarial de R\$ 12.414,04. Levando em conta os profissionais com carteira assinada em regime CLT de todo o Brasil, a média do piso salarial 2020 de acordos, convenções coletivas e dissídios é de R\$ 4.132,83 (SALARIOS, 2020).

Neste estudo, o foco se volta a investigar a remuneração dos profissionais da área da contabilidade observando o seu cargo, a classe do cargo, o nível, o tempo de ingresso no serviço público, o tempo no cargo, as deduções salariais habituais e outros benefícios do cargo. Reconhecendo que a remuneração sofre influência de diferentes variáveis o presente trabalho busca responder ao seguinte questionamento: *Quais as características associadas a remuneração dos contadores no âmbito do setor público, das dez maiores universidades brasileiras?*

Para responder a esta questão tem-se como objetivo geral Identificar as características associadas a remuneração de profissionais da contabilidade no âmbito do setor público de universidades federais.

Objetivos específicos 1) Traçar o perfil predominante da amostra; 2) Descrever os aspectos da remuneração pública dentre os profissionais da contabilidade na esfera docente.

O presente estudo se justifica por sua relevância mercadológica visto que a pesquisa salarial constitui-se uma ferramenta imprescindível capaz de investigar qual é o comportamento do mercado de trabalho com relação a remuneração (CARMO, 2015).

Desta forma, o conhecimento contribui para que seja possível alinhar a remuneração praticada por determinado setor, órgão ou empresa com as remunerações praticadas pelo mercado permitindo ajustes e adequações. Além disso, possibilita o suporte para a criação de estratégias remunerativas, em especial quando se trata de cargos chave para o setor público visando a valorização profissional e a equidade interna e externa (MOREIRA, 2016).

Para a área da contabilidade, a presente pesquisa poderá contribuir para que acadêmicos do curso de contabilidade tenham melhores condições de visualizar as possibilidades existentes para o ingresso no setor público seja através de concurso público, cargo eletivo ou mesmo outras modalidades de contratação (SALÁRIOS, 2020).

Há que se destacar que estudar sobre a remuneração dos professores é um elemento importante na melhoria da qualidade da educação e está diretamente relacionada aos recursos financeiros destinados a ela (BARBOSA, 2014). A Lei nº 8.112/1990 dispõe em seu artigo 40 sobre as recompensas dispondo que “Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei” mais acrescenta ainda em seu artigo 41 que “Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei”. Sendo assim, além do vencimento, existe a remuneração que abrange outras vantagens legalmente definidas e que neste estudo pretende-se considerar (BRASIL, 1990).

A presente pesquisa será organizada em cinco seções: a primeira composta pela Introdução que contém a contextualização, problema, objetivos e justificativa da pesquisa, a segunda, pelo Referencial Teórico-Normativo, subdividido em sessões que abordam a relação entre a remuneração dos contadores e elementos como: tamanho do ente público; o tempo de trabalho no setor público; os indicadores econômicos e financeiros e os indicadores econômicos e financeiros do setor público. A terceira seção, será composta pela Metodologia que apresentará a seleção e coleta de dados, a estatística utilizada e o modelo da pesquisa. A quarta pela Análise dos Dados e interpretação dos dados coletados e a quinta seção pela Conclusão, que trata os principais aspectos pesquisados, sobre a remuneração dos contadores.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nessa Seção são discutidos os fundamentos teóricos de fatores para os quais se espera que tenham relação com a remuneração dos contadores no setor público. À partir da discussão teórica, serão formuladas as hipóteses de pesquisa a serem testadas empiricamente. O primeiro tópico faz uma explanação teórica geral sobre a remuneração, o segundo expõe a Relação entre Remuneração dos Contadores e o Tamanho do Ente Público, o segundo a Relação entre a Remuneração dos Contadores e a Função Ocupada, o terceiro a Relação entre a Remuneração dos Contadores e o Tempo de Trabalho no Setor Público e o quarto e último trata sobre a composição e organização das instituições de Ensino Superior.

É reconhecida a complexidade inerente aos processos de remuneração que tanto podem ser instrumentos de motivação quanto de insatisfação e a inadequação processual pode trazer prejuízos à ambiência e a dinâmica de funcionamento organizacional (SOUZA, SOUZA, 2016).

### **2.1 Composição e organização das Instituições de Ensino Superior**

De acordo com Moura (2009) as organizações de ensino superior podem ser organizadas de forma administrativa, acadêmica e quanto à formação. A seguir será apresentada cada uma destas formas.

#### **2.2.1 Organização Administrativa**

Com relação à organização Administrativa, as instituições podem ser classificadas com relação à natureza jurídica de suas mantenedoras podendo ser públicas ou privadas (MOURA, 2009).

Instituto de Ensino Superior (IES) Público – Os IES públicos são aqueles criados por algum projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo com aprovação do Legislativo que são mantidas e administradas pelo poder público e podem ser classificadas como federais; estaduais e municipais (DALFOVO e SCHUHMACHER, 2011).

Instituto de Ensino Superior (IES) Privado – As IES privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem ser divididas

em privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. E em se tratando de sua vocação social podem ainda ser classificadas como: Universidades particulares que são aquelas com vocação exclusivamente empresarial; comunitárias aquelas que incorporam representantes da comunidade em seus colegiados; as Confessionais que são aquelas instituídas por motivos ideológicos ou confessionais e as filantrópicas que são as que não têm fins lucrativos e obtém junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social (MOURA, 2009).

### 2.2.2 Organização Acadêmica

A organização acadêmica diz respeito às características das IES quanto a sua competência e responsabilidade, e devem oferecer cursos superiores em pelo menos uma de suas modalidades, bem como cursos em nível de pós-graduação (MOURA, 2009).

Desta forma, e de acordo com o Decreto nº 5.773/06, artigo 12: “as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários; e III – universidades” (BRASIL, 2006). Cada tipologia será analisada a seguir.

No tocante a faculdades se pode afirmar que toda futura universidade é originalmente credenciada como faculdade, até o momento em que apresenta prerrogativas de funcionamento regulares e satisfatórias de qualidade para conseguir obter nova credencial como centro universitário ou como universidade (BRASIL, 2006).

As faculdades são instituições de Ensino Superior que ofertam cursos pertencentes a uma mesma grande área do conhecimento (MURIEL, 2006). Por exemplo, uma Faculdade da área de Ciências da Saúde poderia abranger cursos na área da Medicina, Enfermagem, Odontologia dentre outros componentes da área.

Desta forma as faculdades, a princípio são consideradas instituições não universitárias. Como exemplo desta tipologia se pode citar: os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Centros de Educação Tecnologia (CETs), as Faculdades Integradas, as Faculdades Isoladas e os Institutos Superiores de Educação (MOURA, 2009).

De acordo com legislação vigente, os CEFETs e os CETs são instituições especializadas em Educação Profissional pós-secundária, públicas ou privadas, com

a finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, produtos e serviços, em estrita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, conforme disposições do artigo 2º do Decreto 2.406/97 (BRASIL, 1997).

As faculdades integradas são resultado da integração de mais que uma faculdade que estão sob administração de uma mesma mantenedora e elas podem abrigar cursos em diversas áreas do conhecimento, sendo organizadas para atuar com um Regimento único e comando unificado (MURIEL, 2006). Em se tratando das faculdades isoladas, também conhecidas por estabelecimentos isolados “são instituições que, em geral, desenvolvem um ou mais cursos com estatutos próprios e distintos para cada um deles” (ALVES, LOCCO 2009, p. 103).

Os Institutos Superiores de Educação são instituições destinadas à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica; programas de Formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação Básica nos diversos níveis e Programas Especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas se sua especialidade e formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica, de acordo com a resolução CNE n. 01, de 30 de setembro de 1999 (MURIEL, 2006).

A tipologia denominada Centros Universitários referem-se às instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, e caracterizadas pela excelência do ensino oferecido já comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Eles possuem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

E as universidades referem-se “as instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão” (MOURA, 2009, p. 28).

Com relação a trilogia clássica das atividades regulares das universidades: ensino, pesquisa e extensão Moura (2009) afirma que é por meio das pesquisas que as universidades contribuem para a geração de novos saberes, geram os conhecimentos necessários ao processo de ensino e procede com o processo de

retroalimentação do conhecimento. É através do processo de geração de conhecimento que os saberes são organizados e difundidos para posteriormente serem retransmitidos em esfera social. Tais saberes são periodicamente revalidados e atualizados. Através das extensões universitárias que os conhecimentos interagem e se articulam com a sociedade sendo seus resultados utilizados em processos de retroalimentação.

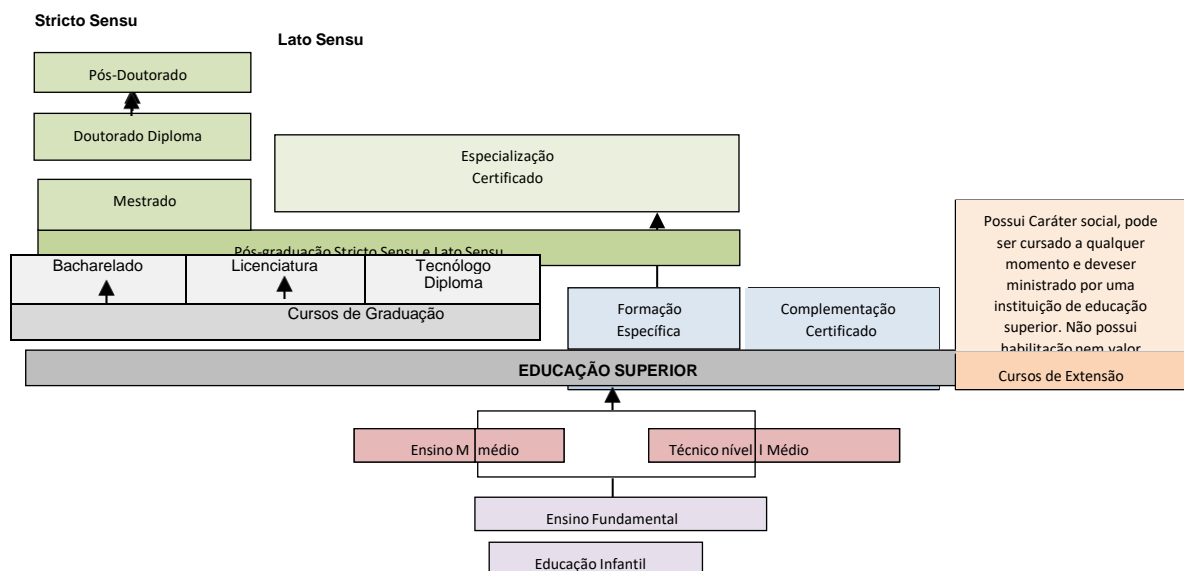
As Universidades quando especializadas são instituições de educação de ensino superior que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer qualidade de ensino, oportunidade de qualificação aos docentes e condições de trabalho à comunidade escolar (MOURA, 2009).

### 2.3 Organização da Formação

Para ingressar na Educação Superior as fases anteriores precisarão ter sido concluídas atendendo a seguinte ordem: Educação Infantil, que é dividida em creche e pré-escola; Ensino Fundamental, que é composto pelas séries iniciais (1 a 4ª série) e anos finais (5ª a 9ª série) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano) ou Curso Técnico equivalente ao ensino médio (ALVES, LOCCO, 2009).

A figura a seguir apresenta um organograma com a estrutura da Educação Brasileira após LDB 9394/1996.

Figura 1: Organograma com a estrutura da Educação Brasileira



Fonte: Adaptado de Moura (2009, p. 33).

Em se tratando da organização da formação o Ensino Superior pode oferecer cursos de graduação, sequenciais, de extensão e de pós-graduação (MOURA, 2009).

### 2.3.1 Cursos de graduação

Os cursos de graduação são abertos a candidatos que já concluíram o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos de seleção (MURIEL, 2006). As modalidades de graduação possíveis são: Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia e cada uma delas possui suas especificidades, definidas na Portaria Normativa nº 40/2007 (BRASIL, 1997).

Nos Cursos de Bacharelado os diplomados obtêm formação científica ou humanística em um campo do saber específico para exercer determinada atividade profissional, acadêmica ou cultural sendo-lhe concedido o título de bacharelado. Na licenciatura o diplomado obtêm habilidades e habilitações para atuar como docente na educação básica. Nos cursos tecnológicos disponibiliza-se formação especializada em distintas áreas de maneira que a formação obtida possibilite o exercício profissional que são caracterizadas principalmente por eixos tecnológicos e ao final do curso obtém-se o grau de tecnólogo (MEC, 2014).

Além dos cursos de graduação fazem parte da Educação Superior os cursos sequenciais e os cursos de extensão conforme se apresentam a seguir.

### 2.3.2 Cursos sequenciais

Os cursos sequenciais organizam-se por campo do saber com distintas abrangências, sujeitos à autorização e reconhecimento, abertos a candidatos que atendam a requisitos determinados pelas instituições e ensino e certificados pelo ensino médio ou equivalente, suas características e regras são normatizados pelo Parecer CES 968/98. Esta modalidade de curso não oferece diploma e sim certificado (ALVES, LOCCO, 2009).

### 2.3.3. Cursos de extensão

Os cursos de expansão são modalidades de cursos abertos à comunidade em

geral e é uma prática acadêmica que interliga a universidade às suas atividades de ensino, pesquisa com as necessidades da população, possibilitando a formação do profissional-cidadão. A consolidação da extensão acadêmica permite a busca pelo equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico (MURIEL, 2006).

#### 2.3.4 Cursos de pós-graduação

Em se tratando dos Cursos de Pós-Graduação, o artigo 44, inciso III, da Lei nº 9.394 dispõe que se trata de cursos abertos a candidatos que já tenham diplomas em cursos de graduação além de atender a alguma outra exigência da instituição de ensino. São cursos de pós-graduação cursos como: especialização, mestrados e doutorados (BRASIL, 1996).

Os cursos de pós-graduação podem ser *Lato sensu* ou *Stricto sensu*. Acerca de tais modalidades dos cursos de pós-graduação Messeder (2012) explica *Lato sensu* é uma expressão que vem do latim e significa “em sentido amplo”. Faz referência ao nível de pós-graduação que dá ao concluinte o título de especialista em determinado campo do conhecimento. Já o *Stricto sensu* é uma expressão em latim que significa “em sentido estreito”. Faz referência ao nível de pós-graduação que titula o estudante como mestre em determinado campo do conhecimento em um caráter mais específico. Segundo Muriel (2006) os cursos de Mestrado e Doutorado são *stricto sensu* e os cursos de especialização e aperfeiçoamento são *lato sensu*.

Os cursos de mestrado têm duração recomendada de dois anos, durante este período o aluno elabora uma dissertação e cursa as disciplinas relativas à sua pesquisa e no doutorado a duração média é de quatro anos que serão utilizados para o cumprimento das disciplinas e para a realização da pesquisa com elaboração da tese (SILVA, *et al*, 2012).

Com relação aos cursos de especialização e aperfeiçoamento Silva, *et al*, (2012) esclarece que os cursos de especialização são modalidades de pós-graduação que geralmente tem duração de um ou dois anos. Nesses cursos, o pré-requisito básicos é a conclusão de um curso superior e, em termos de continuidade, não garante o acesso ao doutorado, excetuando-se programas de doutorado que aceitem que se agregue a experiência profissional. A especialização oportuniza ao



graduando especializar-se em uma área específica podendo ou não estar ligada a área que fez a graduação.

Os cursos de MBA que na língua inglesa é a sigla para *Master Business Administration* em muitos países é classificado como uma especialização *stricto sensu*, ou seja, mestrado, mas que no Brasil não são considerados mestrado, mas sim pós-graduação *lato sensu* e conferem título de especialista.

No presente a classificação do objeto de estudo quanto a organização administrativa é pública e quanto a organização administrativa é Universidade.

#### **2.4 Processos de remunerar pessoas**

Dentro dos atuais processos de remunerar pessoas distintos modelos e formas de recompensar são propostos. As formas de remuneração poderão ser: fixas ou variáveis; diretas ou indiretas; básicas ou por senioridade; baseadas na performance; geridas por competências; funcionais; por resultados; por habilidades; ou estratégica; sendo que a remuneração estratégica não constitui-se somente um modelo, mas na junção de vários modelos, visando uma melhor composição dos meios de remuneração (SABINO, CUNHA, 2016).

Em busca de manter os funcionários engajados e produtivos, muitas organizações têm procurado aplicar diferentes modelos de remuneração, buscando adequar a sua política de pessoal com sua estratégia de negócios (MARTINS; CUNHA, 2016). Na esfera da administração pública esforços tem sido empreendidos no sentido de modernizar os processos de remuneração. A busca por formas de remuneração que possibilite a recompensa proporcional à competência e ao esforço é um dos grandes desafios. A forma de remuneração mais usual na Administração Pública ainda é a remuneração por descrição de cargos, mas alguns órgãos têm inovado, considerando a formação e o desempenhos servidores públicos (FRANCO *et al.*, 2017).

Em geral, os planos de carreira são organizados por níveis, e sempre que são atingidos determinados critérios ou objetivos básicos, como, por exemplo, o tempo de serviço público, a remuneração pode aumentar sem, entretanto, apresentar nenhuma conexão o potencial ou desempenho individual do servidor público (FRANCO *et al.*, 2017).

Pontua-se ainda que existem diversas formas de recompensar as pessoas, e a remuneração abrange um mix composto por salário, incentivos salariais, horas, extras e benefícios, etc.; o salário compreende o valor recebido em valores monetários, assim não abrangem, por exemplo, os benefícios. Benefícios são vantagens recebidas como: plano de saúde, plano odontológico, etc. Incentivos salariais são todas as bonificações recebidas por produtividade como cumprimento de metas, produção superior ao indicado, etc. (RIBEIRO, 2013).

O equilíbrio interno ocorre quando há uma justa e correta avaliação dos cargos, já que os funcionários normalmente fazem comparações e julgam se o salário dos colaboradores em igualdade de funções recebem valores equivalentes. O equilíbrio externo ocorre através da adequação salarial da organização frente ao mercado de trabalho. Existir esse equilíbrio também é muito importante, já que os funcionários fazem comparações de suas remunerações com as dos ocupantes de cargos similares em outras organizações (CAMELLO, RIBEIRO, 2019).

Em um panorama geral observa-se que o Brasil tem aproximadamente 634 mil servidores na ativa e mais 641 mil inativos. No Poder Executivo federal, a menor remuneração é de R\$ 1.467,49 mensais e a maior é R\$ 29.604,70. Em uma média geral a remuneração média é de R\$ 11,2 mil para aqueles servidores que estão na ativa, R\$ 9 mil para os servidores aposentados e R\$ 6,7 mil para os pensionistas. Já no setor privado, os dados da PNAD Contínua, do IBGE, referentes ao terceiro trimestre de 2018, indicam que a média salarial de todos os trabalhadores brasileiros é de R\$ 2,2 mil e a teto do INSS é de R\$ 5,6 mil. A massa salarial da esfera pública brasileira com relação ao PIB subiu de 11,6% no ano de 2006 para 13,1% em 2015 (TRISOTTO, 2018).

## **2.5 Relação entre remuneração dos contadores e o tamanho do ente público**

Dentre as características da contabilidade aplicada ao setor público se pode destacar o fato de que a sua área de ação compreende os três níveis governamentais: federal, estadual e municipal (ARRUDA, 2020).

Cada um dos níveis possui suas responsabilidades e limitações. Na esfera federal as governanças são: o presidente da república, os deputados federais e os senadores. Eles tomam decisões e adotam medidas que terão aplicabilidade em todo o território nacional no âmbito da saúde, educação, segurança e justiça. Na esfera estadual as governanças são os governantes estaduais e os deputados

estaduais e em âmbito municipais os prefeitos e vereadores (ARRUDA, 2020).

Quadro 1 - Responsabilidades governamentais para a saúde, educação e segurança e justiça

NÍVEIS/SERVIÇOS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEGURANÇA E JUSTIÇA
Federal	Não tem responsabilidade direta sobre os serviços de saúde, mas organiza e financia o SUS	- Cria a Política Nacional de Educação - Regula as instituições de ensino - Ensino Superior - Ensino técnico	- Defesa Nacional (incluindo as Forças Armadas) - Polícias Federais - Presídios Federais - Tribunais Superiores
Estadual	Atendimento para casos mais complexos, diagnósticos e terapias (Ex: hospitais)	- Educação do Ensino Médio - Educação da 2ª parte do Ensino Fundamental - Alguns estados também oferecem ensino superior	- Polícia
Municipal	Atendimento básico (Ex: Posto de Saúde)	- Creches - Educação Infantil - Educação da 1ª parte do ensino fundamental	- Guarda civil municipal

Fonte: Politize (2020)

Em cada um dos âmbitos de atuação governamentais: saúde, educação, segurança e justiça o contador pode atuar prestando contas e garantindo que todas as questões financeiras, fiscais e tributárias fiquem e permaneçam regularizadas.

Quadro 2 - Principais Impostos e fontes de receita

ESFERA DO GOVERNO	TIPO DE IMPOSTO
Federal	- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Imposto de Renda (IR) - Imposto sobre a importação de Produtos Estrangeiros (II) - Impostos sobre Operações de Crédito, câmbio, Seguros ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)
Estadual	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) - Repasses do governo federal previstos em lei

ESFERA DO GOVERNO	TIPO DE IMPOSTO
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</li> <li>- Imposto sobre Serviços (ISS)</li> <li>- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI)</li> <li>- Repasses do governo federal previstos em lei</li> <li>- Eventuais repasses de verbas de programas do governo federal</li> </ul>

Fonte: Politize (2020).

É importante que o contador saiba a origem das receitas do seu nível de atuação pública seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Quadro 3 - Nível de serviço e infraestrutura

NÍVEIS/SERVIÇOS	INFRAESTRUTURA	OUTROS
Federal	Grandes projetos de infraestrutura (rodovias federais interestaduais, ferrovias, barragens, aeroportos internacionais) Geração e distribuição de energia elétrica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações e comércio internacionais</li> <li>- Políticas fiscal, cambial e monetária</li> <li>- Previdência social</li> <li>- Reforma agrária</li> </ul>
Estadual	Rodovias que ligam cidades do estado, aeroportos regionais, obras de abastecimento hídrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradias populares (pode ou não haver participação dos municípios)</li> <li>- Transporte público interurbano (ônibus e trens)</li> </ul>
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saneamento básico (água/esgoto)</li> <li>- Iluminação pública</li> <li>- Asfaltamento das ruas</li> <li>- Rodovias municipais</li> <li>- Rodovias municipais (parques, ginásios)</li> <li>- Mobilidade Urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento Urbano</li> <li>- Recolhimento de lixo e reciclagem</li> <li>- Limpeza Urbana</li> <li>- Gestão do Trânsito</li> <li>- Transporte público urbano</li> </ul>

Fonte: Politize (2020).

Resta ainda a contabilidade saber onde as receitas serão aplicadas e as limitações e abrangências de cada esfera governamental.

A estrutura da Administração Pública atendida pela contabilidade está relacionada com a administração direta constituída pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a administração indireta que corresponde a organização administrativa das pessoas jurídicas que estão vinculadas ao governo como as autarquias, instituições corporativas e prestação de serviço autônomo como CRC, CREP, CREA, etc. (ASSUMPÇÃO, 2012).

De acordo com a Portaria 481/2014 o quantitativo da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) para os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal estão distribuídos entre os órgãos centrais, setoriais e seccionais, nos níveis superior, intermediário e auxiliar (BRASIL, 2017).

Em uma pesquisa que abrangeu 131 profissionais contratados por concurso público para órgãos municipais, estaduais ou federais que apresenta uma média salarial de R\$ 5.718,89 para uma jornada de 40 horas semanais. Em média o salário no setor público é cerca de 21% maior do que a média salarial do setor privado. Destacando que, quando um Contador é concursado e contratado como agente público, ele também entra como regime CLT, ou seja, ele poderá exercer a função como emprego público na administração direta ou indireta, em empresas públicas, sociedades de economia mista e em fundações públicas de direito privado (SALÁRIOS, 2020).

Os contadores que optam por seguir carreira pública deverão ter grau universitário e poderá exercer funções públicas como: fiscal federal, estadual ou municipal, da Previdência Social etc. (SOUZA, 2014).

## **2.6 Relação entre a remuneração dos contadores e o tempo de trabalho no setor público**

Denomina-se progressão a passagem do servidor público para o padrão imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria de sua carreira funcional. Já a promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior. Sendo que é por meio da progressão e da promoção que é feito o desenvolvimento do servidor em suas carreiras ou cargos. (RIGOLIN, 2012).

Por muito tempo as promoções dos servidores públicos acontecia por meio da denominada “Carreira automática” muito comum nos sistemas de pessoal. Essa forma de promoção acontecia (e em determinados casos ainda acontecem) por tempo de serviço ou antiguidade. Porém, essa forma de promoção deixa de contemplar um dos elementos mais importantes: a evolução pessoal do candidato: o exame do mérito.

Em oportunidade limitadas de promoção, para que ocorra o aumento da

remuneração ou promoções, as carreiras são divididas em várias classes. Dentro de uma classe, a promoção está baseada no cumprimento de serviço ou resultados de avaliação de desempenho. O fator tempo também é considerado na última classe por 12 ou 18 meses. Assim a promoção dentro da carreira significa somente progressão da escala salarial ao longo e todos podem alcançar o topo em geral de 13 a 20 anos (OECD, 2010).

Atualmente, porém, novos sistemas de gestão já são aplicados como é o caso da gestão por competências e consequente remuneração por competência que visa garantir que o funcionário seja remunerado por serviços prestados. Ocorre que nem todas as organizações e órgãos podem modificar totalmente seus sistemas de remuneração, em especial o setor público, dado as limitações legais (CARBONE, 2016).

Na esfera pública e, em especial, em órgãos como o Tribunal de Contas, cabe ao contador analisar os relatórios de prefeituras e do Governo Estadual, buscando controlar o uso do dinheiro público e alertar sobre fraudes e prejuízos ao erário (CUNHA, 2015).

Dentre as vantagens de ser um funcionário público se pode mencionar a estabilidade profissional que é efetivada após três anos de estágio probatório, ou seja, o funcionário não pode ser exonerado, exceto em situações em que sejam constatados motivos como improbidade administrativa ou danos ao patrimônio público (CUNHA, 2015).

No entanto, o servidor público não recebe o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e os aumentos salariais são mais difíceis de negociação. Mas existem diferentes campos de atuação para os contadores. Havendo a necessidade de que o profissional se capacite para a atividade e para muitos casos tenha um registro no Conselho Regional de Contabilidade (CUNHA, 2015).

## **2.7 Relação entre a remuneração dos contadores e os indicadores financeiros**

Alguns indicadores contábeis aplicados ao setor público e que serão observados neste estudo são: Situação Financeira (SF), Situação Permanente (SP), Execução Orçamentária Corrente (EOC), Execução Orçamentária de Capital (EOCap).

A Situação Financeira (SF) é um indicador do Balanço Patrimonial que pode ser obtido através da diferença entre o ativo e o passivo financeiro. O resultado obtido poderá ser utilizado para verificar se existe ou não superávit financeiro e sua fórmula é expressa pela seguinte sentença: **SF = ativo financeiro / passivo financeiro.**

O indicador Situação Permanente (SP) provém da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. Seu resultado indica o equilíbrio entre o passivo permanente e o ativo permanente. A fórmula que representa o referido indicador é: **SP = Ativo Permanente/Passivo Permanente**

A Execução Orçamentária Corrente (EOC) provém da relação entre as Receitas e a Despesas Correntes. Seus resultados indicam do ponto de vista quantitativo o quanto do total das despesas correntes foi pago com recursos oriundos de receitas correntes. O cálculo é feito através da seguinte fórmula:

$$EOC = \text{Receita Corrente} / \text{Despesa Corrente}$$

O quadro 4, apresenta uma síntese geral, sobre as contribuições de estudos anteriores, e subsidiarão a construção da metodologia da presente pesquisa.

Quadro 4 - Principais contribuições dos estudos

CAPÍTULO 1	AUTOR (ANO)	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
1.1 Composição e organização das IES	Moura (2009) Brasil (2006) Brasil (1997)	Organização Administrativa Organização Acadêmica Organização da Formação
1.2 Processos de remunerar pessoas	Sabino, Cunha (2016) Franco et al., (2017)	Diferentes modalidades de remuneração
1.3 Remuneração e o tamanho do ente público	Arruda (2020). Assumpção (2012). Souza (2014) Brasil (2017)	Estrutura da Administração Pública Salários médios dos contadores públicos
1.4 Remuneração e o tempo de trabalho no setor público	OECD (2010).	Carreira automática no funcionalismo público; Oportunidades limitadas de promoção.
1.5 Remuneração e os indicadores econômico-financeiros	Kohama (2006)	Situação Financeira Situação Permanente Situação Orçamentária

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo utilizará de abordagem empírico-analítica, com a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados quantitativos, e analisa a relação causal entre as variáveis a partir do modelo econométrico proposto.

#### **3.1 Tipologia da Pesquisa**

Este é um estudo retrospectivo, longitudinal, de abordagem quantitativa e analítica, de natureza exploratória cujos procedimentos técnicos serão a pesquisa documental e bibliográfica.

No que diz respeito a direção da temporalidade em que as pesquisas são desenvolvidas estas podem classificar-se-á como sendo prospectivas ou retrospectivas. A prospectiva inicia-se em um dado momento e traça projeções para o futuro enquanto que a retrospectiva se inicia em um dado momento projetando-se para o passado (FONTELLES *et al.*, 2009). Neste estudo será desenvolvido um estudo retrospectivo que analisará dados voltados a remuneração dos contadores na esfera pública no mês de agosto de 2020.

Com relação ao intervalo da temporalidade as pesquisas podem ser classificadas como sendo transversais ou longitudinais. As transversais estudam um momento específico como se fosse um retrato de determinado momento, enquanto que as longitudinais estudam as alterações ou evoluções ocorridas ao longo de determinado período de tempo (PRODANOV, 2013). Este é um estudo transversal visto que acompanhará a remuneração dos contadores em um momento específico do tempo, agosto de 2020.

No que se refere a abordagem ao problema as pesquisas podem classificar-se em qualitativa ou quantitativa. As de abordagem qualitativa são aplicadas a estudos que buscam analisar variáveis ou elementos que apresentem características não quantificáveis como sentimentos, emoções, fatores subjetivos. Já as pesquisas quantitativas analisam dados quantificáveis de caráter numérico, estatístico de objetiva mensuração (FONTELLES *et al.*, 2009). Este é um estudo de abordagem quantitativa visto que tratará de dados e indicadores numéricos e estatisticamente mensuráveis

Ainda com relação a abordagem a pesquisa pode ser classificada como



descritiva ou analítica. A pesquisa descritiva tem como propósito tão somente observar e posteriormente registrar e descrever os aspectos e características do fenômeno sem analisar seus méritos. Já a pesquisa analítica é uma modalidade de pesquisa quantitativa que compreende uma análise mais profunda das informações coletadas buscando explicar o contexto do fenômeno observado (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Esta é uma pesquisa analítica visto que analisará as diferenças remunerativas correlacionando-as com variáveis como: tamanho do ente público (federal, estadual ou municipal); função ocupada; tempo de trabalho no setor público e indicadores econômico-financeiros.

No que diz respeito aos objetivos a pesquisa pode ser explicativa ou exploratória. A pesquisa explicativa mantém o foco em explicar determinantes de um fenômeno enquanto que a exploratória visa a aproximação do pesquisador como tema a fim de torná-lo mais familiar (PRODANOV, 2013). Nesta pesquisa adota-se o objetivo exploratório visto que através da pesquisa procura-se conhecer a correlação existente entre as variáveis e a remuneração dos contadores.

Por fim, com relação aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa documental complementada com uma pesquisa bibliográfica. Na pesquisa documental a base da coleta dos dados é o levantamento de documentos os procedimentos são similares ao da pesquisa bibliográfica, porém, a principal diferença é que a coleta de informações é realizada em materiais que não receberam qualquer tipo de análise crítica (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica coleta os dados que dão embasamento a pesquisa através de leituras estruturadas, obtidas por meio de publicações realizadas em livros, periódicos e artigos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais (AUGUSTO et al., 2014).

Para resumir a classificação apresentada e melhorar a exposição, apresenta-se o quadro 5.

Quadro 5 - Classificação da pesquisa

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA
<b>QUANTO À FINALIDADE</b>
<b>APLICADA:</b> Voltada para solução de problemas específicos.
<b>QUANTO AO OBJETIVO</b>
<b>ANALÍTICA:</b> Compreende uma análise mais profunda das informações coletadas
<b>QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA</b>
<b>QUANTITATIVA:</b> Busca analisar os dados numéricos a partir das demonstrações contábeis das instituições Públicas e variáveis das remunerações dos servidores
<b>QUANTO AS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS</b>
<b>BIBLIOGRÁFICA:</b> Utilizada material já publicado e disponível em diferentes fontes.
<b>PESQUISA DOCUMENTAL:</b> Ferramenta utilizada como fonte de informações para a tomada de decisão

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

### 3.2 Amostra da Pesquisa e Coleta de Dados

O universo ou população dessa pesquisa é composta pelas 68 universidades Federais existentes no Brasil. Para o recorte amostral o critério de escolha das universidades foi as dez maiores Universidades brasileiras em número de vagas, conforme relacionado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Lista das 10 maiores universidades do Brasil em número de vagas

Sigla	Nome	Vagas
UFF	Universidade Federal Fluminense	14.225
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	11.509
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	9.224
UNB	Universidade de Brasília	9.040
UFPA	Universidade Federal do Pará	8.016
UFPB	Universidade Federal da Paraíba	7.915
UFBA	Universidade Federal da Bahia	7.821
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	7.256
FRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7.143
UFPR	Universidade Federal de Pernambuco	7.094

Fonte: <https://www.mundovestibular.com.br/universidades/as-10-maiores-faculdades-do-brasil/>

Dentre as dez maiores Universidade serão selecionados o corpo docente da área das Ciências Contábeis de cada uma das instituições de ensino através dos sites de cada instituição. Posteriormente, se procedera com a coleta dos dados de cada um dos servidores pelo portal da transparência do governo federal. A data base para a consulta será o mês de setembro de 2020.

### 3.3 Variáveis da Pesquisa

Após a coleta de dados, relativa a remuneração dos servidores, foi realizada pesquisa, relativas ao tamanho do ente público, neste caso representada pelo Ativo Total de cada ente público, o tempo de trabalho no setor público (data de admissão até a presente data) e dos Indicadores econômico-financeiros.

Assim, as variáveis, serão as seguintes, conforme apresentado no quadro 6 a seguir:

Quadro 5 - Variáveis do estudo

<b>Variável Dependente</b> Remuneração dos Contadores	<b>Variáveis Independentes</b>
	Tamanho do ente público (Ativo Total)
	Tempo de trabalho no setor público

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Os indicadores contábeis, aplicados na pesquisa, serão aqueles que se aplicam aos estudos no setor público, conforme se apresenta na tabela 6.

Quadro 6 - Indicadores contábeis do setor público aplicados na pesquisa

Indicador	Fórmula	Autor(es)	Resultados
Situação Financeira (SF)	Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro	Kohama (2000) Costa (2018)	Apura-se neste caso um "superávit" financeiro no balanço patrimonial. Caso esta operação resulte em um valor igual a 12,89, por exemplo, pode-se interpretar que para cada R\$ 1,00 de obrigação (dívidas e compromissos), existem R\$ 12,89 de disponibilidade para sua quitação.

Indicador	Fórmula	Autor(es)	Resultados
Situação Permanente (SP)	Ativo Permanente/ Passivo Permanente	Kohama (2000) Costa (2018)	Se for menor do que 1, identificará que o endividamento é superior a essa soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo e, geralmente, que o saldo patrimonial é negativo, situação extremamente preocupante, representada através da conta: PASSIVO REAL DESCOBERTO.
Execução Orçamentária Corrente (EOC)	Receita Corrente/ Despesa Corrente	Kohama (2000); Quintana (2011)	Demonstra o quanto a Receita Orçamentária representa para o pagamento da Despesa Orçamentária. No caso da Receita Orçamentária ser maior que a Despesa Orçamentária, por exemplo, existirá uma indicação de "superávit" orçamentário na execução da movimentação financeira.

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Kohama (2000), Quintana (2011) e Costa (2018).

### 3.4 Estatística Descritiva

A estatística descritiva é a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. Com tal intenção as informações poderão ser expressas por média, desvio padrão, valor mínimo e valor máximo.

### 3.5 Pesquisa Salarial – Procedimentos Metodológicos

Para coletar as informações que deram embasamento ao presente estudo foi desenvolvida uma pesquisa salarial seguindo os seguintes passos:

1. Foram selecionadas as dez maiores universidades brasileiras conforme o número de vagas;
2. De todos os servidores das universidades foram selecionados os servidores que faziam parte do corpo docente do Curso de Ciências Contábeis;
3. Através do Portal da Transparência do governo Federal foram coletados os dados referentes a remuneração de cada um dos servidores;
4. Os dados foram lançados em uma Planilha do Microsoft Excel e posteriormente receberam tratamento estatístico com o Software STATA

14®.

### 3.6 Análise dos Dados

Após a coleta dos dados, eles foram organizados em planilhas Excel®, de forma a permitir a execução da etapa seguinte que se deu através da Análise de Dados em Painel (Dados Longitudinais – Painel Data).

A análise de dados em painel é útil na explicação de fenômenos que apresentam informações de várias unidades amostrais ao longo de determinado período (FÁVERO, BELFIORE, 2019).

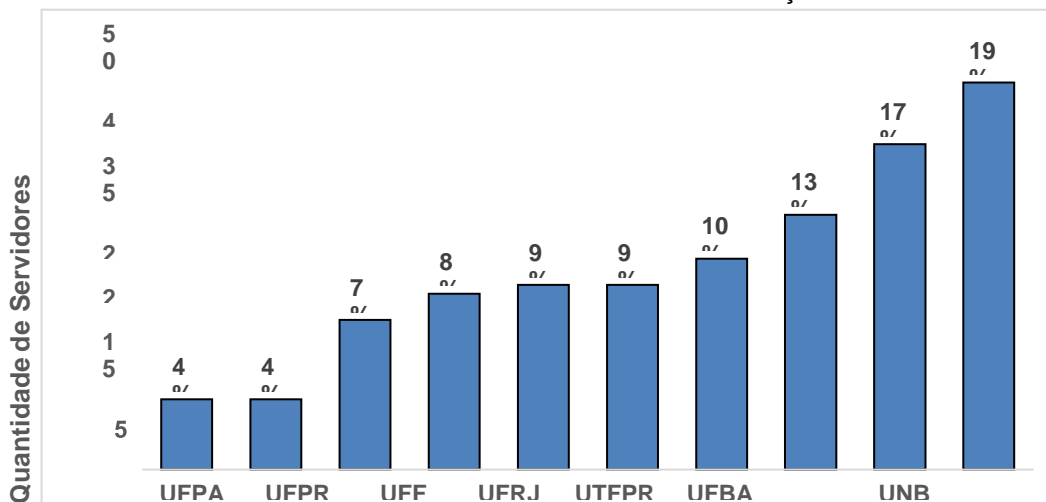
Tal método ajuda o pesquisador a investigar vários eventos com um número reduzido de observações; Os dados apresentam uma entrada lógica sendo possível acompanhar todas as unidades ao longo do tempo (FÁVERO, BELFIORE, 2019).

## 4. RESULTADOS, DISCUSSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS DADOS

### 4.1 Perfil da Amostra

Da consulta aos 242 servidores 13 não retornaram resultados completos e foram excluídos da pesquisa (campos em branco) sendo selecionados 229 servidores. Com relação a universidade de lotação os servidores estão distribuídos na proporção apresentada pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 - Demonstrativo da Universidade de lotação dos servidores



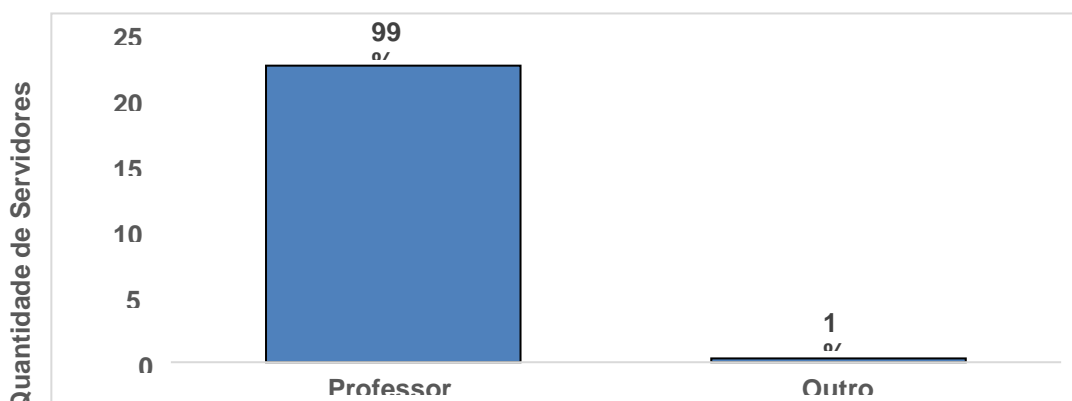
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

A maior parte dos servidores estão lotados da UFPB com um indicador de 19%, seguido pela UNB com 17%, FRN com 13%, UFRGS com 10%, UFBA e UTPR com 9% cada, UFRJ com 8%, UFF com 7%, UFPR e UFPA com 4% cada.

Na UFPB o Curso de Ciências Contábeis, modalidade Bacharelado, é ofertado pelo Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e tem carga horária de 3.060 horas, com uma duração de 4 anos, correspondendo a 8 períodos letivos, nos turnos matutino e noturno (UFPB, 2020).

Outro ponto de análise diz respeito ao cargo ocupado pelo servidor. Nesse quesito a maioria quase que absoluta exerciam o cargo de professor. Tal resultado deve-se ao fato de que a pesquisa foi direcionada as Universidades e aos docentes do Curso de Contabilidade. Os resultados estão representados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Demonstrativo do cargo ocupado pelos servidores



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

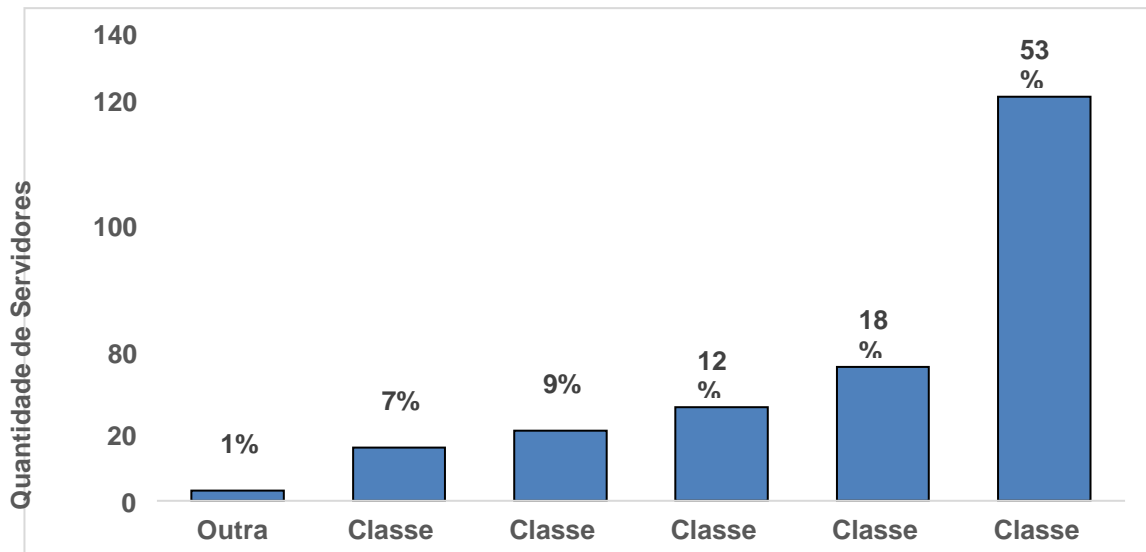
Ocupam o cargo de professores 99% dos servidores e 1% ficou para outros cargos.

A docência na área contábil ocupa um espaço privilegiado para o desenvolvimento da Ciência Contábil já que é através do professor que os conhecimentos da área são disseminados e a formação dos futuros profissionais passa pelo docente que tem em suas mãos a oportunidade de melhorar a ciência (GASPAR NETO, 2017).

Outro ponto de análise ficou por conta da classe e do nível do cargo ocupado. Com relação a esse quesito o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) é legalmente instituído com o propósito de criar normas e critérios que possam regulamentar a carreira dos profissionais de determinada categoria. Seu objetivo é a valorização

profissional expressas em remunerações condignas, planos para formação e condições trabalhistas dignas (Ministério da Educação, 2020).

Gráfico 3 - Demonstrativo da classe do cargo ocupado pelos servidores

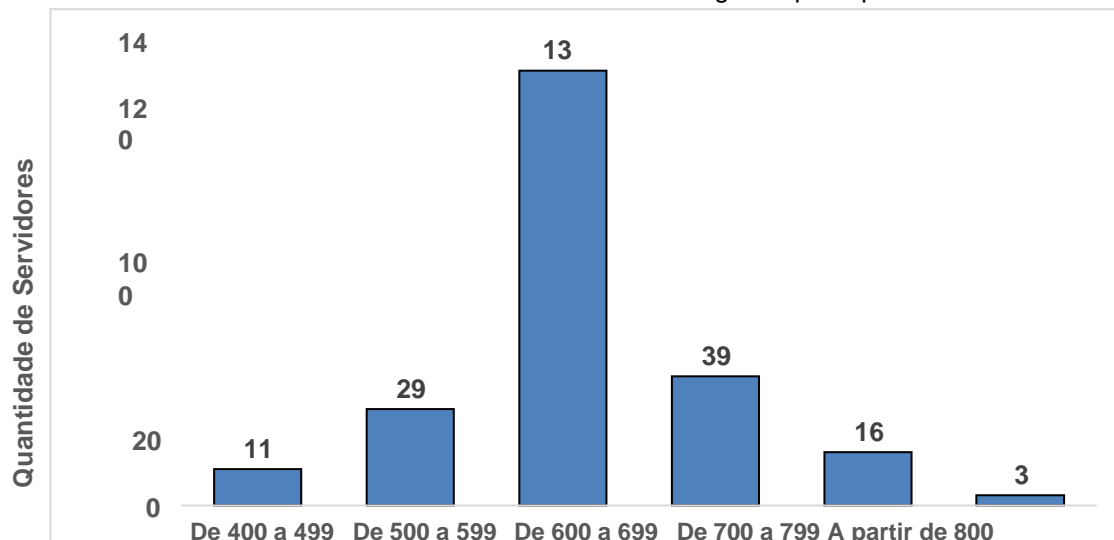


Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Das classes observadas na amostra a de maior prevalência foi a Classe 6 com um indicador de 53%. Em seguida veio a classe 7 com 18%, a classe 4 com 12%, a classe 5 com 9%, a classe 8 com 7% e em último outras classes de menor prevalência com 1%.

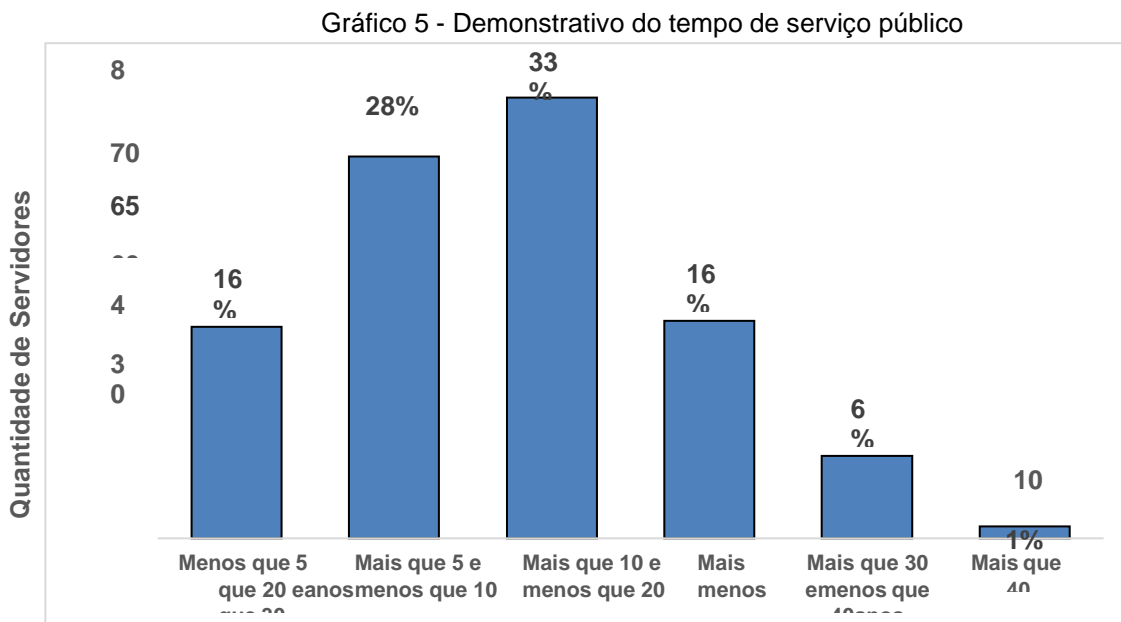
Dentro de cada uma das classes há os níveis e neste estudo o resultado referente aos níveis está apresentado no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 - Demonstrativo do nível do cargo ocupado pelos servidores



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Outro ponto de análise foi o tempo de serviço público. E neste ponto pode-se observar que na esfera pública os servidores apresentam grande estabilidade no serviço. Os resultados estão representados no Gráfico 5.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Com relação ao tempo de serviço pode-se observar que a maior parte com 33% tem mais que 10 e menos que 20 anos de serviço. Em segunda colocação ficaram os que tem um tempo de serviço entre 5 e 10 anos. Estatisticamente empatados ficaram os servidores que têm menos que 5 anos e os que tem entre 20 e 30 anos de serviço. Os servidores que tem entre 30 e 40 anos de serviço são 6% e 1% os que tem mais que 40 anos de serviço.

Na esfera pública pode-se observar que o tempo de serviço é expresso em estabilidade e baixa rotatividade, diferente do que acontece em muitas empresas privadas. Isso acontece porque na seara da administração pública é preciso cumprir o princípio da continuidade do serviço público, sendo assim, essa estabilidade busca formas para manter sempre a continuidade dos serviços prestados à população (HARB, 2017).

Outra linha de defesa para a estabilidade no serviço público decorre do entendimento de que a estabilidade pode ser utilizada como mecanismo de defesa



capaz de isentar os servidores públicos de perseguições políticas e demissões infundadas (GUIMARÃES FILHO, 2004).

A CRFB/88 reafirmar a estabilidade na esfera do serviço público, em decorrência da aprovação em concurso, assim que passados dois anos de exercício efetivo. Todavia a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, alterou a redação constitucional, regulamentando que “são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”, e, em seu parágrafo 4º, determina que “como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade”. (BRASIL, 1988).

No que diz respeito aos aspectos da remuneração propriamente dita, foi dado um tratamento estatístico descritivo aos dados gerando uma média, o desvio padrão, os valores máximo e mínimos para a Renda bruta, deduções e renda líquida dos servidores abrangidos pela amostra, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 2 - Remuneração dos servidores com Média, Desvio Padrão, Máximo e Mínimo**

	Rem. Bruta		Deduções (IR, Previd)		Restante	
Média	R\$	12,657,17	R\$	2,636,42	R\$	10,048,59
Desv. Padrão	R\$	5,271,04	R\$	1,581,51	R\$	4,003,56
Máximo	R\$	34,798,64	R\$	12,108,55	R\$	34,046,06
Mínimo	R\$	1,643,70	R\$	25,43	R\$	1,643,70

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Em síntese aos dados coletados pode-se observar que o valor médio líquido salarial para os docentes da amostra pesquisada no âmbito do serviço público, na área da docência na esfera Federal é de R\$ 10,048,59 podendo chegar a R\$ 34,046,06 e ao mínimo R\$ 1,643,70.

São amplas as áreas de atuação para os graduandos que concluem o Curso de Ciências Contábeis. A diversidade é tão acentuada que, por vezes, nem mesmo quem já atua como contador conhece todos os campos. Noutros casos, o fato de determinada área de atuação ser pouco difundida reduz a procura e o interesse para atuação, como é o caso da docência nos Cursos de Contabilidade (GASPAR NETO, 2017).

Ocorre que com o desenvolvimento e consolidação das Ciências Contábeis e o com aumento da procura por essa natureza de conhecimentos a demanda por Cursos de Ciências Contábeis cresceu e com ela a demanda por profissionais de educação com competências para o Ensino da área contábil. Ocorre que, mesmo existindo a demanda não se observa o mesmo nível de procura para atuação na docência, talvez esse baixo nível de interesse decorra da crença de que as demais áreas, supostamente, apresentam melhores perspectivas (GASPAR NETO, 2017).

Apesar de nem sempre observar o interesse para atuação na área de ensino dos Cursos de Ciências Contábeis a profissão vista de mais perto pode mostrar-se bastante promissora devido as vantagens do exercício dessa atividade. Dentre os benefícios se pode destacar: o maior nível de liberdade decorrente das férias e feriados, é comum que a maior parte das universidades, em termos letivos, atuem aproximadamente nove meses no ano; atividade livre de rotinas, na docência não é necessário ficar preso a rotinas diárias ou mensais tal qual um contador convencional, mesmo repetindo a mesma aula pode usar outras dinâmicas; Estabilidade no emprego, a área da educação é sempre renovada com novas gerações que demandam ensino, não há limitações ou preconceitos de idade e ainda há que se considerar a nobreza da profissão visto que contribui para a formação de pessoas propiciando sabedoria e crescimento aos discípulos (MARION, 2011).

Na amostra coletada a média de viagens a trabalho foi de 4.8 e a média de servidores com mais viagens foi de 66 viagens, alguns não fizeram nenhuma viagem e o desvio padrão foi de 5,97. As viagens a trabalho são consideradas benefícios adicionais, estas, em muitos casos servem para atualização e formação e outros para ministrar treinamentos e promoções, contribuindo para o crescimento e aprendizagem do servidor.

Evidentemente, há que se considerar que nessa amostra foram coletadas as dez maiores universidades federais do País, sendo assim, os atributos dessa amostra certamente não serão capazes de refletir outras realidades docentes existentes no Brasil. Todavia, essa amostra serve para traçar um retrato sobre as possibilidades de carreira docente no serviço público na área da contabilidade a nível nacional já que as Universidades escolhidas estão distribuídas pelo território nacional e as possibilidades de carreira.

#### 4.2 Análise estatística: Regressão linear Múltipla e Estatística Descritiva

Para a realização dos cálculos de Regressão Linear Múltipla e os demais testes estatísticos utilizou-se o realizados no Software STATA 14®.

Tabela 3 - Regressão Linear Múltipla

Source	SS	DF	MS	Number of obs	229
				F(5, 223)	5.81
Model	1.2175e+09	5	243506160	Prob> F	0.0000
Residual	9.3426e+09	223	41894905.3	R-Squared	0.1153
Total	1.0560e+10	228	46316204.8	Adj R-squared	0.0955
				Root MSE	6472.6

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Na presente pesquisa foram realizadas 229 observações. Na análise de regressão linear múltipla, o  $R^2 = 0.1153$ , ou seja, 11,53% do Modelo da Regressão Linear Múltipla, de ajustamento do modelo econométrico da pesquisa, quanto a explicação da Remuneração, pelas variáveis explicativas: Tp, Att, Sfin, Spat, Sorc.

A tabela 4, evidencia os demais resultados da regressão.

Tabela 4 - Regressão Linear Múltipla

Rem Bruta	Coef	Std. Err.	t	p>  t	95% Conf.	Interval
Tp	104.3382	31.97583	3.26	<b>0.001</b>	41.32474	167.3516
att	3.76e-07	4.02e-07	0.94	0.351	-4.16e-07	1.17e-06
sfin	809.3225	1652.008	0.49	0.625	-2446.222	4064.867
spat	1.649959	4299013	3.84	<b>0.000</b>	8027705	2.497148
sorc	-23620.61	19019.24	-1.24	0.216	-61101.05	13859.82
_Cons	9533.166	1085.082	8.79	0.000	7394.84	11671.49

Legenda: Tp = Tempo de Trabalho; Att = Ativo Total; Rem Bruta = Remuneração; Bruta dos Servidores; sfin = Situação Financeira; spat = Situação Patrimonial; sorc = Situação Orçamentária.  
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Neste estudo a variável dependente é a Remuneração. As variáveis tp, apresentou um p-valor de: 0.001 , indicando que a variável tempo, está relacionada com a remuneração dos servidores contadores e a variável spat (Situação Patrimonial), apresentou um p-valor de: 0,000, indicando que a variável, uma provável relação destas variáveis com a variável dependente Rem (remuneração dos servidores contadores).

Tabela 5 - Estatística descritiva das variáveis da pesquisa

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
tp	229	14.62009	13.48553	0	120
att	229	1.63e+09	1.59e+09	7485310	5.72e+09
rembruta	229	12601.9	6805.601	0	34798.64
sfin	229	5834935	3621113	03	1.46
spat	229	560.6313	1263.902	0	3433.44
sorc	229	0196943	0266128	0	13

Legenda: Tp = Tempo de Trabalho; Att = Ativo Total; Rem Bruta = Remuneração; sfin = Situação Financeira; spat = Situação Patrimonial; sorc = Situação Orçamentária.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

No que diz respeito ao tempo de serviço (tp) a média em anos foi de 14, 62 anos, com um desvio padrão de 13, 48 anos. Com relação ao Ativo total (att) a média foi de 1.63e+09 havendo um desvio padrão de 1.59e+09 e um valor mínimo de 7485310e máximo de 5.72e+09.

No que se refere a renda bruta a média foi de R\$ 12.601, 90 e o desvio padrão R\$ 6.805.601. A situação financeira das Universidades apresentaram uma média de R\$ 58.349,35 e uma situação patrimonial de R\$ 560.6313. Por fim, a média orçamentária foi de R\$ 196.943.

Tabela 6 - Teste de correlação de Pearson

	tp	att	rembruta	sfin	spat	sorc
tp	1.0000					
att	-0.0523	1.0000				
rembruta	0.2255	-0.0063	1.0000			
sfin	0096	<b>.0.6788</b>	0.0551	1.0000		
spat	0.0678	-0.4465	0.2245	-0.2442	1.0000	
sorc	-0.0235	-0.2626	0.0211	-0.2734	0.5000	1.0000

Legenda: Tp = Tempo de Trabalho; Att = Ativo Total; Rem Bruta = Remuneração; sfin = Situação Financeira; spat = Situação Patrimonial; sorc = Situação Orçamentária.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Da tabela 6, depreende-se a existência de fraca correlação entre as variáveis, sendo apenas a variável Att (Ativo Total), aparenta ter relação com a variável Sfin (Situação Financeira), correspondente a 67,88%.

Tabela 7 - Teste de Homocedasticidade

VARIABLE	VIF	1/VIF
att	2.22	0.450414
sfin	1.95	0.513473
spat	1.61	0.622389
sorc	1.39	0.717232
Tp	1.01	0.988205
Mean VIF	1.64	

Legenda: Att = Ativo Total; Rem Bruta = Remuneração; sfin = Situação Financeira; spat = Situação Patrimonial; sorc = Situação Orçamentária; Tp = Tempo de Trabalho; Mean VIF  
 Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

O teste de homocedasticidade, na tabela 7, evidencia que não há heterocedasticidade no modelo, uma vez que os valores das estatísticas de valor de inflação estão todos abaixo de 10 e a estatística TOL está acima de (0) zero, e abaixo de (1) um.

Assim, pelos resultados apresentados, pode-se inferir, que as variáveis explicativas Tp e Spat explicam as remunerações dos contadores-professores, nas dez maiores Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil.

Uma outra análise realizada pelo presente estudo buscou traçar um comparativo sobre o salário de dos professores com o mesmo tempo de casa, para identificar se os salários são diferentes. Foram escolhidos parâmetros semelhantes para toda amostra sendo: os salários os professores com dez anos de tempo de serviço; pertencentes a cargos da classe 6; e ao nível 601. Os resultados estão expressos na tabela 8 a seguir:

Tabela 8 - Comparativo salarial de tempo, classe e nível similares

Universidade	Classe	Nível	Tempo	Renda	Deduções	Líquido
UFRGS	6	601	10 anos	R\$ 11.800,12	R\$ 1.944,88	R\$ 9.855,24
UFRGS	6	601	10 anos	R\$ 8.232,64	R\$ 1.009,24	R\$ 7.223,40
UFF	6	601	10 anos	R\$ 11.800,12	R\$ 3.511,38	R\$ 7.857,04
UNB	6	601	10 anos	R\$ 14.407,00	R\$ 2.543,49	R\$ 11.863,51

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Os resultados mostraram diferença remunerativa dentro de uma mesma universidade (UFRGS) com relação ao mesmo cargo, classe e nível. Também apresentou similaridade remunerativa com relação a instituições distintas (UFRGS e UFF) e distinção remunerativa entre a UNB e as demais instituições.

Não foi possível estabelecer qual foi a variável que desencadeou as diferenças salariais. É possível que estas sejam decorrentes de cursos de formação ou quantidade de horas trabalhadas. Seja qual for a variável que desencadeou a distinção salarial é muito importante que a regra seja clara entre os colaboradores.

A equidade salarial é um fator imprescindível para o senso de justiça entre os trabalhadores. Os funcionários podem até reconhecer a existência de limites de remuneração mas não aceitam diferenças salariais justificadas e claras.

## **5. CONCLUSÃO**

Durante este estudo foi possível identificar as características associadas a remuneração de profissionais da contabilidade no âmbito do setor público de universidades federais.

Inicialmente, para atingir o primeiro objetivo específico traçou-se o perfil prevalente dos servidores observando-se que a amostra da pesquisa é composta por profissionais da contabilidade que atuam na área da docência e na maior parte dos casos são pertencentes da classe 6 e de nível entre 601 e 606.

Com relação ao tempo de serviço observa-se grande nível de estabilidade sendo que a maior parte dos servidores tem entre 10 e 20 anos de estabilidade, com uma média padrão de 14,62 anos. Em se tratando da remuneração a média salarial da amostra foi de R\$ 12.657,17 sendo que o maior salário é de R\$ 34.798,64 e o menor de R\$ 1.643,70 e um desvio padrão de R\$ 5.271,04.

Também foram coletados os dados de natureza quantitativa relacionados a remuneração dos profissionais da contabilidade das dez maiores universidades brasileiras reunindo informações como universidade de lotação, cargo, Classe do cargo, nível do cargo, tempo de serviço, remuneração, bruta, deduções, remuneração líquida e viagens.

Com relação a cada uma das Universidades foram coletadas informações como: ativo total, Ativo circulante (AC), Ativo não circulante (ANC), Passivo Circulante

(PC), Passivo Não circulante (PNC), Receitas Correntes, Receitas de Capital e Despesas correntes.

Neste estudo a variável dependente foi a Remuneração. As variáveis tp, apresentou um p-valor de: 0.001 , indicando que a variável tempo, está relacionada com a remuneração dos servidores contadores e a variável spat (Situação Patrimonial), apresentou um p-valor de: 0,000, indicando que a variável, está relacionada com a remuneração dos servidores contadores.

A principal contribuição deste estudo consiste em aplicar o horizonte a respeito das remunerações dos profissionais da contabilidade no contexto estudado e ainda, conhecer as principais características associadas (explicativas) das remunerações.

Como limitação do estudo, se apresenta a quantidade de Instituições estudadas e as variáveis explicativas utilizadas no modelo econométrico.

Para pesquisas futuras, sugere-se então, a inclusão de novos indivíduos (aumento da amostra) , de novas variáveis e de um recorte temporal mais amplo, capaz de comprovar os resultados apresentados na presente pesquisa.

## **6. REFERÊNCIAS**

- ALVES, Paulo Afonso da Cunha; LOCCO, Leila de Almeida. **Legislação Educacional**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.
- ARAÚJO, IPS; ARRUDA, D; BARRETTO, PH Teixeira. **O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos**. Saraiva, 2009.
- ARRUDA, D. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3 ed. São Paulo: SaraivaEducação, 2020.
- ASSUMPÇÃO, MJ. **Contabilidade Pública**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. DE; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. F.
- Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 745–64, 2014.
- BARBOSA, Andreza. **Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 511-532, Jun 2014.
- BASTOS, AMD. **Regime jurídico do servidor público temporário**. 1 ed. Belém –PA: Cultural Brasil, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Senado Federal, 18 de abril de 1991. 170º da Independência e 103º da República.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Ulysses Guimarães
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.
- BRASIL. **Decreto 2.406/97 de 27 de novembro de 1997**. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 27 de novembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.
- BRASIL. **Decreto nº 5.773/06 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de

- graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, 9 de maio de 2006; 185o da Independência e 118o da República.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.058, de 25 de maio de 2017**. Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE e define os procedimentos a serem observados para a sua concessão. 2017
- BRASIL. **Portaria nº 560, de 10 de agosto de 2018**. Altera os Anexos da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014, e revoga a Portaria STN nº 493, de 5 de junho de 2017.
- CAMELLO, M; RIBEIRO, OM. **Ética na contabilidade**. São Paulo: SaraivaEducação, 2019.
- CARBONE, PP. **Gestão por competências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- CARMO, A. **A importância da pesquisa salarial e seu passo a passo**. 31/10/2015. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-pesquisa-salarial-e-seu-passo-a-passo> Acesso em: 15-05-2020.
- COSTA, FB; BAIHE MJA; SOUZA FG; SANTOS FILHO SA. Perfil do profissional contábil do setor público: uma análise das capitais brasileiras e distrito federal.
- Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia. V. 12, N. 1, Pág. 74-92, jan-abr 2018.
- CUNHA, Isaías Lopes Da. **O papel do contador na gestão pública**. 2015. Controladoria Geral do Estado.
- DALFOVO, Oscar; SCHUHMACHER, Elcio. **Observatório da Educação: Estudo de casos: da educação básica à pós-graduação**. 1. ed. Blumenau: Edição do autor, 2011.
- FÁVERO, LP; BELFIORE, P. **Data Science for Business and Decision Making**. São Paulo: Academic Press, 2019.
- FONTELLES, MJ; SIMÕES, MG; FARIAS, SH; FONTELLES, RGS. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: [https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf) Acesso em: 01-02-2020.
- FRANCO, FV; REIS NETO, MT; COSTA JUNIOR, ACM; HORTA, GHB. Remuneração estratégica na administração pública. **Caderno de Administração**. v.25, n. 1, 2017.
- GASPAR NETO, Abelardo de Melo. O Profissional Contábil e o Exercício da Docência. 02/08/2017. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/4071/o-profissional-contabil-e-o-exercicio-da-docencia/> Acesso em: 17-11-2020.
- GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GUIMARÃES FILHO, João Rodrigues. A estabilidade do servidor público concorre para a manutenção do interesse público e eficiência na administração pública. 2004. 50 p. Monografia (Especialização) - Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal, Brasília, DF, 2004.
- HARB, Karina Houat. Princípio da continuidade do serviço público e interrupção. 2017. Disponível em: <https://enciclopediaturidica.pucsp.br/verbete/87/edicao-1/principio-da-continuidade-do-servico-publico-e-interruptao> Acesso em: 17-11-2020.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. Ed. São Paulo: Atlas. 2000.
- KOHAMA, H. **Balancos Públicos: teoria e prática (2a ed)**. São Paulo: Atlas. 2006.
- MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, S. M.; CUNHA, N. C. Retenção de talentos frente às mudanças no mercado de trabalho: uma pesquisa bibliográfica. **Revista GeTeC**, v. 4, n. 8, 2016.
- MEC - Ministério da Educação. **Há diferença entre os cursos de Pedagogia de bacharelado e de licenciatura?** 2014 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=18540:perguntas-frequentes-seres&Itemid=1215](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=18540:perguntas-frequentes-seres&Itemid=1215) Acesso em: 11-11-2020
- MESSEDER, Hamurabi. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de carreira e remuneração**. 2020. Disponível em: <http://planodecarreira.mec.gov.br/plano-de-carreira-e-remuneracao> Acesso em: 17-11-2020.
- MOREIRA, PA; BENTO, PAO; BORGES, RC; MURITIBA, PM. Modelo de Remuneração na Gestão de Pessoas: A Estruturação Tradicional de Cargos e Salários Ainda Pode Trazer Benefícios? **Future Studies Research Journal**. São Paulo, v.8, n.3, p. 03 – 31, Set/Dez 2016.
- MOURA, Tânia Maria de Melo. **Metodologia do ensino superior: saberes e fazeres para a prática docente**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2009.
- MURIEL, Roberta. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Análise do Processo de Implantação**. Brasil: Editora Hoper, 2006.



- NASCIMENTO, CV; MENDES, GF; MARTINS IGS. **Tratado de direito financeiro** -v 2. Saraiva Educação S.A., 2017.
- OECD. Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo – **Relatório daOCDE: Brasil Governo Federal (Portuguese version)**: Governo Federal (Portuguese version). OECD Publishing, 2010.
- PRODANOV, CC. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas dapesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- POLITIZE. **Três níveis de governo: o que faz o federal, o estadual e o municipal?** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/> Acesso em: 06-12-2020.
- QUINTANA, A. C. Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das universidades federais do Rio Grande do Sul. 4-5,2011.
- RIBAS, AL; SALIM, CR. **Gestão de Pessoas para Concursos**. São Paulo: Leya,2013.
- RIBEIRO, OM. **Contabilidade Intermediária**. 4 ed, São Paulo: Saraiva, 2013.
- RIGOLIN, IB. **Comentários ao regime único dos servidores**. 7 ed. São Paulo:Saraiva, 2012.
- SABINO, LAM.; CUNHA, N. C. Remuneração e salário numa abordagemadministrativa. **Revista GeTeC**, v. 5, n. 10, 2016.
- SALÁRIOS. **Contador** - Salário 2020 e Mercado de Trabalho em Ciências Contábeis, 2020. Disponível em: <https://www.salario.com.br/profissao/contador-cbo-252210/> Acesso em: 01-05-2020.
- SILVA, LM. **Contabilidade Governamental**: Um enfoque administrativo da novacontabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, Luiz Carlos Corrêa da; HETZEL, Jorge Lima; FELICETTI, José Carlos; MOREIRA, José da Silva; CAMARGO, José J. PORTO, Nelson. **Pneumologia**: princípios e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- SOUZA, AF. **Contabilidade na prática**. São Paulo: Trevisan, 2014.
- SOUZA, MZA; SOUZA, VL. **Gestão de pessoas**: uma vantagem competitiva? Riode Janeiro: FGV Editora, 2016.
- TRISOTTO, F. **O problema do Brasil não é a quantidade de servidores públicos,são os salários**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/o-problema-do-brasil-nao-e-a-quantidade-de-servidores-publicos-sao-os-salarios-cmc0yhz6866momjaaa07077/> Acesso em: 10/06/2020.
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba. **Coordenação do Curso de Ciências Contábeis. Centro De Ciências Sociais Aplicadas** - CCSA. 2020. Disponível em:<http://www.ccsa.ufpb.br/cccc>.